



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
UNIVERSITY OF SÃO PAULO
Grupo de Pesquisa em História Intelectual (Departamento de História)
Research Group on Intellectual History (Department of History)

CONSELHO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD

Sara Albieri (USP) *editora executiva / executive editor*
Constance Blackwell (Foundation for Intellectual History)
Estevão Rezende Martins (UnB)
Francine Iegelski (Instituto de História – UFF)
Francisco Vázquez García (Universidad de Cádiz)
José Antonio Vasconcelos (História – USP)
Julio Bentivoglio (UFES)
Kleverton Bacelar Santana (UFBA)

Maurício de Carvalho Ramos (Filosofia – USP)
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
Paulo Iumatti (Instituto de Estudos Brasileiros -USP)
Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-RJ)
Silvio Moral Marques (UFSCar)
Temístocles Cezar (UFRGS)
Tiago Santos Almeida (IEA/USP)

CONSELHO CONSULTIVO / CONSULTING EDITORS

Adilson de Oliveira Franceschini (ESPM)
Alberto Cupani (Universidade Federal de Santa Catarina)
Alexandre Avelar (Universidade Federal de Uberlândia)
Allan Megill (University of Virginia)
André Mello (Universidade de Brasília)
André Mota (Medicina Preventiva – USP)
Arturo Rodríguez Peixoto (Udelar – Uruguay)
Daniel Brauer (Universidad de Buenos Aires)
Dominic Scott (University of Kent)
Elias Thomé Saliba (História – USP)
Fabio Franzini (Universidade Federal de São Paulo)
Francisco Alambert (História – USP)
Francisco Martinho (História – USP)
Gildo Magalhães dos Santos Filho (História – USP)
Francisco O'Reilly (Udelar – Uruguay)
Gregory Clays (University of London)
Horacio Gutierrez (História – USP)
Itamar Freitas de Oliveira (Universidade de Brasília)
Jean-François Braunstein (Filosofia – Univ. Paris 1)

Jorge Grespan (História – USP)
José Reinaldo de Lima Lopes (Direito – USP)
José Ricardo de C. M. Ayres (Medicina Preventiva – USP)
Laura Alemán (Udelar – Uruguay)
Leila Hernandez (História – USP)
Luis Alberto Peluso (Universidade Federal do ABC)
Luiz Henrique Dutra (Univ. Federal de Santa Catarina)
Maria de Lourdes Mônaco Janotti (História – USP)
Marisa Deaecto (Escola de Comunicações e Artes – USP)
Marlon Jeison Salomon (História – UFG)
Miguel Soares Palmeira (História – USP)
Milton Meira do Nascimento (Filosofia – USP)
Osvaldo Pessoa Jr. (Filosofia – USP)
Raquel Glezer (História – USP)
Ricardo Navia (Udelar – Uruguay)
Robert Calabria (Udelar – Uruguay)
Rolf Kuntz (Filosofia – USP)
Yamandú Acosta (Udelar – Uruguay)

EQUIPE EDITORIAL
EDITORIAL COMMITTEE

Tiago Santos Almeida (IEA/USP) – *editor gerente / managing editor*
Lauro Fabiano de Souza Carvalho (USP)
Michel Wunderlich (USP)

EQUIPE DE PUBLICAÇÃO
PUBLICATION STAFF

Bruno Bosso
Igor Muraro
Ivan Kowaleski Figueira de Barros
Livia Orsati
Manuel Diatkine

ILUSTRAÇÃO DE CAPA
COVER ILLUSTRATION

Sandro Castelli

APOIO
SPONSORS

Departamento de História / USP
LabTeo – Laboratório de Teoria da História e História da
Historiografia / USP
Programa de Pós-Graduação em História Social
Programa de Pós-Graduação em História Econômica
SIBi - Sistema Integrado de Bibliotecas da USP

COORDENAÇÃO DO DOSSIÊ
“HISTÓRIA E LITERATURA: FICÇÃO E VERDADE” (Segunda Parte)

Julio Pimentel Pinto (USP)
Francine Iegelski (UFF)
Stefania Chiarelli (UFF)

Intelligere

Revista de história intelectual

vol. 3, nº 1 (Jan.-Abr. de 2017) – ISSN: 2447-9020

Intelligere, Revista de História Intelectual é um periódico científico quadrimestral, eletrônico, quadrilíngue (português, espanhol, francês e inglês) dedicado aos estudos de História Intelectual. Criado em 2015 por iniciativa do Grupo de Pesquisa em História Intelectual, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, *Intelligere* conta com ampla rede acadêmica de interlocução, formada por pesquisadores de diversas universidades do Brasil e do exterior.

Intelligere publica artigos, ensaios, entrevistas e resenhas cobrindo uma ampla variedade de assuntos, com diferentes recortes temporais e metodológicos, desde que compatíveis com a história intelectual, aqui entendida lato sensu como um modo de visar ideias, conceitos, textos, autores, escolas e estilos de pensamento e formações intelectuais diversas, constitutivos desse campo de investigação.

Intelligere é uma publicação realizada na Universidade de São Paulo, com o apoio do SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas da USP

Intelligere, Journal of Intellectual History is a quarterly journal, electronic, quadrilingual (Portuguese, Spanish, French and English) devoted to studies of Intellectual History. Created in 2015 by initiative of the Research Group on Intellectual History, Department of History, University of São Paulo, *Intelligere* has an extensive academic network of dialogue made up of researchers from several universities in Brazil and abroad.

Intelligere publishes articles, essays, interviews and book reviews covering a wide variety of subjects within different temporal cuts and methodological approaches, as long as compatible with a comprehensive sense of intellectual history, here conceived broadly as a way to target ideas, concepts, texts, authors, schools and styles of thought and diverse intellectual formations to constitute this field of research.

Intelligere is published at University of São Paulo with the support of SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas da USP

Administração / Correspondência

Office / Contact

Revista Intelligere

Universidade de São Paulo – Departamento de História

LabTeo – Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia

Avenida Lineu Prestes, 338 - São Paulo-SP 05508-900 Brasil

Tel: (11) 3091-0303

E-mail: revistaintelligere@usp.br

SUMÁRIO

~1~

Editorial

Sara Albieri

DOSSIÊ

~2~

Apresentação da segunda parte do dossiê “História e Literatura”

Júlio Pimentel Pinto, Francine Iegelski, Stefania Chiarelli

~3~

Interpretação de temas de “margem”, literaturas e culturas em perspectiva comparada

Maria Antonieta Jordão de Oliveira Borba

~18~

Peregrinaciones poéticas por el áspero mundo

Margareth dos Santos

~31~

***A Hora da Estrela* entre a ficção e a realidade: ou o trágico em Macabéa**

Fábio Takao Masuda, Rogério de Almeida

~42~

A indagação da História nos manuscritos literários de Guimarães Rosa

Camila Rodrigues

~59~

A memória da revivescência do mito

Flavia Maria Ferraz Sampaio Corradin

ARTIGOS

~78~

Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838):

**Elementos necessários para uma revisão da
História da Matemática no Brasil**

Paulo Henrique Trentin

~99~

O Princípio da Eúritmia nas Ciências Sociais e Humanas

Paulo Castro

PESQUISAS

~117~

**Ricardo Piglia, autor de relatos policiais. Uma leitura
comparada de *Plata Quemada* (1997) e *Blanco Nocturno* (2010)**

Michelly Cristina da Silva

~130~

Filosofia, Religião e o Oriente: o caso Nietzsche

Derley Menezes Alves

TRADUÇÕES

~117~

**Georges Canguilhem et la construction du domaine de la
Santé Collective brésilienne**

José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres



Editorial

A triste notícia do falecimento de Ricardo Benzaquen de Araújo chegou quando do fechamento deste Editorial. O professor da PUC-Rio aceitou generosamente compor o Conselho Editorial de Intelligere quando o sonho de uma revista internacional dedicada à História Intelectual apenas começava a ser desenhado.

Sua trajetória intelectual foi emblemática desse modo de pesquisa. Historiador de formação, tornou-se mestre e doutor em Antropologia. Dedicou-se sobretudo ao estudo de autores e obras constitutivas do pensamento brasileiro, promovendo a interlocução entre diferentes matrizes disciplinares na construção de interpretações de grande densidade teórica. Seus escritos são referência obrigatória e arsenal frutífero para todos os pesquisadores desses temas.

Intelligere teve o privilégio de contar com a amizade e a guia desse grande mestre brasileiro.

A História Intelectual continua a afirmar sua vitalidade enquanto modo contemporâneo de investigação das formas históricas do pensamento. Interessam-lhe tanto as circunstâncias sociais de produção e circulação de ideias como a interlocução de seus portadores – mestres, autores, leitores – em suas trocas argumentativas com pretensão à verdade.

Trata-se menos da constituição de um campo do que do refinamento de um instrumental: as questões que orientam essas buscas, longe de contribuírem para demarcar um território, antes, proporcionam os meios para iluminar caminhos e horizontes de pesquisa. A História Intelectual resulta da investigação de pistas e indícios que cruzam fronteiras e atravessam áreas acadêmicas tradicionalmente demarcadas.

Os fios do pensamento são tecidos historicamente na superposição de vários cenários, na cultura como nas artes, nas ciências ou na filosofia. E jazem tramados sob outras histórias, aquelas de conjunturas e estruturas, e das tensões que as constituem, consolidam ou desfazem. Para recuperar a tessitura do pensamento no avesso dos acontecimentos será preciso identificar e perseguir os veios e vasos comunicantes do ideário que cruza cenários e atravessa os tempos.

Neste quarto número de Intelligere será possível encontrar esse historiador que se debruça sobre as manifestações do pensamento num amplo espectro de temas e problemas. Artigos e pesquisas se constroem na interlocução entre saberes apropriados de territórios diversos, aproximando léxicos e linguagens para reconstituir tramas históricas de pensamento, nas ciências como nas artes. Os vários temas, provindos de outros tantos territórios, aparecem aqui reunidos por uma semelhança de natureza, aquela das questões tratadas pelos instrumentos e métodos da História Intelectual.

Sara Albieri, Editora.



DOSSIÊ “História e Literatura: ficção e verdade” (segunda parte)

Apresentação

Nesta edição de *Intelligere* temos o prazer de apresentar a segunda e última parte do dossiê “História e literatura: ficção e verdade”, dando continuidade aos debates que abrimos no número anterior sobre as múltiplas e instigantes relações entre a história e o universo ficcional.

A segunda parte do dossiê é composta por cinco artigos e um texto da seção “Pesquisa”. Maria Antonieta Jordão de Oliveira Borba parte de autores como Michel Foucault, Jacques Derrida e Silviano Santiago para pensar o problema da colonização brasileira e a questão das identidades nacionais na América latina. Margareth dos Santos propõe uma leitura da poética de Ángel González sobre a Espanha durante a ditadura de Franco, mostrando como essa literatura é um ponto de referência para se compreender a experiência sombria do franquismo. Rogério de Almeida e Fábio Takao Masuda tratam das relações entre ficção e história por meio da literatura de Clarice Lispector, explicitando como aspectos da realidade social brasileira aparecem como partes constitutivas dos dramas íntimos de seus personagens. Camila Rodrigues explora os manuscritos de Guimarães Rosa, nos quais encontra questionamentos acerca do devir histórico, mostrando o quanto fecunda é a proposta de Carlo Ginzburg para a análise das obras literárias. Flávia Maria Corradin apresenta um estudo sobre as obras de Vasco Pereira da Costa e Rosa Lobato de Faria, dois autores portugueses contemporâneos, para apontar a força das relações entre história, mito e literatura. Na seção “Pesquisa”, Michelly Cristina da Silva compara dois livros de Ricardo Piglia para explorar o tema do relato policial e sua narrativa.

A segunda parte do dossiê “História e Literatura” aparece apenas poucos dias após o anúncio da morte do escritor argentino Ricardo Piglia, que foi tema de dois artigos aqui publicados. Manifestamos nosso reconhecimento à sua obra e legado.

Os coordenadores do dossiê,

Júlio Pimentel Pinto (USP),

Francine Iegelski (UFF),

Stefania Chiarelli (UFF).

“A história é o lugar em que se vê que as coisas podem mudar e se transformar. Nos momentos em que parece que nada muda, que tudo está enclausurado e que o pesadelo do presente parece eterno, a história (...) prova que houve outras situações iguais, enclausuradas, nas quais se terminou por encontrar uma saída. Os rastros do futuro estão no passado, o fluir manso da água da história gasta as pedras mais duras.”

Ricardo Piglia, *Crítica y ficción*



DOSSIÊ “História e Literatura: ficção e verdade” (segunda parte)

Interpretação de temas de “margem”, literatura
e culturas em perspectiva comparada

Maria Antonieta Jordão de Oliveira Borba

Pesquisadora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
majordao@ubl.com.br

Recebido em 13/06/2016. Aprovado em 11/11/2016.

Como citar este artigo: Borba, Maria Antonieta Jordão de Oliveira. “Interpretação de temas de “margem”, literatura e culturas em perspectiva comparada”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 3, n 1 [4], p. 03-17. 2017. ISSN 2447-9020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Este artigo retoma o conceito de “interpretação” derivado das reflexões da desconstrução francesa, mais especificamente das ideias de Michel Foucault e Jacques Derrida, de modo a não só abastecer pesquisas sobre conteúdos que emergem “à margem”, como também contribuir para o entendimento da formação de identidade de culturas da dependência. Entendendo que das reflexões dos filósofos para uma releitura da colonização brasileira será desenvolvida uma exposição pela qual se pretende revelar como a proposta de literatura comparada de Silviano Santiago é capaz de promover nova perspectiva de compreensão da identidade de países como o Brasil e os da América Latina.

Palavras-chave: interpretação, margem, desconstrução, literatura comparada, cultura.

*Interpretation of “margin” issues, literatures
and cultures on comparative perspective*

Abstract: This article recovers the concept of “interpretation” derived from french deconstruction reflections, more specifically Michel Foucault and Jacques Derrida’s ideas, in order to not only feed researches about themes that emerge at the “margin” but also contribute to the understanding of the identity formation of dependency cultures. Extending the philosophers’ reflections to a rereading of Brazilian colonization, it will develop a presentation that aims to reveal how Silviano Santiago’s Comparative Literature perspective is capable of promoting a new identity for the comprehension perspective of countries such as Brazil and the Latin America ones.

Keywords: interpretation, margin, deconstruction, comparative literature, culture.

Na segunda metade do século XX, pudemos constatar o vigor com que ganharam visibilidade no Brasil pesquisas sobre temas da “margem”, à medida que conteúdos dispersos migravam da dispersão em que se encontravam para receberem o estatuto científico de objeto. Referimo-nos a uma gama de questões relativas à minoria, *gender*, “outro”, sexualidade, escrita gay etc., cujas observações ampliaram os campos de visão de pesquisadores, seja pelo olhar de uma disciplina, seja pela interdisciplinaridade entre elas estabelecida. Vimos, também, que a acolhida desses conteúdos em caráter teórico-metodológico pelas ciências humanas e sociais deveu-se à interrogação de premissas vigentes do pensamento binário, que acabava por relegar a plano menor os tópicos que não se enquadrassem nas variantes nocionais de “centro”, “origem”, “fim” do círculo da metafísica ocidental.

Foi nesse cenário que a Desconstrução inspirou a construção de um modo específico de “interpretação” que, pautada na noção de “diferença”, era capaz de dar conta de temas da “margem”, sempre pelo balizamento das reflexões trazidas pelo movimento francês. De fato, quando a Desconstrução surge na década de setenta promovendo um corte epistemológico no pensamento ocidental, foi crucial a crítica à metafísica para o recrudescimento de estudos refratários à tradição do cânone, o que resultou inclusive num marco, que veio a ser reconhecido como responsável pela passagem da época moderna para a contemporaneidade.

No rastro dessa demanda intrínseca a objetos emergentes, a Desconstrução francesa contribuiu significativamente para o avanço de estudos sobre assuntos vários, dentre eles, identidade cultural, temas periféricos, relações de conflito entre o “mesmo” e o “outro”, releitura da colonização no âmbito dos estudos de literatura comparada, diálogo da Teoria da literatura com outras disciplinas das ciências humanas e sociais. Muitas das pesquisas atuais sobre manifestações lútero-culturais de povos colonizados ou mesmo de descrições de temas sobre etnicidade, identidade, raça são tributárias da rasura empreendida pela Desconstrução em noções como “centro”, “origem”, “estrutura fixa”, todas relacionadas à ideia de hierarquia intrínseca ao legado platônico do pensamento no ocidente.

Comprometidos com essa ruptura da Desconstrução, Michel Foucault e Jacques Derrida, dois dos principais filósofos do movimento, colocaram em xeque a principalidade da metafísica, configurando um entendimento específico de “interpretação”, através da construção de um vasto campo conceitual, que abalou noções como continuidade histórica, unidade do sujeito, profundidade discursiva, valor de autoria, paradigma binário, verdade do discurso, representação de mundo, homem como o mais digno de ser pensado, “centro”, “origem”, “fim”, “deus”, *telos*, *arqué*.

Foi também pelo novo conceito de “interpretação” da Desconstrução que, na década de 70, o crítico, ensaísta, escritor e professor Silviano Santiago interrogou as leituras dominantes sobre colonização na América Latina, o que possibilitou uma visão diferenciada acerca do encontro entre colonizadores europeus e povos colonizados da América do Sul. Sua matriz teórica de Literatura comparada foi reconhecida, em especial, por desconstruir a ideia de hierarquia, de atraso, de oposição binária, ao se valer do conceito de “diferença” na leitura das relações entre o “mesmo” e “outro” e na comparação entre literaturas de países economicamente avançados e aquelas que nascem em culturas da dependência. O conjunto ensaístico de Silviano Santiago permanece, até nossos dias, abastecendo vários estudos sobre América Latina em diferentes campos disciplinares como História, Literatura, Antropologia etc.

Tendo em vista a importância das reflexões de Michel Foucault, Jacques Derrida e Silviano Santiago, desenvolveremos uma exposição das variantes conceituais que percorrem as

ideias desses pensadores, bem como uma proposta de “interpretação” de literatura comparada de Silviano Santiago construída no rastro das ideias dos filósofos franceses, com o objetivo de contribuir para o abastecimento de pesquisas sobre formação de identidade, relações entre o “mesmo” e “outro”, história da colonização de países pela noção de dependência e outros conteúdos caracterizados como “à margem” da filosofia ocidental.

A Desconstrução em Michel Foucault

Uma das características fundamentais do conceito de “interpretação” nas reflexões de Michel Foucault e Jacques Derrida decorre da leitura que fizeram de outros grandes pensadores, mais especificamente, quando ratificaram a crítica da “verdade” e da “profundidade” do discurso. Referimo-nos a Nietzsche, Freud e Marx, cuja influência sobre Foucault aparece explicitamente em livro de sua autoria, encabeçando o título: *Nietzsche, Freud e Marx: Theatrum Philosophicum*.¹ É aí que Foucault desenvolve sua crítica às noções de verdade das profundezas discursivas, ao declarar que Marx, por exemplo, nomeava por platitudes os estudos profundos sobre a moeda, o valor, o capital. Lembra-nos ainda Foucault que, quando Marx passou a se interessar pelo estudo das relações de produção, entendeu-as já como “interpretação”, o que fez com que descartasse a perspectiva de investigação que o levaria a percorrer o caminho formado pela história dessas relações. No pensamento nietzschiano, a questão da “profundidade” revelou-se mais pontualmente na crítica que fez à crença no abismo da consciência, algo por ele caracterizado como um engenho dos filósofos. Sabe-se que Nietzsche abandonou os conceitos de “ser” e de “verdade” que percorrem a linguagem da metafísica, ao dizer que o trabalho a caminho dos solos mais profundos, por obrigar a retirada da terra da superfície, só fazia revelar a exterioridade ou a superfície dessa “profundidade”.

Da mesma forma que em Nietzsche e em Marx, Foucault pôde observar que o pensamento de Freud apresentava sintomas de rejeição à ideia de que o conhecimento ocupa um lugar longe e abaixo daquilo que se oferece à superfície. Os indícios vieram sob a forma de “crítica da consciência”, na medida em que, subjacente à suposta capacidade de domínio do sujeito sobre o discurso, residia a crença de que haveria uma possibilidade de “verdade”, todas as vezes que se ativasse a movimentação das funções cognitivas do homem. Em Freud, nos diz Foucault, a noção de inconsciente como portador de uma gramática estranha à linguagem pela qual o homem se expressa e a submissão dessa linguagem à operação básica do inconsciente criava um impasse à investigação do discurso como condição para daí se retirar uma verdade. Como consequência, as regras que Freud pensou para a “interpretação” no interior da Psicanálise dizem respeito a uma investigação da própria cadeia falada na superfície sintagmática, o que revelou que a atividade psicanalítica não implicava uma especulação no nível oculto do discurso.

Toda essa rejeição às camadas palimpsestas acabou por remeter para a negação da existência de uma “origem” e Foucault compartilha desse questionamento em Nietzsche, Freud e Marx operando uma ruptura com a ideia de que a “interpretação” exigiria uma escavação rumo às profundezas da linguagem. Para ele, quanto mais a interpretação avança para um suposto encontro com a verdade, mais caminha para sua morte. O que existiria então de subjacente a esse direcionamento para a profundidade seria, de fato, o falso pressuposto de que a investigação do símbolo conduziria à coisa em si, como se esse símbolo vivesse uma origem que lhe pertencesse ou fosse a própria coisa que apenas simboliza: “A morte da interpretação é o crer que há símbolos que existem primariamente, realmente, como marcas coerentes, pertinentes e sistemáticas. A vida da interpretação, pelo contrário, é o crer que não há mais do que interpretações”.²

¹ Michel Foucault, *Nietzsche, Freud e Marx: Theatrum Philosophicum* (Porto: Publicações Anagrama, 1980).

² Michel Foucault, *Nietzsche, Freud e Marx: Theatrum Philosophicum*, 21

A leitura de Nietzsche, Freud e Marx influenciou ainda a reflexão de Foucault no sentido de lhe permitir efetivar um novo olhar para a história em suas relações com a ideia de continuidade e com a noção de sujeito controlador do discurso. Seu projeto arqueológico abalou os conceitos dominantes sobre linguagem, história, sujeito, abrindo uma fenda no pensamento, de modo a instaurar as condições de possibilidade para os estudos sobre os saberes “instituintes”,³ aqueles que, por pressupostos da tradição, estariam fadados ao abandono, um gesto típico em relação ao que se afirmava estar “fora de lugar”. Nesse sentido, Foucault abriu uma brecha essencial para que os temas de “margem” que irrompem em sociedade reivindiquem seus estatutos de objetos a serem observados, justamente por não pertencerem ao já instituído.

Agindo no campo da epistemologia, Foucault recusa toda e qualquer compreensão da história das ideias como evolução da racionalidade humana. A concepção de história prevista em seu projeto arqueológico diz respeito à relação que uma ideia estabelece com outras epistemes, em decorrência das rupturas no campo do conhecimento. Nesse sentido, para Foucault, não importa definir o que significa um discurso, mas o questionamento que indaga por que uma episteme possibilitou o surgimento de um discurso e não de outros, ou, ainda, por que e como um objeto pôde aparecer. Assim, a caracterização dos solos epistemológicos vincula-se à determinação das regras de aparecimento de certos discursos e da verificação de suas condições de possibilidade. A história arqueológica foucaultiana praticada em *As palavras e as coisas*⁴ e posteriormente retomada em *A arqueologia do saber*⁵ se propôs a interpretar as estruturas que percorrem os períodos, através da investigação de acontecimentos “dispersos”, acontecimentos estes que foram deixados de lado pela história tradicional. Nesse sentido, quando Foucault indicou a importância de se examinar a ruptura que uma ideia estabelece com outras, abalou a concepção de história contínua e apontou para a possibilidade de se compreender a formação das ideias, em função não mais de uma sequência evolutiva e progressiva da racionalidade humana, e sim da “descontinuidade” entre os períodos. Assim, a própria colocação de solos epistemológicos fez com que a classificação tradicional desses períodos já não tivesse mais sentido. A “interpretação” de um determinado objeto como doença mental, sexualidade, representação pictórica etc. supõe que cada um desses objetos participa de uma história que lhe é própria, mas não explicável pela noção de evolução.

Várias foram as noções discutidas nas obras de Foucault que, remetendo direta ou indiretamente para a questão da “interpretação”, de qualquer forma dizem respeito a um modo específico de entendimento de “discurso”, de “representação”, de fazer histórico, de leitura de significados. As diferentes concepções de sujeito envolvidas ao longo de *As palavras e as coisas*,⁶ acabam por delimitar epistemes em que predominavam o pensamento da tradição metafísica e aquela que, com o advento da Psicanálise, Linguística e Etnologia, anunciam o surgimento de uma era em que o “sujeito fragmentado” (Psicanálise), o “jogo de linguagem” (Linguística), a “história circular” (Etnologia) indiciam a possibilidade de inclusão de temas periféricos e de um outro modo de se entender o discurso e as culturas. Vejamos.

Na episteme clássica – séculos XVII e XVIII –, o lugar do conhecimento do sujeito é aquele a partir do qual o homem é capaz de explicar não só as coisas como também o conhecimento que tem sobre as coisas. Daí se poder dizer que houve uma época em que o sujeito foi entendido tanto pela capacidade de representar como a de ter a consciência da representação. Não é por acaso que Foucault escolhe o quadro *Las meninas*, do pintor espanhol Diego Velásquez para descrever, no prefácio de *As Palavras e as coisas*,⁷ sobre noções como sujeito controlador do

³ Em “O discurso competente”, Marilena Chauí (Marilena Chauí, *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas* (São Paulo: Cortez, 1989, 3-13) faz a seguinte distinção: o saber “instituinte” é inaugural e, por isso, guarda as diferenças típicas das ideias em suas remotas emergências; por outro lado, o “discurso do conhecimento” é cúmplice da “ciência institucionalizada”, o discurso que perdeu tais variações iniciais. Daí ser denominado por “instituído”.

⁴ Michel Foucault, *As palavras e as coisas* (São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1966).

⁵ Michel Foucault, *A arqueologia do saber* (Petrópolis: Editora Vozes, 1972).

⁶ Michel Foucault, *As palavras e as coisas*.

⁷ Ibid.

discurso e da representação, uma escrita filosófica sobre noções cujo cenário é o ateliê em que os monarcas posam para o artista. Aí são apresentados ao leitor os vários cruzamentos de linhas ligando as personagens do quadro, a visão do espectador e os direcionamentos provocados pelas estratégias da pintura, a função do espelho, e, em especial, o gesto do artista que, ao se afastar da tela, mostra-se simultaneamente como modelador e modelo, pintor no interior do quadro e personagem para o espectador que o contempla de fora. Essa simultaneidade de significações acaba por conceder ao homem-artista o lugar de *centro* não só da representação que realiza dos reis, como também da representação de si próprio. O quadro de Velásquez ilustra bem a íntima relação entre as ideias de sujeito e de história, dominantes na época clássica. Esta relação entre história e sujeito clássicos encontra-se bem caracterizada no seguinte trecho de *Arqueologia do saber*:

A história é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser-lhe devolvido; a certeza de que o tempo não dispersará nada sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que todas essas coisas mantidas a uma grande distância pela diferença, o sujeito poderá um dia – sob a forma de consciência histórica – delas se apropriar novamente, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode bem chamar sua morada.⁸

Mas é no livro de 1966 que Foucault apresenta os indícios, na modernidade – século XIX/XX –, de uma marcante transformação no pensamento que, apontando para uma nova concepção de sujeito, indicava também o fim da episteme. A ruptura teria sido possibilitada, basicamente, pela contribuição dos saberes da Psicanálise, da Etnologia e da Linguística. Anuncia-se, então, outro homem no solo epistemológico do século XX, por conta desses saberes que, embora frutos da episteme moderna são os próprios indicadores do fim de sua época. Vejamos de que forma a Psicanálise indica a fragmentação do sujeito e suspende a ideia de representação.

Quando a Psicanálise caracteriza o inconsciente como possuidor de uma sintaxe própria e, portanto, estranha àquela apresentada pelo consciente, o inconsciente passa a ser uma região em que a “representação” fica interrompida. Essa interrupção encontra-se em três fenômenos interligados: a existência de uma barreira entre inconsciente e consciente; o inconsciente como produtor de símbolos relacionados entre si para formarem uma significação; o fato de tais símbolos e relações obedecerem a uma “Lei” que é própria do inconsciente. A representação agora está relacionada à impossibilidade da consciência de si pelo sujeito, pois, ao representar, o sujeito não apresenta o inconsciente e sim o deforma.

[...] diversamente das ciências humanas que, voltando-se, embora para o inconsciente, permanecem sempre no espaço do representável, a Psicanálise avança para tomar o passo da representação, galgá-la ao lado da finitude [...]. É nessa região onde a representação fica em suspenso, à beira de si mesma, aberta de algum modo sobre o fechamento da finitude, desenham-se três figuras pelas quais a vida, com as suas funções e as suas normas, vem fundar-se na muda repetição da Morte, os conflitos e as regras, na abertura desnudada do desejo, as significações e os sistemas, numa linguagem que é ao mesmo tempo Lei.⁹

Também o surgimento da Etnologia, veio revelar um novo objeto, isto é, um objeto que não se deixa ler através de uma história linear, como ocorre com os temas da “margem”, que não encontram no passado qualquer estágio que represente a causa de seu aparecimento. A Etnologia não pode manter uma relação com a historicidade, já que ela trata de conhecer os povos sem

⁸ Michel Foucault, *A arqueologia do saber*, 21.

⁹ Michel Foucault, *As palavras e as coisas*, 486.

registro, ou desprovidos de arquivos históricos. Seja pela dificuldade de se encontrarem documentos em culturas periféricas, seja por uma opção sistemática de estudo, a Etnologia investiga as invariantes de estruturas na sucessão de acontecimentos. No momento em que se aborda seu objeto por essa vertente e aponta para uma comparação entre a cultura ocidental e as culturas “sem-história”, coloca-se sob suspeita o critério de continuidade dos acontecimentos como sendo o único pelo qual as culturas em geral podem ser estudadas. Na verdade, a Etnologia vem mostrar um tipo de historicidade que não é linear, mas “circular”:

[...] neste modo de interrogação, o problema da história acha-se invertido porque se trata então de determinar, segundo os sistemas simbólicos utilizados, segundo as regras prescritas, segundo as normas funcionais escolhidas e assentes, a espécie de devir histórico de que cada cultura é susceptível. Assim, a Etnologia procura reassumir, desde a raiz, o modo de historicidade que nela pode surgir, as razões pelas quais a história será aí necessariamente cumulativa ou circular, progressiva ou submetida a oscilações regulares, capazes de ajustamentos espontâneos ou submetida a crises.¹⁰

Ao revelar a possibilidade de uma história diferente daquela que analisa os períodos em sua continuidade, os estudos etnológicos colocam em xeque a soberania da história global, o que possibilita o pensamento dos fatos pela perspectiva da “descontinuidade”. Essa perspectiva, por sua vez, cria as bases para a realização de um projeto, a partir do qual as culturas e os saberes aí produzidos podem ser examinados por suas relações de ruptura e de organizações em diferentes solos epistemológicos.

Os novos postulados referentes à história descontínua e ao sujeito partido só se firmaram a partir da aliança que a Linguística promoveu com os saberes da Psicanálise e da Etnologia, quando traz a nova concepção de linguagem do século XX. O aparecimento da Linguística muda o estatuto da referencialidade do conhecimento do homem, já que é por outro ângulo que se investiga a relação do sujeito com a linguagem. Em decorrência especial da noção de “valor” em Saussure,¹¹ a linguagem passa a ser compreendida como possuidora de uma ordem autônoma, independente do sujeito, marcando, por isso, um limite no homem. Neste sentido a Linguística veio se juntar à Psicanálise e à Etnologia para retirar o homem do lugar privilegiado do saber sobre as coisas. Ao aliar-se à Psicanálise e à Etnologia, a Linguística completa a formação de um campo bem específico de tematizações: linguagem, inconsciente, culturas a-históricas:

Por cima da Etnologia e da Psicanálise, mais exatamente entretecida com elas, uma terceira ‘contraciência’ (Linguística) viria percorrer, animar, inquietar todo o campo constituído das ciências humanas [...]. Tal como as outras duas ‘contraciências’, ela faria surgir, segundo um modo discursivo, as formas-limites das ciências humanas; tal como essas duas, alojaria sua experiência nessas duas regiões iluminadas e perigosas onde o saber do homem estabelece, sob as formas do inconsciente e da historicidade, a sua relação com que as torna possíveis. Todas três põem em risco aquilo mesmo que permitiu ao homem ser conhecido.¹²

Essas três formas de saber do século XX permitiram antecipar uma nova concepção de sujeito e o surgimento de uma nova episteme correlata ao conceito. O sujeito passou a ser configurado como ser partido, ambivalente, limitado por uma linguagem que, por pertencer a uma organização peculiar e estranha àquela de sua consciência, não se deixa determinar por essa

¹⁰ Michel Foucault, *As palavras e as coisas*, 490.

¹¹ Ferdinand de Saussure, *Curso de linguística geral* (São Paulo: Editora Cultrix, 1974).

¹² Michel Foucault, *As palavras e as coisas*, 494.

consciência. Perde, pois, a unidade da episteme clássica que o fazia supor ser o “centro” de sua história, o gerador dos acontecimentos, o elemento possibilitador do conhecimento e o mais digno de ser conhecido. Fragmentado, vê-se impossibilitado de ocupar o “centro” de seu discurso, já que está inscrito num jogo de relações conflituosas: numa relação entre as partes de seu interior que se estranham (consciente/inconsciente), numa relação com os discursos que não mais controla e que, contudo, nele penetram pelas ideologias veiculadas, numa relação com os seus desiguais, membros de outras classes da sociedade. Se assim é configurado, “a interpretação” das palavras e das coisas nada mais implica do que um “jogo” infinito de linguagem.

Desconstrução e Jacques Derrida

O pensamento de Jacques Derrida contribuiu, junto a Michel Foucault, para empreender uma fenda no pensamento da metafísica. Para isso, valeu-se do mito do nascimento da escrita, tematizado no diálogo entre Sócrates e Fedro¹³, escreveu as obras *A Farmácia de Platão*¹⁴ e *A escritura e a diferença*¹⁵ deixando-nos a herança de uma reflexão que revolucionou o modo dicotômico e excludente pela qual a filosofia do ocidente havia firmado suas raízes. O *pharmakon* constituiu a melhor metáfora para Derrida abalar a base binária da metafísica, cuja evidência mais significativa era a parceria mantida com o princípio estruturalista. De fato, pautados exclusivamente nos elementos dicotômicos, os críticos literários e os cientistas sociais da primeira década do século XX sempre privilegiaram as oposições – bem/mal; claro/escuro; dentro/fora – em detrimento da “diferença”, ou seja, de todo elemento deslocado desses paradigmas excludentes. O conceito de “diferença” – o que possibilita o resgate dos elementos que não pertencem nem a um nem a outro campo binário – constituiu um dos pontos fortes da crítica de Derrida ao pensamento filosófico, embora não devamos nos esquecer de que sua escrita desconstrutora, embora pertencesse “às margens” da filosofia, encontrava-se também no interior daquilo que ela própria denunciava. Não é por acaso que Derrida escreveu o seguinte: “não tem nenhum sentido abandonar os conceitos da metafísica para abalar a metafísica; não dispomos de nenhuma linguagem – de nenhuma sintaxe e de nenhum léxico – que seja estranha a essa história”.¹⁶

Quando Derrida valeu-se do diálogo entre Sócrates e Fedro sobre o nascimento da escrita para desenvolver suas ideias, percebeu que a escrita foi tratada como *pharmakon* no mito, como invenção do deus *Tot*, por remeter simultaneamente para “remédio” e “veneno”, ou seja, a “diferença” no mesmo termo. Isso permitiu que o filósofo melhor expusesse a crítica ao pensamento ocidental que sempre recalcou a “escrita”, em nome do privilégio da “fala”, a que só o “ser” em presença permitiria supor. A importância do conceito de *pharmakon* da filosofia derridiana para a uma nova atitude por parte dos pesquisadores, como veremos, diz respeito ao olhar antropológico que resgata questões relativas ao “outro” (“margem”), como diferentes daquelas que dizem do “mesmo” (“centro”).

A reflexão empreendida por Derrida põe em crise tanto a atividade estruturalista quanto o quadro mais amplo em que essa atividade se insere, que é a metafísica. Marcando as bases fonológico-cêntricas que sustentam o pensamento te(le)ológico do ocidente, o pensador promoveu o questionamento de uma série de conceitos que aí prevalecem, sem contudo simplesmente virar a página da filosofia, conforme ele mesmo escreveu. Sua *Gramatologia*¹⁷ propôs-se repensar os conceitos da tradição, examinando-os a partir de um gesto que consiste em ler os filósofos de uma certa maneira, maneira esta que implica situar suas ideias simultaneamente nas “margens” e na filosofia, já que se trata de uma escrita que emprega o mesmo discurso que visa rasurar.

¹³ Platão. *Fedro* (São Paulo: Martin Claret, 2001).

¹⁴ Jacques Derrida, *A farmácia de Platão*, trad. Rogério da Costa (São Paulo: Iluminuras, 1997).

¹⁵ Jacques Derrida, *A escritura e a diferença* (São Paulo: Editora Perspectiva, 1971).

¹⁶ Ibid., 233.

¹⁷ Jacques Derrida, *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973).

A importância do conceito de *pharmakon* da filosofia derridiana para a uma nova atitude por parte dos pesquisadores, como veremos, diz respeito ao olhar antropológico que resgata questões relativas ao “outro” (“margem”), como diferentes daquelas que dizem do “mesmo” (“centro”). Passemos aos aspectos nucleares da herança deixada por Derrida para que se pense na concepção de “interpretação” entre culturas distintas, subjacente às suas ideias. Para ele, os caracteres finalista e religioso da filosofia do ocidente sempre giraram em torno da noção de “centro”. Entretanto, na medida em que o “centro” se refere a um ponto da estrutura do discurso, pode indiferentemente ser denominado por “origem”, “consciência”, *arquê*, *telos*, “deus”, “homem”, todos esses termos designando a “invariante de uma presença”, sintetizada na expressão “significado transcendental”. Sabedor de que a metafísica se edificou pelo pré-conceito de que a *phoné*, inseparável do *logos*, se confundia com a presença do ser, pôde constatar que a metafísica se edificou pela crença numa escrita de natureza puramente fonética. Trata-se de um pensamento cujas origens se encontram em Platão, em que a “verdade”, ligada à “Ideia”, só podia ser buscada com a “presença” daquele que fala. A “interpretação” configurada nessa ordem de pensar “sempre afirmou o homem, sonhou a presença plena, o fundamento tranquilizador, a origem e o fim do jogo”.¹⁸ Neste sentido, o pensamento do Ocidente procurou continuamente estancar a mobilidade própria de qualquer estrutura, ou seja, sua “estruturalidade”, pela atitude de lhe atribuir um ponto de presença ou um marco de “origem”. A crítica feita por Derrida a esse entendimento de análise reside no fato de a investigação discursiva ter privilegiado o “significado”, recalçando, por conseguinte, a própria força do “significante”. A interpretação guiada pelo pressuposto do privilégio do “significado”, ou pela crença da profundidade, orientou-se por se fixar na ideia de “centro” da estrutura do discurso e por um correlato a essa ideia, que é o pensamento binário. Esse olhar colado nos elementos opositivos, comum tanto nos procedimentos da “análise” da literatura realizada pelos primeiros estruturalistas como nas reflexões sobre cultura, pôde encontrar seus fundamentos em oposições metafísicas entre sensível e inteligível, essência e aparência, verdadeiro e falso, dentro e fora etc. Abandonava-se, então, a diferença em si, entendida como *différance* (com “a”), ou seja, o momento anterior à diferenciação, aquele em que os significados ainda guardam todo o potencial de sua “força” de significação.

Para melhor configurar esse fenômeno de anterioridade aos signos, lembramos uma metáfora que bem ilustra o fenômeno típico da escrita. O texto é semelhante a um palco e, neste palco, há o prosclênio e o fundo da cena. É somente no momento em que se escreve que se determina qual significante vai ocupar o prosclênio. Consequentemente, essa escolha promove sempre o recalçamento de significados. A propósito desse fenômeno, Silviano Santiago¹⁹ nos lembra que Robert Desnos faz uma “versão desobediente” da oração do Pai Nosso em *L'Aumonyme* (1923), ao escrever o poema do Pai Nosso assim: “Nounou laissez-nous succomber à la tentation et d'aile ivrez nous du mal.”²⁰ O autor explica que só aí, na escrita (no campo *visual*), há a transgressão ao modelo, isto é, a transgressão do poema em relação ao Pai Nosso, “visto que o som das palavras combinadas pelo poeta perfaz, fonema por fonema, a totalidade da oração católica”.²¹ Derrida vai demonstrar que, se o espaçamento entre os signos e a manifestação por grafemas revelam a impossibilidade de uma escrita puramente fonética, é preciso pensar essa escrita como “escritura”.

Este fenômeno também pode ser ilustrado através do próprio grafema “a” de *différance* – ou *pharmakon*, ou “escritura” – que só marca a presença e caracteriza o conceito, quando se faz uso da linguagem escrita. A fala não permite que se distinga a *différance* com “a”, anterioridade da diferenciação, da *différance* com “e”, momento em que os significantes apontam para os vários significados. Se a escrita tem esse poder de recalque, a “interpretação” pode vir a ser cúmplice

¹⁸ Jacques Derrida, *A escritura e a diferença*, 249.

¹⁹ Silviano Santiago, *Uma literatura nos trópicos* (São Paulo: Editora Perspectiva, 1978).

²⁰ A distinção entre os versos do poema e as frases da oração só podem ser entendidas pela escrita, pelo espaçamento e pelo uso dos grafemas. Na fala, o som de ambas se assemelha.

²¹ Silviano Santiago, *Uma literatura nos trópicos*, 52.

desse gesto, caso se interesse somente pela cena visível da escrita e se esqueça de que essa cena promove o rebaixamento da “diferença”, ou outros possíveis significados.

A “interpretação” que trabalha com a *différance*, ao invés de atribuir um sentido, ativa a força desse *pharmakon*, dessa cena da escrita, ou “escritura”, como prefere Derrida. A metáfora do *pharmakon* permite que Derrida defina a atividade interpretativa que não se decide por um significado específico do signo, pois, contrariamente, impulsiona a força do significante. Remetendo ao mesmo tempo para “remédio” e “veneno”, o *pharmakon* é essa *différance*, esse instante em que os diferentes significados se encontram nele, *pharmakon*, potencialmente presentes. Pelos pressupostos derridianos, a interpretação não apaga nenhum dos significados. Deixa, pelo contrário, emergirem as forças de “remédio” e “veneno”, do “bem” e do “mal”, do “escuro” e do “claro”, do “dentro” e do “fora”, enfim de todas as oposições, de todas as distinções, de todas as *différences* (com “e”) passíveis de serem extraídas. A interpretação para Derrida não quer se confundir por uma leitura ideológica, tal qual se fez a história do sentido, baseando-se no valor de “verdade” da palavra e do ser enquanto presença – fono-logo-centrismo – e no centramento em uma cultura de referência – etnocentrismo. Deixar emergir a “força” do texto implica promover o “descentramento” da estrutura, isto é, não frear sua mobilidade, deixar movimentar sua “estruturalidade”. É assim que se ativa o “jogo” da estrutura.

Analizadas as noções de Derrida junto ao projeto arqueológico de Foucault, verificamos que ambos instauraram as condições de possibilidade para que temas periféricos se imponham como objeto de estudo. A crítica ao fono-logo-centrismo e ao etnocentrismo como valor de verdade da palavra e de centramento numa cultura de referência permite que a voz do “outro” seja resgatada na “escritura” do “mesmo”, que as manifestações deslocadas do canônico se imponham como saberes instituintes, que a história dos solos epistemológicos se construa através do exame de suas regras da dispersão. A partir do pensamento desconstrutor, todo um conjunto de temas ou propostas artístico-culturais alternativas pôde ocupar o proscênio, com a mesma força no “jogo” das trocas sociais: as variedades de performances narrativas; as representações desreferencializadas; os diários de gaveta; a sintaxe da marginalidade; a escrita em que ficção e realidade se avizinham sem demarcações; a “interpretação” que faz proliferar a força do significante; a sexualidade descentrada do lugar em que o corpo perpetua a espécie; os gêneros narrativos desvinculados da submissão classificatória; a resistência indígena na manutenção de seus rituais manifesta fora do espaço bíblico. Foram os objetos que se impuseram aos sujeitos para que inventasse um novo olhar para o espaço de “margem”.

Desconstrução, Silviano Santiago, Literatura comparada

A obra de Silviano Santiago constitui a face mais visível da complexidade com que o autor compreende a literatura e a cultura de estados pós-colonialistas e dizer seu nome é o mesmo que se referir ao reconhecido intérprete das textualidades plasticamente ligadas à tradição latino-americana. Sua inserção na Literatura reveste-se de um prisma específico de leitura das manifestações lítero-culturais de “margem”, cujo penoso processo de colonização, ao invés de travar a imaginação criativa, fez com que se prosperasse.

A abordagem que o autor fez da cultura latino-americana resulta da perspicácia de quem soube perceber a condição do criador como sujeito atravessado pelo trauma gravado na história de seu país. Para ele, o artista da cultura dependente, ao mesmo tempo em que vislumbra a tradição, traz consigo o sentido de uma nacionalidade. Vive um estado de contradição, que, no entanto, que não se dilui em síntese, como preveem as concepções ideológicas das sínteses. No aproveitamento do conceito nietzschiano de afirmação, Santiago entendeu que tanto o sentimento de raiz, quanto o apelo da forma universal atuam como “forças” das subjetividades discursivas das culturas colonizadas. Daí as manifestações desse “entre-lugar” engendrarem maior rentabilidade, quando

suas estéticas são observadas nos aspectos que elas mesmas capacitam: a “apropriação” e a “transgressão” da literatura canônica.

Em seu livro *O cosmopolitismo do pobre*,²² a Desconstrução de Michel Foucault e Jacques Derrida dá sinais da vitalidade de pressupostos, quando o autor brasileiro nos lembra de que os movimentos identitários de cultura buscam inventividades, sem se ausentarem do que as formas estrangeiras se propõem a realizar. Já nas páginas iniciais do capítulo “Atração do Mundo”,²³ fica evidente o lastro francês que perpassa a “interpretação” das mudanças dos modelos estéticos. Através da metáfora de “espectador do século”, presente no texto de Nabuco, Silviano vai desconstruindo, por um lado, os que sublinharam as mazelas de um Alencar em busca de mitos da identidade nacional e, por outro, explorando as lembranças de um narrador que, na velhice, confessa o fascínio que sempre sentiu pela geografia e pelo espetáculo cultural da tradição europeia. Por essa trajetória desestabilizadora de questões sobre nacionalidade, chega ao final do capítulo, lembrando-nos de um curioso fenômeno da sociedade contemporânea. Hoje somos testemunhas de duas tendências de manifestações artísticas que, por propósitos diferenciados, têm se voltado para a expressão de novas formas de identidade cultural. Por um lado, percebem-se certos “casulos” no “cotidiano de grandes cidades”²⁴ “pipocando” aqui e ali e, apesar da dispersão, são capazes de se comunicar diretamente com grupos estrangeiros semelhantes, firmando alianças cosmopolitas horizontalmente dialógicas, ou seja, sem depender da verticalidade própria de quem vai pedir o aval do Estado. Por outro lado, existem grupos que, “antipáticos” à globalização, se organizam em torno da defesa da preservação das tradições regionais, como forma de reagirem ao que denominam “mesmismo globalizado”. Ambos, porém, constituem movimentos de identidade que estão “aquém e além do nacional”, e que por isso se distanciam do modelo da tradição imposta pelas elites brancas, patriarcais, etnocêntricas.

É essa dicção do discurso de Silviano que percorre as obras desde a segunda metade do século XX e que ainda respondem pelo fato de não ter se deixado conduzir pelas aderências das ideologias ou pela defesa dos paradigmas binários da metafísica. Por volta dos anos 70, em seu retorno ao Brasil depois de atuar na França, encontrou no meio acadêmico um clima propício para a expansão de uma proposta de Literatura comparada, que rompeu com as análises baseadas no paradigma norteador de “cópia”, “imitação”, “fonte”, “influência”, “atraso”, “repetição”. Sua nova grade conceitual serviu-lhe para que interpretasse as relações entre culturas, objetivando discorrer sobre o modo pelo qual as obras produzidas na “margem” apresentavam particularidades capazes de dialogar produtivamente com a tradição. Criadas em condição de dependência, no sentido de serem construídas em países cujo estágio socioeconômico constitui um *gap* em relação às colônias, as expressões lítero-culturais da América Latina demandam que os intérpretes ultrapassem os parcos limites da “imitação”, a fim de explorá-las em suas mais abrangentes potencialidades. Para isso, é essencial a observação da positividade dos dados de “diferença”, principalmente quando essas marcas se inscrevem no interior das semelhanças, tendo em vista a estratégia do artista que se apropria do “já-dito” para nele interferir, através da “apropriação”, “desarticulação” e “rearticulação” que fazem parte do processo. Diferente das análises formais voltadas para a construção de um sentido, ou para o fator “influência” na capacidade de um escritor bem escrever grandes obras, a matriz de Silviano promove uma ampla revisão das proposições estruturalistas de Barthes, Lévi-Strauss e Gerard Genette. Subjacentes à sua teoria percorrem vários conceitos do pensamento filosófico francês da Desconstrução, dentre eles, o de “descontinuidade histórica”, de Michel Foucault²⁵ e o de “escritura” (*pharmakon*), de Jacques Derrida.²⁶ Trata-se de noções fundamentais para sua concepção de “interpretação”, por um caminho que participa da ampla publicação de suas obras.

²² Silviano Santiago, *O Cosmopolitismo do pobre: crítica literária e cultural*, (Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004).

²³ Silviano Santiago, “Atração do mundo”. In: *O Cosmopolitismo do pobre*. Silviano Santiago (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004), 11-44.

²⁴ *Ibid.*, 40.

²⁵ Michel Foucault, *A arqueologia do saber* (Petrópolis: Vozes, 1972).

²⁶ Jacques Derrida, *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973).

A metáfora da "semente" em comparação com o sentido literal é ilustrativa da peculiaridade da concepção de "interpretação" pela qual abordou os primeiros textos escritos no Brasil e o tema da colonização portuguesa. Por essa perspectiva de herança francesa, Santiago faz uma crítica à ideia de construção de identidade atrelada ao etnocentrismo ou às marcas remotas do ideal vigente no já decantado romantismo. Recusando o coro do nacionalismo utópico, distante da lamúria na denúncia de perdas de nossas raízes, afastando-se do discurso oficial da História, as reflexões do pensador da cultura revelavam estreita aliança com a Etnologia e a Filosofia. Era pelo pressuposto da Desconstrução francesa que o autor se aproximava de uma espécie de filosofia do "sim" – no sentido nietzschiano do "amor fati" – propondo uma "interpretação" segundo a qual os signos do discurso são afirmados pelos significantes de superfície, e não pela escavação das profundidades textuais. Suas leituras vão ao encontro da positividade da "diferença", o que implica fazer falar o *pharmakon* – o "remédio" e o "veneno" –, ou variante conceitual de "escritura"²⁷ capaz de ressaltar os significados de que se reveste o termo "semente" na pregação jesuítica.

Remetendo a palavra "semente" tanto para o sentido metafórico – o sêmen da palavra de Deus –, quanto para o literal do "em se plantando tudo dá" da Carta de Pero Vaz de Caminha,²⁸ a leitura da "semente" nos escritos em "terra firme" desmascarava a imagem de cordialidade, que, volta e meia, era passada a limpo pelos manuais da História, quando se descrevia o encontro entre portugueses e indígenas. Aproximando essas observações com o pensamento de Derrida, verificamos que a "interpretação" permite ver, na própria "escritura" dos colonizadores, a violência do processo expansionista do Império. Através da Literatura comparada de Santiago, a resistência do "outro" (índigena) pode ser resgatada na palavra do "mesmo" (português), esteja ela compondo os poemas de José de Anchieta, a Carta de Pero Vaz de Caminha, ou mesmo a correspondência entre Manuel da Nóbrega e o Rei de Portugal. Para isso, basta desconfiar do sentido metafórico de "semente" nos textos da catequese, deixar de lado o "complemento" da tradição analítica e pensar a "semente" pelo "suplemento", o que implica fazer emergir a potência dos significados literal e metafórico. Se o "complemento" sempre remeteu para a ideia de totalidade da metafísica, o "suplemento" da "interpretação" santiago-derridiana pôde dizer do acréscimo semântico que vem se alojar ao significante disseminado na "escritura" jesuítica. Pelas variantes nocionais desse *pharmakon* no termo "semente", a "interpretação" do termo faz entrar em ebulição aquilo que, na "escritura" do "mesmo", esteve sempre silenciado pelo discurso da tradição, comprometido que se via com a linearidade dos acontecimentos e com a visão do colonizador. Movimentar o texto português significa, portanto, abalar a "estrutura" centrada, permitir que a "estruturalidade da estrutura" entre no "jogo" da linguagem, conforme pensou Derrida.²⁹

Além da recusa em estabelecer qualquer pacto com a ficção criada pela História, as ideias de Santiago se opunham ao paradigma binário do primeiro estruturalismo, desprendendo-se da "análise", pela qual somente os elementos em oposição eram destacados do discurso para comporem o eixo de seleção. O objetivo passou a ser o de levantar todas as possibilidades semânticas e foi assim por aí que o *pharmakon* "semente" do campo da religiosidade (remédio) poderia ser lido também pela "força" de um significado diferente: a violência ("veneno") com que se deu a posse da terra brasileira pelo português. Impor nova ordem e destruir o "atraso" da cultura autóctone significavam portanto, para os portugueses, o resultado das atitudes implicadas no germen missionário, do qual o colonizador precisava obter frutos religiosos e progressistas, a fim de repetir, etnocentricamente, em terra estrangeira, os valores que o orientavam em seu próprio país. Curioso notar que, nessa atividade desconstrutora do recalque metafísico³⁰ também o texto do corpo foi entendido como um campo discursivo minado de dubiedades. Se as análises

²⁷ Jacques Derrida, *A escritura e a diferença* (São Paulo: Perspectiva, 1971), 230.

²⁸ Jaime Cortesão, *A carta de Pero Vaz de Caminha* (São Paulo: Livros de Portugal, 1943).

²⁹ Jacques Derrida, *A escritura e a diferença*, 230.

³⁰ Conforme análises estruturalistas anteriores à proposta de Literatura comparada de Silviano Santiago.

estruturalistas, leitura dos missionários e discursos da história sempre reiteraram a “imitação”, pela “interpretação” de Santiago, o modo como o indígena posa, gesticula, olha, se movimenta alimentou um modo de leitura que pôs em xeque o sentido de “cópia” compartilhado pela tradição. A teatralidade da “imitação” do “mesmo”, praticada pelo nativo no ritual português, sinalizava para algo semelhante às experiências daqueles que viviam originariamente em Porto Rico. Nossos indígenas poderiam, nessa “imitação”, estar igualmente “sequiosos em contemplar o milagre bíblico, de provar o mistério religioso em todo seu esplendor de enigma”,³¹ e não por seguir a mesma crença do “outro”. Se foi por este tipo de aparente passividade contemplativa das cenas católicas que os índios dispunham seus corpos, é porque, paralelamente à absorção da cultura do colonizador, convive outra versão, cujo significado diria de um momento de comoção diante do mistério. Só que a “imitação”, neste caso, seria algo ligado à própria natureza de suas religiosidades, e não exclusivamente à crença no catolicismo europeu, como as análises etnocêntricas supuseram.

Essa dupla possibilidade extraída do potencial de encenação do corpo ratifica-se em textos da catequese, quando se constata as marcas de resistência que vêm habitar a “escritura” católica. Por elas, recupera-se, nas queixas dos textos portugueses, a perseverança de nossos bárbaros em se manterem nos costumes que lhes eram naturalmente afeitos. Não é de outra ordem o fenômeno que se observa nos textos da catequese. As demandas dos poemas, prosas e sermões portugueses permitem supor que, longe da máscara do rito católico, os índios conservavam a liturgia de suas crenças, nos momentos em que, terminada a festa cordial, os espaços se revestiam da familiaridade das tribos. A “interpretação” de um trecho do *Sermão do Espírito Santo* de Padre Antonio Vieira³² permite ver, na “escritura” em língua portuguesa, a “dificuldade da conversão” admitida pelo próprio Vieira. Também na carta de Padre Manoel da Nóbrega³³ fica clara a resistência indígena, particularmente no trecho em que o jesuíta escreve sobre a necessidade de virem para cá “muitos da Companhia”, de modo que fosse possível permanecer sustentando a palavra do “Rei” e do “Senhor dos Senhores”. Em ambos, percebe-se que o “outro”, antes silenciado pela História, passa a poder falar pela voz do português.

Várias dessas noções discutidas até aqui fazem parte do livro *Uma literatura nos trópicos*, de 1978, sendo que, no ensaio de abertura “O entre-lugar do discurso latino-americano”,³⁴ Silviano termina por construir uma sintaxe teórica capaz de orientar os pressupostos pelos quais são discutidos os temas dos outros dez capítulos. As ideias desse ensaio decorrem de uma crítica às reflexões estruturalistas que sinalizam para a miopia do reiterado e insuficiente dado “invisível” que aproxima as literaturas colonizadas e dominantes. Em sintonia com as noções de “descontinuidade” e “diferença”, o conceito de “entre-lugar” configura-se como uma espécie de resposta teórica ao questionamento que o próprio autor faz sobre o conceito de “imitação”, quando reflete sobre a condição de emergência dos discursos da América Latina e a função do intelectual que interpreta as produções lítero-culturais de seu país. Condensando a dubiedade da literatura e do intelectual, o “entre-lugar” sinaliza para a necessária relativização da Antropologia e a ineficácia da História em dar suporte a uma visão crítica adequada sobre comparativismo, quando se trata de analisar discursos de países que passaram por processo de colonização.

Mas é na inter-relação das ideias de *Uma literatura nos trópicos*,³⁵ de 1978, com *Vale quanto pesa*,³⁶ de 1982 que melhor podemos compreender as interfaces disciplinares de que tira proveito Santiago, seja para discutir noções que restringem a comparação entre literaturas, seja para

³¹ Silviano Santiago, *Uma literatura nos trópicos*, 15.

³² Antonio Vieira, “Sermão do Espírito Santo”. In: *Sermões* (São Paulo: Cultrix/MEC, 1975).

³³ Padre Manuel da Nóbrega, “Carta a El Rei D.João. 1552”. In: *Cartas jesuíticas e cartas do Brasil. 1549-1560* (Rio de Janeiro: Oficina Indústria Gráfica, 1931).

³⁴ Silviano Santiago, *Uma literatura nos trópicos*, 11-44.

³⁵ Silviano Santiago, *Uma literatura nos trópicos*.

³⁶ Silviano Santiago, *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982).

argumentar sobre aquelas que permitem compreender a contribuição das variadas formas de manifestação de “margem”. Quanto à História, ele nos lembra de que a afirmação dos dados duplicadores na análise dos acontecimentos nada mais fez do que realçar a glória do percurso da cultura dominante e o rebaixamento da cultura dominada. O inverso disso, que diria do estereotipado elogio ao somente nosso, também não levaria a uma reflexão produtiva, já que a defesa de um pensamento destituído de qualquer traço alienígena constituiria puro “devaneio verde-amarelo”.³⁷ Se a história universal relata nossos acontecimentos por pressupostos que leem aqui o que é para ser lido lá, ela só faz apagar o que pensa construir no interior do truncado discurso que produz. Por outro lado, embora a Antropologia se volte para a análise da cultura destituída de *a priori*, ela ainda não consolida a “explicação” de nossa “constituição”, tanto por falar do “ser enquanto destruição”, quanto por ocupar, para a História, um lugar de mera “ficção”. Foi preciso entender essas circunstâncias das variações disciplinares para que Silviano pensasse na função do intelectual estabelecido em países colonizados: “o intelectual brasileiro, no século XX, vive o drama de ter de recorrer a um discurso “histórico”, que o explica, mas que o destruiu, e a um discurso “antropológico”, que não mais o explica, mas que fala do seu ser enquanto destruição”.³⁸

Como então nos explicar e nos constituir? pergunto-me junto com Silviano Santiago. Para ele, nenhum campo disciplinar se autoriza integralmente nesta tarefa. Se esta é a conclusão a que chega, seus ensaios me conduzem para outro entendimento: aquele que diz da importância da Antropologia na matriz pela qual ele reflete sobre relações culturais. A proposta de analisar as sociedades colonizadas pelo conceito de “entre-lugar” resulta, sem dúvida, de um questionamento decisivo de sua função como intelectual, sendo que, neste diagnóstico, percebo as raízes que a Antropologia – junto à Etnologia – foi capaz de fincar. Aquilo que Santiago espera da Antropologia – o questionamento das minorias em sua “integração ao processo de ocidentalização” – significa, na verdade, o que ele próprio faz: questiona a “integração histórica” por pressupostos antropológicos, sem cair na ilusão de que as minorias existiriam fora de um processo de ocidentalização do mundo.

Para Santiago, é na configuração ambivalente do ser cultural que reside o drama ético do intelectual brasileiro em face de todas as minorias da América Latina. Sua compreensão dessas minorias pelo materialismo histórico tem de passar pela integração total e definitiva delas ao processo de ocidentalização do mundo; a compreensão dessas minorias pelo pensamento antropológico tem de questionar essa integração histórica, para que não continuem a viver uma “ficção” imposta como determinante do seu passado e do seu desaparecimento futuro. Difícil é o pacto entre o homem latino-americano e a História ocidental, a não ser que se caia em certas determinações de cunho desenvolvimentista, onde se afigura como capital a práxis ideológica do progresso.³⁹

Não é difícil concluir que o discurso latino-americano, por resistir pertencer exclusivamente a um campo – nem “materialismo histórico”, nem “pacto com a História ocidental”, nem “ufanismo” nacionalista – implica um entendimento apropriado à particularidade de sua condição. Nasce de um “entre-lugar” e este local, nos ensinam os escritores, significa criar, na assimilação do progresso, a riqueza do repertório que faz emergir uma outra forma de expressão, a forma possível somente na condição do “entre”, dos dados “em diferença” manifestos na simultaneidade da semelhança assimilada antropofagicamente das grandes referências artísticas. Se assim é o discurso latino-americano, cabe também ao intelectual perceber o significado de sua ocupação neste “entre-lugar”, a fim de que a interpretação das condições das culturas e das literaturas de “margem” revele boa rentabilidade para os estudos comparatistas. Fica

³⁷ Silviano Santiago, “Apesar de dependente, universal”. In: Silviano Santiago, *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais* (Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982), 20 (13-24).

³⁸ *Ibid.*, 17.

³⁹ *Ibid.*, 18.

claro, por exemplo, por que Santiago refere-se à antropofagia de Oswald de Andrade como um “antídoto” do modernismo ao “enciclopedismo europeucêntrico”, assinalando a vontade desse nosso escritor em “incorporar, criativamente, a sua produção dentro de um movimento universal”.⁴⁰ Quando nos reportamos ao movimento de 22, percebemos que a literatura de Oswald expressa, de fato, o estatuto do escritor de uma época em que seu país não era nem economicamente desenvolvido, nem se via imerso na radical incapacidade de vislumbrar as novas técnicas europeias. O compromisso de Oswald com a vanguarda modernista coloca-o no paradoxo de ser um soldado subalterno na tropa do progresso europeu e, ao mesmo tempo, pertencer à *avant-garde* nacional. Isto significa ocupar um lugar do qual ora ele pode ver quem está à frente – o avanço estrangeiro –, ora voltar-se para a direção oposta e pensar no passado que ficou para trás. Essa condição de “entre-lugar”, propulsora de perguntas do tipo “fico com minhas raízes ou me entrego à modernidade da poesia estrangeira?”, resulta em resposta, já dada pela literatura de Oswald, e que poderia ser traduzida assim: “não fico nem com uma, nem com outra; vivo a experiência das duas”. A forma coloquial aqui imaginada para a resposta é um modo de traduzir aquilo que, em termos teóricos, é amplamente explanado por Silviano, ou seja, o modo como o movimento do discurso latino-americano se apropria do outro para transgredi-lo. O resultado é a instauração de uma tensão entre possibilidades. Neste sentido, ao autor e ao intérprete não devem escapar nem o “primeiro texto”, nem a “rearticulação” decorrente da “desarticulação”.

O texto se organiza a partir de uma meditação silenciosa e traiçoeira sobre o primeiro texto, e o leitor, transformado em autor, tenta surpreender o modelo original nas suas limitações, nas suas fraquezas, nas suas lacunas, desarticula-o e rearticula de acordo com suas intenções, seguindo sua própria direção ideológica, sua visão do tema, apresentado de início pelo original.⁴¹

Esse movimento de apropriação, desarticulação e rearticulação é recorrente na obra de Oswald como um todo, embora duas de suas manifestações sejam modelares para ilustrar a maneira pela qual o escritor da vanguarda de 22 absorveu antropofagicamente o *dejà-dut*, conforme escreveu Foucault, ou do “já escrito”, como pensou Santiago.⁴² Uma delas diz respeito aos fragmentos que fazem parte da coleção de poemas *Pau Brasil*.⁴³ Os trechos da Carta de Pero Vaz, transpostos para as páginas do poeta do século XX, acabam por fundar uma estética – a estética do modernismo de Oswald –, pela estratégia de penetrar primeiramente no que é nosso – a Carta –, retirá-lo de sua procedência e reorganizá-lo sob a condição de outra geografia temporal-discursiva – o Poema. O olhar para o passado e o compromisso com a vanguarda aparecem através das estratégias de justaposição e de resignificação dos dados de uma história que já havia sido contada. A ausência de cerimônia na nova assinatura do “já-dito” – “por ocasião da descoberta do Brasil” – em *Pau Brasil* remete para a “descontinuidade”. Melhor do que isso, contudo, foi a bela criação artística que daí resultou.

Pau-Brasil, primeira coleção de poemas de Oswald de Andrade, serve para espicaçar os historiadores que são servos obedientes da cronologia e os que são defensores de princípios históricos normativos. Para dramatizar a situação lacunar, resolve bagunçar o coreto do tempo e da história ocidental. Faz ele questão de assinalar, desde o pátio do livro, que aqueles poemas escritos em 1924 o foram “por ocasião da descoberta do Brasil”.⁴⁴

⁴⁰ *Ibid.*, 21.

⁴¹ Silviano Santiago, *Uma literatura nos trópicos*, 22.

⁴² *Ibid.*

⁴³ Oswald de Andrade, *Obras completas: Poesias reunidas* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978).

⁴⁴ Silviano Santiago, “Elogio da tolerância racial”, *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), 9 de setembro, 1995, 8-10.

É esse tipo de estética antropofágica que aparece também na “Canção de exílio” de Oswald de Andrade.⁴⁵ Além da apropriação literal do primeiro título, desarticulando-o pela lacuna instaurada entre vanguarda e romantismo, o poeta rearticula-o quando introduz, nessa semelhança, o dado da “diferença”, que é a palavra “palmares” do primeiro verso modernista – “Minha terra tem palmares”. Diferente das leituras mais conhecidas desse fragmento, que dizem da crítica que o modernismo faz ao romantismo, a interpretação pode tomar outro rumo: revelar a convivência de forças canônicas e vanguardistas. Remeteria então tanto para a referência do “já dito” por Gonçalves Dias – Minha terra tem palmeiras –, a metáfora de nosso passado enaltecido da natureza, quanto para “palmares” – a “diferença” resultante da estética antropofágica, que enaltece o passado e diz que também fizemos rebelião libertadora. Ao invés do sentido único, aquele que subverte o significado do ufanismo romântico pela paródia, a “interpretação” remete para as forças do nacional expressas na superfície dos significantes: somos “palmeiras” e somos “palmares”; somos ufanistas e somos revolucionários; somos românticos e somos modernistas.

As interpretações desses dois momentos na literatura de Oswald – os poemas “Canção do Exílio” e “Pau Brasil”⁴⁶ – revelam, por fim, que, junto à absorção que sua poesia faz do cânone, convive uma outra espécie de antropofagia, desta vez, a antropofagia teórica de Santiago em relação ao *pharmakon* de Derrida e à “descontinuidade” de Foucault. Se através de sua matriz resgatamos a beleza de *Pau Brasil* pela interferência da “descontinuidade”; se na *Canção do exílio*⁴⁷ não se apaga nem o significado da tradição nem o da vanguarda; se é no lugar paradoxal que a literatura da cultura dominada melhor revela suas potencialidades estéticas, isso só pôde ocorrer porque coube ao crítico Silviano Santiago apropriar-se antropofagicamente das noções dos filósofos franceses, rearticulando seus conceitos em outro campo do saber, de modo que sua Teoria da literatura comparada fosse ao encontro do que a própria obra provocava. Em compasso com os filósofos da desconstrução, a interpretação do “entre-lugar” abriu as portas para que nosso intelectual, na inevitável condição de leitor de uma cultura diferente da europeia, se posicionasse conceitualmente, de modo a fazer emergir a riqueza, a complexidade e o paradoxo da condição de nossa literatura e daquele que fala desse lugar em que ela é produzida.

⁴⁵ Oswald de Andrade, *Obras completas: Poesias reunidas*, 17

⁴⁶ Oswald de Andrade, *Obras completas: Poesias reunidas* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971).

⁴⁷ *Ibid.*



DOSSIÊ “História e Literatura: ficção e verdade” (segunda parte)

Peregrinaciones poéticas por el áspero mundo

Margareth Santos

Professora Doutora da Universidade de São Paulo (USP – FFLCH – DLM)
marsantos@usp.br

Recebido em 30/06/2016. Aprovado em 14/11/2016.

Como citar este artigo: Santos, Margareth. “Peregrinaciones poéticas por el áspero mundo”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 3, n. 1 [4], p. 18-30. 2017. ISSN 2447-9020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: O artigo discute a poética de Ángel González e se centra no volume *Tratado de Urbanismo* (1967). O debate dessa obra, representativa na esfera das reflexões do poeta sobre o homem e seu entorno, pretende materializar sua profunda indagação sobre a realidade espanhola circundante. Esperamos que o estudo do núcleo de *Tratado de urbanismo* demonstre como o autor nos apresenta uma crônica dos “anos triunfais” franquistas, além de lançar no panorama literário da época um debate inusitado entre o sujeito poético e sua experiência no mundo, no qual seus versos adquirem a amplitude de uma “narrativa poética” que nos desvela o lado mais sombrio do suposto triunfalismo em que o “áspero mundo” da ditadura franquista se mostra em extensão e amplitude em seus detalhes mais sórdidos.

Palavras-chave: Ángel González, *Tratado de urbanismo*, anos triunfais franquistas.

Poetic pilgrimages to the rough world

Abstract: The present paper discusses Ángel González’s poetic work by focusing on his *Tratado de Urbanismo* (1967). The discussion of this piece, a remarkable one in terms of the poet’s reflection on men and their surroundings, intends to materialize its constant inquiring attitude towards Spanish reality. We expect this study to present how *Tratado de Urbanismo* offers a chronicle of the period known as the Francoist *años triunfales*. He also proposes an unusual debate between the poetic subject and their experience in the world, in which his verses become as amplified as a “poetic narrative” that uncovers the most obscure side of the pseudo-triumphalism. Therefore, the “rough world” of the Francoist dictatorship can be exposed in his most sordid details.

Keywords: Ángel González, *Tratado de urbanismo*, Francoist *años triunfales*.

Desde sus primeros poemas, Ángel González se equilibró entre la lucidez y el desencanto en sus versos. Hijo de padre republicano, que murió precozmente, y de madre católica algo fervorosa, tuvo un hermano fusilado durante la Guerra Civil Española y otro exiliado. De histórico infantil marcado por el amparo y la protección de mujeres del convivio familiar, el poeta ovetense se movió, por mucho tiempo, entre el mundo acariciado y el áspero.

Del primero, conservó las posibilidades del amor, a pesar de los tiempos revueltos y, a partir del segundo, pudo construir una poesía indagadora del individuo, conformada en su propia intimidad. Una obra de fondo político, pero libre del roce panfletario, íntima, pero imbuida de una visión penetrante de la realidad de su tiempo, aquí comprendida en dos planos: el histórico y el poético.

Representante de una generación de jóvenes que la guerra civil española atrapa cuando aún eran niños, Ángel González se encontrará bajo la dictadura franquista esperando un porvenir que le abra opciones de un futuro de mayor libertad en la escritura y en la vida. Mientras espera ese dichoso porvenir, el escritor formará parte de un grupo de poetas denominado, posteriormente, como Generación de 1950, o “generación de los niños de la guerra”¹. Tal conjunto de poetas se caracterizará por armar una escritura que reconocerá la poesía como la captura del momento, traducida en la conjugación entre lo ético y lo estético y capaz de defender que lo social no debe prescindir de lo individual. Con la pretensión de lograr esa interrelación, Ángel González se aferrará a la ironía como gran fuerza motora de su *Tratado de urbanismo*, núcleo de nuestra discusión.

Además de una ironía punzante, el libro señala algunas constantes que el poeta llevará consigo a lo largo de su obra, tales como: la visión del poema situado en el entorno urbano, la afición al uso de técnicas narrativas, el ejercicio de una crítica social cargada de matices sarcásticos unido a la manipulación de un lenguaje preocupado por la ambigüedad, a fin de alcanzar una pluralidad de sentidos y perspectivas sobre un mismo objeto.

Suscrita a esos aspectos múltiples, entre lo anecdótico, lo biográfico y el constructo poético, es posible afirmar que la obra de Ángel González se funda en la ficcionalización de un sujeto melancólico e irónico, cuya contundencia desgarradora se expresa con peculiar vehemencia en sus primeros volúmenes: *Áspero Mundo* (1956), *Sin esperanza, con convencimiento* (1961) y *Grado elemental* (1962). Aunque cumpla decir que dicha contundencia nunca dejará de existir en el

¹En la historia da literatura española se consideran como integrantes de la generación de 1950 los siguientes poetas: Jaime Gil de Biedma, José Agustín Goytisolo, Ángel González, José Ángel Valente, Carlos Barral, José Manuel Caballero Bonald, Eladio Cabañero, Francisco Brines y Antonio Gamoneda. Los trabajos imprescindibles para comprender la formación del grupo de 1950 son: Carlos Barral, *Los años sin excusa* (Barcelona: Barral editores, 1978); Gerardo Diego, *Poesía española (antologías)* (Madrid: Cátedra, 2007); Manuel Mantero, *Poetas españoles de posguerra* (Madrid: Espasa-Calpe, 1986); Luis García Montero, *Los dueños del vacío* (Barcelona: Tusquets, 2006); Pere Pena, *Poeta en Barcelona* (Barcelona: El Bardo, 1997); Fanny Rubio, e José Luis Falcó, *Poesía española contemporánea (1939-1980)* (Madrid: Alambra, 1981); Carmen Riera, *La escuela de Barcelona* (Barcelona: Anagrama, 1988) e Francisco Rico (dir.) *Historia y Crítica de la literatura española. Época contemporánea: 1939 – 1980*, vol. VIII (Barcelona: Editorial Crítica, 2004).

conjunto de su obra, incluso en su etapa más tardía, *Otoños y otras luces* (2001), cuando las horas veloces y el pesimismo, aliados a la edad avanzada y a su enfermedad se harán presentes.

Esas breves consideraciones preliminares son necesarias para que podamos comprender como el poeta, en el largo camino de su obra, se inclinó por temas y preocupaciones que se transformaron en constantes en su conjunto poético:

Es posible que mi poesía haya quedado en la nostalgia del mundo de bondad en el que creía mi madre, opuesto a la realidad donde esos valores no contaban demasiado. Probablemente esa decepción es lo que me lleva a hablar de las ruinas, de los escombros, de los despojos y todo eso. Por supuesto que esas imágenes tienen que ver con el paso del tiempo, con el deterioro que el tiempo inevitablemente produce. Pero también pueden estar relacionados con la nostalgia de una edad perdida, probablemente más imaginada que real, más soñada como perfecta que vivida como perfecta, y con la añoranza de la religión en la que me eduqué cuando niño, aunque ahora no soy nada religioso.²

En medio a las ruinas de que habla el poeta, se ubica nuestra propuesta: la de exponer algunos de los escombros sobre los cuáles yace la lectura de un tiempo latente, el de los años franquistas. Para reconstruirlo, pretendemos articular una lectura que se equilibre entre la exploración de algunos procedimientos formales de su poesía, pactados a determinadas cuestiones de naturaleza socio-histórica, de modo a comprender el flujo permanente de algunas preocupaciones de su obra.

Se trata de preguntarnos como el escritor concibe la potencia, o la impotencia de la voz poética, que se establece en el volumen *Tratado de urbanismo*, de 1967, y de cómo esa voz se comporta en un tiempo histórico violento, el de la dictadura franquista, tiempo en que Ángel define de forma enfática su posición frente a la escritura, a su diálogo con la tradición literaria y a la realidad circundante.

Si consideramos tal proposición, antes que iniciemos nuestro análisis de la obra propuesta, es fundamental que situemos ese tiempo histórico furtivo con el cual Ángel González dialoga, los años sesenta españoles.

Una época de envases: España en los años sesenta

En su novela *Cinco horas con Mario*, el escritor Miguel Delibes³ pondrá en la boca de su protagonista, Carmen Sotillo —un ejemplo rematado de ama de casa defensora del franquismo— una frase lapidaria, que definiría con precisión lo que fueron los años sesenta en España:

(...) porque tú ya sabes, Valen, cómo hacen ahora los libros, que parecen cualquier cosa, cajas de bombones o algo así, que dan más ganas de comerlos que de leerlos, ésta es la verdad, que vivimos la época de los

² Ángel González, "Autopercepción intelectual de un proceso histórico". In *La poesía y sus circunstancias* (Barcelona: Seix-Barral, 2005), 419.

³ Miguel Delibes, *Cinco horas con Mario* (Madrid: Destino, 1996).

envases, hija, no me digas, que en todas las cosas vale más lo de fuera que lo de dentro, que es una engañifa y una vergüenza.⁴

Por aquél entonces, mientras resonaba la voz de Carmen, los intelectuales españoles constataban tristemente que el régimen franquista no acabaría ni por la fuerza política ni por el alzamiento armado de los derrotados, sino por la muerte natural del dictador o su salida voluntaria. Se desarrollaba en la población española un curioso deseo de romper con el pasado inmediato de la guerra civil: en el ámbito económico, tras el lanzamiento del *Plan de Estabilización* —lo que permitió la entrada de inversiones extranjeras, pero, al contrario de lo que se suponía, generó pobreza interna e inmigración—, España anuncia el *Primer Plan de Desarrollo* (1964-1967), idealizado a fin de conseguir el despegue del país rumbo a la industrialización. De forma semejante a los planos europeos de aquella década, el país intenta encajarse en el concepto de desarrollo de los años 1960, que indicaba la industrialización como gran meta de los estados modernos.

De manera muy breve, podemos decir que los años sesenta se configuran como el auge de esas directrices, en que se acentúan la industrialización y su consecuente urbanización alrededor del mundo. Se crea un nuevo modelo de trabajador: aquél que cree en la producción como camino para la igualdad y para la libertad. Al fin y al cabo, cuanto mayor la producción, más puestos de trabajo serían creados y mayor sería el consumo, lo que llevaría (supuestamente) la población a más igualdad y más libertad.

Como parte de ese engranaje, las ciudades pasan a ser pensadas, planificadas y moldeadas a partir de las denominadas funciones esenciales: trabajo, vivienda, circulación y ocio⁵, a fin de favorecer la expansión y el consumo. En el centro de esas acciones, el gobierno surge como gran incentivador, sobre todo en un estado de excepción, en una dictadura como la franquista, que buscaba afirmar un discurso de paz y bienestar social, en que el Estado actuaba como controlador y buscaba proporcionar dichas condiciones. Eran los “años triunfales”, tan aclamados por el General Franco.

Metidos en ese escenario, veremos una España ávida por transformarse en una nación en vías de desarrollo, lista para incorporarse a los modelos de desarrollo americano y europeo. Y para que los españoles se sintieran europeos “de hecho y derecho”, se aceptaba de buen grado las ayudas norteamericanas, que en una maniobra de atracción de aliados durante la Guerra Fría, inyectaban apoyos económicos y sociales en suelo ibérico.

Dicha prosperidad, aunque distante de la europea, provocó lo que otro poeta de la generación de cincuenta, Jaime Gil de Biedma (1980, p.202), denominó como una “desradicalización de las clases trabajadoras”⁶: para buena parte de los jóvenes, la guerra civil no

⁴ Miguel Delibes, *Cinco horas con Mario*, 9.

⁵ Esos preceptos se encuentran en el manifiesto urbanístico titulado “Carta de Atenas”, proclamado en el IV Congreso Internacional de Arquitectura (CIAM), en 1933. En él, se proponía la llamada “Ciudad funcional”, en la cual se pregonaba la separación de las áreas residenciales, de trabajo y ocio.

⁶ Esa afirmación se encuentra en Jaime Gil de Biedma “Carta a España (o todo era Nochevieja en nuestra literatura al comenzar 1965)” In: *Al pie de la letra* (Barcelona: Editorial Crítica, 1980), 200-206.

pasaba de un recuerdo nebuloso en la memoria de los mayores o algo que se concentraba en la figura de un pariente exiliado, convertido en ente envidiado por vivir fuera de España.

A partir de esa mezcla de deseos y frustraciones, se nota que la historia española de aquel momento empezaba a consolidarse por jóvenes que querían aprovechar la vida, comprar un *seiscientos*, ir a más de cien por hora y no llevar cinturón, todo al ritmo de un tardío rock and roll. En medio a esa “desradicalización”, consumo, ciudadanía y desarrollo pasan a caminar juntos.

Y será en el cruce de ese escenario histórico que Ángel González va a escribir su *Tratado de urbanismo*, cuyo núcleo compositivo, como ya hemos señalado, enuncia como principal fuerza motora la ironía, a través de la cual, el escritor impondrá al libro una dicción articulada entre una forma precisa de tratar temas de interés humano y universal y el sondeo de las posibilidades del lenguaje cotidiano. En la confluencia de esos elementos, veremos como “el poeta opera en niveles de significación que incorporan, de manera singular, el registro íntimo y el colectivo”⁷.

El volumen, conformado por el tránsito de dichos registros, se divide en tres partes: “Ciudad uno”, “Intermedio de canciones, sonetos y otras músicas y otras músicas” y “Ciudad cero”. Nos detendremos en el conjunto de voces presente en el apartado “Ciudad uno”, a través del cual, pretendemos discutir cómo sus versos se entranan a la historia social española en el presente y en el pasado inmediato.

Al debruarnos sobre los poemas, nos llama la atención el desfile de una fauna de seres desajustados, marginales y frustrados por sus versos: son prostitutas, seres desquiciados y trastos dispersos por urbes españolas, en lugares furtivos, propicios o no para el amor, viviendo en un tiempo hostil bajo córneas torturadas y vigilantes:

¿A dónde huir, entonces?
Por todas partes ojos bizcos,
córneas torturadas,
implacables pupilas,
retinas reticentes,
vigilan, desconfían, amenazan⁸

Ubicados en ese panorama desolador, llega el momento de indagarnos por los procedimientos que podrían indicarnos las peculiaridades del paisaje que delinea *Tratado de urbanismo*. Quizás podríamos empezar por lo que suena más obvio: la noción de tratado que titula el volumen. El tratado en cuestión surge emplazado en la ciudad, nos proporciona algunas ideas inmediatas y aparentes, como el rastreo de convenciones, pactos sociales o incluso el asomo de un minucioso examen, cuyo objeto sería el medio urbano, lo cotidiano y los que por allí transitan.

Muchos títulos del poemario nos llevan hacia esa senda, desde la denominación de áreas urbanas, como parques, zonas residenciales o comerciales hasta la mención a la burocracia o a copiosos análisis incrustados en términos que encabezan una serie de poemas, como “inventario”, “lecciones”, “preámbulo” e “interpretación”, que se propagan a lo largo de sus versos.

⁷ Andrew P. Debicki, *Poesía del conocimiento* (Madrid: Ediciones Júcar, 1986), 115.

⁸ Ángel González, *Palabra sobre palabra*, 187.

Pero, más allá del camino de carácter denominador, de fondo diccionario, podemos incursionar hacia el cuerpo de dichas ramificaciones, que se instalan en la superficie de la obra, y destacar un procedimiento utilizado exhaustivamente en la composición del volumen: la fragmentación del discurso.

Creemos que, a través de tal operación, repetida innumerables veces a lo largo de *Tratado de urbanismo*, se divisa la disposición de la obra y el esbozo de una voz poética inconformada, que busca en la asimetría y en la dispersión discursiva formas sorprendentes, a fin de representar el malestar del sujeto lírico frente a un mundo convulso, que se pretende sereno. En esa dinámica discursiva, entrevemos una poesía esmerada en su forma, pero comprometida con sentimientos que reivindican un carácter histórico, a la vez que se configura en el seno de una intimidad inquieta, cuya voz poética se clava en el entorno urbano⁹.

De ese conjunto, los poemas que se enraízan en el tejido urbano son, especialmente, “Parque zoológico”, “Zona residencial”, “Parque para difuntos”, “Centro comercial” y “Plaza con torreones y palacios”¹⁰. Todos esculpidos por una fuerte crítica a la realidad circundante.

En la constitución de esa realidad conviven estrategias poéticas que podrían parecer opuestas en un primer momento, ya que se conforman a través de un vocabulario sobrio, cargado de exactitud aliado a una ironía feroz. Y esa supuesta oposición, sobriedad e ironía, se articula, frecuentemente, de la siguiente manera: cuando empezamos a leer los poemas citados, notamos una sobriedad descriptiva inicial que construye un mundo de apariencia perfecta y equilibrada. Sin embargo, gradualmente, tal apariencia va cediendo lugar a una ironía capaz de corroer las nociones de perfección exteriorizadas a lo largo de los versos, lo que, al fin y al cabo, termina por deshacer la supuesta exactitud minuciosa y la armonía de las primeras asertivas del poema.

Un ejemplo de dicha estrategia se encuentra en “Zona residencial”, que arranca desde un ambiente bullicioso, de equilibrio modelar y finaliza en un paisaje inestable:

Hasta un ciego podría adivinarlo:
la perfección reside en estas calles.
Los ruidos, los olores,
el timbre delicado
de las voces humanas, el júbilo
de los ladridos,
el rumor armonioso de los coches,
la discreta presencia de las lilas,
incluso
la templanza del aire que difunde su aroma,
revelan, sin más datos,

⁹ Aquí, no puedo dejar de indicar el compromiso de *Tratado de urbanismo* con los postulados ético-estéticos del realismo crítico: “Hay un hecho innegable: en la posguerra y hasta, más o menos 1965, prevalece en nuestra poesía una corriente inspirada en motivos sociales, de visión realista, con intención testimonial y preocupación ética” In Leopoldo De Luis, *Poesía social Española Contemporánea. Antología 1939-1968* (Madrid: Biblioteca Nueva, 2000) 224.

¹⁰ Todos los poemas indicados se encuentran en Ángel González, *Palabra sobre palabra* (Barcelona: Seix-Barral, 1997).

eso que la mirada comprueba¹¹

El retrato idílico, personificado por una adjetivación que inspira, a todas voces, una armonía bucólica, forjada por una descripción de perfección imagética y sensorial, cede, poco a poco, el puesto hacia una ironía ácida, expresa en los paréntesis impertinentes que el sujeto poético va diseminando a lo largo del poema:

en la actitud cortés de los jardines
particulares
(generosos no sólo
en la distribución de polen y fragancia,
sino también volcados en la entrega
del cuerpo mismo de las flores
que se ofrecen, abiertas y sumisas,
entre las verjas y sobre las tapias),¹²

Frente a la personificación del paisaje, con “jardines cortesés”, la noción de “particular” se reviste de sentidos dubios: de un lado podemos pensar, de antemano, en la idea de un paisaje “diferente”, pero la descripción de esa particularidad se instaura en un vocabulario que nos incita a pensar en la noción de propiedad privada, es decir, en la misma concepción de zona residencial: restricta y cerrada a sus habitantes. De ahí que veamos a las flores que, también personificadas, se encuentran cercadas por verjas y tapias, donde ofrecen de manera sumisa sus “cuerpos”.

Ese movimiento de personificación atinge su punto álgido cuando en el poema vemos como los seres humanos del escenario dibujado se convierten en objetos decorativos de la zona residencial indicada en el título:

en las personas y sus atributos:
niños
(bicicletas y risas niqueladas)
militares
(de alta graduación, sin sable
ni escopeta, sólo
con artritismo y condecoraciones)
adolescentes
(de agradable formato, encuadrados
en piel de calidad insuperable)¹³

La intervención de los paréntesis, que amplía y fragmenta el discurso, unida a los apartes y encabalgamientos, confieren al poema la imagen de un catálogo de ventas, en que el individuo, el espacio y los objetos comparten adjetivos a fin de componer un supuesto ambiente apacible.

Nada escapa al contorno penetrante, moldeado por la insolencia de las imágenes que se impregnan de decadencia, como la de los generales, o de figuras cuyos atributos deslizan, inesperadamente, de los objetos hacia los seres humanos.

¹¹ Ángel González, *Palabra sobre palabra*, 197.

¹² Ángel González, *Palabra sobre palabra*, 198.

¹³ Ángel González, *Palabra sobre palabra*, 198.

A partir de ese movimiento de construcción irónica frente el enclaustramiento de los personajes del poema en un mundo cerrado, de supuesta paz y protección, la configuración histórica de los años de escritura de *Tratado de urbanismo* parece saltar a la vista: podríamos decir que estamos frente a una lectura ácida de promesas de confort y arrimo, siempre que se pueda pagar por ello.

Quizás sea a través de esa lectura crítica y sarcástica que podremos entrever cómo Ángel González tratará ética y estéticamente su momento histórico, puesto que, en él, podremos vislumbrar cómo la apertura hacia el consumo, en esos años, lanzará sobre la sociedad española, ávida por devorar las “delicias” proporcionadas por el capitalismo, una cortina de humo sobre cuestiones sociales tan fundamentales como la libertad de expresión.

Sin caer en la trampa de un discurso panfletario, el poeta tratará de disipar esa cortina de humo en poemas como “Centro comercial” y “Civilización de la opulencia”, en que divisamos la pregunta desconcertante del sujeto lírico sobre los escaparates rutilantes del centro comercial titulado:

Si una luz simboliza la esperanza
múltiples luces ¿simbolizan
múltiples esperanzas?¹⁴

La pregunta, aparentemente inocente, casi naíf, ubica un símbolo poderoso en el ideario humano: la esperanza. Y ella se encuentra enclavada en un “templo” de consumo, en el cual, las promesas de modernidad se traducen en tecnología y ofertas de una vida mejor. Anhelos algo románticos desaguan en espacios de consumo y de despersonalización.

Pasos y miradas similares se verifican en la lectura que dialoga de forma oblicua con el marxismo y se impone en el cuestionamiento incisivo de “Civilización de la opulencia”:

Mas la cuestión no es ésta:
íncubos o sirenas, ángeles
derribados o en activo, todos
esos objetos manufacturados, tantas
mercaderías y brillantes bienes,
¿se acercan
desde la lejanía de un mundo diferente,
más profundo y mejor,
para mostrar su perfección de seres
colmados, plenos, casi eternos,
o vienen
a contemplar la vida a la intemperie,

¹⁴ Ángel González, *Palabra sobre palabra*, 207.

la indefensión cercada a cielo abierto,
el apacible tránsito del hombre
a manera de grey
por su cañada?¹⁵

La cuestión arrojada en el poema respira aturdimiento y la constatación de un momento en que la mercancía prometida brilla con sus luces múltiples. No obstante, tal comprobación se establece de forma interrogativa, lo que desvía la afirmación directa y conduce el lector a la reflexión. No se trata solamente de una sociedad en que se cosifica todo, los versos no se restringen a una mera lectura del fetiche o del consumo, más bien consideran sobre la construcción de un ambiente sometido a promesas huecas, en que la mercancía extrapola su propia condición concreta y coincide con una libertad aparente:

se eleva
—incómodo, exquisito, indiferente—
un zapato,
un único zapato inconcebible:
abrumador ejemplo de belleza,
catedral entrevista sin distancia
cantando con su esbelta arquitectura
un mudo “gloria en las alturas”
a la mórbida, larga, afortunada y fuerte
pierna posible que de su horma surja¹⁶

En esa concentración contradictoria, los “zapatos de tacones” florecen con su carácter fantasmagórico, cuyas propiedades reales emergen turbinadas, cargadas de ofertas de autonomía que se incrustan en una dinámica de abstracciones concretas bajo el cielo de un “tiempo hostil”.

Ceñidos por ese canto en las alturas del consumo, no podemos olvidarnos, como señalado anteriormente, de que el escenario inhóspito que nos presenta Ángel González en sus versos también se delineaba en el horizonte español de los años sesenta.

Por lo tanto, que escuchemos los ecos de ese tiempo vicioso en el poema “Zona residencial” y de “Ciudad de la opulencia”, nos es mera coincidencia, puesto que en el poemario de Ángel González divisamos una dinámica de denuncia pendular, entre lo abstracto y lo concreto, especialmente en el volumen *Tratado de urbanismo*. Dicha tendencia, demanda una lectura de los “años triunfales” a través del cual el peso de la historia no anula el elemento estético, sino que articula dialécticamente lo íntimo y la Historia, en un testimonio ficcionalizado a través de una poesía incapaz de abdicar al compromiso con la historia de su tiempo, a la vez que la trasciende, ya que trata de cuestiones imperiosas en momentos de cercenamiento de individualidades.

Esa destreza de tránsito elocuente se exhibe de manera tajante en el poema “Lecciones de buen amor”, en el cual, se conforma un entorno ordenado y apacible a partir de la representación de un amor aparentemente invulnerable. Sin embargo, con el desarrollo del poema, la realidad se revela imprecisa y sombría.

¹⁵ Ángel González, *Palabra sobre palabra*, 209.

¹⁶ Ángel González, *Palabra sobre palabra*, 208.

Valiéndose de recursos estéticos como repeticiones, asertivas y comparaciones algo raras, el poeta estructura planos simultáneos y yuxtapuestos que suscitan la sensación de inestabilidad y ambigüedad:

Se amaban.
No demasiado jóvenes ni hermosos,
algo marcados ya por la fatiga
de convivir durante aquellos años,
una alimentación con excedentes
de azúcar y de grasa había dañado
su silueta,
desdibujando la esbeltez del cuello,
añadiendo volúmenes al vientre
y cierta pesadez a las caderas.
Pero se amaban y se mantenían juntos¹⁷

En los versos, la descripción del amor de la pareja ejemplar se reproduce en una repetición belicosa, se desmenuza en la voz del narrador, en la voz de los convivas de la pareja y en la de un “todos” abarcador, transformándose en glosas de ese sentimiento. La insistencia del “siempre juntos” se articula al “desdibujar” de los contornos, a los comentarios ajenos y, por fin, al propio pensamiento del marido y de la mujer, manoseados a fin de iluminar la trivialidad y el absurdo del entorno:

Juicios así de firmes, compartidos
sin una indecisión en la mirada,
y ese estar siempre juntos, sin tocarse
(mas tan compenetrados y corteses,
tan medidos sus justos ademanes,
tan comedidos sus bostezos entre
pasta y taza de té o pausa y pausa,
que parecía que toda su historia
conyugal sólo era
un largo ensayo general, pensando
en la ovación final de las visitas)¹⁸

El barniz espartano que recubre las apariencias alimentadas en los versos nos enseña que la vida modelar de hombres y mujeres se había convertido en sinónimo de cruzada religiosa y militar, en la cual el núcleo familiar se proclamaba indestructible.

¹⁷ Ángel González, *Palabra sobre palabra*, 199.

¹⁸ Ángel González, *Palabra sobre palabra*, 200.

No obstante, con el avance de la descripción de la vida en pareja, las camadas de sentido acumuladas a lo largo del poema esfuman el alegato impuesto. A la medida que el narrador va abriendo paréntesis a lo largo de “Lecciones de buen amor”, la narración poética se fragmenta, alimenta e imbrica un ejercicio de desvío de realidades preconcebidas, cuyo ápice se configura a través de un procedimiento discursivo peculiar: la inserción de una nota de pie de página en el poema, lo que amplía y desconcierta la experiencia de lectura.

En la nota de pie de página, el estilo de vida asumido por la pareja se descortina como una farsa alimentada por gestos calculados y palabras ensayadas, por seres simuladamente unidos frente a la sociedad, pero aislados en sus propios mundos, divididos entre un bostezo y una taza de té:

Y en efecto, era así.
Respecto a él, ella sabía
su egoísmo, que sólo le dolía
—o mejor, le dolió— algunas veces
con ocasión de aquellas cosas
—hablo de gente de bien, téngase en cuenta—
que se hacen en el lecho los domingos
por la mañana,
antes del desayuno
y tras el primer llanto de los niños.
En cuanto a ella, él conocía
su estupidez congénita, acentuada
posteriormente en largos internados
—oraciones, solfeo y acuarela—
en los que, con la pausa
de húmedos veraneos en el norte,
su personalidad fue madurando,
cubriéndose de costras, retorciéndose
hasta quebrar así: excipiente inocuo
—o secreción balsámica de sus mismas heridas—
emulsionado con dos partes
semejantes de gula y de codicia,
y perfumado
por una firme, extensa,
ciega adhesión al culto de dulía¹⁹

La yuxtaposición de las declaraciones de la pareja, a lo largo del poema, va abriéndose tal cual una caja china, combinando, sucesivamente, elementos ficcionales y reales: textos de la tradición literaria evocados por el título de poema (como *El libro de buen amor*, del Arcipreste de Hita y el poema “La destrucción o el amor”, de Vicente Aleixandre), clichés literarios y frases hechas se mezclan a fragmentos de los pronunciamentos franquistas de la época: “pero la juventud, y eso es lo grave, gusta el pecado incluso al aire libre”²⁰.

¹⁹ Ángel González, *Palabra sobre palabra*, 201-202.

²⁰ Ángel González, *Palabra sobre palabra*, 199.

A través del entramado que conllevan los distintos discursos de la nota de pie de página, se nos desvela la imagen de una sociedad que se quiere pródiga, pero cuyo verbo locuaz y vacío, se sostiene a través de la negación de voces disonantes.

Ubicado en el ámbito de las voces inarmónicas, gana amplitud el último poema del apartado *Ciudad uno*, “Preámbulo a un silencio” en que el sujeto poético cavila sobre las categorías de utilidad/inutilidad de la palabra. Aquí, la fragmentación del discurso se dispone en el uso de los paréntesis melancólicos del yo lírico y por los apartes infundidos a lo largo de los versos:

Porque se tiene conciencia de la inutilidad de tantas
cosas
a veces uno se sienta tranquilamente a la sombra de
un árbol —en verano—
Y se calla
(¿ Dije tranquilamente?: falso, falso :
uno se sienta inquieto haciendo extraños gestos,
pisoteando las hojas abatidas
por la furia de un otoño sombrío,
destrozando con los dedos el cartón inocente de una caja de fósforos,
mordiendo injustamente las uñas de esos dedos,
escupiendo en los charcos invernales,
golpeando con el puño cerrado la piel rugosa de las casas
que permanecen indiferentes al paso de la primavera,
una primavera urbana que asoma con timidez los flecos de sus cabellos verdes allá
arriba,
detrás del zinc oscuro de los canalones,
levemente arraigada a la materia efímera de las tejas a punto de ser polvo.)²¹

En su recorrido, impulsado por un aluvión feroz de gerundios¹⁹, la voz poética instaaura la inestabilidad frente al paisaje idílico, imposible la quietud y la tranquilidad. El gesto desasosegado que vaga por un verano enrarecido y pide la sombra del árbol, se desplaza hacia los pies que pisotean hojas de un otoño sombrío, enmarcado por vientos furiosos. Las acciones angustiosas del sujeto lírico se inmiscuyen a los movimientos telúricos del cambio de las estaciones, lo que carga de expresión e impresión su tormento.

Clavados en ese movimiento vacilante, repleto de preguntas y reflexiones lanzadas al viento, constatamos que los versos de Ángel González no se detienen solo en el carácter estancado de un ambiente vigilado por “córneas torturadas”, tampoco se limita a cuestionar una supuesta libertad estampada por la apertura al consumo. Lo que se impone es una mirada desde una zona gris, desde la cual se puede pensar sobre las contradicciones de un entorno urbano, social y poético que atina de forma lineal y cíclica, discontinua y continua, que se reviste de utopía y de desaliento, entre momentos de esperanzas pías y resistencias poéticas.

²¹ Ángel González, *Palabra sobre palabra*, 212.

Al fin y al cabo, si pensamos en esos cotejos de recorrido tortuoso, podemos indicar que *Tratado de urbanismo*, en su conjunto corrosivo, estampa, en el panorama literario de la época, un nuevo debate entre el yo lírico y la experiencia en el mundo, en que los poemas adquieren la amplitud de una narrativa poética cáustica, cuya ironía acumulada nos expone el lado más sombrío de un aparente triunfalismo, revelado en extensión y en detalles sórdidos, sin que se pierda de vista las mediaciones del mundo moderno, en el cual, la figura del hombre urbano se erige en un cotidiano perfilado entre el mundo “áspero” y el “acariciado”.



DOSSIÊ “História e Literatura: ficção e verdade” (segunda parte)

A Hora da Estrela entre a ficção e a realidade:
ou o trágico em Macabéa

Rogério de Almeida

Prof. Faculdade de Educação - USP
rogerioa@usp.br

Fábio Takao Masuda

Doutorando História Social - USP
fabio.masuda@usp.br

Recebido em 30/06/2016. Aprovado em 14/11/2016.

Como citar este artigo: Almeida, Rogério e Masuda, Fábio Takao. “A Hora da Estrela entre a ficção e a realidade: ou o trágico em Macabéa”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 3, n 1 [4], p. 31-41. 2017. ISSN 2447-9020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Explicitaremos as relações entre ficção e história, tendo como objeto *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector. Tal escolha se deve pelo fato da obra clariceana ser caracterizada como intimista, embora acreditemos que seja possível compreender as consequências sociais acarretadas pelo processo de modernização no Brasil, ocorrido na segunda metade do século XX, através da análise não só da personagem Macabéa, como também do narrador Rodrigo S. M., de modo a situar a obra entre ficção e realidade. É nessa zona de indeterminação e ambivalência que se instaura o caráter trágico de Macabéa, ao afirmar a vida diante da morte.

Palavras-chave: *A hora da estrela*, Clarice Lispector, ficção e história, Brasil republicano, modernização brasileira, pensamento trágico.

*“The Hour of the Star” between fiction and reality:
or, the tragic in Macabéa*

Abstract: In this article, we explicitly analyze the relations between fiction and history in the novel *A Hora da Estrela* (*The Hour of the Star*) by Clarice Lispector. While the novel is often characterized as an intimate one, it is possible to understand the social consequences provoked by the modernization process in Brazil in the second half of the twentieth century through analysis not only of the principal character Macabéa, but also of the narrator Rodrigo S.M. In this way, one may situate the novel between fiction and reality. It is in this zone of indeterminacy and ambivalence that the tragic character of Macabéa is revealed, affirming life in the face of death.

Keywords: The Hour of the Star, Clarice Lispector, fiction and history, Republican Brazil, Brazilian modernization, tragic thought.

A esta leitura entre os dados da realidade e suas representações é o que se chama de leitura do intervalo. O intervalo, portanto, não é um vazio: é antes aquele tempo/espaço em que a literatura se afirma como literatura sendo sempre mais do que literatura porque apontando para esferas do conhecimento a partir das quais o signo literário alcança a representação.¹

A hora da estrela, último livro publicado por Clarice Lispector, em 1977, representa, para alguns críticos, um momento de inflexão; já outros especialistas veem essa obra como o afunilamento da crítica social engendrada pela autora. Por um lado, é evidente que nesse romance há uma crítica aberta às desigualdades sociais encontradas no Brasil, diferença relevante em relação aos outros romances escritos por Clarice. De outro lado, não podemos encarar tal diferença como uma mudança radical no estilo dessa escritora, uma vez que a sua ficção narrativa é caracterizada pela epifania e pela polissemia². Assim, o aspecto social está presente na obra clariceana, mesmo que em algumas obras isso ocorra com um grau de acentuação menor, pois, nestas, o que salta aos olhos é justamente a predominância de sua marca característica: o subjetivismo, a introspecção e o intimismo.

É nesse universo permeado de significados que se enquadra *A hora da estrela*. Nela não há somente a narrativa da retirante nordestina Macabéa, mas também existem outros dois eixos narrativos, a saber, o vinculado ao próprio narrador, Rodrigo S. M., e os dilemas da própria escritura da narrativa. Tal complexidade assinala de maneira exemplar a forma da narrativa moderna. Com efeito, o primeiro eixo narrativo é constituído pela história da personagem Macabéa, a qual representa o resultado das políticas de exclusão social brasileira. Ela é signo do deslocamento do migrante diante da metrópole, apresentada em toda sua hostilidade. O segundo eixo é articulado pela crise identitário-existencial vivida pelo próprio narrador, Rodrigo S. M., que é assolado por um sentimento de responsabilidade pelas contradições sociais do país. Por fim, o terceiro eixo narrativo é um exercício de metalinguagem e é composto pela problemática da construção do enredo da vida de Macabéa. Desta maneira, o leitor também é levado a participar do ofício do escritor, na medida em que ele discute o seu trabalho, ou seja, o ato de escrever ficções. Assim sendo, “a posição do leitor restabelece o sentido de historicidade da produção e da fruição artística e a possibilidade de diálogo entre temporalidades, algo que o relativismo desmedido nega, ao refutar o cruzamento de experiências distintas”³. Logo, *A hora da estrela*, ao cruzar essas diferentes temporalidades, apresenta-se como um objeto privilegiado para a investigação das relações entre ficção e história.

Diante de tal configuração narrativa da obra, propusemo-nos a analisar o modo que o processo de aceleração da modernização do Brasil republicano ⁴ comparece como um dado real

¹ João Alexandre Barbosa, *A leitura do Intervalo* (São Paulo: Iluminuras, 1990), 11.

² Neiva Pitta Kadota, *A Tessitura Dissimulada: o social em Clarice Lispector* (São Paulo: Estação Liberdade, 1997), 19.

³ Júlio Pimentel Pinto, *A leitura e seus lugares* (São Paulo: Estação Liberdade, 2004), 59.

⁴ O tema da modernização histórica no Brasil (*grasso modo*, esta periodização abarca o início dos anos de 1920 até o final da década de 1970), ou, se se preferir, quais são os sentidos para o termo “moderno” no Brasil, é tratado de diferentes ângulos e perspectivas de análise, precisamente, por causa da divergência ideológica, bem como da carga semântica, de caráter polissêmico, adquirida pela palavra modernização. Para muitos especialistas, houve de fato um forte sentimento de esperança e otimismo no progresso histórico durante tal período. Segundo Maria Arminda do Nascimento Arruda, *Metrópole e cultura* (Bauru, SP: EDUSC, 2001), 18-19: “Esse cenário pleno de ricas possibilidades encerrou tendências que se prolongarão no futuro, além de conter os germens de certas transformações históricas que ainda hoje se desdobram. No plano mais imediato das transformações em curso, a metamorfose foi identificada à ideia de progresso; no plano mais complexo, o progresso manifestava-se nos diferentes modos de reconhecimento do moderno. Modernização, Modernismo e Modernidade foram termos que por vezes se confundiam e, repetidas ocasiões, se distinguiam. De modo geral, Modernização referia-se ao aceleração das mudanças urbano- industriais, à diversificação dos padrões de consumo, à alteração nas formas de comportamento que passaram a se guiar por princípios semelhantes aos vigentes nos países desenvolvidos”. Já para Fernando Antonio Novais e João Manuel Cardoso de Mello, “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*, org. Lília Moritz Schwartz (São Paulo: Companhia das Letras, 1998), 560: “Os mais velhos lembram-se muito bem, mas os mais moços podem acreditar: entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna. Esse alegre otimismo, só contrariado em alguns

que contamina o texto ficcional e dele participa sem que seja obrigatoriamente descrito e caracterizado, mas contraparte da relação indissociável dos três eixos narrativos e seus pontos de intersecção: o da diegese⁵, com foco em Macabéia, o das reflexões do narrador sobre ela e o da construção do enredo por parte do leitor⁶. Não obstante, recusaremos a ideia de que o texto literário é um mero espelho da realidade ou de que não haja distinção entre a ficção e a escrita da história. Dada a tênue fronteira entre ficção e história, cujos espaços por vezes se sobrepõem, nos instauraremos nessa zona mista, intercambiável. Deste modo, o romance ficcional opera para além da literatura, que passa, necessariamente, pela ideia de “leitura do intervalo”, como menciona João Alexandre Barbosa na epígrafe. Essa dimensão intervalar da literatura deve ser entendida como um momento de (des)encontro, tendo em vista a matéria histórica que há de comum entre a narrativa ficcional e o próprio processo histórico em que o autor está inserido. Não é o caso de conjecturar uma visão determinista, mas sim de localizar o conteúdo histórico por meio da contaminação recíproca dos elementos diegéticos, próprios do universo literário, e dos dados extraliterários, próprios do campo da história. Assim, é possível apreender as imbricações existentes entre a literatura e a história, justamente, porque “aquilo que se lê na obra literária é sempre mais do que literatura”⁷. Isso significa, de acordo com Barbosa, que no “intervalo” da literatura ocorre a confluência e o afinilamento das significações interdisciplinares, as quais levam à expansão dos significados das representações literárias. É esse movimento unificador dos referenciais internos e externos da leitura que provoca dificuldade de definir as distinções entre história e ficção. Desta forma, os debates em torno das distinções e das semelhanças entre as narrativas ficcionais e as narrativas históricas são variados, complexos e, por isso, permanecem inconclusos. Porém, é nesta tensão, bem como nesta zona de indeterminação e ambivalência “em que vejo poder ser percebida a interdisciplinaridade, a de uma saída do texto para um retorno fertilizador a ele, só pode ser descrita como uma estratégia de apreensão daquele movimento de configuração do signo poético”⁸. Nesse sentido, *A hora da estrela* nos servirá como objeto desse exercício, uma vez que Antonio Candido reconhece na obra de Clarice Lispector “uma forma de conhecimento do mundo e das ideias”⁹. Por sua vez, Sérgio Buarque de Holanda salientou o seguinte:

Embora orientada em sentido diverso, a tentativa da sra. Clarice Lispector funda-se no mesmo empenho de dar voz articulada às mudanças por vezes radicais que se vão operando na condição e na consciência dos homens. E funda-se também na sua ambição de se apropriar de uma forma — uma técnica — mais em consonância com os temas abordados do que o são os recursos tradicionais da ficção, nascidos e sancionados em épocas de mais aparente estabilidade¹⁰.

As consequências da insígnia modernização brasileira: Macabéia — a “incompetente para a vida”¹¹

rápidos momentos, foi mudando a sua forma. Na década dos 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância. De 1967 em diante, a visão de progresso vai assumindo a nova forma de uma crença na modernização, isto é, de nosso acesso iminente ao ‘Primeiro Mundo’. Havia certamente bons motivos para afiançar o otimismo. A partir dos anos 80, entretanto, assiste-se ao reverso da medalha: as dúvidas quanto às possibilidades de construir uma sociedade efetivamente moderna tendem a crescer e o pessimismo ganha, pouco a pouco, intensidade”.

⁵ A diegese é compreendida como a realidade definida e representada pela narração como um mundo existente. Cf. Angélica Soares, *Gêneros Literários* (São Paulo: Ática, 2007), 44

⁶ Cf. Wolfgang Iser, “El Proceso de Lectura: enfoque fenomenológico” In: *Estética de la recepción* (Madrid: Arco/Libros, 1987), 149-164.

⁷ João Alexandre Barbosa, *A leitura do Intervalo*, 15.

⁸ *Ibid.*, 31.

⁹ Antonio Candido. “No raiar de Clarice Lispector”. In: *Vários Escritos* (São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977), 126.

¹⁰ Sérgio Buarque de Holanda, *O espírito e a letra: estudos de crítica literária, 1947- 1958*, vol. II (São Paulo: Companhia das Letras, 1996), 208.

¹¹ Clarice Lispector, *A hora da estrela* (Rio de Janeiro: Rocco, 1998), 24.

Como já foi dito acima, Macabéa é uma retirante nordestina que perdeu seus pais muito cedo, quando tinha apenas dois anos de idade, “lá” no sertão de Alagoas. Eles haviam falecido de “febres ruins”, então ela foi criada em Maceió pelo único parente que tinha, uma tia beata. Esta lhe imputou uma criação violenta, opressora e castradora, não apenas no âmbito físico como também psicológico. A tia “dava sempre com os nós dos dedos na cabeça de ossos fracos por falta de cálcio [...]” para “evitar que a menina viesse um dia a ser uma dessas moças que em Maceió ficavam nas ruas de cigarro aceso esperando homem”¹². Já adulta, com seus dezenove anos, migrou junto com a sua tia repressora para o Rio de Janeiro, “ignora-se o porquê”¹³. Contudo, mesmo com essa afirmação de Rodrigo S. M. de ignorar o porquê, é possível elaborar uma hipótese sobre a motivação de tal mudança, ao menos por parte da tia, pois Macabéa “não se conhece senão através de ir vivendo à toa”¹⁴: a tentativa de alcançar melhores condições de vida em relação as quais elas tinham na capital alagoana, mais precisamente, uma fuga da miséria a que estavam submetidas. A situação se tornou um clichê, entretanto, o fato é que Macabéa e sua tia representam os milhões de pessoas que fizeram parte de uma estatística espantosa, assim como a própria Clarice Lispector, que, por outros motivos, também se transferiu para o Rio de Janeiro em 1935, até então capital federal, junto com sua família:

Foi assim que migraram para as cidades, nos anos 50, 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural do Brasil em 1950); quase 14 milhões, nos anos 60 (cerca de 36% da população rural de 1960); 17 milhões, nos anos 70 (cerca de 40% da população rural de 1970). Em três décadas, a espantosa cifra de 39 milhões de pessoas!¹⁵

Com efeito, a representação de tal estatística ocorre na “dimensão intervalar” da literatura, trata-se da “saída do texto para um retorno fertilizador a ele”, na prerrogativa de Barbosa e no reconhecimento de que nenhum texto está isento a seu contexto. Contudo, essa relação não é simplesmente de correspondência entre os dados da realidade e os signos poéticos, já que

A verdade literária é uma, a verdade histórica, outra. Mas, mesmo que esteja repleta de mentiras - ou melhor, por isso mesmo -, a literatura conta uma história que a história, escrita pelos historiadores, não sabe nem pode contar. Porque as fraudes, os enganos e exageros da literatura narrativa servem para expressar verdades profundas e inquietantes, que somente dessa maneira enviesada vêm à luz¹⁶.

Assim, Macabéa foi trazida pela tia até o Rio de Janeiro, uma “cidade toda feita contra ela”¹⁷. E será que ela superará essas adversidades como fizeram os guerreiros Macabeus do Antigo Testamento, que são uma referência intertextual da qual deriva o nome da retirante? Infelizmente sabemos que não, pois essa é uma referência irônica, uma vez que a jovem nem tinha consciência de sua má sorte, tampouco das condicionantes históricas que a insígnia do processo modernizador brasileiro acarretava na vida dos migrantes como ela. Verdade esta que, por outro lado, era bem conhecida de Rodrigo S. M., como arrolada em uma das justificativas que dá para escrever a

¹² Clarice Lispector, *A hora da estrela*, 28.

¹³ *Ibid.*, 30.

¹⁴ *Ibid.*, 15.

¹⁵ Fernando Antonio Novais e João Manuel Cardoso de Mello, “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*, org. Lília Moritz Schwartz (São Paulo: Companhia das Letras, 1998), 581.

¹⁶ Mário Vargas Llosa, *A verdade das mentiras* (São Paulo: Arx, 2004), 20.

¹⁷ Clarice Lispector, *A hora da estrela*, 15.

narrativa ficcional de Macabéa: “Por que escrevo? Antes de tudo porque captei o espírito da língua e assim às vezes a forma é que faz o conteúdo. Escrevo, portanto, não por causa da nordestina, mas por motivo de ‘força maior’, como se diz nos requerimentos oficiais, por ‘força de lei’”¹⁸. Sua reflexão é ambivalente, pois a “força maior” que o leva a escrever incide tanto sobre a matéria de sua escrita, a condição social de “sua” personagem, quanto a uma dimensão existencial, de quem capta o “espírito da língua”, algo que se aproxima da noção deleuziana de que a escrita literária cria uma espécie de língua dentro da língua, um modo particular de se expressar, todavia que não é restrito a um sujeito:

De fato, o que produz enunciados em cada um de nós não se deve a nós como sujeitos, mas a outra coisa, às multiplicidades, às massas e às matilhas, aos povos e às tribos, aos agenciamentos coletivos que nos atravessam, que nos são interiores e que não conhecemos porque fazem parte de nosso próprio inconsciente.¹⁹

Neste sentido, Rodrigo escrevia também por sentir-se de alguma maneira responsável pela condição de Macabéa e, ao mesmo tempo, indignado diante da insultuosa desigualdade social existente no Brasil (não como sujeito – efetivamente inexistente, dada sua condição ficcional – mas como “agenciamento coletivo”), visto que essa última é uma consequência direta, dentre outros fatores, da forma como as camadas dirigentes conduziram a passagem do fim do século XIX aos anos de 1970. Claro que os mecanismos de exclusão variaram ao longo de tal período, porém, essa transição manteve excluídos setores historicamente marginalizados. Exatamente por isso o narrador afirma, logo em seguida:

E eis que fiquei receoso quando pus palavras sobre a nordestina. E a pergunta é: como escrevo? [...] Antecedentes meus do escrever? Sou um homem que tem mais dinheiro do que os que passam fome, o que faz de mim de algum modo um desonesto. E só minto na hora exata da mentira. Mas quando escrevo não minto. Que mais? Sim, não tenho classe social, marginalizado que sou. A classe alta me tem como um monstro esquisito, a média com desconfiança de que eu possa desequilibrá-la, a classe baixa nunca vem a mim²⁰.

O narrador expressa uma angustiada crise existencial, também ambivalente, posto que se vê forçado a lidar com sua condição de narrador, uma entidade ficcional criada para incorporar a identidade de um escritor, bem como, dado o ofício de escritor, com sua condição social, independentemente de sua situação financeira e da comercialização de sua obra. Isso acontece, pois Rodrigo S. M. sabe que, independente de sua glória pessoal, ele é “um homem que tem mais dinheiro do que os que passam fome” e, por conseguinte, tem um nível de vida melhor do que a maioria da população (ele pode usar seu tempo para escrever em vez de encontrar meios de subsistência). Isso demonstra a dificuldade dos escritores em representar o “outro”²¹, que nesse caso é o pobre, o miserável. Além disso, se por um lado Rodrigo se identifica com tal contradição histórica, por outro não pode ser aceito por nenhuma classe social, pois efetivamente, como escritor, não pertence a nenhuma. Sua condição é a de quem, participando da sociedade, está ao mesmo tempo fora, uma espécie de “monstro esquisito”, visto “com desconfiança” por sua existência circunscrita à sua escrita. E sabemos que, quando escreve, não mente. Por isso, Rodrigo

¹⁸ *Ibid.*, 18.

¹⁹ Roberto Machado, *Deluz: a arte e a filosofia* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009), 216.

²⁰ Clarice Lispector, *A hora da estrela*, 18-19.

²¹ Luís Bueno, “Os três tempos do romance de 30”, *Teresa: revista de literatura brasileira* (São Paulo: Editora 34), nº3, 2003, 263.

tenta resolver essa contradição entre o intelectual e o trabalhador por meio da negatividade: “Eu não sou um intelectual, escrevo com o corpo”²².

Em meio a tantas angústias, ouve-se então o grito desesperado de Clarice, que procura dar vazão ao seu sentimento de responsabilidade por meio do narrador fictício Rodrigo S. M.²³, como se observa na declaração da própria Clarice, após ganhar um prêmio da Fundação Cultural do Distrito Federal no valor de setenta mil cruzeiros, em 1976, pelo conjunto de sua obra: “Desde que recebi a notícia não consigo pensar senão nisto: crianças morrem de fome, crianças mortas de fome. Se eu doasse o prêmio para as crianças carentes os adultos ficariam com o dinheiro”²⁴. Essas poucas palavras sintetizam visivelmente a enorme aflição que percorria a existência de Clarice, já que ela tinha plena consciência de que “não há documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão de cultura”²⁵. Portanto, neste intenso momento de sua vida, a existência de Clarice foi permeada por essa responsabilidade social – preocupação com as “crianças carentes” – e, ao mesmo tempo, com a descrença nos dirigentes – “os adultos ficariam com o dinheiro”. E tal descrença, a partir do golpe de 1964, intensifica-se cada vez mais e tem o seu ápice no ano de 1979, que demarca o “fechamento” de um processo histórico, pois:

a vida cultural brasileira passava cada vez mais a ser orientada pelo e para o mercado, cuja natureza desagregadora, do ponto de vista sociocultural, [...] não favorecia a geração de projetos e debates, nem estimulava ações mais sistemáticas de intervenção político-cultural por parte dos grupos sociais mais tradicionalmente ligados às práticas culturais ²⁶.

Essa figura do intelectual impotente não era uma novidade, haja vista a tamanha dificuldade da geração intelectual de 1870, que teve em Machado de Assis seu maior e mais cético expoente. Muitos em sua época acreditaram que o fim da escravidão e o advento do regime republicano, mais tarde visto de perto por Euclides da Cunha e Lima Barreto, proporcionassem condições para que houvesse uma distribuição de renda mais justa e, conseqüentemente, uma sociedade economicamente mais igualitária. No entanto, tal esperança foi abortada. Nesse sentido, o historiador Nicolau Sevcenko aponta que tanto o projeto literário de Lima Barreto quanto o de Euclides da Cunha constituem alternativas distintas frente à paisagem da Belle Époque brasileira e das terríveis contradições da Primeira República do Brasil, caracterizada por Lima Barreto como a “República dos Bruzundangas”, “espécies de sociedades bizarras, onde os valores e as referências operavam às avessas”²⁷. “Às avessas” porque, embora o regime político tenha mudado, a arquitetura da exclusão foi inteiramente mantida, ou seja, a reiteração da desigualdade social se tornaria não só a marca da Primeira República como também dos demais regimes republicanos instaurados no Brasil ao longo da história.

De um lado ocorreu uma modernização do palco político, de outro as atuações desempenhadas nele continuaram extremamente arcaicas. Por isso, Rodrigo S. M., ciente de todo esse processo histórico, representa o intelectual brasileiro impotente, descrente, frustrado. Já Macabéa constitui o retrato de toda aquela massa de pessoas alijadas da modernização conservadora e excludente implantada no solo brasileiro. Com efeito, o que resta a essa personagem é somente ser “incompetente para a vida”.

²² Clarice Lispector, *A hora da estrela*, 16.

²³ O biógrafo de Clarice nos autoriza a reconhecer na voz do narrador sua própria voz: “por trás dele Clarice Lispector é ainda mais visível do que de costume”. Benjamin Moser, *Clarice, uma biografia* (São Paulo: Cosac Naif, 2009), 543.

²⁴ Teresa Montero, “Diálogos possíveis com Clarice Lispector”, *Revista Unisinos-IHUONLINE*.

www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1184615898.53word.doc. [Acessado em 16 de novembro, 2008].

²⁵ Walter Benjamin, “Sobre o conceito de história”. In: *Obras Escolhidas I* (São Paulo: Brasiliense, 1985), 225.

²⁶ Marcos Napolitano, “Cultura, modernidade e brasilidade (1922-1979)”. In: SZESZ, C. M., (et al) *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia* v. 1 (Bauru: EDUSC, 2003), 299.

²⁷ Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. (São Paulo: Companhia das Letras, 2003), 224.

Sob o olhar petrificante

Logo ao chegar ao “inacreditável Rio de Janeiro”, a tia moralista consegue um emprego, ou melhor, um subemprego de datilógrafa para a sua sobrinha Macabéa. Foi o último ato em vida daquela e, agora, esta passa a morar “numa vaga de quarto compartilhado com mais quatro moças balconistas das Lojas Americanas”²⁸. É o início do estrelato de Macabéa, que tem como espaço a grande metrópole carioca, onde tudo foi feito contra ela.

Nesse ponto, encontramos, mais uma vez, a presença de Clarice e sua íntima relação com a personagem Macabéa. Isso ocorre na medida em que esta última é fruto da observação da matéria histórica que passou aos olhos da escritora, como esclarece a própria Clarice Lispector na famosa entrevista concedida ao jornalista Júlio Lerner, da TV Cultura, em fevereiro de 1977. Nessa entrevista, Clarice diz que, ao passear por uma feira no bairro de São Cristóvão, feita nos moldes das que existem no Nordeste, avistou “uma moça nordestina, de Alagoas, tão pobre que só comia cachorro-quente”²⁹. Essa moça é transfigurada em Macabéa n’*A hora da estrela*, cuja narrativa não se resume apenas à sua condição social, como confirma a própria Clarice: “A história não é só isso, não. A história é de uma inocência pisada, de uma miséria anônima”³⁰.

Miséria que é endêmica e, no caso de “Maca”, atingia-a em todos os níveis de existência. Como sabemos, ela já nasceu subnutrida e sentiu na pele a penúria do mundo da seca, onde os coronéis mandam e desmandam, onde a arbitrariedade e a violência são cotidianas. Quando adulta, também não consegue preencher os vazios de sua vida e tampouco é capaz de fugir dos atos de violência; pelo contrário, ocorre um aprofundamento das suas carências, posto que chega a uma cidade onde é uma estranha e uma prisioneira da sua condição. “Macabéa, feita de contradições, reúne em si a pobreza econômica, física, alimentar e intelectual, de saúde, de costumes, de lazer, sempre segundo os padrões dominantes. Além disto é mulher, meio mestiça na raça e na religião”³¹. O que mais aterroriza é sua insensibilidade, sua incapacidade de tomar consciência de sua condição, não só social como também existencial.

Mesmo com a sua precária ocupação como datilógrafa de um escritório, Macabéa não consegue afirmar-se como sujeito e, tampouco, identificar-se com um determinado grupo social: “... é tão tola que às vezes sorri para os outros na rua. Ninguém lhe responde ao sorriso porque nem ao menos a olham”³², dado que a “vida é assim: aperta o botão e a vida acende. Só que ela não sabia qual era o botão de acender. Nem se dava conta de que vivia numa sociedade técnica onde ela era um parafuso dispensável”³³. Portanto, Macabéa era oca como o modo de vida que passava a vigorar, no Brasil, em escala cada vez maior, a partir dos anos de 1940: “Creio que é somente na década de 40 que se pode considerar seriamente a presença de uma série de atividades vinculadas à cultura popular de massa no Brasil”³⁴.

A indústria cultural e a sociedade de consumo estão presentes em cada página d’*A hora da estrela*, contudo, não como um espelhamento do real, e sim por uma contaminação recíproca entre a ficção e a história, dada a porosidade em tais narrativas. Então, lembraremos das referências mais do que concretas, como o pseudopatrocínio da Coca-Cola; a alimentação americanizada à base de cachorro quente e refrigerante; as Lojas Americanas nas quais trabalham as amigas de quarto de

²⁸ Clarice Lispector, *A hora da estrela*, 30.

²⁹ Nádia Battella Gotlib, “Macabéa e as mil pontas de uma estrela”. In: *Personae: grandes personagens da literatura brasileira*. orgs. MOTA, L. D. e ABDALA JR., Benjamin (São Paulo: Editora SENAC, 2001), 313.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ Suzi Frankl Sperber, “Jovem com ferrugem”. In: *Os pobres na Literatura Brasileira*, org. Roberto Schwarz (São Paulo: Editora Brasiliense, 1983), 155.

³² Clarice Lispector, *A hora da estrela*, 15-16.

³³ *Ibidem*, p. 29.

³⁴ Renato Ortiz, *A moderna tradição brasileira* (São Paulo: Editora Brasiliense, 2001), 38.

Macabéa; os ícones do cinema norte-americano Marilyn Monroe e Greta Garbo; as informações inúteis da Rádio Relógio, que dava “hora certa e cultura”; a publicidade, a qual aparecia na coleção de anúncios de jornais velhos recortados por Macabéa, cujo prazer era tão grande que os colava em um álbum: “havia um anúncio, o mais precioso, que mostrava em cores o pote aberto de um creme para pele de mulheres que simplesmente não eram ela”³⁵.

De maneira geral, diante deste quadro social mais amplo, temos de um lado o mecanismo de massificação capitalista e, de outro, o arcaísmo nas relações sociais, forças que incidem na personagem Macabéa, espécie de síntese da condição dos menos favorecidos frente ao projeto modernizador-excludente, que encontrou seu auge na ditadura militar. Condição de deslocamento, pois “Maca” não se situa nas relações sociais tradicionais, tampouco nas relações da sociedade de consumo: não tem rosto, é massa; não tem valor social, é migrante, é nordestina, é datilografa, é parda, é mulher.

Esse é o drama de Macabéa, que não consegue criar vínculo identitário nem mesmo quando inicia um “namoro ralo” com o paraibano Olímpico de Jesus. Este é um “cabra safado”, que trabalhava como operário de uma metalúrgica, emprego típico das grandes cidades que se industrializavam no centro-sul do Brasil. Embora também tenha vivenciado as mesmas mazelas que as estruturas sociais do sertão nordestino imputam aos seus habitantes, ele representa o outro lado dessa exclusão, visto que tinha muitas ambições na vida. Olímpico é o típico representante do trabalhador alienado – “o trabalho consistia em pegar barras de metal que vinham deslizando de cima da máquina para colocá-las embaixo, sobre uma placa deslizante. Nunca se perguntara por que colocava a barra embaixo”³⁶ – porém sabia muito bem o que queria ser: “um dia vou ser muito rico, disse ele que tinha uma grandeza demoníaca (...) e dissera que terminaria deputado pelo Estado da Paraíba”³⁷.

Olímpico não mediu esforços e não teve escrúpulos para alcançar seus objetivos, tanto que os alcançou. Essa enorme cobiça representa o espírito arrivista e embrutecido que atinge parte dos que são excluídos desse processo modernizador. E tal ambição não é somente o simples desejo de sair das péssimas condições de vida a que estão submetidos, como também de fazer parte da cúpula do poder que usufrui os benefícios da exploração do trabalho: “ele não era inocente coisa alguma, apesar de ser uma vítima geral do mundo. Tinha, descobri agora, dentro de si a dura semente do mal, gostava de se vingar, este era seu grande prazer e o que lhe dava força de vida”³⁸. No entanto, ele apreciava a vingança também porque o seu mundo se apresentava extremamente agressivo, ou seja, os seus encontros com a realidade não eram afetuosos e sensíveis, pelo contrário, eram hostis e brutais. Por isso, Rodrigo S. M., em seguida, logo o perdoa:

Ele tinha fome de ser outro. No mundo de Glória, por exemplo, ele ia se locupletar, o frágil machinho. Deixaria enfim de ser o que sempre fora e que escondia até de si mesmo por vergonha de tal fraqueza: é que desde menino na verdade não passava de um coração solitário pulsando com dificuldade no espaço. O sertanejo é antes de tudo um paciente. Eu o perdoo³⁹.

Macabéa localiza-se na outra ponta desse processo, devido à sua singela ignorância. Ela é submetida por essa mesma marcha, todavia não ambiciona, não deseja, não expressa vontade. Já Olímpico é seduzido pelos jogos de representação enfeixados na sociedade de consumo, que “reforça a percepção e o sentimento da necessidade de ser incluído nesse espaço, sob pena de

³⁵ Clarice Lispector, *A hora da estrela*, p. 38.

³⁶ *Ibid.*, 45.

³⁷ *Ibid.*, 45 e 47 (respectivamente).

³⁸ *Ibid.*, 47.

³⁹ *Ibid.*, 65-66.

converter as perdas numa perda irreversível: a da própria humanidade, invalidada pela incompetência”⁴⁰.

Não obstante, se o risco de Olímpico é perder sua humanidade por não participar da sociedade de consumo vendida pelos meios de comunicação em massa, ou por participar dela via um caminho brutal e desumanizador, já Macabéa não corre tal risco, pois não somente não deseja participar dessa sociedade como sequer reconhece em si uma humanidade. Macabéa não é desumana e sim inumana ou pré-humana. Resta-lhe, quando muito, sonhar com a humanidade dos outros. “Não se identificando a nada nem a ninguém que a circunde, sonha em tornar-se outra, iludindo-se com a fantasia de um dia vir a ser estrela de cinema, como Greta Garbo e, principalmente, Marilyn Monroe”⁴¹. Não tendo nenhuma relação de sociabilidade com a qual se reconheça e, por conseguinte, se identifique, Macabéa se espelha na alteridade, representada pela cultura de massas. Assim, ela se tornará matéria completamente opaca, seca, dura, estática, inócua, sem rosto, em suma, uma pedra. Isso tudo porque foi abatida pelo olhar amaldiçoado e conservador da Medusa modernizadora. Por isso, Rodrigo S. M. afirma que estará “lidando com fatos como se fossem as irremediáveis pedras de que falei”⁴².

Como disse Shakespeare, a vida “é uma história que conta o idiota, toda som e fúria, sem querer dizer nada”⁴³

Benjamin Moser registra que Clarice, por sugestão de Marina Colasanti e Affonso Romano de Sant’Anna, frequentava uma cartomante no bairro do Méier e, fazendo menção à entrevista concedida a Julio Lerner, resgata uma fala de Clarice que surgiu em uma de suas visitas à cartomante: “Ela disse várias coisas boas que iam acontecer e imaginei, quando tomei o táxi de volta, que seria muito engraçado se um táxi me pegasse, me atropelasse e eu morresse depois de ter ouvido todas essas coisas boas”⁴⁴. É desse fato corriqueiro que nasce o final d’A Hora da Estrela, desse curto-circuito entre o desejo de acreditar e a impossibilidade de transpor o caráter trágico⁴⁵ da existência. De acordo com Nietzsche, o trágico é a “fórmula da afirmação máxima, da plenitude, da abundância, um dizer sim sem reservas, até mesmo ao sofrimento, à própria culpa, a tudo o que é problemático e estranho na existência”⁴⁶. Esse aspecto negativo da vida é constantemente observado ⁴⁷ pelo narrador Rodrigo S.M.: “Eu poderia resolver pelo caminho mais fácil, matar a menina-infante, mas quero o pior: a vida. (...) A vida é um soco no estômago.”⁴⁸

⁴⁰ Marilena Chauí, “O Popular e a Massa”. In: *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1986), 39.

⁴¹ Gilberto Figueiredo Martins, “*Alter(c)idades- um exercício de escalas. (Espaço público, modos de subjetivação e formas de sociabilidade na obra de Clarice Lispector)*” (Tese de doutorado – FFLCH/USP. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, 2002), 103.

⁴² Clarice Lispector, *A hora da estrela*, 17.

⁴³ William Shakespeare, “Macbeth”. In: *Tragédias e comédias sombrias: obras completas* (Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006), 793.

⁴⁴ *Apud* Benjamin Moser, *Clarice, uma biografia*, 549.

⁴⁵ Cabe aqui mencionar o trágico interpretado também como “avesso da modernidade”, no sentido de um “refluxo do otimismo capitalista”, o que contrasta com o processo de modernização. Cf. Aldo Nelson Bona e Hélio Sochodolak, “O trágico como avesso da modernidade”. In: *História e tragicidade*, orgs. Hélio Sochodolak e Jair Antunes (São Paulo: Scortecci, 2010), 13- 14.

⁴⁶ Friedrich Nietzsche, *Ecce homo. Como alguém se torna o que é* (São Paulo: Companhia das Letras, 1995), 118.

⁴⁷ Da mesma forma que a obra literária não é um mero espelho da realidade histórica, também se torna imprescindível frisar que, a partir da relação filosofia e literatura, não é frutífero instrumentalizar a literatura em função de conceitos da filosofia, ou, ainda, lançar mão de conceitos instrumentais da filosofia para subordinar a crítica de uma narrativa literária. Por isso, é preciso estar muito atento ao que Benedito Nunes escreveu acerca da sua própria experiência como professor de filosofia ao investigar a obra de Clarice Lispector: Benedito Nunes, “Filosofia e literatura”. In: *No tempo do niilismo e outros ensaios* (São Paulo: Edições Loyola, 2012) 184- 185. “O primeiro risco a evitar é a busca de conceitos instrumentais na Filosofia para o exercício de uma pretensa Crítica Filosófica, que tentaria estudar a obra como a ilustração de verdades gerais. No primeiro estudo que escrevi sobre Clarice Lispector caí na sedutora armadilha dessa Crítica redutora, cujos passos exegéticos, muito esquemáticos, partem de uma analogia. Sobressaem nos contos e romances dessa autora graus de reflexividade dos personagens, que se enquadram nas categorias existenciais de mundo, *intersubjetividade conflitante e náusea*. Logo, bastaria elaborar a analogia para extrair da narrativa de Clarice Lispector uma conceptualística existencial ou, mais particularmente, existencialista [...] Eis o parco rendimento — ou rendimento nulo? — da Crítica desenvolvida como paráfrase filosófica. A ficção mesma da romancista, com seus procedimentos peculiares, da construção dos personagens ao aparato de sua linguagem, segundo a ligação característica entre *história* e o *discurso* que nessa ficção se efetua — tudo isso, que é propriamente literário, era como que suprimido e eliminado em proveito do ‘substrato

O que se passa, então, com Macabéa? Ela perde seu namorado Olímpico, que vê em Glória uma possibilidade de ascensão. Glória trabalhava com “Maca” e para compensar o roubo do namorado empresta-lhe dinheiro para uma visita à cartomante, a mesma que disse à Glória que Olímpico passaria a ser seu namorado. Madama Carlota põe as cartas para Macabéa e lhe diz que sua vida é horrível, entretanto, completou que a partir daí seria agraciada com um “maravilhoso destino”. Tal previsão seria o casamento com um homem muito rico, louro e de “olhos azuis ou verdes ou castanhos ou pretos”⁴⁹.

Macabéa estava espantada. Só então vira que sua vida era uma miséria. Teve vontade de chorar ao ver o seu lado oposto, ela que, como eu disse, até então se julgava feliz” [...] Sentia em si uma esperança tão violenta como jamais sentira tamanho desespero. Se ela não era mais ela mesma, isso significava uma perda que valia por um ganho. Assim como havia sentença de morte, a cartomante lhe decretara sentença de vida. Tudo de repente era muito e muito e tão amplo que ela sentiu vontade de chorar. Mas não chorou: seus olhos faiscavam como o sol que morria⁵⁰.

Por meio da invenção do futuro⁵¹, a cartomante dá vida à Macabéa, transforma-a em humana, pois faz nascer nela desejo, vontade, alegria. Não foi a medicina que lhe permitiu viver, pelo menos, não a medicina praticada pelo “médico barato” indicado por Glória. “Esse médico não tinha objetivo nenhum. A medicina era apenas para ganhar dinheiro e nunca por amor à profissão nem a doentes. Era desatento e achava a pobreza uma coisa feia. Trabalhava para os pobres detestando lidar com eles”⁵². Pelo contrário, de forma paradoxal, como já anunciou Shakespeare, foram as palavras da cartomante, que deram “sentença de vida” à pobre nordestina e a libertaram do “limbo impessoal”. Elas soaram como música na triste e silenciosa vida de uma jovem de quem foi retirado o direito ao grito. E, para Clarice, assim como para Nietzsche⁵³, a música tem este incrível poder de promover o reconhecimento de si, de intensificar a vida, como ocorre no episódio em que Macabéa ouve Una Furtiva Lacrima, de Enrico Caruso, “fora a única coisa belíssima”⁵⁴ na vida de Macabéa, visto que foi capaz de sensibilizar sua alma e, por conseguinte, a fez chorar. Nesse sentido, logo na “Dedicatória” do livro, Clarice reverencia e dedica essa obra a Beethoven, a Bach, a Chopin, a Stravinsky, a Richard Strauss, a Debussy, a Marlos Nobre, a Prokofiev, a Carl Orff, a Schönberg e aos dodecafônicos. Essa longa lista tem uma justificativa: “todos esses que em mim atingiram zonas assustadoramente inesperadas, todos

filosófico’ da narrativa. Nos estudos posteriores, pude, felizmente, corrigir essa distorção, sob o foco prioritário da narrativa literária ajustado ao primado da consciência individual que marca o plano da criação mimética em Clarice Lispector. O ‘substrato filosófico’ não é, de modo algum, independente desse plano. Sem subordinar a obra examinada a conceitos instrumentais da Filosofia — o que força a instrumentalização da própria obra, convertida no reflexo de uma determinada concepção filosófica —, minha crítica se tornaria mais respeitosa da exigência de verdade”.

⁴⁸ Clarice Lispector, *A hora da estrela*, 86.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 77.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 79.

⁵¹ Da mesma forma que a cartomante forneceu um sentido na vida de Macabéa, as perspectivas escatológicas do tempo sobre a história imputam uma visão linear de progresso inequívoco, de melhoria contínua, de salvação em relação ao passado. Segundo Nietzsche, trata-se do culto dos fatos, aquela história factual, que exerce o poder ao fazer previsões do futuro (como a cartomante d’ *A hora da estrela*, ou mesmo a ideologia da modernização). Com efeito, tal “poder da história”, ao mesmo tempo em que produz sentidos, segurança e expectativas na crença de um futuro previsível, gera também culto, domínio e submissão. Friedrich Nietzsche, *Segunda Consideração Intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a Vida*. (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003), 72-73: O “‘poder da história’ que praticamente converte todos os instantes em desguarnecida admiração ante os resultados positivos e conduz à idolatria do factual: para este culto, em geral, se treinou agora expressão mitologizante e, além disto, com todo o direito, bem alemã: ‘ter em conta os fatos’. Mas quem aprendeu inicialmente a se curvar e a inclinar a cabeça diante do ‘poder da história’ acaba, por último, dizendo ‘sim’ a todo poder, balançando mecanicamente a cabeça como os chineses, quer se trate de um governo ou de uma opinião pública ou de uma maioria numérica, movimentando seus membros no exato compasso em que qualquer ‘poder’ puxa os fios. Se todo evento contém em si uma necessidade racional, todo acontecimento é a vitória do lógico ou da ‘ideia’ — então se ajoelhem depressa e louvem agora toda a escala dos ‘eventos’!”

⁵² Clarice Lispector, *A hora da estrela*, 67-68.

⁵³ Rosa Maria Dias, *Nietzsche e a música*. (São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2005), 63-64.

⁵⁴ Clarice Lispector, *A hora da estrela*, p. 51.

esses profetas do presente e que a mim me vaticinaram a mim mesmo a ponto de eu neste instante explodir em: eu”⁵⁵.

Por outro lado, a música também anuncia a morte. É o que acontece, quando Macabéa é atropelada por um Mercedes amarelo, alegoria do processo modernizador. Ademais, ironicamente, a cartomante, ao errar a previsão, fornece-lhe o lindo som da vida que é seguido da morte. Esta é plangida pelo “som espichado e agudo” de um homem que tocava violino na esquina da rua em que Macabéa dá seus últimos suspiros de vida. Dessa forma, o destino de Macabéa só poderia ser este, o encontro com a vida, que é acompanhada da morte, pois essa última também é a libertação da miséria a que ela estava submetida e, mesmo após a tomada de consciência, ela não seria capaz de viver nessa cidade “toda feita contra ela”. Por isso, o homem do violino acompanha essa história desde o começo e Rodrigo S. M. também o conhece: “Sei que quando eu morrer vou ouvir o violino do homem e pedirei música, música, música”⁵⁶.

Ao fim e ao cabo, Macabéa cumpre o destino trágico de afirmar a vida diante do que é mais estranho na existência: “– ali deitada – teve uma úmida felicidade suprema, pois ela nascera para o abraço da morte”⁵⁷. Como aponta Claudio Dias G., a Tragédia é

orgulho e alegria que nasce mesmo da condição humana falha e do pior dos mundos, ao ofertar a arte como justificativa maior para a vida. Como bastião do sagrado, a Tragédia é um modo de ver e se aceitar incondicionalmente o destino e o mundo. É o afrontar o absurdo e a morte com o “amor fati”⁵⁸.

Isso nos obriga a reconhecer, como conclusão, que Clarice Lispector não se furtou a abordar problemas sociais importantes da história do Brasil, todavia recusou tomá-la como a única força definidora da realidade. Por meio de sua ficção, ou melhor, no espaço intervalar entre ficção e história, incrustou uma nordestina miserável não só na condição social, mas sobretudo existencial e, na impossibilidade de salvá-la das brutais consequências do processo modernizador brasileiro, tornou-a heroína trágica, não porque venceu a morte, mas justamente por ter celebrado a vida. É um instante fugaz, sem dúvida, muito distinto de todos os não que sua condição social lhe impingiu. No entanto, é paradoxalmente o instante mais intenso e pleno de toda sua vida. Não à toa, o livro termina com uma breve e contundente afirmação: “Sim”⁵⁹.

⁵⁵ *Ibid.*, 9.

⁵⁶ *Ibid.*, 82.

⁵⁷ *Ibid.*, 84.

⁵⁸ Claudio Dias G, *Clarice Lispector & Friedrich Nietzsche: um caso de amor fati* (São Paulo: Tempo Brasileiro, 2012), 50.

⁵⁹ Clarice Lispector, *A hora da estrela*, 87.



DOSSIÊ “História e Literatura: ficção e verdade” (segunda parte)

A indagação da História nos manuscritos literários de Guimarães Rosa

Camila Rodrigues

Pós-doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)
onapomona@gmail.com

Recebido em 05/07/2016. Aprovado em 14/11/2016.

Como citar este artigo: Rodrigues, Camila. “A indagação da História nos manuscritos literários de Guimarães Rosa”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 3, n 1 [4], p. 42-58. 2017. ISSN 2447-9020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: O objetivo deste artigo é problematizar as relações entre História e Literatura a partir da proposta metodológica pensada por Carlo Ginzburg em sugerir ao historiador que, ao invés de apenas analisar o produto literário final, concentre-se em suas fases preparatórias. Para problematizar isso foram consultados manuscritos de Guimarães Rosa como fontes primárias, e ali encontramos registro de certo questionamento da História. Nossos resultados sublinham a peculiaridade da perspectiva rosiana sobre o processo histórico, especialmente ao ressignificar o conflito entre os letrados e os iletrados, que é um dos mais violentos e silenciosos de nossa História Cultural até hoje.

Palavras-chave: Guimarães Rosa, história, literatura, manuscritos literários.

The inquiry of History in literary manuscripts of Guimarães Rosa

Abstract: The purpose of this article is to discuss the relationship between history and literature on the methodological approach designed by Carlo Ginzburg. It suggests that the historian, rather than just analyzing the final literary product, should focus on its preparatory stages. We consulted Guimarães Rosa's manuscripts as primary sources, where we were able to find a certain questioning of history. Our results underline the peculiarity of Rosa's perspective on the historical process, especially in reframing the conflict between the literate and the illiterate, which has been one of the most violent and quietest of our cultural history to date.

Keywords: Guimarães Rosa, history, literature, literary manuscripts.

A Historiografia e a crise dos paradigmas no século XX

(...) fazer história dos detritos da História. E isso é e sempre será algo louvável.
(Max Von Boehn, 1929)

Neste artigo¹ propomos problematizar as relações entre História e Literatura a partir de uma tendência observada na passagem do século XX para o XXI, e que foi bem considerada pelo contexto intelectual brasileiro de então e que está sintetizada nas seguintes palavras de Carlo Ginzburg:

A postura, hoje difundida, em relação às narrativas historiográficas me parece simplista porque examina, normalmente, só o produto literário final sem levar em conta as pesquisas (arquivísticas, filológicas, estatísticas etc.) que o tornaram possível. Deveríamos, pelo contrário, deslocar a atenção do produto literário final para as fases preparatórias (...) ²

Notável nesse trecho é que, ao refletir sobre como estava enxergando o pensamento dos pesquisadores em História em relação à narrativa literária nos primeiros anos do século XXI, Ginzburg também aventava uma interessante proposta metodológica, que vislumbra a possibilidade do historiador abordar a literatura a partir das habituais práticas de seu ofício³, e ainda assim contribuir para um aprofundamento a respeito de uma questão que, até então, era considerada apenas teórica.

Evidentemente, o advento desta perspectiva possui também um contexto na história das ideias, e este começou a se desenhar a partir de quando os intelectuais, em geral, passaram a repensar seus procedimentos e pontos de vista, instaurando-se o que se convencionou chamar de “crise dos paradigmas”. No que tange especificamente o campo da História, segundo Angela Castro Gomes⁴, dentre outras coisas, a partir da década de 1970 essas novas oportunidades de reflexão abriram a chance para que os pesquisadores pudessem examinar, legitimamente, diferenciados tipos de arquivos, que até então eram impensados.

Um exemplo disso são os acervos de pessoas, que a partir de então começaram a ser considerados, tornando-se fecunda possibilidade de promover uma expansão de abordagem que funcionaria como um legítimo “descentramento da história”⁵. Pensando a partir das propostas de Jacques Le Goff⁶ (1994), a pesquisadora do arquivo na Fundação Casa de Rui Barbosa Eliane Vasconcellos esclarece que “o objetivo principal de um arquivo é o de preservar a memória viva para a história, pois o documento produzido pode, com o passar do tempo, adquirir valor de monumento⁷.” De qualquer forma, nesses acervos os historiadores encontram material fragmentado e de difícil decifração, pois apresentam, simultaneamente, um aspecto afetivo

¹ Este artigo é resultado da pesquisa desenvolvida para a confecção da tese Camila Rodrigues, *Escrevendo a lápis de cor: Infância e História na escritura de Guimarães Rosa* (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2014), fomentada pela FAPESP. Ainda sobre tais “Cadernos”, mas com diferentes abordagens, existem dois artigos em publicações na área de Crítica Genética: Camila Rodrigues, “Poemas para ouvir: Uma interpretação dos Cadernos de Estudos para a obra de Guimarães Rosa,” *Manuscrita*, [vol.] 25, (2013) e Camila Rodrigues, “Anedotários nos Cadernos de Anotações: Uma vereda espirituosa nos manuscritos de Guimarães Rosa,” *Manuscrita*, [vol.] 29, (2015): 56-69 e também um capítulo de livro Camila Rodrigues, “A respeito dos Cadernos de Guimarães Rosa e o questionamento da História”. In: *Compêndio de crítica genética: América Latina*, org. S. Romanelli (Vinhedo: Editora Horizonte, 2015).

² Carlo Ginzburg, *Relações de Força: História, Retórica, Prova*, trad., ed. Jonatas Batista Neto (São Paulo: Cia das Letras, 2002), 114.

³ Camila Rodrigues. “Uma historiografia por nascer,” *I Encontro de pesquisa em História da UFMG – I Ephig*, v.2 (2012), 19-23, <https://sites.google.com/site/ephusufmg/anaes> (acessado em 25 junho, 2016).

⁴ Angela Castro Gomes, “Nas malhas do feitiço,” *Estudos Históricos*, [vol.] 11, 21 (1998): 122 (121-128).

⁵ Maria da Glória Bordini, “Acervos de escritores e o descentramento da História”, *O Eixo e a roda*, [vol.] 11 (2005): 15-23.

⁶ Jacques Le Goff, “Documento/Monumento”. In: *História e Memória*, trad. ed. Bernardo Leitão (Campinas: Editora Unicamp, 1994).

⁷ Eliane Vasconcellos, “Manuscritos literários e pesquisa,” *Letras hoje*. [vol.] 45, 4 (2010): 20-24.

emocional e também público, deixando o pesquisando diante daquela única vida – que passa então a ser todo um universo de significados, representando em si a própria história.

Historiograficamente, abordar esse material significou a possibilidade de poder deixar de se centrar nos temas que até então eram considerados os mais nobres da disciplina – como economia e política –, e esse aspecto foi bastante explorado com o advento da História Cultural, que veio abalar essa hierarquia temática e abrir novas perspectivas para se narrar a História⁸.

Se o acervo pessoal consultado for de um escritor, temos uma especificação significativa, pois é preciso estar sempre alerta para o fato de que estamos tratando da vida de um artista, e nos registros dela podemos encontrar, ou não, algum registro de atitude criativa, ou seja, algum processo de ficcionalização daquela realidade, que pode tornar mais complexa a atividade de investigação.

O acervo de Guimarães Rosa e seus manuscritos literários

Toda pessoa, sem dúvida, é um exemplar único, um acontecimento que não se repete. Mas poucas pessoas, talvez nenhuma, lembravam essa verdade com tamanha força como
João Guimarães Rosa.⁹

Neste artigo, abordaremos o acervo de João Guimarães Rosa, que está disponível para consulta de pesquisadores em dois arquivos públicos, sendo o maior deles o do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), contendo mais de 20 mil documentos; e um numericamente menor, que está disposto na Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB). Como tal conjunto de bens é imenso – composto por documentos sobre as funções na vida pública, como literato e como diplomata –, para tratar dele tivemos que estabelecer um recorte, então escolhemos nos debruçar sobre os documentos que registram o seu meticuloso trabalho de criação literária, através de correspondências, anotações, diários, cadernos, cadernetas, pastas com folhas avulsas, entre outros, somando um conjunto de apontamentos a partir dos quais é possível tomar contato com faces de todas as etapas de elaboração daquela literatura.

Se, terminologicamente, o vocábulo “manuscrito” corresponde a qualquer “texto escrito à mão, quando usado genericamente, engloba também textos datilografados ou digitados”¹⁰, então está claro que a consulta ao acervo de um escritor significa que vamos tratar da análise deste tipo de material. Porém, eles não são todos iguais, cada modalidade dá conta de responder a questionamentos específicos de cada tipo de pesquisador que os lê.

Se para a maioria dos historiadores que consultou o acervo de Guimarães Rosa, os documentos comumente escolhidos para sondar a posição do autor como artista ou intelectual foram suas correspondências e seus diários¹¹, para nós os mais interessantes documentos ali disponíveis são os que remetem ao processo de feitura daquilo que foi sua mais larga zona de intervenção: a literatura. Para esse objetivo, então, teríamos que consultar especialmente os seus espaços de composição literária, procurando neles registros de como o autor pensou¹² alguns temas, como a contestação da História, que tem relevância capital para este artigo.

⁸ Lynn Hunt (org.) *A Nova História Cultural*, trad., ed. Jefferson Luiz Camargo (São Paulo: Martins Fontes, 1995).

⁹ Paulo Rónai, Prefácio a João Guimarães Rosa, *Tutaméia: Terceiras estórias* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1967).

¹⁰ Arquivo Nacional (Brasil), *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005), 1 CD-ROM.

¹¹ Vera Maria Pereira Theodosio, *Autor & Edição: três sub-séries da Correspondência de João Guimarães Rosa (1957-1967)* (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2011).

¹² Cf. Edna Maria F.S. Nascimento, “O texto rosiano: documentação e criação”, *Scripta* [vol.] 2 (1998).

Para um escritor aspirante a cronista como Rosa, a inspiração era principalmente buscada nas manifestações da vida, que eram brevemente registradas em seus *Cadernos* e *Cadernetas*, que são os documentos que desde o início, chamaram mais nossa atenção dentre todo o material de seu acervo. A constatação de que eles são extremamente fragmentados não deve causar estranhamento ao historiador, pois o fracionamento das informações aparece na consulta a qualquer arquivo, justamente porque nele, segundo Arlette Farge¹³, a falta de linearidade leva o pesquisador a um mar de informações que podem ser selecionadas ou descartadas por ele, como se a ele tivesse sido dado o poder de optar por algumas dentre as múltiplas possibilidades ali oferecidas.

Embora não exista uma diferenciação clara entre o uso de cadernos e cadernetas por nosso autor, para quem lê o conteúdo de ambos os tipos de manuscritos de registro rosianos¹⁴ é perceptível que o relato fugaz da vida, dos sons e das vozes que ouvidas encontramos mais constantemente em algumas *Cadernetas*; já nos *Cadernos* aquela matéria prima se encontra em outra fase de elaboração e já está em pleno processo de transformação em expressão literária¹⁵.

O fato de Rosa ter utilizado cadernos em sua composição literária é bastante significativo, pois sinaliza o tempo em que ele escreveu. Desde o fim do século XIX, as práticas de escrita sofreram significativas mudanças, especialmente devido ao advento de utensílios facilitadores como a máquina de escrever e os próprios cadernos (ou cadernetas), o que veio consolidar a escritura como um hábito cotidiano, marcando definitivamente a cultura literária do século XX¹⁶.

Porque estamos tomando esse tipo material como fonte de pesquisa, é preciso estar atento para algumas de suas peculiaridades, como uma tendência a rejeitar qualquer lógica de seleção ou classificação, o que dificulta sua interpretação. Ainda assim estudiosos, como Louis Hay, já fizeram esforços no sentido de tentar montar uma tipologia para a explanação de tais “espaços escriturais”¹⁷, porém, como alertou o próprio Hay, é preciso ter sempre em mente que ali se encontra um material de criação, e ele tem seu próprio movimento, o que resulta no fato de que, qualquer o significado a ele atribuído, a partir de determinado momento, pode acabar escorregando pelos dedos de seus analistas¹⁸.

É fato que Rosa foi um dos escritores brasileiros do século XX que mais utilizou os cadernos, de diversos tipos, e o fez de diferentes formas. Alguns estão disponíveis para exame em seu acervo, mas divididos em três grupos. A maior parte se encontra no fundo IEB JGR, contando com vinte e sete exemplares manuscritos que foram catalogados naquele Arquivo como *Cadernos de estudos para a obra*. No mesmo instituto há também mais três exemplares que pertenceram a Rosa, mas que estão catalogados no espólio IEB ACRG, que é o de sua segunda esposa, Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, e estes foram catalogados como *Cadernos de anotações*. Por fim, há ainda mais cinco xerocópias de *Cadernos* rosianos, que também foram catalogados como *Cadernos de anotações*, e pertencem ao acervo de Rosa que ficou guardado com sua filha Vilma, que o disponibilizou ao arquivo de escritores da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Neste artigo trataremos de exemplos selecionados dessas séries.

Aventamos que é nos *Cadernos* de Rosa o que tomamos como os melhores registros do processo de construção daquela obra, pois ali o autor se propôs a retrabalhar literariamente a matéria prima da vida. Tradicionalmente, os pesquisadores que se debruçam sobre manuscritos literários buscam problematizar a relação entre eles e determinada obra publicada. Porém, graças à

¹³ Arlette Farge. *O Sabor do arquivo*, trad., ed. Fátima Murad (São Paulo: EDUSP, 2009).

¹⁴ Além dos vinte e sete *Cadernos*, o Fundo JGR no arquivo do JGR IEB, que pertence a Rosa, também possui oito *Cadernetas* disponíveis a consulta de pesquisadores.

¹⁵ Camila Rodrigues. “Poemas para ouvir: Uma interpretação dos Cadernos de Estudos para a obra de Guimarães Rosa,” *Manuscritica* [vol.] 25, (2013): 97 (95-106).

¹⁶ Louis Hay, “As Nascentes da escrita”. In: *Carnets d'écritvains*, org. Louis Hay, trad., ed. Vera Theodósio (Paris: Édition du Centre National de Recherche Scientifique, 1990), 9.

¹⁷ Verônica Galíndez-Jorge, *Fogos de artifício: Flaubert e a escritura* (São Paulo: Ateliê Editorial, 2009), 84.

¹⁸ Louis Hay, “As Nascentes da escrita”, 13.

própria natureza peculiar do material rosiano - que nos apresenta maior quantidade de documentos da fase inicial da escrita, de quando ia se tornar uma narrativa -, constata-se que muitos daqueles fugazes registros “podem dar origem a várias obras ao mesmo tempo, enquanto que outros podem não ter relação direta com nenhuma obra específica”¹⁹. Daí sugerirmos que eles são documentos ideias para sondarmos própria escrita de Rosa, não apenas uma obra.

Nos *Cadernos* do IEB JGR, vamos encontrar breves registros da vida, especialmente as elocuções verbais, mas que ali aparecem já sendo trabalhados literariamente. Isso nos aproxima de uma ideia já levantada pela crítica rosiana, quando apontou que aquela obra coloca em movimento elementos orais e também da escrita, promovendo uma “ficcionalização da fala”²⁰. Para a cultura brasileira, que se construiu no limiar do letramento²¹, uma produção literária que se propõe a discutir – no conteúdo e na forma- questões como essa, pode construir novos significados para um dos conflitos mais violentos e silenciosos da nossa História Cultural, que é aquele estabelecido entre os letrados e os iletrados²², e talvez esta já seja uma das formas usadas por nosso autor para inquirir a grande narrativa escrita História.

Vejamos, então, como são os *Cadernos* rosianos e com esses temas aparecem neles.

Fundo JGR : *Cadernos de Estudos para a obra e a literatura pela voz*

Margem da palavra
Entre as escuras duas
Margens da palavra
Clareira, luz madura
Rosa da palavra
Puro silêncio, nosso pai
(Milton Nascimento - Caetano Veloso, 1990)

Consultar os *Cadernos* de Rosa é uma experiência fascinante, pois ali é possível tomar contato com a própria “poiética”²³ rosiana: alguma espécie de nascimento, não sabemos se de alguma narrativa, de um novo tempo ou de alguma escrita. Nesse ambiente, um instinto interpelativo arrebatava-nos e alerta-nos para o fato de que adentramos o território especial dos “espaços de escriturais”²⁴ daquele autor, e ali teremos de lidar com o contexto próprio da criação literária e, portanto, entrar em contato com algo desconhecido, que já está ali, só que em processo de formação, já que “ainda não existe como ser, o que só ocorrerá quando o espírito lhe der ‘realidade’ e a fizer entrar em sua luz”²⁵.

Mantivemos a catalogação *Cadernos de Estudos para a obra* porque quase não encontramos naqueles documentos outras marcas que permitam nova classificação: eles não são numerados, a maioria não possui título ou data. Para um historiador, a escassez de limites cronológicos pode causar estranheza, porém lembramos que isso não significa que estes documentos não tenham nenhuma marcação temporal, mas apenas que elas aparecem ali de forma indireta, como observamos na frequente citação de textos que estava escrevendo para o jornal *Pulso*, periódico para o qual contribuiu na década de 1960. Ali a temporalidade procura não seguir qualquer fluxo

¹⁹ Claudia Amigo Pino & Roberto Zular, *Escrever sobre escrever – uma introdução à crítica genética*. (São Paulo: Martins Fontes, 2007), 137.

²⁰ Walnice Nogueira Galvão, “A Linguagem e a fala”. In: *As Formas do falso: um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas* [1972] 3ª. Ed. (São Paulo: Perspectiva, 1986), 69-76.

²¹ Alfredo Bosi, *Dialética da colonização* (São Paulo: Cia das Letras, 2003), 25.

²² C.F. Andrea Daher, *A oralidade perdida: ensaios de história das práticas letradas* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012).

²³ Referimo-nos à palavra de origem grega *poiésis*, que inicialmente significava criação, ação, confecção, fabricação e hoje passou a significar arte da poesia e faculdade poética.

²⁴ Verônica Galíndez-Jorge, *Fogos de artifício: Flaubert e a escritura*. (São Paulo: Ateliê Editorial, 2009), 84.

²⁵ Philippe Willemart, *Bastidores da criação literária*. (São Paulo: Iluminuras, 1999), 147-8.

ordenador, nos colocando no próprio território da indefinição e, consequentemente, das inúmeras possibilidades.

Outro estranhamento acontece logo no primeiro contato com estes *Cadernos*: eles constituem caderninhos de estudante (espirais ou brochuras), medindo por volta de 21 x 15 cm²⁶, alguns com capas bem interessantes: três tiveram suas capas extraviadas; sete são simples cadernos de estudante sem melhores classificações; dezesseis pertencem a quatro coleções comerciais – Roxi; Brasilidade; Vistas do Brasil e Jocomar -, mais um montado artesanalmente pelo autor, em um total de vinte e sete cadernos²⁷. Não julgamos que a descrição material dos *Cadernos* seja desimportante, afinal ela dá conta de problematizar uma das formas de se escrever literatura no Rio de Janeiro da segunda metade do século XX, contribuindo assim para a História Cultural, por isso a mencionamos e inserimos as tabelas descritivas em anexo. Porém sabemos que eles não contribuem diretamente para a questão proposta neste artigo, que é destacar outros processos que são mais perceptíveis em seu conteúdo, e especialmente na forma como está exposto, por isso não nos debruçaremos sobre elas aqui²⁸.

Esses documentos não são esboços narrativos, mas sim um conjunto de trechos que o autor teria ouvido ou pensado e em seguida anotado em breves citações, quase sempre iniciando com a sigla “M%”, significando algo que teria criado ou se apropriado. É importante sublinhar a força que um conjunto extenso de breves menções adquire na composição da obra literária de Rosa em seu momento tão inicial porque, ao elencá-las, o autor insere entre elas espaços, como se aventando para o surgimento de uma constante oscilação entre o silêncio e as formas de dizer, o que interpretamos já como uma característica herdada dos modos de expressão da tradição verbal.

A manifestação oral, que Paul Zumthor prefere chamar “vocalidade”, é “a historicidade da voz: seu uso”, pois ela está sempre em movimento e não cessa de proferir novas “sonoridades significantes”²⁹, ou seja, é o próprio veículo da criatividade na linguagem e esse fluxo é de total interesse ao nosso autor. Por outro lado, no tempo daquela produção, tínhamos a Grande Narrativa História, regida por categorias fixas - como a ordem cronológica, a linearidade, a lógica comum com começo, meio e fim definidos, etc., que causavam grande incômodo ao escritor, daí ele trazer tal controvérsia para sua obra e tentar ressignificá-la.

Entrando em contato com os originais daquele trabalho, ainda que saibamos que estamos no ambiente da invenção da literatura, onde o processo de construção ficcional acontece³⁰, não é incomum ocorrer certa surpresa ao não encontrarmos um texto, mas sim de registros de enunciações desconexas e desordenadas, que aparecem em forma de células poéticas, como se fossem pulsares, repletos de potencialidades de criação de tenras realidades linguísticas e também de novas narrativas, completamente diversas das categóricas narrativas históricas.

Sobre os efeitos da enigmática literatura rosiana, em outra seção do fundo IEB JGR, encontramos o texto *Plágio*, escrito por Manuel Bandeira, que foi publicado originalmente no *Jornal do Brasil*, em 18 de junho de 1961, no qual o poeta comenta o alto grau de dificuldade da leitura da obra rosiana defendendo que ele, como escritor, faz parte do grupo dos que teriam o

direito de não ficar em se servirem da língua, como toda (sic) gente, ou de o fazerem, mas acrescentando, como Mallarmé, um 'sentido novo às palavras

²⁶ Ainda que de tamanhos diferentes, todos os *Cadernos* se enquadram aproximadamente nessas dimensões, excetuando-se um, que é um pouco maior – 27,0 x 21,0 cm.

²⁷ Anexas a este artigo estão tabelas com descrições físicas dos três grupos de *Cadernos* rosianos que usamos como fontes de pesquisa.

²⁸ Cf. Camila Rodrigues, “A respeito dos Cadernos de Guimarães Rosa e o questionamento da História”. In: *Compêndio de crítica genética: América Latina*, org. S. ROMANELLI (Vinhedo: Editora Horizonte, 2015), 171-2.

²⁹ Paul Zumthor. *A letra e a voz: a 'literatura' medieval*, trad., ed. Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira, (São Paulo: Cia das Letras, 1993), 20-21.

³⁰ Cf. Luís Costa Lima, *História. Ficção. Literatura* (São Paulo: Cia das Letras, 2006), 280.

da tribo! Rosa inventa palavras, deforma-as, desintegra-as, recompõe-nas, faz alquimia, cirurgia plástica, sei lá o que seja”³¹.

Bandeira conta que, ao conhecer a expressão rosiana “aquém-túmulo”³², sentiu vontade de, ele próprio, tê-la criado, e então resolve plagiá-la ao inseri-la em um poema ao qual deu o significativo título *Poema com uma linha de Guimarães Rosa* ³³, como se estivesse reconhecendo e atestando a importância do excerto para a própria *poiésis* do autor mineiro, que comentamos ao mencionarmos os do M% nos *Cadernos*.

Tanto destaque para o que existe de insólito na forma de escrever rosiana só indica a importância da consulta ao local onde ele operava a transmutação da linguagem: seus manuscritos literários. E, verdadeiramente, é ali que encontramos registros de seu labor no sentido de executar a proposta de sua obra, na qual “cada palavra tem de ser justa como num bordado delicado”³⁴ e nos *Cadernos* encontramos alguns exemplos interessantíssimos de como o autor trabalhou nas composições morfológicas – usando onomatopeias, composições por aglutinação, subjetivação de verbos, derivações prefixais, sufixais, parassintéticas etc. - de termos peculiares para serem usados em sua obra:

“M% extraordinarice” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 4, p. 05);³⁵
 “M% personagente” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 4, p. 07);
 “M% - balbucibeijs” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 4, p. 08);
 “M% - bobifazer-se” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 4, p. 08);
 “M% - ZOORDIMJARDIM /JANLÓGICO” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 4, p. 08);
 “M% - estribilhir/estribilhindo” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 4, p. 08);
 “M% a aurorescência” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 4, p. 30);
 “M% a juvertude” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 4, p. 56);
 “M% abracadabraçar (o fantasma) (o esqueleto)” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 4, p. 63);
 “M% Pergaminhesco” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 4, p. 64);
 “M% grandes relâmpagos boi-tatando” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 4, p. 76);
 “M% pirilâmpadas” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 4, p. 77);
 “M% a pomarar (pássaro)” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 4, p. 78);
 “M% no melaçúcar/mel – e – açúcar” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 4, p. 78);
 “M% o alquimilicor” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 4, p. 88);
 “Desfarçado = descorado m% que perdeu a face” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 9, p. 23);

³¹ Manuel Bandeira, “Plágio”, *Jornal do Brasil*, 18 de junho de 1961. Disponível em *João Guimarães Rosa*. Arq. JGR-IEB/USP – R06,102.

³² Esta expressão é usada na estória “Nós, os temulentos”, do livro João Guimarães Rosa, *Tutaméia: Terceiras estórias*, 101.

³³ Cabe destacar que Bandeira explica em seu texto que o título surgiu a partir de Nilton Silva, que lhe teria mandado um poema chamado *Poema com uma linha de Manuel Bandeira*.

³⁴ Doravante, quando formos citar material disponível em acervo, convencionamos inserir o nome do autor, o título, local e data, arquivo, fundo e código correspondente. Neste caso: Maria da Graça de Faria Coutinho, *Cópia xerográfica de entrevista feita com João Guimarães Rosa para o 1o. ano Clássico do Colégio Brasileiro de Almeida* (Rio de Janeiro, 1966). Série Recortes de periódicos sobre Guimarães Rosa. Arq. JGR-IEB/USP R08,011. (...) In: João Guimarães Rosa. Arq. JGR-IEB/USP R08,011.

³⁵ No caso das citações fragmentadas dos *Cadernos*, adotamos ainda outras convenções que objetivam destacar sua especificidade, como incluir a referência completa junto ao corpo do texto em letra menor; por igual motivo, também convencionamos repetir sempre a referência completa usada no Arquivo IEB/USP (incluindo a caixa alta) e não usar os termos *idem* ou *op.cit.* Quando apresentamos M% ou pequenos recortes temáticos com mais de um fragmento de seu conteúdo, convencionamos mostrá-los como grandes citações, ainda que sejam fragmentos destacados com aspas.

“M% SENSABORES” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 9, p. 23-verso);
“Piolhar = criar piolhos” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 9, p. 24);
“M% admiraflores” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 18, p. 06);
“M% = silenciosadamente” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 20, p. 47);
“M% = elefantinamente” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 23, p. 10);
“M% = maisoumenismo” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 23, p. 37);
“M% = (riacho) o fliú fliú/Fliu-fliante/fliufliú” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 23, p. 48);

Nesses exemplos temos algumas amostras da atuação de um artista que desejava fazer com que cada palavra expressasse por si mesma, aquilo que quer dizer. Já em uma de suas primeiras entrevistas - no contexto de sua primeira publicação, *Sagarana* (1946), confessa sua “angústia de evitar a chapa, o chavão, a frase-feita”³⁶. Esse posicionamento é pertinente ao contexto da crise dos paradigmas – quando se passou a questionar tudo que até então era naturalizado -, então para Rosa, o cotidiano podia padronizar a linguagem, fazendo com que ela perdesse seu poder de comunicar e transformar a realidade. Mas em sua literatura, essa potência de criação está sempre aberta.

Em uma bela interpretação, o autor Antonio Callado, diz que quando o escritor mineiro se dedica a mexer no léxico, passa a se preocupar em desenvolver seus próprios instrumentos de trabalho, como Van Gogh que, para pintar, quis “saber como é que é a tinta [...] Rosa estava mais interessado era na palavra”, seja ela a falada, a escrita, em sua sintaxe, em sua semântica, em seus sotaques, sua historicidade etc., sendo por isso importante destacar que ele não quis criar uma língua própria, mas sim “desenvolver uma nova língua portuguesa. E isso ninguém fez como ele, nem no Brasil nem em Portugal”³⁷.

Além de intensificar a atuação do léxico, naqueles registros de escrita rosianos também é possível observar alguma espécie de conteúdo existente nos trechos, ainda que este apareça de forma difusa. Para este artigo, montamos algumas pequenas seleções com alguns temas de interesse aos nossos propósitos de problematizar algumas categorias da História que ali, nos fragmentos, aparecem como aberturas de outras possibilidades narrativas. O primeiro tema é o *tempo*:

“M% A gente se enchendo de tempos vazios” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 04, p.0 2);
“O tempo, como sempre, fingia que passava” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 18, p. 05);
“o tempo não é um relógio – é uma escalopendra” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 9, p. 03-verso);
“M% o continuaitar³⁸ do tempo, do riacho e do relógio” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 9, p. 18);

Nesses trechos vemos ser destacadas críticas à História cronológica, progressista e vazia, que ganhou muita força no século XX e que foi expressa por muitos pensadores, e isso seria uma espécie de cenário de pensamento daquela época, o que aparece em vários textos teóricos. Para exemplificar, selecionamos um fragmento da 13ª tese de *Sobre o conceito de história*, de Walter

³⁶ José César Borba, “Histórias de Itaguara e Cordisburgo”, *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), 19 de maio de 1946. Disponível em Arq. IEB/USP > série > Literatura > Subsérie Fortuna Crítica > código JGR-R02,214.

³⁷ Antonio Callado, “Depoimento de Antonio Callado sobre Guimarães Rosa e sua obra”. In: João Guimarães Rosa, *A Boiada* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011), 9-16.

³⁸ Esta palavra não consta no vocabulário oficial da Língua Portuguesa, mas como os cadernos são todos escritos a lápis ou a caneta, pode ser que isto tenha causado algum problema de decodificação.

Benjamin, que foi escrito em 1940: “A ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia do progresso tem como pressuposto a crítica da ideia dessa marcha.”³⁹

Cabe esclarecer que, ao trazer o fragmento benjaminiano, não estamos aludindo qualquer relação direta entre os textos, mas especialmente porque ele igualmente está escrito em frações, e sintetiza algumas das questões apresentadas nos fragmentos dos *Cadernos*, como expressar preocupações em relação ao tempo linear, seu movimento e a história.

Mas há ainda um último fragmento sobre o tempo e a história que deixamos para o final, porque ele é diferenciado e praticamente, se constitui em uma convocação para uma quebra da continuidade, na linguagem, na vida e na história:

“Quebrar o fio da história
Quebrar a palavra
Quebrar a relação com alguém
Quebrar-se uma geração (passar da linha reta à bastarda)” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 17, p. 57);

Se a ruptura é uma pausa, nesses *Cadernos* ela é expressa em espaços, mas na linguagem, ela vem pelo silêncio, que é o elemento mediador entre a palavra escrita e falada, e é também onde se pode criar novos significados:

“M% Tempo e silêncio, juntos não vão bem” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 9, p. 30);

Em outros momentos também flagramos pontos do manuscrito nos quais a própria expressão verbal é abordada, seja em pleno movimento, seja na construção sintática da expressão, ou mesmo no registro do momento em que se ouve, ou se diz algo:

“M% = de bocas a/em orelhas” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 23, p. 06);
“M% - conformes no ouvir e falar” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 04, p. 21);
“M% Está-se ouvindo” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 04, p. 39)
“M% = voz de harmônicos coloridíssimos, timbre...” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 22, p. 05);
“M% O amarelo é cor que se escuta muito” (ROSA, IEB JGR-CADERNO 19, p. 13)

Aqui Rosa expressa seu desejo de ouvir as manifestações do mundo, em cores, harmonias. Em uma das folhas avulsas disponíveis no fundo IEB JGR, o autor reafirma seu interesse quando escreveu que “silêncio são vozes que não chegam até aqui” (ROSA, IEB JGR-M-18,10, s.p.).

Apresentamos esse pequeno recorte de exemplos nos quais algumas categorias da História são questionadas nos *Cadernos de Estudos para a obra*, mas alertamos que existem muitos outros exemplos que, pela economia do artigo, não puderam ser aqui abordados. Cabe-nos finalizar esta parte lembrando que nesse material flagramos lampejos de momentos onde a própria obra literária rosiana parece estar nascendo, bem no centro da tensão entre os dois lados da

³⁹ Walter Benjamin. “Sobre o conceito de História”. In: *Obras escolhidas I*, trad., ed. Sérgio Paulo Rouanet (São Paulo: Cia das Letras, 1994), 229.

linguagem – a falada; a escrita – e este parece ser o centro do que Nicolau Sevcenko⁴⁰ chamou de “projeto mágico” desenvolvido pela literatura rosiana e que está centrado no transe entre tais linguagens.

Fundo Aracy e FCB: *Cadernos de anotações* e a estória contra a História

Diz-se de um infinito – rendez-vous das paralelas todas.⁴¹
(Guimarães Rosa, 1967)

Conforme já adiantamos, além dos vinte e sete *Cadernos de estudos* do fundo IEB JGR, ainda existem pelo menos mais oito cadernos rosianos disponíveis a consulta pública. Em sua configuração geral, eles se assemelham entre si, e mesmo estando divididos em arquivos diferentes, estão catalogados como *Cadernos de anotações*. São dois blocos: um conjunto de três exemplares disponível no fundo IEB ACGR; e outro bloco, com cinco exemplares, disponível no arquivo rosiano da Fundação Casa Rui Barbosa. Em geral, nestes *Cadernos* também temos alguns registros ao modo M%, mas o que mais chama atenção neles é a coleção de pequenas narrativas – anedotas - de autoria alheia, que nosso autor recortou e colou em suas páginas.

A anedota, em primeira instância, diz respeito a uma narrativa curta de um fato jocoso ou curioso, mas também é sinônimo de piada⁴². Segundo Catherine Gallanger e Stephen Greenblatt, esse gênero narrativo, sempre foi tomado pelos historiadores como “artigo descartável”, mas com o auge da crise dos paradigmas, passou-se a desconfiar de maiores explicações e então os historiadores associaram “as anedotas à ruptura da história tal como ela costuma ser feita, e não à sua prática: a anedota indisciplinada apelou para aqueles (historiadores) dentre nós que queriam interromper as Grandes Histórias”, e com isso ela veio a ser vista como “uma particularidade veemente e crítica que introduziria uma pausa ou mesmo um lapso no linhar da história.”⁴³

Porque ocasiona algum salto de percepção momentâneo e nos leva até algum estado de graça que nos libere das amarras do tempo linear, a anedota descontinua, necessariamente, o fluxo de histórias maiores, e daí o motivo pelo qual os incomodados com as categorias tradicionais da História, como Rosa, terem se voltado para ela. É acerca de uma breve seleção desse material que trataremos a seguir.

Mas antes de nos debruçarmos sobre o conteúdo de cadernos anedóticos, julgamos importante passar ligeiramente pelo primeiro trecho da última publicação rosiana, *Tutaméia*, o que abre o livro e o prefácio - *Aletria e Hermenêutica* – no qual Rosa expressa diretamente a relação entre história e a literatura que se propõe a fazer:

A estória⁴⁴ não quer ser história. A estória, em rigor, deve ser contra a História. A estória, às vezes, quer-se um pouco parecida à anedota. A anedota, pela etimologia e para a finalidade, requer fechado ineditismo. Uma anedota é como um fósforo: riscado, deflagrado, foi-se a serventia.⁴⁵

⁴⁰ Nicolau Sevcenko, “Com quantos mitos se faz a realidade?”. In: *Dicionário de mitos literários*, org. Pierre Brunel 2ª.ed., trad., ed. Carlos Sussekund, Jorge Laclette, Maria Thereza Rezende Costa e Vera Whately (Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1998), 21- 25.

⁴¹ João Guimarães Rosa, *Tutaméia: Terceiras estórias*.

⁴² Camila Rodrigues. *Mãos Vazias e pássaros voando: Memória, invenção e não-História em Tutaméia (terceiras estórias) de João Guimarães Rosa*. (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2009), 15-27.

⁴³ Catherine Gallagher e Stephen Greenblatt, *A Prática do Novo Historicismo*, trad., ed. Gilson César Cardoso de Souza (Baurui: Edusc, 2005), 59.

⁴⁴ Consideramos como estórias todos os textos literários rosianos escritos e publicados na década de 1960, a saber, João Guimarães Rosa, *Primeiras Estórias* (Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962) e João Guimarães Rosa, *Tutaméia*.

⁴⁵ *Ibid.*, 3.

Temos aqui montado um cenário em que a literatura contesta a história: se a estória não é - e nem quer ser - história, ela também é antípoda da História, seria uma espécie de não-História⁴⁶. Nas décadas de 1960 e 1970 um grupo de historiadores se levantou contra às categorias da Grande Narrativa herdada do século XIX e propôs aquilo que ficou conhecido como a “contra-história”, uma modalidade que se oporia “não só à narrativas dominantes mas também aos modos prevalecentes de pensamento histórico e métodos de pesquisa.”⁴⁷ Pelo que vemos, os incômodos de Rosa estavam de acordo com as discussões dos profissionais de História da época, mas quando foram publicados, em 1967, elas foram recebidas pelos leitores rosianos como a expressão de uma clara negação da História⁴⁸, colocando Rosa no grupo dos autores desinteressados ou conservadores. Em meio a esse contexto, nos dias seguintes a uma acalorada discussão com o jornalista Franklin de Oliveira acerca de uma possível alienação em suas obras de 1962 e 1967, o autor enviou ao articulista o seguinte bilhete comentando sua posição:

E, pois, mudando de prosa
o *A estória contra a História*
você, perjuro de Glória,
acho que não entendeu.
A História, ali, é o fato passado
em reles concatenação;
não se refere ao avanço da dialética, em futuro,
na vastidão da amplidão.
Traço e abraço. João. ⁴⁹

Considerando a “explicação” rosiana, é possível perceber que sua colocação é muito mais complexa do que foi lida primeiramente, já que ele esclarece que não propôs uma negação completa da história, mas sim um indeferimento do que nela poderia ser tomado como algo fechado, cristalizado, categórico. Temos posto aqui uma formulação mais direta de como poderia ser uma história legítima para Guimarães Rosa e ela, ao se afastar de uma grande narrativa, se aproxima da anedota.

Se nas indagações teóricas à História presentes nos prefácios⁵⁰ de *Tutaméia*, a anedota foi o gênero textual tomado por Rosa como modelo narrativo para a composição das suas estórias, devido à sua fragmentação e espirituosidade, nosso autor vislumbrou na pequena narrativa algo como um portal para o que chamou de “supra-senso das coisas”⁵¹. Também os historiadores que àquela época apostavam na Contra-História se debruçaram sobre elas como possibilidades que preencheriam de realidade a narrativa da história⁵².

Vejamos, então, do que tratam algumas anedotas que apareceram coladas às páginas de *Cadernos de Anotações* rosianos.

Começemos com um exemplo retirado de um dos três *Cadernos* guardados no acervo de Aracy que, como adiantamos, dentre algumas inscrições ao modo M%, encontramos recortes de pequenos textos completos, escritos por outros autores e que, muito dificilmente trazem junto a si a indicação da data da publicação, ou mesmo o local de onde foram recortados.

⁴⁶ Camila Rodrigues, *Mãos Vazias e pássaros voando*, 16-7.

⁴⁷ Catherine Gallagher e Stephen Greenblatt, *A Prática do Novo Historicismo*, 63.

⁴⁸ Camila Rodrigues, *Mãos Vazias e pássaros voando*, 16-7.

⁴⁹ Franklin de Oliveira, “Revolução rosiana”. In: *Guimarães Rosa*, org. Eduardo Coutinho 2a. edição. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983), 185.

⁵⁰ Se normalmente as publicações possuem um único prefácio, *Tutaméia* (João Guimarães Rosa, *Tutaméia*, 1967) é um livro de estórias, mas possui quatro prefácios anedóticos, que tentam desenhar faces do processo criativo do autor, versando especialmente sobre humor, criação vocabular, léxicas e sintáticas.

⁵¹ João Guimarães Rosa. *Tutaméia*, 4.

⁵² Cf. Catherine Gallagher e Stephen Greenblatt, *A Prática do Novo Historicismo*, 60.

No *Caderno 2257* encontramos pelo menos três textos recortados e colados na íntegra, que foram escritos por Vinícius de Moraes, Fernando Sabino e Rubem Braga. Em comum, os três escritos convidam a ligeiros saltos de percepção, por isso os chamamos de anedóticos. Dentre eles, selecionamos para comentar aqui a crônica *Coisas de Vitor Hugo*, de Rubem Braga, cujo texto identifica o grande escritor francês como um colecionador de piadas e gracejos:

Coisas de Vitor Hugo - Rubem Braga

Henri Guillemin insurge-se dizer contra a mania de dizer que Vitor Hugo tinha gênio mas não tinha espírito, e colecionava uma centena de frases dêle [sic], trocadilhos, piadas, versos feitos de brincadeira, pensamentos, etc./ Dos versos anotei êstes[sic]: « Au bord du grand chemin, une vache couchée – Regardait les passants avec maternité./ Uma cena de briga doméstica: « Enquanto ela falava assim furiosa e apaixonada ele se ocupava a ler em sua cabeça algumas palavras de um artigo do « Constitucional com o qual ela fizera papelotes »./ Uma opinião sobre [sic] Lemmercier: « êle [sic] faz o bom e o mau, mas faz melhor o mau que o bom »./ A passagem de um Império a outro: « Cabronne, em Waterloo, enterrou o Primeiro Império com uma palavra da qual nasceu o Segundo »./ Sobre um marido que agradecia enlevado os elogios feitos à beleza da mulher: « Fazia um ar modesto, como o de uma ostra a quem se elogiasse a pérola; e vejam que a comparação é justa sob qualquer ponto de vista: a mulher é a prisioneira, o ornamento e a doença do marido »./ Uma frase solta [sic]: « O cão tem o sorriso na cauda »./ Um personagem pergunta a outro quem é um sujeito que entra cambaleando. « Eu o conheço; é um bêbado no exercício de suas funções. »(BRAGA, In: ROSA: ACGR-2257, s/p.)

Nesse texto Braga trata da coleção de frases espirituosas colecionadas pelo escritor francês e que o crítico literário Henri Guillemin, famoso na época, guardava, das quais o cronista selecionou algumas para usar na crônica e que depois influenciou Guimarães Rosa na escrita dos prefácios de *Tutaméia* em forma de anedotas, apontando para um cenário onde o conteúdo cômico era universalmente importante como matéria prima literária. Uma coleção de ditos espirituosos funciona como uma espécie de bombardeio perceptivo que, a partir de certo estranhamento, podem ser chamados de anedóticos, afinal também são curtas em sua extensão e exercem papel de narrativas questionadoras do prolongamento e da linearidade exigida pelo discurso da História. Mas quando esses ditos são cômicos, lembremos que um dos objetivos da comicidade é levar ao riso, e que este também é uma manifestação não verbal, portanto, ligada a “vocalidade”, o que pode explicar o interesse rosiano em sublinhá-la em seu manuscrito.

Mas ainda há outras anedotas reunidas em seus cinco *Cadernos* na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Na página 18 do *Caderno 2300*, encontramos três anedotas recortadas juntas, de uma publicação não identificada no recorte, mas que contém data: entre os dias 27 e 28 de dezembro de 1952. Duas delas são de temática infantil, sendo protagonizadas por uma mesma menina, Maria Teresa Kopschitz de Barros⁵³. Eis a anedota:

CABELO PRETO

Maria Teresa Kopschitz de Barros tem
seis anos de idade, cabelos pretos e olhos
pretos, muito vivos. É a única pessoa
morena da família. Seus pais e irmãos

⁵³ Em dezembro de 2015 conversamos com a senhora Maria Teresa Kopschitz de Barros, que estava então com sessenta e nove anos de idade, e ela não só se lembrou das anedotas, como explicou que elas haviam sido escritas pelo jornalista Herculano de Deus Nobre Alves, que era amigo pessoal de suas tias, e que as publicou em sua coluna no jornal *A Tribuna da Imprensa*.

são louros.

Teresa se sentia muito estranha, de
cabelo preto em meio a tanta gente loura.

E vivia dizendo à sua mãe que, nas
famílias todas as pessoas deveriam ser
iguais e ter os cabelos da mesma cor.

Mas como não pode mudar a natureza,
ela encontrou uma compreensão. Agora
explica a todo mundo a vantagem de ser
morena:

- "Cabelo preto não suja!" (ROSA, João Guimarães. Cad. Reg 2300,

p. 18)

Nessa historinha é o pensamento anedótico da pequena Maria Teresa, que reelabora um acontecimento que estava lhe desagradando, criando assim novas narrativas que reconstróem a realidade. Como a personagem principal é uma criança e, segundo Rosa escreveu no primeiro prefácio de *Tutaméia*, os pequenos, em geral, são “notáveis intérpretes”, pois utilizam saídas criativas, especialmente do ponto de vista da racionalidade engessada dos adultos, para resolverem questões de seu cotidiano, sendo, portanto, seres anedóticos. E se, como já foi mencionado, anedota é o mesmo que piada, este termo, além significar algo engraçado, também é o participio passado do verbo piar – que é o *falar* dos passarinhos -, daí estamos, novamente, defronte ao Rosa ouvindo do mundo e trazendo esse diálogo para sustentar sua literatura.

Pesquisando, historicamente, o fazer literatura

(...) o livro vale pelo muito que nele não deveu caber.⁵⁴

Tentando seguir a proposta de Ginzburg sobre como um historiador pode tratar o artefato literário de forma mais profunda e conveniente com nossa atividade de pesquisadores, buscamos maior complexidade nos registros dos processos do trabalho de criação da obra de Guimarães Rosa. A partir dessa experiência, realmente chegamos a resultados não previstos, especialmente porque se diferenciam bastante do tipo de texto que costumamos ler sobre essas relações, mas nem por isso nos privou de poder levantar assuntos referentes não apenas à própria escrita do autor, mas também sobre como problematizar o próprio papel e os limites para o trabalho de um pesquisador de história que envereda pela literatura.

Ainda que aqui tenhamos tratado apenas de alguns dos aspectos cogitados na proposta inicial - as pesquisas arquivísticas e filológicas que possibilitaram aquela escrita literária -, o resultado parece ter sido bastante produtivo, pois a decisão de deixar de analisar somente o produto literário final para investigar etapas de sua composição, ressaltou a ideia de investigação e provocou uma radical mudança de perspectiva: mais do que apenas intérpretes, muitas vezes tivemos a sensação de estar entrando no literário a partir de seu coração e essa foi uma das possibilidades mais interessantes abertas por tal metodologia. Para que nossa tarefa fosse possível, além do diálogo com os críticos literários, também trocamos informações com os geneticistas - que são os especialistas em análise de manuscritos -, o que acabou resultando em uma troca interdisciplinar e fecunda que desejamos ver repetida mais vezes no cenário nacional.

Em relação à análise do meticuloso trabalho de Rosa com as palavras e as narrativas, propriamente ditas, além de regatarmos, nos manuscritos, alguns elementos que abordam o

⁵⁴ João Guimarães Rosa, *Tutaméia: Terceiras estórias*.

choque cultural entre letrados e iletrados que recriam, ali velhas realidades de linguagem que estiveram sempre em transe no decorrer de nossa História. Vimos também, de que forma esse autor, em seu labor de ressignificar as linguagens, acreditou sempre na capacidade de expressão da palavra e, com isso, se empenhou em recriar realidades linguísticas em sua obra.

Pudemos selecionar elementos que sintetizam, de alguma forma, a crítica histórica assumidamente proposta pela sua literatura e, a partir disso, concluir que aquela não era uma iniciativa pessoal, mas sim fruto do contexto da crise dos paradigmas, ou seja, fazia parte de um contexto intelectual maior da época em que ocorreu, e é interessante frisar esse acontecimento interessantíssimo para quem deseja pensar a História Intelectual do século XX, sem esquecer que as discussões históricas propostas na obra rosiana também foram assunto de exame para alguns historiadores, que passaram a repensar seus métodos e perspectivas, movimentando a área.

Ainda que, neste pequeno artigo, tenhamos mencionado tantas questões, elas ficam registradas como possibilidade para futuros trabalhos e supomos que apenas o relato desta experiência de pesquisa, a partir de fontes tão originais para a historiografia brasileira, já pode ter algum aspecto positivo e contribuir para despertar o interesse de outros pesquisadores que desejem trilhar esse caminho rico e se debruçar sobre manuscritos literários, porque neles encontramos tantas coisas importantes para a história, a cultura e a literatura, tudo aquilo que muitas vezes, no livro, “não deveu caber”⁵⁵.

⁵⁵ Cf. João Guimarães Rosa. *Tutaméia*, 12.

Apêndices: Tabelas com descrições físicas dos *Cadernos* literários de Guimarães Rosa

A- Cadernos de Estudos para a obra IEB JGR

TAB 1 - FUNDO IEB JGR			
CÓDIGO	TAMANHO	CAPA	FOLHAS
IEB JGR- CADERNO 01	22,5 x 15,5 BROCHURA	Caderno de estudante, escrito na capa em semicírculo “De março a dezembro”, abaixo um círculo com desenhos de estrelas e no centro estudantes uniformizados entrando na escola, com etiqueta preenchida “ALUNO Guimarães Rosa; ESCOLA Literatura; CLASSE animais”. Na contracapa, escrito no centro “Usamos nesse caderno o título e a ilustração do livro “de março a dezembro”, leitura para a 4ª. série primária da Professora Rita Amil de Rialva, cuja autorização obtivemos”.	31
IEB JGR- CADERNO 02	22,5 x 15,5 ESPIRAL	Xadrez azul e branco, imitando o plástico usado pelos estudantes para encapar livros e cadernos. Tem etiqueta não preenchida. Na contracapa, o mesmo xadrez, sem nada escrito.	37
IEB JGR- CADERNO 03	22,0 x 15,5 BROCHURA	Brochura, da série CADERNO EDUCATIVO ‘ROXI’, com desenho da ave Lyra na capa e explicação sobre ela na contracapa. Na capa tem ainda etiqueta “pertence a” não preenchida.	59
IEB JGR- CADERNO 04	22,0 x 15,5 BROCHURA	Brochura, da série CADERNO EDUCATIVO ‘ROXI’, com desenho de Peixe Borboleta na capa e explicação sobre ele na contracapa. Na capa tem ainda etiqueta “pertence a” não preenchida.	96
IEB JGR- CADERNO 05	22,0 x 15,5 BROCHURA	Brochura, da série CADERNO EDUCATIVO ‘ROXI’, com desenho de Tigre da Sibéria na capa e explicação sobre ela na contracapa. Na capa tem ainda etiqueta “pertence a” não preenchida. Também foi comprado na papelaria Progresso. Carimbo “PAPELARIA PROGRESSO Sant’ana Bilbulho, Papéis, S/A. Av. Marechal Deodoro etc”.	60
IEB JGR- CADERNO 06	22,5 x 15,5 BROCHURA	Capa extraviada.	90
IEB JGR- CADERNO 07	22,5 x 15,5 BROCHURA	Caderno de estudante da série BRASILIDADE com retrato do Duque de Caxias fardado, acima e abaixo escrito CAXIAS em amarelo com fundo vermelho e, ao redor do escrito, desenhos de guerra e soldados. Letra do Hino Nacional na contracapa. Tem linhas em branco preenchidas “Geral! – Plotino – GERAL!”.	60
IEB JGR- CADERNO 08	22,5 x 16 ESPIRAL	Caderno de estudante da série VISTAS DO BRASIL. Na contracapa está escrito “coleção vistas do Brasil – CEARÁ jangadas Ceará jangadas”, além do registro “Siqueira S.A. S. Paulo capa registrada”.	36
IEB JGR- CADERNO 09	22,5 x 16 ESPIRAL	Caderno de estudante da série VISTAS DO BRASIL, com foto do Viaduto do Chá em São Paulo. No verso da capa vemos a referência à papelaria progresso. Na contracapa está escrito “coleção vistas do Brasil – São Paulo – Viaduto do Chá” e as mesmas indicações “Siqueira Capa registrada”.	36
IEB JGR- CADERNO 10	22,5 x 16 ESPIRAL	Caderno de estudante da série VISTAS DO BRASIL, com foto do Ceará – jangadas. Na contracapa está escrito “coleção vistas do Brasil – Ceará jangadas”, igual ao caderno 08.	27
IEB JGR- CADERNO 11	22,0 x 15,5 MONTADO POR ROSA	Sem capa, apresentando apenas um aviso: “O Caderno de Estudos no. 11, originalmente montado por João Guimarães Rosa teve sua ferragem retirada para melhor acondicionamento e conservação do mesmo”. Algumas páginas têm a indicação “SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES”.	53

IEB JGR- CADERNO 12	22,0 x 15,5 BROCHURA	Brochura, da série CADERNO EDUCATIVO 'ROXI', com desenho de Tucano na capa e explicação sobre ela na contracapa. Comprado na Papelaria Progresso.	43
IEB JGR- CADERNO 13	22,5 x 16 ESPIRAL	Caderno de estudante da série VISTAS DO BRASIL, com foto de praia. Na contracapa, escrito "Alagoas praia do Pajussara Gogó da Ema".	96
IEB JGR- CADERNO 14	22,5 x 15,5 BROCHURA	Caderno de estudante com desenho colorido de crianças entrando no colégio. Comprada na Papelaria Progresso, com Hino Nacional da contracapa.	48
IEB JGR- CADERNO 15	22,5 x 16 ESPIRAL	Caderno de estudante da série VISTAS DO BRASIL, com foto do Edifício Banco do Estado, em São Paulo.	78
IEB JGR- CADERNO 16	22,5 x 15,5 BROCHURA	Outro Caderno de estudante da série BRASILIDADE com desenho de soldados e do Duque de Caxias, além da letra do Hino Nacional na contracapa.	59
IEB JGR- CADERNO 17	22,5 x 15,5 BROCHURA	Mais um Caderno de estudante da série BRASILIDADE com desenho de um vulto histórico militar e etiqueta preenchida com FILOSOFIA, mas rabiscada por cima. No verso da capa temos uma planilha do horário escolar de segunda a sábado e abaixo "peça os artigos escolares com a marca 'brasilidade' e 'papeleiro'". Na contracapa, a letra do Hino Nacional.	95
IEB JGR- CADERNO 18	22,5 x 15,5 BROCHURA	Outro Caderno de estudante, com a mesma capa do caderno 01, com inscrição "De março a dezembro". Capa com crianças entrando na escola.	30
IEB JGR- CADERNO 19	22,5 x 15,5 BROCHURA	Caderno de estudante chamado Caderno São Jorge, na capa uma enorme imagem do santo e ao fundo, menor, uma Nossa Senhora e uma etiqueta em branco, contendo sobre ela uma etiqueta com o desenho de uma menina. Na contracapa tem um mapa do Brasil.	40
IEB JGR- CADERNO 20	20,0 x 15,5 BROCHURA	Capa extraviada.	94
IEB JGR- CADERNO 21	22,0 x 15,5 BROCHURA	Brochura, da série CADERNO EDUCATIVO 'ROXI', com desenho do peixe Poraquê na capa e explicação sobre ele na contracapa.	64
IEB JGR- CADERNO 22	22,5 x 15,5 ESPIRAL	Caderno capa dura, na cor cinza. Na parte superior lemos em letra azul "Marca Regist. "DE LUXE" Ind. Brasileira – Proc. Pat. 29. 839" e na parte inferior, também impresso em azul, "NO. 4 – PAUTADO COLORIDO patente 39.4445 – Direitos Aut. Reserv. Todas cores".	86
IEB JGR- CADERNO 23	22,5 x 16 ESPIRAL	Caderno de estudante da série VISTAS DO BRASIL, com foto do Palácio Monroe, no Rio, mostrando um casal de costas, caminhando. No verso da contracapa há a indicação de que foi comprado na Papelaria Progresso.	74
IEB JGR- CADERNO 24	22,5 x 16 ESPIRAL	Caderno de estudante da série VISTAS DO BRASIL, capa com foto da cidade de São Paulo, no verso indicação da Papelaria Progresso.	70
IEB JGR- CADERNO 25	22,0 x 15,5 BROCHURA	Caderno com capa da ave Lyra e explicação sobre ela na contracapa, exatamente como no Caderno 03, sendo que aqui, em vez de ser a linha de Cadernos educativos Roxi, trata-se da JOCOMAR, notando-se que esse caderno é mais novo que o outro	24
IEB JGR- CADERNO 26	27,0 x 21,00 BROCHURA	Capa extraviada.	37
IEB JGR- CADERNO 27	22,0 x 15,7 BROCHURA	Caderno com capa azul claro ao fundo e desenho de aves em um galho, além de uma etiqueta "pertence a", não preenchida. O conteúdo do Caderno foi todo escrito pelo vaqueiro Zito, mas Rosa o guardou.	16

B - Cadernos de Anotações IEB ACGR

TAB 2 - IEB ACGR			
CÓDIGO	TAMANHO	CAPA	FOLHAS
IEB ACGR- CADERNO 2258 (Igrejas)	22,5 x 15,7 ESPIRAL	Capa dura cinza, sem desenho, com os seguintes escritos a caneta: “Pontes = 61 a 63 Nomes 1 a 4 Igrejas = 10 a 13 Igrejas (detalhes) 14 a 23 Capelas (das igrejas) = 18”	100
IEB ACGR- CADERNO 2257 (fotocópia)	22,0 x 17,5 ESPIRAL preto e capa transparente	Encadernado com espiral preta e capa de acrílico transparente escrito “Schola” em preto. Tem recortes de chistes e piadas, de jornal ou revista sem maiores referências.	100
IEB ACGR- CADERNO 2256 (últimas horas)	22,0 x 15,5 BROCHURA	Capa com uma professora sentada na mesa conversando com os alunos, escrito na parte inferior MINHA ESCOLA. Na etiqueta, Aracy preenche dizendo que Rosa passou com ele suas últimas horas de vida.	49

C- Cadernos de Anotações FCRB

TAB 3 - Arquivo FCRB			
CÓDIGO	TAMANHO	CAPA	FOLHAS
FCRB CADERNO 2300	17,5 x 11,5 ESPIRAL	Encadernado com espiral preto e papelão verde escrito “Guimarães Rosa - cadernos” na parte inferior direita. As páginas desse caderno são cópias de um original quadriculado que foi extraviado.	39
FCRB CADERNO 2301	23,0 x 16,0 ESPIRAL	Encadernado com espiral preto e papelão verde escrito “Guimarães Rosa - cadernos” na parte inferior direita. Esse caderno é cópia, cujo original se encontra no Fundo IEB ACGR.	44
FCRB CADERNO 2302	21,5 x 16,0 ESPIRAL	Encadernado com espiral branco e capa de acrílico transparente.	17
FCRB CADERNO 2303	21,5 x 17,0 ESPIRAL	Encadernado com espiral branco e capa de acrílico transparente.	38
FCRB CADERNO 2304	22,0 x 16,5 ESPIRAL	Encadernado com espiral branco e capa de acrílico transparente.	33



DOSSIÊ “História e Literatura: ficção e verdade” (segunda parte)

A memória da revivescência do mito

Flavia Maria Corradin

Professora Livre-Docente da Universidade de São Paulo (USP – FFLCH – Literatura Portuguesa)
corradin@usp.br

Recebido em 30/06/2016. Aprovado em 14/11/2016.

Como citar este artigo: Corradin, Flavia Maria. “A memória da revivescência do mito”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 3, n 1 [4], p. 59-77. 2017. ISSN 2447-9020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Este ensaio tem o objetivo de tratar de duas narrativas de autores contemporâneos portugueses – *Pedro e Inês*, de Vasco Pereira da Costa, e *A trança de Inês*, de Rosa Lobato de Faria –, que reatualizam o mito inesiano a partir de conceitos como história, literatura, memória, tempo, mito.

Palavras-chave: História, literatura, memória, mito, Inês de Castro.

The memory of the renewal of the myth.

Abstract: This essay deals with two narratives of contemporary portuguese authors – *Pedro e Inês*, by Vasco Pereira da Costa, and *A trança de Inês*, by Rosa Lobato de Faria – that consider the Inesian case by exploring concepts such as history, literature, memory, time and mith.

Keywords: History, literature, memory, mith, Inês de Castro.

Obra de Arte

(composição de Toquinho e AntonioSkármeta)

Na Holanda, o pintor, na tela refletia
O mundo que ele via,
Mais belo.
Nas cores da loucura, a vida explodia
Em lindos girassóis amarelos.
Na Áustria imperial, um gênio musical,
Ao som da sua risada trágica,
Nos hipnotizou e iluminou a vida
Com a sua flauta mágica.
Por isso meu amor, eu peço teu perdão,
Por não ter vocação de artista.
Mereces poesias, canções e sinfonias
E o retrato, tão bonito, de uma Monalisa.
Só tenho pra te dar uma paixão ardente,
Quente como o chão de Marte.
Um dedicado amor, como antigamente tinha
Minha humilde obra de arte.
Um nobre cavaleiro com seu fiel escudeiro
Riscou a Espanha com sua espada,
Cruzou por mil caminhos,
Lutou contra moinhos,
Por sua Dulcineia amada.
Por isso meu amor...

Palavra inicial

Este ensaio busca examinar duas releituras contemporâneas e pouco divulgadas do mito inesiano: o conto *Pedro e Inês*, de Vasco Pereira da Costa¹ e o romance *A trança de Inês*, de Rosa Lobato de Faria², uma vez que estamos voltados, no momento, para o eterno tema de Inês de Castro.³

O primeiro texto trabalha com dois tempos que dialogam entre si: reporta-se à época em que o fato histórico se desenrolou, isto é, o século XIV português, ficando muito colado ao paradigma primordial, a crônica de Fernão Lopes⁴; ambienta-se também na Lisboa do final do século XX, para reatualizar tanto o caso de amor entre Inês e Pedro, quanto o contexto político que emerge do ingresso de Portugal na Comunidade Europeia. Este último diálogo é, diga-se, bastante mais significativo para o Projeto desenvolvido.

O romance enfoca o paradigma, entrecruzando três tempos: o século XIV, que apresenta uma narrativa, mais uma vez, bastante próxima do modelo e os séculos XX e XXI/XXII, em que a história de amor travada entre os protagonistas se distancia do paradigma primordial, tornando-se, deste modo, relevante seu exame dentro dos pressupostos do Projeto *Autor por Autor: A Literatura e a História Portuguesas à luz do Teatro*, que desenvolvemos junto ao Programa de Literatura Portuguesa da Universidade de São Paulo.

Embora nenhuma das narrativas supracitadas se inscrevam na categoria de texto teatral, ambas trazem uma carga dramática que nos permite inseri-las no Projeto. Além disso, caso nos

¹ Vasco Pereira da Costa, *Pedro e Inês. Memória Breve*. (Açores: Instituto Açoriano de Cultura, 1987).

² Rosa Lobato Faria, *A trança de Inês*. (Alfragide: Leia, 2010).

³ As referências às narrativas analisadas serão evidenciadas no corpo do texto, em benefício da fluidez de leitura e para evitar excesso de notas.

⁴ Fernão Lopes, *Crônica do Senhor Rei Dom Pedro Oitavo Rei destes Regnos*. (Porto: Livraria Civilização Editora, s/d).

restrigíssemos ao estudo da temática inesiana apenas a textos teatrais, deixá-riamos de lado importantes contribuições trazidas pelo gênero épico.

Pretendemos, portanto, confrontar o que afirmam as fontes históricas em torno da relação Pedro/Inês, em que se destaca a crônica de Fernão Lopes, paradigma primordial do mito, com os intertextos indicados: *Pedro e Inês*, de Vasco Pereira da Costa e *A trança de Inês*, de Rosa Lobato de Faria. Assim, intentamos construir, como ensina a Nova História, um retrato mais amplo do universo inesiano, por meio do possível preenchimento de lacunas, isto é, do verossímil, fornecido, dentre outras releituras já analisadas algures, pelas narrativas de Vasco Pereira da Costa e de Rosa Lobato de Faria. Ao fim e ao cabo, buscamos edificar, por meio das manifestações intertextuais, um quadro, ainda que em eterna construção, da memória inesiana, obtido pelo confronto (ou fusão?) entre história e ficção.

Tal investida teve como ponto de partida a observação dos túmulos de Inês e Pedro, em Alcobaca, em cujo interior, repousam os restos de um amor que, ainda vivo no imaginário português (mas não só), jaz até o fim do mundo... em seus labores, a biografia de Pedro e Inês.

Memória, história, mito...

Dois conceitos emergem imediatamente da leitura dos textos supracitados: memória, tema com que trabalhamos exaustivamente durante a pesquisa para a tese de livre-docência, e mito, ponto de partida sempre que tratamos da relação Pedro e Inês. Conceitos interligados, que precisam ser considerados numa perspectiva histórica (ou seria historiográfica?) e também sob a óptica da intertextualidade, já que estamos diante de releituras de um ou mais paradigmas.

A leitura das três memórias, de Vasco Pereira da Costa, traz nas entrelinhas uma certa influência saramaguiana seja pela escrita, marcada pela oralidade, seja pela presença acentuada da digressão, seja ainda pela percepção de que tudo já está escrito, só há que reescrever, conforme aponta Saramago:

Eu sei que aquilo que escrevo já foi escrito antes, como tudo o que hoje fazemos, salvo raras exceções, já foi feito há muito tempo antes de nós. Tudo é assim na vida. Mas aquilo que talvez distinga os meus livros é o facto de parecer que eu olho as coisas pela primeira vez e poder, assim, traduzir a surpresa daquilo que é visto pela primeira vez.⁵

Não cabe no espaço deste ensaio discutir questões que envolvem a distinção entre os conceitos de fonte e paradigma, considerações estas a que já dedicamos nossa atenção algures. Apenas trouxemos à tona a visão de José Saramago para apontar que ela ressoa nas páginas do autor açoriano, conforme deixa patente o excerto abaixo, retirado da *Segunda memória – Pedro e Inês*:⁶

...a história [de Pedro e Inês] está mais que contada, os poetas liricaram-na, os historiadores historiaram-na, os prosadores prosaram-na, os dramaturgos teatralizaram-na. E de tanto a trabalharem ela surgiu sempre outra [...]. Sempre outra, não digo bem, porém, afinal, nada alterou o destino da gente que fez esta história: é sabido que qualquer autor que a retome, ressuscitando o tempo e as vidas [...] será obrigado ao final [...] a calar o tempo. (p. 51)

⁵José Saramago, *Ler*, primavera de 1989.

⁶O livro *Memória breve*, de Vasco Pereira da Costa é composto por três memórias. A que é objeto deste estudo é a segunda.

Torna-se imperioso discutir outra questão que parece estar na gênese de qualquer visão intertextual: o conceito de memória, concebida como a faculdade de reter as ideias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente, mas também como relato ou narração. Mais que isto, estamos diante do que Jacques Le Goff⁷ chama de memória coletiva, na medida em que descreve e ordena os fatos de acordo com tradições estabelecidas, tendendo a confundir história e mito. Tudo isto, no entanto, está no nível da rememoração, uma vez que implica, conforme aponta Goody⁸, uma dimensão narrativa, ou ainda, segundo Vernant⁹, trata-se da possibilidade de o homem conquistar progressivamente seu passado individual, assim como a história será a capacidade de apropriação do passado coletivo de um dado grupo social. Deste modo, a história amplia a memória, transformando-a, sem, no entanto, destruí-la. Os fatos da memória estariam, pois, de acordo com Ecléa Bosi¹⁰, em estado potencial e, quando solicitados, por questão de vária ordem, são detonados. Assim, por exemplo, o mito de Inês de Castro, objeto deste estudo, está latente no subconsciente da sociedade portuguesa (mas não só dela), reatualizando-se em diferentes espaços artísticos ao longo do tempo ou como afirma o D. Pedro, de Rosa Lobato “ninguém morreu, nunca ninguém morre, só quem nós matamos na memória, no pensamento e no coração” (p. 9), uma vez que estamos diante de um “amor sem fronteiras, sem tempo, sem espaço, materializado de onde em onde na história, na eternidade, no coração dos homens” (p. 10), flagrado na “intemporalidade da nossa paixão [que] nos dá o tom da ubiquidade através de todas as eras” (p.17).

As proposições acima trazem à tona dois outros pontos que devem ser examinados, ainda que de forma sucinta. Estamos diante de concepções que envolvem os conceitos de história e mito.

Parece ser assente na contemporaneidade que, quando falamos de história, na verdade, estamos nos referindo ao discurso histórico, isto é, à historiografia. Ainda que Duby¹¹ considere a história uma arte, o discurso histórico tem uma especificidade própria, na medida em que se constitui de “uma narrativa de acontecimentos verdadeiros”, caracterizada pela imaginação científica, manifesta pelo poder da abstração, ao fundir o concreto com o abstrato. Le Goff¹² trata ainda da distinção entre mito e história. Para o estudioso, nas sociedades “desenvolvidas” a história gera o mito, na medida em que ele “teve que se constituir num lugar qualquer, num momento histórico preciso”. Flagrado e reatualizado invariavelmente pelo discurso, o mito prolonga o tempo da história, uma vez que se volta inquestionavelmente para o passado. É sempre, segundo Mircea Eliade¹³, a narrativa de uma “criação”, uma vez que relata de que modo algo foi produzido e começou a “ser”.

Todo este preâmbulo parece necessário para que possamos discutir algumas questões propostas por Eliade e que estão na gênese das releituras de todo e qualquer mito: o que começou a ser?, por que começou a ser?

Em se tratando do mito de Inês e Castro, o que começou a ser? “o amor”; por que começou a ser? “porque existiu na realidade, isto é, não foi uma criação literária ou fictícia”. Assim, o mito inesiano está sempre em busca de reatualizar-se ficcionalmente na literatura, na arte, uma vez que na vida real é impossível. A memória torna-se o combustível propulsor para que o mito exista na realidade literária de qualquer tempo, impulsionando-o para a eternidade. — simulacro da verdadeira realidade?, qual delas é efetivamente a verdadeira realidade: a histórica,

⁷ Jacques Le Goff, *História e memória*. (Campinas: Unicamp, 2005), 392.

⁸ Jack Goody, “Mémoire et apprentissage dans les sociétés avec sans écriture: La transmission du Bagre”. In: *L'Homme*, 1977, 29-52.

⁹ Jean-Pierre Vernant, *Mythe et pensée chez les grecs. Études de psychologie historique*. (Paris: Maspero, 1968).

¹⁰ Ecléa Bosi, *Memória e sociedade – lembrança de velhos*. (São Paulo: Companhia das Letras, 2009), 27.

¹¹ Georges Duby & Guy Lardreau, *Diálogos sobre a nova história*. (Lisboa: Dom Quixote, 1989).

¹² J. Le Goff, *História e memória*, 403.

¹³ Mircea Eliade, *Mito e realidade*. (São Paulo: Perspectiva, 2012).

flagrada num tempo e espaço ou a literária, a surpreender um tempo e espaços vicários? — Assim, aquele amor, que foi finito no tempo cronológico da história — aquele fatídico 7 de janeiro de 1355 — permanece vivo “até o fim do mundo” no espaço mítico, sagrado da literatura. Parafraseando Pirandello, parece estarmos diante de um caso de amor, precocemente ceifado na história, que está na constante e incessante busca de realizar-se em diferentes autores ao longo do tempo. Talvez isto explique a necessidade quase intrínseca dos intertextos revelarem uma constante interligação de tempos e espaços, como deixou patente o genial *Teorema*, de Herberto Helder¹⁴, e também a *Segunda memória — Pedro e Inês*, de Vasco Pereira da Costa, e *A trança de Inês*, de Rosa Lobato.

Cabe ainda retomar uma questão que trouxemos à baila parágrafos acima e que parece fulcral quando estamos tratando de releituras que se apropriam de fatos históricos, obviamente captados e difundidos por discursos historiográficos: a tênue distinção entre arte — literatura — e ciência — história.

Retomemos o pensamento de Georges Duby, para quem o passado só existe enquanto discurso intimamente relacionado com os interesses do presente ou ainda, como propõe Keith Jenkins, para quem

a história constitui um dentre uma série de discursos a respeito do mundo. Embora esses não criem o mundo [...], eles se apropriam do mundo e lhe dão todos os significados que têm. O pedacinho de mundo que é o objeto (pretendido) de investigação da história é o passado.¹⁵

Dá a enorme gama de pontos de vista que envolvem o passado, uma vez que o material que se apresenta está irremediavelmente filtrado por processos que conduzem, em última instância, ao eu-historiador/artista, tais como o local onde vive e produz, sua formação familiar e cultural. Sua mundividência, portanto, está intimamente arraigada ao contexto sócio-político-econômico-cultural de sua produção.

Tanto a História busca elementos da ou na Literatura, quanto esta recorre àquela com o intuito, inerente a ambas, de explicar, compreender ou abarcar o mundo que nos rodeia.

Sob esta óptica, poderíamos afirmar que a História se ocupa, em última instância, com a veracidade¹⁶, mais do que com a verdade¹⁷, real¹⁸ talvez intangível já no momento seguinte à ocorrência, digamos, física de determinado fato, uma vez que “en manos del autor esperto y responsable todos los materiales, históricos y ficticios, pueden convertir se en ilustración de la verdad”.¹⁹ Assim, os limites entre a História, cujo objeto recairia em “eventos que podem ser atribuídos a situações específicas de tempo e espaço, eventos que são (ou foram) em princípio observáveis ou perceptíveis”,²⁰ isto é, em referentes reais²¹, e a Literatura, que se dedica a tais ocorrências, mas também àquelas criadas, imaginadas, tornar-se-ão cada vez mais tênues, na medida em que o objeto de ambas residiria na verossimilhança²². Desse modo, conforme aponta

¹⁴ Herberto Helder, *Os passos em volta*. (Lisboa: Assírio e Alvim, 1985).

¹⁵ Keith Jenkins, *A história repensada*. (São Paulo: Contexto, 2001), 23.

¹⁶ Qualidade do que é verdadeiro ou verídico. Apego à verdade; exatidão, fidelidade. *Dicionário da língua portuguesa*. (Porto: Porto Editora, 2011), 1633.

¹⁷ *Ibid.*, 1634. Conformidade entre o pensamento ou a sua expressão e o objeto de pensamento. Qualidade do que é verdadeiro. Exatidão, rigor, precisão. Representação fiel.

¹⁸ Que existe de verdade; que não é imaginário; verdadeiro; efetivo. *Dicionário da língua portuguesa*. (Porto: Porto Editora, 2011), 1347.

¹⁹ Kurt Spang, *El drama histórico: teoría y comentarios*. (Pamplona: EUNSA, 1998), 14.

²⁰ Hayden White, *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica*. (Barcelona: Paidós, 1992), 137.

²¹ *Ibid.*, 159.

²² Qualidade do que é verossímil, isto é, que parece ser verdadeiro; provável; em que não repugna acreditar; plausível; crível. *Dicionário da língua portuguesa*. (Porto: Porto Editora, 2011), 1637.

Spang, “el historiógrafo relata las cosas que suceden (lo particular) y el poeta presenta lo que podría suceder (lo general)”.²³

Tomando, a título de exemplo o caso Pedro/Inês, percebe-se que a “verdade” está contaminada por diferentes “verdades”, verossímeis, porém passíveis de discussão, uma vez que, de acordo com o paradigma apreendido, este “real verdadeiro” assume diferentes roupagens. Alongar-nos-íamos em demasia este ensaio se pretendêssemos apontar e discutir todas (e isso seria factível?) as possibilidades de “verdade”, porém para não ficar no vácuo, apontemos algumas delas, talvez aquelas que mais são exploradas nas releituras empreendidas ao longo dos séculos: Pedro e Inês se conheciam antes de ela chegar a Portugal na comitiva de D. Constança?, Pedro seria desde a adolescência amigo dos irmãos de Inês?, o casamento entre os dois teria sido realizado, legitimando os filhos do infante e da galega?, Pedro e Afonso Madeira relacionar-se-iam sexualmente? Inês fora degolada ou apunhalada? Ocorrera efetivamente o cortejo fúnebre entre Coimbra e Alcobaça? A cerimônia do beija-mão acontecera?

Muito mais do que dar respostas, ainda que provisórias e passíveis de revisão, as páginas que se seguem buscarão contribuir para a revivescência do mito inesiano na contemporaneidade, intentando, qual Jano, voltar-se, de um lado, para o passado, o Trezentos português, onde o fato histórico transcorreu, mas não só, uma vez que os séculos seguintes registraram também poética, épica, dramática ou iconograficamente a fortuna de Pedro e Inês de acordo com a individualidade de seus contextos históricos distintos, por outro, projeta-o para o futuro de modo a que o amor entre o infante português e a aia de D. Constança reatualize-se num constante preencher de lacunas verossímeis até o fim do mundo.

Segunda memória - Pedro e Inês, de Vasco Pereira da Costa

Fica patente na *Segunda memória - Pedro e Inês* que o diálogo travado recupera, num tempo, o discurso de Fernão Lopes inserto em sua *Crónica de D. Pedro*, conforme o autor deixa patente, dentre outros instantes, já à página 52 do texto. Vejamos:

E, se algum disser que muitos foram ja que tanto e mais que el amaron, assi como Adriana e Dido e outras que non nomeamos, segundo se lle em suas epistolas, responde-sse que non falamos em amores compostos, os quaes alguuns, abastados de eloqueencia e florescentes em ditar, ordenarom, segundo lhes prougue, dizendo em nome de tres pessoas razões que nunca nenhuma d’ellas cuidou; mas falamos d’aquelles amores que se contam nas estórias que seu fundamento teem sobre verdade.

Para depois afirmar que “Fernão Lopes não precisa de mim para pintar o Rei Dom Pedro. A bem dizer, eu é que necessito dele”(p. 62).

Do paradigma lopino, o autor açoriano retoma o amor entre dois seres, digamos, civis, flagrado num determinado momento e contexto histórico, isto é, desde a chegada de Inês de Castro a Portugal, vinda na corte de D. Constança, em 1340, até o dia 07 de janeiro de 1355, quando a galega foi assassinada. Já aqui as respostas a duas questões propostas por Mircea Eliade caracterizadoras do mito, conforme apontamos, ou seja, “o que começou a ser? o amor entre Pedro e Inês e por que começou a ser? porque existiu na realidade, isto é, não foi uma criação literária ou fictícia”. Além disso, Vasco Pereira da Costa recupera do cronista mor do reino a descrição física do infante português — entroncado e baixo, barba rala — e notadamente a psíquica — perturbação dos olhos, inquietude de movimentos, constantemente alterado, nervoso, riso

²³K. Spang, *El drama histórico*, 16.

travesso e infantil, lábios intranquilos, impaciência selvagem de gamo, irado, gaguez, insone, tarado psicanalítico, sociólogo-cirurgião de comportamentos estranhos —, intensificando-lhe talvez as tintas, contaminadas por diferentes descrições do comportamento de Pedro colhidas ao longo dos séculos em tantas outras fontes citadas— Resende, Ferreira, Camões, Montherlant, Agustina — e não citadas — Patrício, Julio Dantas — que assomam inintencionalmente na memória de Vasco.

Ressalta notar ainda que, do paradigma lopino, o intertexto recupera a figura de Afonso Madeira, o fiel escudeiro de Pedro — E como quer que o rei amasse muito o escudeiro (mais do que deve aqui dizer-se), posta de parte toda a benquerança, mandou-o tomar a sua câmara —, onde fica nítida a relação homossexual de ambos, acrescentando à narrativa ambientada no Trezentos a sugestão de que o moço teria tido também um relacionamento físico com Inês: “— Ele dorme.../ disse Inês nos lábios de Afonso. E, antes do delírio incontido e atropelado de palavras sem tino, disse apenas mais isto:/ Como és belo!” (p. 76) —, motivo pelo qual o Afonso do intertexto é castrado. Assim, a ideia de um Pedro justiceiro, característica inserta no modelo, transforma-se na releitura num Pedro loucamente enciumado por sua amada. Como se pode perceber, esta é a única refração ao paradigma primordial, uma vez que o diálogo travado é bastante parafrásico. Tanto o envolvimento de Afonso e Inês quanto o ciúme de Pedro revelam-se verossímeis. Embora não se encontre alusão nas releituras subsequentes, tais possibilidades parecem dubyniamente plausíveis, uma vez que vêm acentuar características de personagem implícitas no paradigma: o ciúme, outra possível loucura de Pedro, deixado sempre de lado, uma vez que Inês não teria dado ensejo para isso; a homossexualidade parece ser uma exigência do infante e não uma necessidade de Afonso, que historicamente se relaciona com Catarina Tosse, mulher de um corregedor da corte, motivo pelo qual é castrado, já que é consabido que Pedro é useiro e vezeiro em fazer justiça com as próprias mãos e que seus atos trazem à tona um homem marcado por ser justiceiro e não justo.

No outro tempo, a narrativa ambienta-se na contemporaneidade. Mais precisamente, no final do século XX, no período em que se constitui o Parlamento Europeu (20/set./1976), instituição parlamentar da União Europeia, onde se reúnem os deputados dos estados-membros, em Estrasburgo, na França, uma de suas sedes, eleitos por um período de cinco anos por sufrágio universal direto. Poder-se-ia afirmar ainda que o tempo da narrativa decorre depois de 1986, quando Portugal e Espanha passam a integrar a então Comunidade Europeia. Aqui contracenam o narrador, amigo de Pedro A, “insaciável de amores exóticos e múltiplos”, deputado por Portugal, de esquerda em sua incondicional defesa dos fracos e oprimidos, que vem contar sua relação amorosa adúltera com Inês, “feiticeira, única, extraordinária, porreiríssima” deputada pela Espanha, *de derecha*. Faz-se referências também a Constança, mulher de Pedro, ao filho deles, Fernando, a Afonso Madeira, o rapaz dos computadores do Partido, que parece ter uma relação enrustida com o parlamentar português e explícita com sua mulher, para quem transmite AIDS. São referidos também Denis e Juan, os dois filhos de Pedro e Inês.

Esta, digamos, segunda narrativa traz uma série de elementos que, sem deixar de dialogar com o paradigma primordial e com outras tantas releituras do mito, efetiva a verdadeira refração do intertexto. Examinemo-las.

Como vimos, estamos diante de dois deputados de ideologias contrárias a representar Portugal, Pedro A — de esquerda, também insone e, cuja fala apresenta, aqui e ali, sinais de gagueira, um outro “justiceiro”, que desde o tempo em que ocupava uma cadeira em São Bento se debatia “entre a preocupação de justiça social [...] e a adopção de uma vivência fradiquista, que lhe leva a virtualha à boca e o bom *tweed* ao corpo (p. 55), a vociferar “nos telejornais as cantilínarias assombrosas e os rugidos bíblicos de defesa aos pobres” (p. 56) — e Espanha, Inês, uma incondicional defensora da ideologia de direita. Reunidos, no espaço sagrado da cama, consomem “as fúrias do amor apressado” prestes a ser interrompido por partidas imediatas, abalizadas por

discussões inconciliáveis nos escopos das ideologias a provocarem a conversa acabada porque os votos não obtinham nunca a maioria, havia sempre o empate a erguer um tapume de silêncios, a irresolução a impor a sua vontade teimosa de divergência, a aceitação dos prazeres de dois corpos nunca cedendo à harmonia da felicidade dos povos, mas, entre chegadas e partidas, entre o amor da paixão e as disputas agressivas da convicção irredutível, apareceu Denis, depois Juan...” (p. 70).

Notemos, de passagem, que a grafia dos nomes dos filhos de Pedro A e Inês, apenas dois neste intertexto, remetem para Denis de Rougemont — autor do mais famoso compêndio acerca do amor que, publicado em 1939, estuda as origens do amor na cultura ocidental, mantendo-se completamente atual nos dias de hoje, passados mais de 70 anos de sua gênese. Trata-se de *O amor e o ocidente*. — e para Don Juan, a arquetípica personagem criada por Tirso de Molina, caracterizada, no mais das vezes, por ser mulherengo, concupiscente, cruel sedutor a buscar apenas a conquista e o sexo. Vasco Pereira da Costa parece estar apontando, ao chamar os frutos desta relação, Denis e Juan, para o fato de que a relacionamento do casal é marcado a um tempo pelo amor divino, celestial e puro, por outro, caracteriza-se pela carnalidade da paixão física.

Constança, mulher do Pedro A., resgata no intertexto as características que Fernão Lopes atribuíra a Catarina Tosse — briosa, louçã, muito elegante, de graciosas prendas e de boa sociedade — aquela que, casada com o corregedor, dividira o tálamo com Afonso Madeira, acrescentando-lhe ainda, pela voz do narrador, outros atributos: “sorriso de alegria fingidora, no seu perfil de mulher que não envelhece, na boa companhia que faz” (p. 65). Mãe de Fernando, Constança relaciona-se com Afonso Madeira “jovem inteligente, promissor, de grande futuro à sua frente, encantador no convívio, moderno, desportista, prafentex” e portador de AIDS, que transmitirá à amante que acabará sucumbindo à doença. Releva notar ainda que, nas entrelinhas, fica a sugestão de que o deputado esquerdista, à maneira do Pedro lopino, também deitou-se com o “atlético e telemático Madeira” (p. 69).

Temos, pois, montado não o triângulo equilátero, que abriga o teorema pitagórico proposto por Herberto Helder, mas “os quatro ângulos de um quadrado canhestro (seria um retângulo?) de sentimentos sinuosos”(p. 58). Não nos esqueçamos, entretanto que um retângulo comporta dois triângulos equiláteros, ou seja, catetos distintos, Pedro e Constança, no primeiro triângulo, Pedro e Inês, no segundo, cortados por uma mesma hipotenusa, Afonso?

O narrador termina sua quase paráfrase ao episódio inesiano, sentindo-se “aliviado” com sua contribuição e atesta que “mesmo que ela não fique atestada pela clara certidão da verdade”, o texto “aí está com a verdade que me deparei dias a fio”(p. 81). Dedicado ao preenchimento dubyano de lacunas verossímeis, o narrador destina-se a prosseguir com a releitura ambientada no Novecentos, onde toma conhecimento de que Pedro e Inês teriam ido, depois da morte de Constança, aos Estados Unidos, para fazer exames que comprovariam ou não a presença do HIV. Notemos que a América, além de possuir técnicas analíticas extremamente avançadas, está longe dos curiosos olhares depositados sobre dois deputados do parlamento europeu. O resultado da investigação não poderia ser mais promissor, ambos não foram contaminados. Morta Constança, livres da doença àquele tempo fatal, Pedro e Inês estão aptos a fixar residência em Estrasburgo, onde viverão com “uma família renovada e regularizada” (p. 81).

Já dissera Saramago e repete o narrador “que bom, que já está tudo escrito”(p. 82). Parece que o amigo de Pedro pensou apenas no seu trabalho de autor, esquecendo-se aparentemente de que o mito não termina no foram felizes para sempre, pelo menos não no mundo dos vivos de qualquer tempo. A memória coletiva fala mais alto. Cria-se, pois, um acréscimo de situação para que o mito seja revitalizado. Inês morre, depois de ser atropelada, ao atravessar a praça em frente ao parlamento europeu, por um carro, conduzido por Álvaro Gonçalves, que estava acompanhado

por outros dois portugueses: Pedro Coelho, Diogo Lopes Pacheco fugiu do local. Não nos esqueçamos do paradigma, que fala do sumiço do avô de Fernão Lopes (?), quando Pedro, o Cru acorda com o sobrinho castelhano Pedro, o Cruel a troca dos matadores da amada por presos espanhóis.

Causa oficial do acidente: alta velocidade do veículo, inadequada para o local, além do denso (e por que não do pessoano?) nevoeiro que assolava a cidade francesa. Coincidência? Pouco tempo antes Pedro A. anunciara para breve seu casamento com Inés C. O amigo de Pedro A, a exemplo do amigo do infante dos paradigmas, entretanto, garante que o enlace já teria ocorrido “sem alarde, no Maine, numa cidadezinha sem preconceitos nem cerimónias do Velho Mundo”. Atesta ainda o narrador que teve em seu poder “fotocópia deste contrato singelo”, a qual entregou “ao Professor M, da Faculdade de Direito de Coimbra, especialista incontroverso em Direito Familiar, para que ele fornecesse o seu parecer pesado sobre a legitimação dos filhos de Pedro A e Inés” (p.84). Em qual das versões acreditar, já que não podemos nos esquecer de que na política de qualquer tempo e lugar

há gente incapaz de compreender as razões do sentir dos políticos em paixão — são os frios maquiavéis, que não aceitam o amor porque ele não vem registado nos orçamentos dos estados, não consta dos fundos para o desenvolvimento das regiões, não paga juros de empréstimo, não flutua no câmbio da bolsa de Zurique. Só não pensaram eles como o amor é a única força que esbate as ideologias, faz desvanecer as convicções estúpidas —(p. 82-83).

Na verdade, mais uma vez, qual desenhado no mito, não importa, na medida em que, parafraseando Denis de Rougemont, o narrador considera que o amor é “a única força europeia porque preenhe da poesia imperiosa”(p. 83) no Trezentos, no Novecentos, até o fim do mundo... Mais uma vez, contudo, questões de Estado impediram a união deste Pedro A com esta Inés C, conforme deixa patente o excerto:

O seu [de Pedro] receio pela reacção das cúpulas do Partido ao seuprojecto: Inés era de *derecha*, os correlegionários de ambas as partes não viam com bons olhos a ligação, a *affaire amoureuse*, ínvios são os trilhos da política, opostos os interesses das ideologias — e Pedro A resolveu sondar os dirigentes do seu partido sobre o seu eventual casamento ... Do mesmo modo agiu Inés em Espanha. O resultado desta sondagem [...] foi idêntico: a discordância total, a não aceitação, o repúdio frontal; a esquerda não aceitava a *derecha*, os conservadores não toleravam o *rojo* (p. 85).

Passados mais de seis séculos, a política continua a fazer vítimas. Parece que o propósito de integração dos estados-membros defendido pela União Europeia ainda está por cumprir-se, uma vez que fica restrito à perda de fronteiras políticas, ou seja, ao espaço Schengen, a um certo intercâmbio económico, a uma ainda enorme diversidade social, a abissais barreiras ideológicas, não suplantadas ou suplantáveis pelo amor entre um português, defensor dos fracos e oprimidos, e uma furiosa espanhola conservadora, que, talvez inocentemente, considerou que podia impor seu amor a quem quer que fosse. A União Europeia não conseguiu unir dois deputados de ideologias opostas, oriundos de nações ressentidas desde Afonso Henriques. O amor entre Pedro A e Inés C, que começou a ser, no tempo histórico de 1340, mais uma vez, agora noutra criação literária, foi vencido por interesses contrários. Mais uma vez, reatualiza-se o mito no espaço sagrado da literatura, projetando-o para o tempo mítico, do eterno retorno, ou seja, para a eternidade artística. Poderíamos aventar a hipótese de que estamos diante de um caso de amor que se revela romanticamente *avant la lettre*, na medida em que em pleno século XIV, Pedro e Inés, corações insubmissos às leis e convenções sociais, pervive no inconsciente coletivo, buscando seu retorno na

realidade fenomênica e sua eternidade mítica no Fim dos Tempos. As razões de estado no Trezentos são agora substituídas por questões ideológicas daqueles mesmos estados, que acabam por camuflar as demandas sociais do Romantismo, sem no entanto, deixar de projetar o amor para a eternidade perene, metaforicamente revelada na candidatura de Inês à presidência do Parlamento europeu: “uma presidenta[*sic*] embalsamada, símbolo do amor que suplanta ideologias”. A proposta contou com o apoio dos gregos, que viram aí “uma forma de homenagear os seus deuses e os seus tragediógrafos”; dos irlandeses, que viram, qual uma balada celta, “o triunfo do amor sobre a querela das tribos”; dos dinamarqueses que substituíram a questão do ser ou não ser, pela “verdade única, que mora na morte certa”; dos ingleses, exigindo, contudo, que o discurso “fosse proferido em língua inglesa, com citações obrigatórias das peças de Shakespeare”; dos alemães, que “subscreveram a proposta romanticamente”, considerando-a como “prova de veneração a Goethe e a seu Fausto”; dos italianos, que viram aí a “entronização de Laura, a coroação de Beatriz, o alcance final da mulher Absoluta”; dos franceses, que lamentaram que Inês não fosse francesa, mas imaginaram “seu corpo divino trajado por Dior”; dos deputados do Benelux, que viram na candidata a possibilidade “de dar às sessões agitadas do parlamento um tom de melancolia doce e soturna”. O que disseram espanhóis e portugueses? Conforme a verve de cada um dos povos, os primeiros encomendaram “milhares de flores vermelhas, cor do sangue da paixão, única razão da vida, único pretexto para a morte”, inspirados, com certeza, por outra espanhola, a Carmem lorquiana; os portugueses, ora pois, “recordaram Inês de Castro, choraram rios de lágrimas num fado arrependido, vestiram-se de luto carregado” (p.86-87) para assistirem à cerimônia de aclamação da deputada que foi presidente do Parlamento Europeu depois de morta, seguida “por uma longa fila dos deputados de todos os países beijando a mão da presidenta [*sic*], com reverência e comoção. Ela está sentada, hirta, com a nobreza altiva e virtuosa nos seus olhos extáticos, sorrindo seu sorriso de força imolada e resgatada” (p. 87). O longo séquito é findado por Pedro A, que escuta dos lábios da amada, qual *El burlador de Sevilla o El convidado de piedra* (ou seria no *Dom Juan ou le festin de Pierre?*...): “Meu amor, espero-te hoje para a ceia”(p. 87).

Mais uma vez o mito se cumpre na reatualização proposta por Vasco Pereira da Costa, que se apropria do passado coletivo de um dado grupo social, a sociedade portuguesa do Trezentos, preenchendo-lhe, todavia, as “lacunas” com “vestígios” de um outro contexto sócio-político-econômico, que, mais uma vez, dialoga com o paradigma primordial, acrescentando-lhe situações, episódio, personagens..., sem, no entanto, descaracterizá-lo, uma vez que nas páginas, nos palcos, nos quadros, nas estátuas e monumentos “o amor é eterno”, porque inscrito no tempo mítico do até o fim do mundo..., e não no tempo finito do “enquanto dure”, constitutivo da realidade comezinha, como propõe Vinícius de Moraes.

Temos de convir, ora pois, que pelo menos no intertexto não houve trabalho para colocar a cabeça de Inês C no lugar, já que ela não fora degolada e sim atropelada, além disso sua morte acontecera pouco antes da cerimônia do beija-mão, numa época em que a conservação de corpos é capaz de impedir que o Parlamento Europeu seja contaminado com o odor fétido de cadáveres

A trança de Inês, de Rosa de Lobato Faria

Ocupemo-nos agora do romance *A trança de Inês de Castro*, de Rosa Lobato de Faria, publicado pela Asa em 2001 e pela Leya em 2010. Mais uma vez, estamos diante de um entrecruzar de tempos, marcados pelo período de vida de cada um dos Pedros que protagoniza a história: 1320 a 1367 (século XIV), quadra em que viveu D. Pedro I, de Portugal, digamos tratar-se do tempo histórico, em que os dois amantes nasceram, viveram seu amor e morreram; 1963 a 2006 (séculos XX – XXI), período de vida do ficcional Pedro Santa Clara, atentemos para o sobrenome do protagonista, que remete para o Mosteiro de Santa Clara, fundado por D. Isabel, às margens do Mondego, em Coimbra, no ano de 1314, que, dentre outros usos ilustres, foi a primeira morada de Inês de Castro, depois de morta; 2084-2105 (séculos XXI-XXII), época que aponta para vida

terrena do também fictício Pedro Rey, cujo sobrenome faz referência ao monarca português. Embora bastante precisa a demarcação cronológica do tempo, percebemos nítido e proposital caos temporal, notadamente advindo de Pedro Santa Clara, cuja existência literária traz elementos bastantes frutíferos para a reescrita proposta, o que infelizmente não podemos afirmar em relação a Pedro Rey. É ele quem vai dizer, por exemplo:

Talvez que, depois daqueles milhares de anos longos em que o tempo era o seu próprio embrião, o primeiro milênio da nossa era fosse a infância do tempo. Naquele século catorze que tantas vezes se me torna presente, encontro a demora da adolescência da história, o tempo detendo-se na penumbra dos castelos de pedra. No final do século vinte, que trouxe a este cativo [o protagonista encontra-se internado em um hospício], descubro um ritmo diferente, mais vivo, mais rápido. Mas no princípio do século vinte e dois que agora frequentemente me aparece, tudo se passa em clarões velocíssimos numa sucessão de imagens iluminadas a azul-gelo, azul-inquietação, azul-miragem, como se o tempo tivesse envelhecido e estivesse com pressa de morrer (p. 21-22).

Assim, a narrativa vai entrecruzar tempos, tendo como pólo centralizador o século XX-XXI, tido como presente e que se reportará à infância, à adolescência e à idade adulta, subdividida em antes e depois da morte de Inês, do pintor Pedro Santa Clara. Este presente trará à tona, por meio da memória, “mas quem pode confiar na memória de um louco” (p. 15) sem fazer acréscimos significativos, o passado, isto é, o momento do fato histórico e, por intermédio, da alucinação, era “como se me lembrasse de um tempo a que por comodidade chamarei futuro” onde, mais uma vez, não haverá lugar para a frutificação no espaço terreno do amor entre Pedro Rey e Inês.

Ainda a interligar estes tempos, emerge a imagem da trança, uma vez que a protagonista de todos os tempos é uma Inês (ou serão três Ineses?), cujos cabelos estão arditamente entrelaçados. Segundo Guirard, a trança simboliza “força viril e vital”, mas também “uma ligação provável entre este mundo e o Além dos defuntos, um enlace íntimo de relações”, isto é, “a interdependência dos seres” ou, conforme ensina Marcel Brion²⁴, a trança apresenta-se como “um símbolo fechado e, portanto, pessimista a menos que consideremos como uma perspectiva reconfortante e cheia de esperanças a teoria do eterno retorno”. Por qual simbologia adentrarmos, perceberemos que a imagem da trança, utilizada, se não deixamos escapar nenhuma, vinte e quatro vezes ao longo da narrativa, constitui-se o cerne do romance e não apenas mero título, mas também e principalmente a alegoria do próprio mito de Inês de Castro, cujo amor se reatualiza a cada releitura ao longo dos tempos, na constante esperança do reencontro eterno dos amantes, depois do juízo individual (ou será do final?), como fica patente na fala de Pedro Santa Clara:

Não queria passar para a tela [lembramos de que ele é pintor] aquele assunto que tão obsessivamente me perseguia, porque tem como tema central a tua trança, Inês. Sabes como evito pintá-la por considerá-la um símbolo sagrado da paixão e do tempo [podemos pensar num amor que está sempre por realizar-se?], mas desta vez tive de render-me à insistência que me vem não sei donde, quem sabe da tua própria vontade de definir, relacionar, esclarecer.

A verdade é que a tua trança surge como uma imponência dramática e as três madeixas de cabelo que a formam [os três tempos da narrativa?], se desmancham e separam, indo a da esquerda enlaçar numa coroa de rainha [a que Inês teria recebido depois de morta?], a do meio uma bolsa de moedas

²⁴Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dicionário de símbolos*. (Rio de Janeiro: José Olympio, 2008), 895.

de ouro entornando-se [a da história que Pedro ouvira quando criança da boca de uma empregada da família, na qual um cavaleiro andante juntara moedas de ouro para resgatar sua amada?], a da direita uma árvore muito verde, de folha miúda, salpicada de flores [o Aldeamento Verde paradisíaco onde Inês e Pedro Rey têm seu primeiro e único relacionamento sexual?]. (p. 109)

Não nos adientemos tanto. Começemos pelo século XIV, momento em que o fato histórico foi flagrado, primordialmente pelo discurso de Fernão Lopes, inscrito em sua *Crónica de Dom Pedro*, que, a exemplo do intertexto assinado por Vasco Pereira da Costa, constitui um dos paradigmas desta releitura. Ao lado do cronista mor do reino, vemos também a nítida presença da peça *Pedro, o cru — tragédia da sandade*, de António Patrício (1913, editada em 1918)²⁵ e das *Advinhas de Pedro e Inês*, de Agustina Bessa Luís.²⁶ Os três intertextos são alinhavados pelo narrador Pedro Santa Clara que afirma

... com o decurso dos acontecimentos e o progresso da minha loucura comecei a pensar que eu deveria ser a reencarnação de D. Pedro I, o Cru, mas agora tenho a certeza de que sou o próprio rei, o que não descansa, o que não dorme, o que arrasta a amada pelas noites fantasmagóricas do seu reino, o que manda acender fogueiras para aquecer-lhe o corpo gelado, pela morte, segredam uns, pela paixão perdida, afirmam outros (p. 10).

A morte e a paixão serão perseguidas, conforme assevera linhas abaixo, na medida em que considera, como já notamos algures, estarmos diante de um “amor sem fronteiras, sem tempo, sem espaço, materializado de onde, em onde na história, na eternidade, no coração dos homens” (p. 10). Eis aqui o centro nevralgico da narrativa que se desenrolará pelas páginas seguintes e que vem se entrelaçando ao longo de quase setecentos anos em intertextos épicos, líricos, dramáticos ou iconográficos, que vão recontar a história veiculada nas ilustrações que adornam os túmulos de Pedro e Inês, alocado em Alcobaça.

O intertexto, quando inscrito no Trezentos, reaproveita o essencial da crônica lopina, acrescentando-lhe, dentre outras situações, o aspecto doentio, retomado da peça de Patrício, na medida em que calca as tintas no desvario, na insônia e especialmente na patológica necrofilia, isto é, na atração sexual mórbida por cadáveres, e na necolatria, ou seja, no culto aos mortos de D. Pedro I, de Portugal. Em Agustina, a releitura vai beber, dentre outros aspectos de menor importância, a ideia de que D. Constança morreu em 1349, vitimada pela peste, e não em 1345 como decorrência do parto de D. Fernando, conforme se afirmava até então.

A única situação, digamos inédita, inscrita na narrativa do século XIV de *A trança de Inês* residiria na figura de Teresa Lourenço, uma outra amante do rei, que passou para a história de maneira fugidia, apenas por ser mãe de D. João I, que iniciará, em 1383, a dinastia de Avis, conforme deixa patente o excerto:

E foi ainda a tua [de Inês] mão que me guiou ao leito de Teresa Galega, tua antiga aia, mulher avisada e de bom coração.
Sei que não é o amor que vos traz, senhor, mas a saudade, disse, abrindo-me os braços e as mantas.
Ela estava certa. E tu, quando conduziste os meus passos e o meu desejo.
Porque da saudade do teu corpo foi concebido um rei. (p. 180)

²⁵ António Patrício, *Pedro Cru. Teatro Completo*. (Lisboa: Assírio e Alvim, 1982).

²⁶ Agustina Bessa-Luís, *Advinhas de Pedro e Inês*. (Lisboa: Guimarães & C.ª Editores, 1983).

As informações acerca da progenitora do Mestre de Avis são tão minguadas que as lacunas deixadas pela história são preenchidas com as possibilidades mais variadas. Há várias correntes, que afirmam que ela era da Galícia, a exemplo de Inês de Castro, outras tantas defendem a ideia de que ela era lisboeta, teria nascido em 1330, filha do mercador Lourenço Martins, o da Praça, não se sabe, contudo, o ano e local de sua morte. É assente, entretanto, que da relação entre Teresa e D. Pedro teria nascido, provavelmente em Lisboa, em São João da Praça, local onde residiam os comerciantes lisboetas, em 11 de abril de 1357, geraram um filho a que deram o nome de João. O ainda infante, já que se tornará rei pouco depois, em 28 de maio do mesmo ano, viria a confiar sua guarda a Lourenço Martins a fim de o criar. Pouco depois, o provável avô materno o teria feito Mestre de Avis, a pedido do galego D. Nuno Freire de Andrade, o então mestre da Ordem de Cristo. Foi este mesmo João que veio a ascender ao trono durante a Crise de 1383-1385, sob o nome de D. João I.

Não podemos negar que a hipótese a qual aponta Teresa Lourenço como natural da Galícia, torna verossímil a ideia de que ela teria seguido para Portugal no séquito de D. Inês, ainda que pareça estranho, pelo menos para os dias de hoje, supor que a aia de D. Constança também tivesse uma aia.

O intertexto recupera este dado de modo a tornar a relação entre D. Pedro e Teresa mais um índice do intrincado entrelaçamento, fio condutor do romance, ao reafirmar o propósito de estarmos diante de uma manifestação cíclica, fechada, de onde não se tem saída, conforme sugere a simbologia da trança a que nos referimos parágrafos atrás. Embora interessante, não podemos afirmar ter havido uma infração aos paradigmas que serviram de modelo ao intertexto, uma vez que a situação proposta não interfere de modo decisivo no desenvolvimento da narrativa.

Examinemos agora a parcela do romance ambientada nos séculos XX-XXI, cujo protagonista é Pedro Santa Clara, um moço de família abastada, filho de Afonso e Beatriz, neto de Diniz, empresários do ramo da construção e exploração de supermercados e centros comerciais. São mantidas as personagens centrais do entrecho histórico, já que Pedro é casado com Constança, também de família abastada. Teriam se encontrado em Milão, onde ele estudava pintura e ela restauração de vitrais. Viveram uma relação morna e que no final do milênio está completamente desgastada. Ele trabalha, sem nenhuma vocação, nos empreendimentos da família, onde conhece Inês Peres Assis de Castro, que coincidentemente, pelo menos é o que se afirma à página 37, ostenta o mesmo sobrenome dos Peres de Castro, família “tradicional inimiga da minha [de Pedro], pessoas detestáveis, negócios concorrentes, empresas rivais” (p. 33). Trabalham ainda na empresa dos Santa Clara um amigo de Pedro, o economista Afonso Madeira, tachado, por Constança de homossexual, uma vez que é solteiro aos 40 anos, os três assessores do pai, “os doutores Gonçalves e Coelho e o engenheiro Pacheco, sempre ouvidos em todas as decisões” (p. 51) e a secretária D. Zilda, acréscimo de personagem em relação aos paradigmas, que está a serviço da família há 47 anos, teria sido amante de Diniz, bisbilhoteira, hipócrita, retrógrada... No que tange à personalidade das personagens, Afonso é um crápula que teria, segundo o filho, “mandado matar o sócio (...) processo prático e limpo de nos livrarmos dos empecilhos” (p. 41), fato que teria sido ouvido ou pressentido pelo filho, o que lhe teria possibilitado estudar pintura longe de casa, como queria, no lugar de dedicar-se à economia ou ao direito, profissões mais dignificantes, na opinião do pai; D. Beatriz não tem qualquer voz ativa na família; Constança, às vezes fútil e/ou preconceituosa, no entanto sempre ressentida do casamento, da vida, das escolhas, nunca quis ter filhos para não engordar. Sua obsessiva preocupação com a forma leva D. Beatriz a observar ao filho: “... olhe que a Constança não pode saber destes seus devaneios [relação com Inês]. Já reparou como ela está magra? Ia jurar que tem uma doença qualquer” (p. 35).

Podemos notar que o entrecho, embora completamente atualizado, não concorre decisivamente para a estilização dos paradigmas a não ser pelo fato de que Pedro e Constança não têm filhos, o que também acontece com Pedro e Inês, uma vez que a moça era virgem e a relação

dos dois se revela, digamos, meio “platônica” ao longo de grande parte da narrativa. Os dois chegam às vias de fato uma única vez poucas horas antes de Inês ser morta. Aqui talvez se insinue aquela que poderíamos chamar de a grande refração ao paradigma. Tempos antes, depois de Inês ter sido despedida da firma dos Santa Clara, acusada de aí se imiscuir para roubar informações para sua família, ela se afasta de Pedro e vai passar uma temporada no Minho, uma vez que a situação se torna insustentável e o clima de intrigas recupera aquele flagrado no Trezentos, conforme deixa patente o excerto:

Quando o meu pai deu ordem para te despedirem, depois de inúmeras reuniões à porta fechada com os seus assessores, sentiu-se na empresa uma atmosfera de escândalo e criou-se à sua volta uma lenda de maldades e hipocrisias que te eram atribuídas a *posteriori*. Até as mulheres da limpeza, sob a batuta da dona Zilda, se lembravam agora de te ter visto nos gabinetes da administração, mexendo em papéis, ligando computadores, consultando arquivos. (p. 51)

Quando retorna, ainda apaixonada por Pedro, ela comunica ao amado que não suporta mais aquela situação e que por conta disto aceitara um emprego em São Paulo, Brasil. O rapaz tem dificuldade em aceitar a situação e decide que irá abandonar tudo, divorciar-se de Constança e ir junto com a moça para o Brasil, onde se dedicará à pintura. O embarque de Inês está previsto para janeiro de 2001, Pedro prevê viajar pouco depois. Após as comemorações para a chegada do novo milênio em família, Pedro e Inês encontram-se no apartamento dele em Lisboa e têm sua primeira e única noite de amor. Na manhã de 1º janeiro de 2001, ao deixarem o apartamento, acontece o fatídico acontecimento assim narrado por Pedro:

Chovia. Eu tinha o carro estacionado do outro lado da rua. Quando saímos um automóvel vermelho surgiu na esquina. Percebemos que não nos ia deixar atravessar e parámos. Aproveitaste para ajustar a tira da sandália esquerda. Com espanto nosso o carro travou à nossa frente, da janela surgiu uma arma que te alvejou uma, duas, três vezes. Foi tão rápido que não consegui mover-me (p. 154).

Ajudado por uma senhora que surgira inesperadamente na cena, Pedro levou a amada para o quarto, onde horas antes haviam tido a noite de amor. O amante lembra com certa estranheza a despedida da prestativa senhora:

À porta do quarto voltou-se para trás e acenou com as duas mãos como fazem as crianças.
Reparei que uma das mãos era aristocrática, branca e macia, uma mão de senhora, a outra era brutal e grosseira, roxa e gretada, uma mão de homem rude.
Quando ela bateu a porta da rua, morreste em meus braços (p. 155).

Após acomodar Inês no banco de trás do carro e depois no porta-malas, os amantes iniciam seu périplo, uma vez que, nas palavras de Pedro “agora o meu destino é a errância” e “as estradas da Europa vão ser a nossa casa” (p. 156), até serem encontrados “numa tarde muito fria (...) tinha nevado muito” (p. 209) pela polícia de “um sítio onde há neve e falam francês” (p. 211).

Tido com louco, acusado de homicídio, Pedro foi absolvido e considerado inimputável, já que, segundo afirma,

as testemunhas inventadas e bem pagas pelo meu pai (...) tinham visto (...) três homens de meias na cabeça saltarem dum carro, preto, velho e

dispararem sobre a Inês que ia a sair a [sic] porta sozinha, com uma maleta ou nécessaire (que eles levaram) e ela ficara caída no passeio... Depois veio um psiquiatra depor sobre a minha necrofilia e garantiu que transportar um cadáver pelos caminhos do mundo era coisa de que não se ouvia falar desde que D. Pedro o Cru trasladara Inês de Castro de Coimbra a Alcobaça (p. 212).

Internado em uma clínica psiquiátrica, onde vive há cinco anos, depois de ouvir as palavras do psiquiatra que lhe “causaram um efeito estranhíssimo e pela primeira vez soube que era (...) o próprio rei e disse (...) em pleno tribunal que se alguém tinha matado a Inês era (...) seu pai Afonso IV, o mafioso, sempre pronto a tirar do caminho as pedras indesejáveis” (p. 213). Depois de alguns meses, Inês começa a visitar Pedro “nas madrugadas e a tornar este lugar [o hospício] suportável” (p. 214)

A poucas páginas do final da narrativa, tomamos conhecimento de como e por que Pedro está enclausurado em um hospício de onde conta, em primeira pessoa, o passado imediatamente anterior à internação, além de trazer elementos inscritos em sua infância e adolescência. Aqui o caos temporal, por vezes, mescla os tempos da narrativa, resultado das alucinações ou da licença poética possibilitada pela arte, conforme deixa patente o excerto:

...este caos que vai na minha cabeça e que tantas vezes me faz confundir o tempo com o tempo com o tempo. Viajo entre ser e não ser, entre estar e não estar, e isso deixa-me cansado, confuso, incerto. Não tenho passado nem futuro, só tenho presente presente e presente e penso que essa é a minha doença e não a necrofilia que consta da minha ficha (p. 63)

É exatamente quando Pedro Santa Clara está no hospício que ele começa a refletir acerca de questões que envolvem o tempo, a memória..., na medida em que esta oscila entre as percepções dos sentidos e a restituição de tais percepções, identificada por Le Goff como reminiscência. Assim, teríamos, segundo Michelet “a ligação entre memória e imaginação, memória e poesia”²⁷ que estão, ao fim e ao cabo, na gênese da constituição do mito, uma vez que, como já notamos, “o amor entre Pedro e Inês começou a ser porque existiu na realidade”, isto é, não foi uma criação literária ou fictícia, mas se reatualiza miticamente por meio da arte, aprisionando-se num universo sem saída, conforme aponta o protagonista em:

Não sei se é das injeções, se é da pintura. Tenho pensado que a arte é o lugar mais próximo desse desconhecido que nos atormenta e se fecharmos a alma ao visível conseguimos abri-la a outras dimensões. Parece haver em nós uma memória de outros lugares, doutras realidades, fala-se em *déjà-vu*, naquele inquietante *já estive aqui*, mas só artista pode captar alguma coisa dessa estranha emoção nas suas telas, nos seus textos, nas suas composições (p. 97).

A situação de aprisionamento é reforçada pela assertiva do Maestro, um companheiro de hospício de Pedro, que afirma “sofremos o mal de viver, desadaptámo-nos ou desadaptaram-nos da vida tal como eles acham que ela deve ser vivida” (p. 63).

É exatamente por meio da insanidade, concebida como uma psicose, que se caracterizaria, “grosso modo”, como um estado psíquico no qual se verifica certa perda de contato com a realidade manifestada, no mais da vezes, por alucinações e delírios, pela sensação descomunal de angústia e opressão, além de insônia crônica, aspectos que afinal já aparecem em não poucos

²⁷ Jules Michelet, *Oeuvres complètes*. (Paris: Flammarion, 1971, vol I), 229.

paradigmas, que Pedro Santa Clara transita pela situação que tematiza este ensaio qual seja o mito, o tempo, a memória, a história...

Sonho às vezes contigo nesse tempo futuro, não sei se são as drogas que eles me injetaram que me fazem viajar na imaginação, na memória-ao-contrário, se, simplesmente, a intemporalidade da nossa paixão nos dá o dom da ubiquidade através de todas as eras, ou se vítimas de uma maldição, nos cabe a os represe o homem eterno, a mulher eterna, renovando perenemente a mesma história singela e consabida de sujeição, amor, e morte antecipada (p. 17).

O movimento do devir temporal que corre na imaginação de Pedro, num ir e vir, aponta primeiro para a lentidão daqueles “milhares de anos longos em que o tempo era o seu próprio embrião, o primeiro milénio da nossa era fosse a infância do tempo”, isto é “naquele século catorze que tantas vezes se (...) torna presente”, Pedro encontra “a demora da adolescência da história”. Já “no final do século vinte”, o tempo acelera-se, assumindo “um ritmo diferente, mais vivo, mais rápido”. Enquanto que no século vinte e dois, que se lhe vem à consciência cada vez mais frequentemente, “tudo se passa em clarões velocíssimos numa sucessão de imagens iluminadas a azul-gelo, azul inquietação, azul-miragem, como se o tempo tivesse envelhecido e estivesse com pressa de morrer” (p. 21-22). Estamos, pois, diante daquele tempo, onde o mito se reatualiza e encontra sua perenidade na eternidade do além-vida, ideia corroborada por Pedro em muitas passagens do romance, dentre as quais destacamos a seguinte: “Que eternidade será a minha se continuar a transportar esta mistura aleatória de três vidas, quem sabe se depois de morto recordarei mais trinta, quem sabe se viverei mais três, e assim sucessivamente pelos séculos dos séculos” (p. 159).

Se Pedro Santa Clara transita indelevelmente do século XX-XXI para o século XIV, ele também avança no tempo e acaba por viver uma outra vida no final do século XXI e início do XXII. Estamos num futuro em que os governates tomam medidas drásticas para proteger o Planeta Terra, estimulados pelo Salvismo, cujo lema é: “o Planeta é o deus a quem todos devemos sacrificar” (p. 23). Para tanto,

as leis são inexoráveis. Pena de morte para quem poluir as águas, derrubar árvores, incendiar florestas, matar animais ou os mutilar. Pena de morte para quem lançar qualquer espécie de substância poluente na atmosfera. Pena de morte para quem se reproduzir fora do sistema (p. 23).

Para tanto, a sociedade é dividida em duas classes em que não há intercâmbio. De um lado temos, em menor número, a elite, os reprodutores, designados Continuadores, os cidadãos xis; de outro, o povo, os indivíduos ípsilon. No último ano do Curso Preparatório é feita a classificação, uma vez que apenas 20% da população se torna cidadão xis. Para tanto, a população é rigorosamente examinada tendo em vista “inteligência, beleza, saúde, fertilidade, heterossexualidade, carácter, aptidão física, genética irrepreensível” (p. 46). Os cidadãos ípsilon são obrigatoriamente esterilizados a partir dos 20 anos. Em decorrência do fato, a homossexualidade é incentivada; os suicídios atingem altos índices. Os xis ingressam automaticamente no curso superior de ciências da educação, que dura três anos. No final, cada um deles deve escolher um parceiro do sexo oposto para se reproduzir uma única vez. Um dos membros do casal deve ficar em casa para cuidar do rebento, geralmente a mulher. O outro frequentará a faculdade, dedicando-se às ditas atividades nobres. Neste universo asséptico e intransigente, encontram-se Pedro Rey e Inês Pires de Castro, dois adolescentes apaixonados que têm que reprimir seu amor, em busca de conseguirem ser cidadãos xis, uma vez que aí e só aí poderiam viver o amor. O destino traça linhas sinuosas. Inês é cidadã xis, mas Pedro Rey, que guarda no nome a ancestralidade da monarquia,

ainda que grafada com Y, é indivíduo ípsilon, uma vez que fora tachado com 1,7 de perturbação mental, conforme aponta a segunda página do seu relatório:

O meu comportamento mostrou, ao longo dos anos, sinais de perturbação. Foi-me detectado um sobressalto amoroso, um desvio de comportamento semelhante à paixão, essa doença da mente que compromete uma actuação saudável do indivíduo. Posto em observação desde longa data, verificou-se que o cidadão passou uma noite à chuva à porta do hospital, tentando, contra toda lógica, obter notícias de uma colega aí internada devido a acidente. A pesquisa genética levou à descoberta de uma bisavó, anterior ao Sistema, com uma pequena percentagem de insanidade (p. 99).

Ainda que extremamente decepcionado com o Sistema, desamparado pela família, Pedro reconhece que não há saída para a questão e passa a dedicar-se ao negócio de recuperação de madeiras para sobreviver. Desafiando todas as normas, recebe a visita de Inês que se mostra completamente incrédula com a situação. Mostra-lhe o relatório que aponta “um ponto sete de loucura” e completa “o que me afastou do meu amor foi precisamente o meu amor. A paixão esse desvio de comportamento, esse desequilíbrio da mente. Não posso amar-te porque amo. Não posso possuir-te porque quero possuir-te. Não posso ser teu porque sou teu” (p. 103-104).

Pedro e Inês encontram-se em casa de um amigo em comum. Afonso ludibriou o Sistema, baixando propositalmente sua classificação, para poder casar com Joana. Ambos vivem no campo e dedicam-se à agricultura orgânica. Contra a vontade de Pedro e por mais que o casal insista para que Inês controle seu ímpeto sexual, a moça entrega-se a Pedro. O resultado de uma noite de amor é a gravidez que acaba por condená-la à morte. Afinal, ela infringira um dos dogmas basilares do Sistema.

Antes de saber da terrível desgraça, Pedro passa a trabalhar incansavelmente em sua nova atividade, isto é, o negócio com madeiras. Uma tarde, andando por Aveiro, é abordado por um homem que diz chamar-se Diogo Lopes e apresenta-se como um colega mais velho de Pedro. Às escusas, afirma pertencer “a uma organização clandestina” cujo objetivo seria “alterar as regras do Sistema” (p. 184) e convida Pedro para fazer parte dela, defendendo a ideia de que “se todos os cidadãos ípsilon aderirem, somos exércitos e exércitos de descontentes e são os descontentes e injustiçados que fazem as revoluções” (p. 185). Talvez delatado pelo pseudo amigo, que, na verdade, estaria a serviço da polícia política, caçando “imbecis com desgosto de amor” (p.193), talvez por ser responsável por Inês ter infringido as regras do Sistema, Pedro é preso e resolve fazer uso do frasco de cianeto, comprado no dia em que descobriu ser um cidadão ípsilon. Inalando “o efúvio fortíssimo, acre, letal” do líquido, lembrou-se da primeira frase de *Amor nos tempos do cólera*, “o odor das amêndoas amargas recordava-lhe sempre o destino dos amores contrariados” (p. 194-195), quando o Dr. Juvenal Urbino encontra o refugiado antilhano Jeremiah Saint-Amour morto, suicidara-se com um defumador de cianeto de ouro. Embora proibido, porque considerado subversivo, uma vez que seu tema predominante era a defesa dos direitos humanos, Gabriel Garcia Marques era o autor preferido do protagonista. Afinal, o amor no Trezentos, no Novecentos, naquele século XXI asséptico e inodoro, ideado pela loucura de outro Pedro, seja na Europa desenvolvida ou na América Latina subdesenvolvida, o amor, a paixão “é a única constante desta peregrinação intertemporal” (p. 181). Abramos um parêntesis para lembrar que o cheiro da amêndoa amarga causa uma sensação de bem estar também em Pedro Santa Clara, quando a sente, ao entrar no refeitório do hospício, depois de uma seção de hipnotismo, na qual o Dr. Reinaldo buscava “levá-lo às regiões do inconsciente onde está escondido o cerne de sua doença mental. Provavelmente na infância, sim, deve ter-lhe acontecido alguma coisa que não recorda mas que está gravada algures e ei-de conseguir isolar” (p. 186).

Ainda que esta parte da narrativa promova uma refração bastante marcante frente ao paradigma, mantendo apenas algumas das personagens centrais que percorrem o mito inesiano, o amor e a paixão permanecem como temática central, uma vez que a eternidade da loucura amorosa é cultivada até nas sociedades antissépticas e pasteurizadas, detentoras de um planejamento racional, como aquela que beira mais a filme de ficção científica. Transformados em Continuadores, meros reprodutores, tenta-se eliminar a presença da atração amorosa, que, ao fim e ao cabo, persiste aqui e ali em seres dotados de porcentagens, ainda que ínfimas, de sentimento.

Retomemos, com o objetivo de concluir este ensaio que já está se derramando por páginas sem fim, aquela parte do romance, cujo protagonista é Pedro Santa Clara. Releva notar para amarrar as pontas da narrativa, ou seria da trança?, dois aspectos. O primeiro deles refere-se a um dado que já fizemos referência atrás e que de algum modo une os três tempos da narrativa. Trata-se da Morte alegorizada pelas mãos de uma costureira que vem substituir a modista de Inês de Castro, que se encontrava enferma, e cujas mãos, segundo notara a nobre cliente, se distinguíam, uma vez que a esquerda “era esguia, fina, delicada e a direita parecia a mão de um trabalhador de enxada, grossa, calosa, máscula e vermelha”. Esta imagem vem à mente do infante D. Pedro, na manhã de 07 janeiro de 1355, “aquela costureira desconhecida de dedos prodiosos, podia bem ser a Morte, com uma mão de veludo para seduzir e uma mão de granito para aniquilar” (p. 116). Inês é assassinada enquanto o amante caçava. Talvez seja a mesma Morte, representada pela senhora que ajuda Pedro Santa Clara a levar Inês recém baleada para dentro de casa e que, na tentativa de ser arrolada como testemunha de Pedro no julgamento, jamais é encontrada. Lembremos:

À porta do quarto voltou-se para trás e acenou com as duas mãos como fazem as crianças.

Reparei que uma das mãos era aristocrática, branca e macia, uma mão de senhora, a outra era brutal e grosseira, roxa e gretada, uma mão de homem rude.

Quando ela bateu a porta da rua, morreste em meus braços (p. 155).

Ela reaparece na página final do livro, quando o protagonista Pedro Santa Clara (?) vê-se deitado num esquite, o tumulto de Alcobaça (?), e escuta uma conversa entre duas mulheres que dizem:

– Já cumpriu três vidas?

– Já cumpriu, responde outra mulher.

– Que épocas lhe deram?

– De 1320 a 1367. De 1963 a 2006. De 2084 a 2105.

– Coitado. Era difícil conseguir pior.

(...)

– Que belo homem. Como é o nome dele?

– Pedro.

– Destino?

– A Paixão.

– Ah, bom. Nesse caso merece ser posto a descansar um tempo e num lugar de paz.

A assistente avança para mim e vejo, quando se aproxima, que segura uma seringa minúscula

Reparo que tem uma das mãos branca, longa, de dedos esguios e pele sedosa enquanto a outra, a que me encontra a veia, é (p. 217-218).

Recorramos mais uma vez à simbologia. Se a Morte é considerada o fim absoluto de qualquer coisa, ela também pode ser vista como um rito de passagem a iniciar um novo ciclo, na medida em que liberta as forças negativas, dando caminho para a luz, que capacita a uma vida

superior, liberta de penas, que possibilita o acesso ao reino do espírito, à vida verdadeira, à realização do amor eterno, para o qual Pedro e Inês estão predestinados, conforme deixa patente a posição dos túmulos em Alcobaça. Depois do juízo individual (ou final?) ambos estariam frente a frente para consumarem o amor, a paixão, que foram ceifados em vida, pela eternidade.

Além da Morte, podemos perceber que a paixão é, na verdade, o grande motor desta e de outras tantas releituras do mito inesiano. Neste caso particularmente, como fica patente no diálogo acima, a paixão é o destino de Pedro, aquele destino inexorável, próprio da tragédia grega, cuja fortuna pontua o carácter da personagem, ao qual ela não tem como escapar. Se por um lado, o *fatum* percorre toda a mitologia inesiana, na medida em que invariavelmente a galega virá a morrer, e mais, será assassinada, não podendo dar continuidade em vida ao amor, que se projetará para o espaço e tempo da eternidade, do até o fim do mundo, por outro, Pedro Santa Clara em *A trança de Inês* opta, escolhe a paixão. Portanto, diante do livre-arbítrio, proconizado pela mundividência cristã, Pedro, num sonho que, de certa forma, se revela a alegoria do juízo individual, tem a possibilidade de “escolher o seu destino antes de ser mandado na viagem intergaláctica que completa a sua evolução”. É ele, pois, quem escolhe, diante de um sem número de destinos, a paixão, “mas escolher implica experiência anterior e memória desta experiência” (p. 135). Lembremos com Le Goff que para os gregos a memória é uma deusa, Mnemosine, mãe das nove musas, concebidas a partir da sua relação com Zeus. Assim, é ela quem “lembra aos homens a recordação dos heróis e de seus altos feitos”, é ela quem revela “ao poeta os segredos do passado, [e] o introduz nos mistérios do Além”. Ao fim e ao cabo, “a memória aparece como um dom para iniciados, a *anamnesis*, a reminiscência”. Ela é, em última instância, “o antídoto do Esquecimento”, uma vez que “é uma fonte de imortalidade”.²⁸ Deste modo, a memória insinua-se como condição *sine qua non* para a perpetuação do mito, na medida em que, como vimos, ele parte de uma ocorrência que transcorreu num dado momento da história, para transcender este momento e se reatualizar perenemente por meio da literatura, do teatro, da iconografia, do cinema...

Esta reatualização remete incondicionalmente para a simbologia da trança que percorre toda a narrativa. Poderíamos aventar a hipótese de que se constitui na própria alegoria do mito inesiano que parte de um fato histórico para transcendê-lo, a trança simboliza uma ligação entre este mundo e o Além dos defuntos, num enlace íntimo que perpetua as relações, os seres. Porque fechada em si mesma, sem saída, eternamente retornando ao paradigma primordial, ela é responsável pela perpetuação do mito inesiano em releituras que o reatualizam até o fim dos tempos, conforme aponta Pedro,

Depois pensei que era a tua trança que entretecia o tempo, que ligava as eras,
que atava os amantes de todas as idades da terra, que dava sentido à minha
história de peregrino das paixões intemporais. A tua trança. A tua trança,
Inês (p. 158).

²⁸ J. Le Goff, *História e memória*, 400-401.



ARTIGOS - ARTICLES

**Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838):
elementos necessários para uma revisão da
História da Matemática no Brasil**

Paulo Henrique Trentin

Professor Doutor – Fundação Educacional Inaciana – São Paulo (FEI – Departamento de Matemática)
trentin@fei.edu.br

Recebido em 21/04/2016. Aprovado em 04/07/2016.

Como citar este artigo: Trentin, Paulo Henrique. “Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838): elementos necessários para uma revisão da História da Matemática no Brasil”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 3, n 1 [4], p. 78-98. 2017. ISSN 2447-9020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: O presente artigo caracteriza aspectos sobre Manoel Ferreira de Araújo Guimarães do seu nascimento em 1777 à sua chegada a Portugal, para a conclusão de seus estudos. Traz apontamentos referentes a sua formação. Observa os apontamentos em publicações brasileiras do período relativas a História da Educação e a História da Matemática Brasileira, que serviram como referências para afirmar que se faz necessária uma revisão historiográfica. A base para esta afirmação, situa-se nas análises dos escritos que mencionam as identidades, atuações e os papéis que marcaram a vida de Manoel Ferreira de Araújo Guimarães.

Palavras-chave: História da Ciência, História da Educação Matemática, História da Matemática Brasileira – Manoel Ferreira de Araújo Guimarães

*Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838): necessary elements for a review
of the History of Mathematics in Brazil*

Abstract: This article aims to feature aspects of Manoel Ferreira de Araújo Guimarães since born at 1777 until his arrival in Portugal, for the completion of their studies. Brings notes regarding his training. Observes the notes in the period Brazilian publications on the History of Education and the History of Mathematics Brazilian, who served as references to affirm that a historiographical review is necessary. The basis for this assertion lies in the analysis of the writings that mention the identities, actions and roles that marked the life of Manoel Ferreira de Araújo Guimarães.

Keywords: History of Science - History of Mathematics Education - History of Brazilian Mathematics - Manoel Ferreira de Araújo Guimarães.

[...] pela primeira vez, o país [Brasil] tinha consciência de estar estruturando uma cultura nacional. Veja-se, por exemplo, o valor de testemunho de dois fatos aparentemente desconexos: em 1814, funda-se o seminário de Jacuicanga, destinado à educação de meninos pobres, e a Imprensa Régia publica os *Elementos de Astronomia* de Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838).

Wilson Martins¹

Introdução

Notamos na última década uma quantidade considerável de publicações que abordam as contribuições que Manoel Ferreira de Araújo Guimarães² deixou para a Institucionalização do Ensino da Matemática no Brasil e para a História da Ciência Matemática Brasileira.

Neste artigo pretendemos, além de apresentar o estado da arte no que se refere as publicações referentes a Araújo Guimarães, retroceder ao período do seu nascimento, em 1777, à sua chegada a Portugal para completar seus estudos.

No ano de 2005, quando elaborávamos o texto da dissertação de mestrado para a defesa, pela primeira vez identificamos a chamada “primeira publicação destinada ao ensino de matemática com a instalação da família real no Brasil”.³ Percebemos que os textos que tratam da história da matemática brasileira citam esta tal obra de Legendre editada por Araújo Guimarães, como uma tradução que não logrou êxito.

Não satisfeitos com a leitura que fizemos, decidimos buscar tal livro, pois pretendíamos conhecer o trabalho e checar que “mera” tradução foi esta, inserindo alguns comentários e impressões no texto da dissertação – ideia foi deixada a margem por sugestão da orientadora da dissertação a época.

Fomos surpreendidos quando identificamos que não se tratava de uma simples tradução do francês para o português. O original de Legendre, intitulado em português como *Elementos de Geometria*, havia sido editado, com cuidado, por alguém que mostrou possuir conhecimentos consistentes acerca do que se devia e podia ensinar com o uso do texto de Legendre à época. Há no texto toda a compreensão e o entendimento das necessidades da formação de pessoas para a defesa do território brasileiro, deixadas pelo editor Araújo Guimarães. Entendemos que o tradutor e sua tradução mereceriam uma análise cuidadosa, pois Araújo Guimarães, o “mero tradutor”, fora deixado à margem pelos historiadores da Educação Matemática Brasileira.

Concluimos a dissertação e meses depois retomamos as análises que consideravam as produções de Araújo Guimarães identificando os pontos relevantes que justificavam a uma releitura.

Alguns escritos relativos a História da Educação Matemática Brasileira

Iniciamos pelo artigo publicado em 1996 por Circe Mary Silva da Silva intitulado *A Variação dos Triângulos Esféricos de Manuel Araújo Guimarães, primeiro impresso de Matemática, no Brasil, após a*

¹ Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, Vol. II. (São Paulo, Cultrix. Ed. da Universidade de São Paulo, 1977), 54.

² A partir deste ponto chamaremos Manoel Ferreira de Araújo Guimarães de Araújo Guimarães, opção que temos adotado deste do primeiro trabalho que publicamos sobre este personagem em 2007.

³ Identificamos esta forma de considerar a tradução que Araújo Guimarães realizou da obra de Adrien Marie Legendre intitulada *Elementos de Geometria*, no início do século XIX, para o uso na Academia Real Militar do Rio de Janeiro, nas seguintes referências: (1) Jairo de A. Lopes, *Livro Didático de Matemática: concepção, seleção e possibilidades frente a descritores de análise e tendências em Educação Matemática*, (São Paulo, FE Unicamp, 2000); (2) Wagner Rodrigues Valente, *Uma História da Matemática Escolar No Brasil (1730-1930)*, (São Paulo, Editora Annablume, 1999).

liberação da imprensa em 1810,⁴ notemos que praticamente este é um trabalho que retoma a análise do período como quase 20 anos.

O artigo destaca em suas análises que Araújo Guimarães, de fato, tinha domínio sobre as discussões e possibilidades da utilização de ferramentas matemáticas. Como exemplo, citamos a utilização do cálculo diferencial nas inferências que realizou ao explorar os triângulos esféricos. As considerações que Araújo Guimarães imprimiu no artigo em questão foram incorporadas à outra de suas obras destinada ao ensino da Astronomia.

Do artigo de Silva, de 1996, passamos para o artigo nominado como *A Cultura Científica e a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*,⁵ de José Carlos de Oliveira, no qual há referência às contribuições de Araújo Guimarães à constituição da Imprensa no Brasil. O autor considera relevante a constituição de uma imprensa e o surgimento de uma editoração que cuidasse da apresentação de aspectos relativos às ciências, o que o autor considerou ser a formação de uma cultura científica em terras brasileiras.

Para Oliveira, Araújo Guimarães desempenhou um papel relevante nesse sentido como um editor, com formação em matemática, professor, tradutor e autor de obras destinadas ao ensino das ciências, oferecendo publicações que alinhava o restrito grupo de leitores ao que se discutia sobre ciência à época, início do século XIX. Além de oferecer trechos de poemas e outros gêneros publicados originalmente em Latim, os quais ele fazia questão de destacar sua fidelidade à língua materna da produção. Aliás, não são poucas as menções que identificamos - e que, *in loco*, pudemos averiguar - relativas ao trabalho como tradutor que realizou durante toda sua vida.

Após estes artigos há um período de recesso, de esquecimento, no que se refere aos trabalhos de Araújo Guimarães, retomado próximo ao centenário comemorativo da chegada e instalação da família Real no Brasil, por volta do ano de 2008. Ressurgem escritos relativos ao período. Notamos dez anos sem que houvesse algo que, direta ou indiretamente, tratasse das contribuições dadas por Araújo Guimarães. É oportuno dizer que, neste período, as obras que tratavam da abordagem de aspectos da História da Matemática (ou da Educação Matemática) Brasileira, nem ao menos se preocuparam em incorporar o que os dois artigos que mencionamos destacaram relativamente ao período histórico e a Araújo Guimarães.

A partir de 2008 algumas reflexões, relativas à atuação de Araújo Guimarães, são retomadas.⁶ O grupo de pesquisa em Educação Matemática na Universidade Federal do Rio de Janeiro realizou um estudo da obra *Elementos de Geometria*, repaginando e republicando-a. Além da publicação da tradução de Araújo Guimarães, não identificamos que o grupo de pesquisa tenha aprofundado qualquer estudo relativo à vida e obra de Araújo Guimarães.⁷

Em Portugal, também, identificamos pesquisadores interessados nos trabalhos de Araújo Guimarães. Um deles é Luís Miguel Carolino, com um artigo de título *Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro e a definição de um gênero científico no Brasil em inícios do*

⁴ Circe Mary Silva da Silva, “A Variação dos Triângulos Esféricos de Manuel Araújo Guimarães, primeiro impresso de Matemática, no Brasil, após a liberação da imprensa em 1810”, *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, [vol.]15, (1996) (53-66).

⁵ José Carlos de Oliveira, “A Cultura Científica e a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)”, *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, [vol.]17, (1997) (29-58).

⁶ Neste sentido pode-se consultar as comunicações que realizamos nos encontros e simpósios para cumprimento dos créditos de doutoramento, como por exemplo, “Alguns Textos de História em Livros de Matemática: Uma primeira aproximação”, *História da Ciência e Ensino*, [vol.]3(2011) (1-6); “Documentos para a História da Ciência no Brasil”, comunicação apresentada na II Jornada de História da Ciência e Ensino, em julho de 2009.

⁷ A obra foi reeditada pelo professor Luiz Carlos Guimarães do Instituto de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro, adquirimos um exemplar em uma das visitas que realizamos ao Acervo de Obras Raras da UFRJ.

século XIX,⁸ que no nosso entendimento ratifica a importância da atuação de Araújo Guimarães para a institucionalização das Ciências no Brasil.

Cabe destacar que a nossa perspectiva relativa a institucionalização não cumpre as etapas que tradicionalmente se espera, ou seja, a da formação de um grupo de pessoas que fundam uma área do conhecimento e que a partir de então dão vazão aos trabalhos inéditos, fomentando as investigações na área. Compreendemos as limitações da época, do público consumidor de publicações científicas, da falta de pares para a consolidação de um diálogo, do isolamento geográfico do Brasil em relação aos centros reconhecidamente produtivos, como por exemplo Inglaterra e França. Mas, dito por um português, como no caso Carolino que investigou nos arquivos portugueses possíveis contribuições deixadas por Araújo Guimarães é que o nosso argumento se reforça.

Para Carolino, a singularidade das produções, ideias e conhecimentos relativos às discussões científicas do início do final do século XVIII e início do século XIX, se refletem quando Araújo Guimarães elabora e disponibiliza o texto destinado ao ensino de Astronomia para o uso na Academia Real Militar do Rio de Janeiro.⁹ Para o pesquisador, o texto é um exemplo do nível de conhecimento, resultado da experiência adquirida por Araújo Guimarães, em Portugal, como tradutor, além do domínio do latim e do francês.

Há, também, em Portugal a produção de Luis Manuel Ribeiro Saraiva denominada *Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838): From the Navy Royal Academy to the Royal Military Academy of Rio de Janeiro*,¹⁰ com o relato da vida e da obra de Araújo Guimarães de sua estada em Portugal até sua passagem pela Academia Real Militar do Rio de Janeiro. O autor considera as produções e a atuação de Araújo Guimarães, principalmente como editor de *A Gazeta do Rio de Janeiro*, de *O Patriota* e de *O Espelho*.

Saraiva reafirma o que observamos em relação ao importante trabalho como tradutor de obras francesas para o ensino das matemáticas que Araújo Guimarães realizou. Inicialmente para o uso em Portugal e depois no Brasil.

Por fim, o pesquisador considera significativa para a História da Matemática o número de traduções e textos disponibilizados no Brasil e Portugal. Para o autor houve um ganho qualitativo em termos de divulgação de conhecimentos matemáticos com o trabalho de tradução e a disponibilização de obras produzidas em reconhecidos centros de estudos matemáticos da época, como França e Inglaterra. Neste sentido é que ele destaca a contribuição de Araújo Guimarães.

Voltando às produções brasileiras sobre Araújo Guimarães, a pesquisadora Ligia Arantes Sad, em seu artigo intitulado: *Rastros do ensino de cálculo diferencial e integral nas décadas iniciais da Academia Militar do Rio de Janeiro*.¹¹ A partir de registros documentais, ela apresenta um exame de aspectos deixados a respeito do ensino de cálculo e das suas representações.

Para a autora, as representações são necessárias aos que se interessam pela história da matemática na primeira metade do século XIX. Sad considera a presença, nas obras traduzidas para o ensino do cálculo, de características herdadas pelas transições epistemológicas dos desenvolvimentos do cálculo, como, por exemplo, os métodos com base em quocientes de razões entre diferenciais transladadas em termos de séries infinitas ou de somas finitas, sem a passagem explícita pela

⁸ Luis Miguel Carolino, “Manoel Ferreira de Araújo Guimarães: a Academia Real Militar do Rio de Janeiro e a definição de um gênero científico no Brasil em inícios do século XIX”, *Revista Brasileira de História*, [vol.]3, 64, (2012).

⁹ Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, “Elementos de Astronomia para o uso dos alunos da Academia Real Militar”, (Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1814).

¹⁰ Luis Manuel Ribeiro Saraiva, “Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838): From the Navy Royal Academy to the Royal Military Academy of Rio de Janeiro”, *Revista Brasileira de História da Matemática*, [vol.]11, (2011) (77-106).

¹¹ Ligia Arantes Sad, “Rastros do ensino de cálculo diferencial e integral nas décadas iniciais da Academia Militar do Rio de Janeiro”, *Revista Brasileira de História da Matemática*, [vol.]11, 21, (2011) (45-67).

definição de limite. Indiretamente a pesquisadora oferece subsídios para a compreensão da dimensão didática estabelecida para os estudos das matemáticas na Academia Real Militar. O período abarca a atuação de Araújo Guimarães na Academia Real Militar do Rio de Janeiro.

Há algumas comunicações e atividades de produção relativas a Araújo Guimarães que não estão explícitas no texto de Sad. Porém o trabalho indica, antes de qualquer outra coisa, o interesse retomado em relação a Academia Real Militar.

Identificamos nos artigos que parte da motivação tem relação com a data comemorativa do centenário de instalação da Família Real no Brasil, em 2008. Os trabalhos, especificamente relativos a Araújo Guimarães, diferentemente do que tínhamos, buscaram apresentar uma releitura do período, propondo uma imersão centrada em documentos, evitando análises extensivas sem profundidade, carregadas de vícios reproduzidos em outras produções. Um exemplo disto é o que no início deste texto destacamos relativamente ao entendimento de que Araújo Guimarães fora um mero tradutor de uma das obras de Adrien Marie Legendre.

Entendemos que Araújo Guimarães mereça ser incluído entre os ilustres brasileiros, que por vezes são entendidos como importantes para a institucionalização da ciência matemática brasileira, seja no que se refere ao ensino ou a pesquisa. Mas, há uma pergunta que ainda resta-nos responder neste texto: “Qual o percurso de nossa personagem do nascimento até a chegada a Portugal”?

Para responder a esta pergunta procuraremos caracterizar o período compreendido entre a parte final do século XVIII e o início do século XIX, da vida social brasileira para uma família de um negociante, ou comerciante, baiano de nome Manoel Ferreira de Araújo, o pai de Araújo Guimarães.

O caminho do menino Araújo Guimarães até Portugal

Optamos por circunstanciar aspectos da infância de Araújo Guimarães sem registrar curiosidades ou ilações que pouca certeza nos daria. Aliás, não identificamos pontualmente nada escrito relativamente sobre a infância de Araújo Guimarães. Assim, optamos por identificar quais as circunstâncias que favoreceram à que Araújo Guimarães pudesse chegar a Portugal. Para tanto, entendemos ser adequado tratar o primeiro provedor, seu pai. Mas o que foi o comércio no período colonial brasileiro?

Nas palavras de Prado Júnior, o comércio do período colonial realizava-se com gêneros tropicais e metais preciosos para o mercado internacional.¹² Ou seja, de certa forma a que se considerar a existência de um comércio interno e um externo. O comércio exterior era marítimo, uma vez que as fronteiras terrestres eram pouco povoadas. Porém, diz o pesquisador, que algumas ações como contrabandos de muare existiam e chegavam pelas fronteiras do sul da colônia.

Em outras fronteiras, como do alto Amazonas havia a troca de manufaturas, em vias de mão dupla, entre os produtos espanhóis, portugueses e dos povos ribeirinhos¹³.

Pudemos identificar que a descoberta do ouro foi a mais importante consequência das expedições que partiram de São Paulo para o interior. A corrida ao ouro atraiu milhares de pessoas provenientes das plantações do litoral, além de novas levas de imigrações de Portugal. Além do

¹² Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, (São Paulo: Editora Brasiliense, 1994), 228-36.

¹³ Ibid, 229.

mais, houve o crescimento da criação de gado no interior, para prover carne e couro para os centros de mineração e o surgimento de novas cidades no que é hoje o estado de Minas Gerais.

A crescente extração de ouro no Brasil, entre 1770 e 1800, favoreceu o estabelecimento um ciclo de desenvolvimento importante, que teve relação com os acontecimentos não só na colônia como na Europa. Muito embora o ouro fosse controlado por Portugal e embarcado para Lisboa, ele acabava por pararem Londres. Os produtos ingleses dominaram o mercado brasileiro, acabando com qualquer chance de competição e desencorajando qualquer atividade industrial no Brasil.

O cenário comercial, nos escritos de Prado Júnior, merecia indignação. Prado Júnior reforça esta afirmação no trecho a seguir, apresentando o relato de um português que

viajou a negócios para a Inglaterra e Irlanda, e tão escandalizado ficou com o cônsul de seu país e a maior casa portuguesa de comércio em Londres, Liverpool e mais portos saíam regularmente navios com pretexto de irem hostilizar os franceses (...) ou para pesca da baleia, mas na realidade carregados de mercadorias que se destinavam ao Brasil; e traziam de volta os produtos da colônia.¹⁴

Neste período de atuação como comerciante, do pai de Araújo Guimarães, além do contrabando Inglês, havia um caminho de mão dupla entre a colônia e a metrópole, que esquematicamente tratamos de reproduzir, com base no modelo oferecido por Prado Júnior temos:¹⁵



figura 1: modelo segundo Caio Prado Júnior das relações comerciais no período colonial brasileiro

Nas palavras de Pombo,

Dês do estabelecimento dos primeiros colonos, compreende-se como se não podia prescindir de certas relações, não diremos propriamente de comércio, mas de tráfico entre a vasta possessão portuguesa na América e a respectiva metrópole. De lá vinham manufaturas de que os imigrantes não podiam pri-

¹⁴ Ibid, 231.

¹⁵ Ibid, 234.

var-se tão cedo; e daqui se mandavam gêneros da terra que tinham preço lá na Europa.¹⁶

Manoel Ferreira de Araújo foi homem deste tempo e possivelmente, participava median-
do entre o Sertão e a Marinha a negociação de ouro e gado e da Marinha para o Sertão, escravos e
manufaturas. Pelo que identificamos na reconstrução histórica que fizemos é muito provável que
Manoel Ferreira de Araújo servisse diretamente o governo da Bahia, sem participar de tráfico ou,
ao menos, se envolver com tais práticas. Pombo nos apresenta os comentários do Marquês do
Lavrado que reforçam esta nossa proposta:

(...) o maior dos entraves opostos ao desenvolvimento do comércio e da ri-
queza em geral, [é] o fato de só haver na praça do Rio não propriamente
comerciantes, mas simples comissários que se limitavam a receber artigos
europeus remetidos pelos comitentes, e a enviar para a Europa os gêneros
que estes lhe pediam.¹⁷

Não nos interessa aprofundar as discussões em relação as dificuldades que identificamos,
seja em relação as precárias vias para o deslocamento ou em relação a distância entre os centros
destinados ao comércio, além dos entraves que se opunham à atuação dos comerciantes, então
chamados de comissários, como, por exemplo, a concorrência com os estrangeiros. Nos interessa
apontar que pouco o comerciante Manoel Ferreira de Araújo poderia acumular de rendimentos
que permitiriam a manutenção de seu filho Araújo Guimarães em seus estudos na metrópole.

Aliás, já se faz necessário passar às considerações relativas a educação inicial que recebeu
Araújo Guimarães. Nesta direção, identificamos que o ano de 1777, além de ser lembrado pelo
Jornal *O Patriota*¹⁸ como o ano da morte de quarenta soldados por índios Guaicurus numa disputa
por terras na região centro-oeste do Brasil, foi o ano do nascimento de Araújo Guimarães, na
Bahia, no dia 05 de março.

O filho de Manoel Ferreira de Araújo, comerciante, e de Maria do Coração de Jesus, Ara-
újo Guimarães, então com sete anos, foi matriculado na escola de primeiras letras sob a adminis-
tração do padre José Lopes. Este padre, da Companhia de Jesus, ensinava teologia, filosofia, retó-
rica, gramática e, também, as chamadas primeiras letras. Essa escola, por volta de 1713, estava
localizada na Igreja de Nossa Senhora da Madre de Deus, ao sul da capitania do Maranhão. Tal
igreja passou ao domínio dos jesuítas, sem precisão de como e quando, transformando-se na esco-
la que Araújo Guimarães frequentou, até sua ida para Portugal.

Há que se considerar que o ensino das matemáticas nos colégios da Companhia de Jesus,
atrelava-se ao da física e enfatizando a formação nas letras. O domínio do latim era uma condição
necessária. Contudo, resta-nos uma questão: “O que levou Araújo Guimarães, mais tarde, a esco-
lher o estudo da Matemática”?

Somos levados a pensar que, após os estudos iniciais, numa fase posterior frequentada
por um número reduzido de alunos, em que havia lugar para as ciências como a física, a lógica, a
ética e a metafísica, foi que Araújo Guimarães enveredou para estudos específicos que mais tarde o
conduziram ao aprofundamento em Portugal, dando-lhe conhecimentos em trigonometria esférica
e outras ciências que desembocariam, anos depois, nas produções que disponibilizou na Academia

¹⁶ Rocha Pombo, *História do Brasil*, vol. VI-X (Rio de Janeiro: Benjamim de Aguiar Editor, 2010).

¹⁷ Ibid, 220.

¹⁸ O Patriota, *Jornal Literário, Político, Mercantil, etc.* (Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813-14).

Real Militar do Rio de Janeiro.¹⁹ Voltemos aos aspectos relativos à nossa personagem central nesse enredo.

Destacando-se como aluno e obtendo bons resultados, ele decide estudar línguas. Então, aos 11 anos passa a estudar latim com o professor Pedro Antonio Netto Cavalcanti e teve um ótimo desempenho como estudante.²⁰ Araújo Guimarães era considerado genial no que se referia ao aprendizado de línguas. Destacou-se nos estudos do latim, mostrando facilidade para a imersão na língua a ponto de preparar traduções de textos disponibilizados pelos seus professores. Além do mais, mostrava-se interessado e com facilidade para o aprendizado das ciências. Estes atributos favoreceram a indicação para a continuação dos estudos em Portugal. Porém, como anteriormente consideramos, as reservas financeiras de seu pai permitiam que apenas chegasse a Portugal e se mantivesse por um curto período. Araújo Guimarães decidiu apostar em sua capacidade e dedicação, para manter-se em Portugal, e no apoio de sua tia Izabel Narcisa.

Em julho de 1791, então com 14 anos, Araújo Guimarães transferiu-se para Portugal para morar com tia Izabel Narcisa. Narcisa foi muito importante durante principalmente os primeiros anos em Portugal. Encontramos uma série de passagens em que há menção à atenção que ela dedicava a Araújo Guimarães, cuidando de sua alimentação, suas roupas, além de ceder-lhe abrigo.

Araújo Guimarães não levou seu passe de latim, que avalizava seus conhecimentos e permitiria prosseguir seus estudos. Ele, assim, teve que matricular-se nas aulas de latim com o professor Manoel Rodrigues Maia, em outubro de 1791. Logo nas primeiras aulas o professor Maia percebeu qual talentoso era Araújo Guimarães e decidiu conceder uma ocupação que lhe renderia alguma remuneração, pois sabia de suas dificuldades. Pediu a Araújo Guimarães que traduzisse algumas obras em latim. É oportuno dizer que, Araújo Guimarães, por vontade própria e simultaneamente, estudara grego, italiano e francês. Isto o tornara um conhecedor de línguas nas quais importantes trabalhos para o ensino das matemáticas eram produzidos.

O país que recebeu o jovem com 14 anos havia iniciado em 1772 a reforma da Universidade de Coimbra e, nesse mesmo ano, fundava a Faculdade de Matemática, pois, acreditava-se, que com isso Portugal pudesse atingir um grau de desenvolvimento, no que se referia ao conhecimento científico, equivalente ao que se encontrava a França e a Inglaterra, nesse mesmo período. Destacamos que a proposta era estudar Trigonometria Esférica, Navegação Teórica e Prática e rudimentos de Tática Naval.

Neste período de preparação de Araújo Guimarães, que antecedeu seu ingresso na Universidade de Coimbra, aprimorando seus estudos em línguas e matemática, ele descobre que portava uma doença que comprometeria a sua saúde respiratória. Não identificamos uma classificação para o mal mas suspeitamos ser uma doença similar a tuberculose. Esta doença, de certa forma, trouxe-lhe uma sequência de vida com limitações, porém não impediu a conclusão aos 21 anos, então casado, do “Curso Matemático” na Academia Real dos Guardas-Marinha, 1801²¹.

Ora, temos repertório para nos alongarmos em mais algumas dezenas de páginas, contando os caminhos e descaminhos de Araújo Guimarães. A parte que vai do seu casamento ao seu retorno ao Brasil, porém pretendemos oferecer-lhes em outras publicações. Atendemos aos objetivos estabelecidos para este texto. Deixamos um trecho oferecido por Damasio, que corrobora com o que pensamos: “Assim que, para vingar semelhante esquecimento, e também para pagar

¹⁹ Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. 7 (Rio de Janeiro: IHGB, 1945).

²⁰ Antonio Joaquim Damasio, *Biographia dos Brasileiros Distintos por Armas, Letras, Virtudes e etc.*, (Rio de Janeiro: IHGB, 1881), 378.

²¹ Ibid, 379.

tributos a gratidão [...] o autor desta biographia [...] a offerece como uma medalha de escasso thesouro para suffragar [...] a memória de suas eminentes qualidades”.²²

Note que já à época da publicação, Damasio queixava-se do esquecimento de ilustre personalidade. Nada diferente do que dissemos e o que temos ainda por considerar. Vejamos, a seguir, as notas nos textos destinados a História da Matemática Brasileira, que circulam neste século XXI, referindo a produção e Araújo Guimarães.

Apontamentos relativos a trajetória de Manoel Ferreira de Araújo Guimarães

Consideramos relevante apresentar como alguns pesquisadores brasileiros inserem na História Araújo Guimarães, ou seja, que identidades atribuem a ele no cenário histórico de um modo geral. Isto, servirá para que possamos encerrar este primeiro material deixando exatamente no ponto que nos propusemos a chegada de Araújo Guimarães a Portugal.

Revisitando os trabalhos de Valente²³ e Dynnikov²⁴ verificamos que ambos citam o trabalho de Araújo Guimarães. Os autores inserem pequenas notas destacando que Araújo Guimarães é o responsável pela primeira tradução brasileira para o ensino de Matemática, ou que ele é o responsável pela primeira produção para a língua portuguesa da obra *Éléments de Géométrie*, de Adrien Marie Legendre.

As resumidas menções não diferem praticamente em nada em relação ao que identificamos nos textos selecionados de Silva²⁵ e D'Ambrosio²⁶, uma vez que há menção a Araújo Guimarães como o responsável pela primeira tradução para a língua portuguesa da obra de Legendre.

Vejamos um trecho em Valente relativo ao trabalho de Araújo Guimarães:

A tradução dos *Elementos de Geometria de Legendre* foi feita por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, que foi aluno e lente da Academia Real de Marinha de Lisboa e professor na Academia Real dos Guardas-Marinha no Brasil. [...] Guimarães, no preâmbulo do livro, depois de ressaltar a importância dos textos traduzidos contra “presumíveis sábios que olham com desprezo para semelhantes trabalhos”, modestamente revela “Intimamente persuadido da pequenez de minhas forças, e tendo antes a fraqueza de confessar (...) julguei mais sensato trasladar o que eles ensinam do que cansar o leitor com minhas bagatelas.”²⁷

O texto de Valente mostra a importância dada à biografia de Legendre, deixando apenas algumas linhas para a apresentação de poucos apontamentos relativos à Araújo Guimarães que, aliás, mereceriam algum aprofundamento, pois a cópia da página da Tradução dos Elementos de Geometria é de 1837 e de Francisco Vilela Barbosa. No trecho anterior há duas frases que são comentários do tradutor Araújo Guimarães. Isso mostra que o pesquisador deva ter tido contato com a tradução realizada por Araújo Guimarães, porém pouco se aprofundou em relação aos

²² Ibid, 377.

²³ Wagner Rodrigues Valente, *Uma História da Matemática Escolar no Brasil: 1730-1930* (São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007).

²⁴ Circe Mary Silva da Silva Dynnikov, *A Matemática Positivista e sua difusão no Brasil* (Espírito Santo: EDUFES, 1999).

²⁵ Clóvis Pereira da Silva, *A Matemática no Brasil: História de Seu Desenvolvimento* (São Paulo: Ed Edgard Blucher Ltda., 2003).

²⁶ Ubiratan D'Ambrosio, *Uma História Concisa da Matemática no Brasil* (São Paulo: Vozes, 2008).

²⁷ Ibid, 101-102.

comentários que o tradutor deixou em relação ao tratado de trigonometria, ou quem sabe as considerações foram feitas a partir da tradução de Francisco Vilela Barbosa.

Evidentemente que sabemos não ser o trabalho de Araújo Guimarães o centro dos estudos da tese de Valente. Porém, sendo o foco de seus estudos as obras destinadas ao ensino de Matemática, e ainda destacando o trabalho de Legendre, pensamos fosse interessante uma revisão mais cuidadosa em relação ao trabalho do tradutor.

Dynnikov por centrar suas discussões na questão do positivismo presente na Academia Real Militar deixa também à margem as considerações específicas sobre o papel do tradutor da obra de Legendre, sua biografia ou, especificamente a sua obra. Mas, cabe salientar que a pesquisadora realizou alguns levantamentos acerca de Araújo Guimarães. Isso pode ser verificado em uma publicação que, a partir de outro trabalho, a pesquisadora trouxe uma menção à produção de Araújo Guimarães. Porém, percebemos que tal pesquisa não fora plenamente incorporada ao trabalho que analisamos. Como vemos a seguir:

Segundo Oliveira de Castro os folhetos denominados de “Variação dos triângulos esféricos” para uso da Academia Real Militar, Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1812, por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (12 páginas), são cronologicamente, os primeiros e, ao mesmo tempo, os mais interessantes dos que foram escritos no país antes da independência.²⁸

O trabalho que serviu de referência à Dynnikov, de Oliveira de Castro, intitulado *A Matemática no Brasil* de 1992, refere-se a um livro praticamente de bolso que, também, não faz nenhuma menção que pudesse nos servir de referência para nosso trabalho de investigação. Notamos que a partir da menção de Oliveira Castro aos folhetos, citados no trecho acima, é que Silva elaborou o artigo que trouxe fragmentos sobre Araújo Guimarães.

Quando tratamos de analisar os textos de Silva²⁹ e D’Ambrosio³⁰ à procura de referências a respeito de Araújo Guimarães, identificamos que também não há nada de específico à importância das traduções, das contribuições, além de poucas referências ao que ele (Araújo Guimarães) representou de acordo com o específico recorte que propõem para suas obras.

Como exemplo, sob o título *Os primeiros estudos matemáticos*, na página 47, D’Ambrosio, registra que:

O traslado da família Real para o Brasil esvaziou os movimentos de independência por razões óbvias. A família Real teve sensibilidade política para dar espaço para os nacionalistas manifestarem-se e a imprensa teve um papel nessa estratégia da política Real. Um bom exemplo dessa política Real é o aparecimento de uma revista, “O Patriota”, fundada pelo matemático Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, onde também se publicavam textos matemáticos. Araújo Guimarães havia publicado na Imprensa Régia, em 1810, o primeiro trabalho matemático impresso no Brasil.³¹

²⁸ Círculo Mary Silva da Silva Dynnikov, “A Variação dos Triângulos Esféricos de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães: primeiro impresso de Matemática, no Brasil, após a liberação da imprensa em 1810”, *Revista da SBHC* [vol.]5, (1996) (53-66).

²⁹ Ibid.

³⁰ Ibid.

³¹ Ibid, 47.

Este trecho serve para ilustrar a busca pela primeira publicação matemática, seja sob qualquer ponto de partida. Esse é um fato que nos chama a atenção quase que em todas as produções que se destinem a tratar da história da matemática no Brasil. Além do mais, vemos que esse apontamento de D'Ambrósio vai ao encontro das referências que serviram às considerações de Silva³² que, anteriormente, destacamos.

Há considerações ao trabalho de Araújo Guimarães quando Silva trata da organização dos cursos na Academia Real Militar, a partir de 1809. Em relação a este tema considera Silva:

Contudo devemos registrar a preocupação dos organizadores dos cursos da Academia Real Militar quanto à qualidade e seriedade, levando-se em consideração os padrões científicos e culturais da época. [...] mesmo assim, foram feitas traduções e publicações de L. Euler, A. M. Legendre, S. F. Lacroix, N. L. Lacaille, dentre outros. Para algumas dessas traduções, muito contribuiu o professor Manoel F. de Araújo Guimarães, que se destacou como um dos intelectuais da época.³³

O fragmento acima encerra as referências que destacamos em relação a Araújo Guimarães, quando recorremos a falar das obras destinadas a tratar da Ciência Matemática no Brasil, ou seja, o período em que a Família Real instala-se no Brasil. Porém, vamos registrar alguns predicados atribuídos a Araújo Guimarães e que nos guiaram durante a realização de nossa investigação, fosse com a intenção de realizar uma verificação ou para reescrever uma história a seu respeito.

D'Ambrosio refere-se a Araújo Guimarães como o Matemático que, em 1810, publica uma primeira obra em terras brasileiras. Valente tenta aprofundar um pouco na bibliografia do autor, destacando que ele (Araújo Guimarães) foi aluno e lente da Academia Real de Marinha de Lisboa e professor na Academia Real dos Guardas-Marinha no Brasil. Enquanto que para Clóvis Pereira da Silva, Araújo Guimarães contribuiu como tradutor de algumas obras, professor intelectual da época.³⁴

Como temos insistido está caracterizado para os autores que tratam da história da matemática no Brasil que a Araújo Guimarães foi “mero” responsável pela tradução das obras de Legendre para o Português. Enquanto tratam Legendre como quem se destacou pela autoria de obras que foram reconhecidas e, por isso, traduzidas em outras línguas. Reafirmamos que não há, de modo evidente, um aprofundamento nas considerações das traduções realizadas por Araújo Guimarães, quando analisadas sob a luz dos textos que as inspirou. Bastaria debruçar sobre o original e a tradução para perceber alguns apontamentos que apresentaremos a seguir.

Araújo Guimarães dominava profundamente o Francês e o Latim, além de conhecer o assunto que discutia sobre ideias matemáticas como, por exemplo, o sistema de medida decimal, que Legendre adotou para a medição da circunferência, e o modo como o autor organizou seus textos.³⁵

O prólogo do tradutor contém as referências relativas: (1) aos posicionamentos sobre a língua francesa, (2) aos matemáticos europeus de sua época, (3) ao papel do tradutor, (4) as discussões em torno do sistema adotado pelos franceses para mediar os ângulos e a circunferência. No

³² Ibid.

³³ Ibid,34.

³⁴ Ibid, 8-46.

³⁵ Adrien Marie Legendre, *Elementos de Geometria*, (Rio de Janeiro; Imprensa Régia, 1809):3.

prólogo ainda é possível identificar como Araújo Guimarães concebia a Matemática e, nas adequações que realizou, identificamos o modo como ele concebia o ensino de matemática.³⁶

Devemos relacionar cada apontamento e cada referência, deixados nas traduções, com os episódios que identificamos no capítulo no qual tratamos sobre a vida do tradutor. Parece-nos ser necessário, nesse ponto, indicar algumas possíveis conexões entre aspectos de sua vida e as traduções de Legendre com as quais ele nos presenteou. Passemos então, aos aspectos que nos chamaram a atenção quando realizamos nossa investigação.

No prólogo do tradutor dos *Elementos de Geometria*, Araújo Guimarães afirmou que não cabia a ele fazer elogios à obra nem ao autor, pois todos os reconhecimentos já foram dados por pessoas como Lagrange e Lacroix, e que, segundo ele (tradutor) isso já era suficiente. Lembremos de que Lagrange é um dos que assinaram com J. C. Borda a produção destinada a sedimentar as vantagens da escolha do sistema de medida decimal como referência na França. Enquanto Lacroix foi um dos que, tempos depois, disputaram com Legendre o mercado de livros destinados ao ensino de Geometria e que, além disso, tinha a preferência de Araújo Guimarães³⁷.

Em outra passagem dos *Elementos de Geometria*, Araújo Guimarães discorreu acerca de seu trabalho de tradutor. Num primeiro momento, ele aponta para a responsabilidade que representa o trabalho de um tradutor e que não era reconhecido pelos que ignoravam sua dedicação por, especificamente em seu caso, ter sacrificado horas preciosas de seu descanso e de ter inclusive comprometido a saúde. Ele coloca-se como uma pessoa que tinha a função de trazer conhecimento científico aos que, de outro modo, não teriam a possibilidade de tê-los e escreveu:

Sei que muitos presumidos Sabios olhão com desprezo para semelhantes trabalhos, a que nunca se dedicarão, e dos quaes por consequência ignorão todo o pezo. Aquelle que sacrifica as horas de seu descanso a comunicar aos seus compatriotas conhecimentos que, sem elle, lhes seriam vedados, ou ao menos pouco vulgares, se considera como hum servil copista, que não tem fadiga alguma, salvo a de transcrever as palavras do Author, empreza, segundo elles muito fácil. Eu não faço a minha apologia, nem a sátira delles. Contento-me com ser útil e lhes deixo o vão officio de declamadores.³⁸

Vemos, no trecho acima, que o tradutor, além de ter se colocado como alguém que respeitaria fielmente o texto transcrevendo as palavras de Legendre, reconheceu que seu trabalho foi importante e não deveria ser considerado como algo de pouco importância. Para o tradutor sua produção representava uma forma de oferecer ao povo brasileiro uma obra de reconhecido merecimento na Europa. Araújo Guimarães tinha a dimensão exata do que representaria a tradução de Legendre para o ensino de Matemática no Brasil.

Cabe, nesse ponto, lembrar que quando embarcou da Bahia em 1791, ele desejava ter se dirigido à Universidade de Coimbra, mas não pôde devido as limitações financeiras de sua família. Tempos depois, casado e com uma família para manter, só conseguiu realizar seu desejo por ter recebido uma bolsa do governo português, na Academia Real dos Guardas-Marinha. Ainda aluno, dando aulas para manter-se e complementar a ajuda do governo, Araújo Guimarães combinou seu domínio do Latim e do Francês e em 1800 vislumbrou a possibilidade de elaborar traduções. Essa foi uma atividade que realizou praticamente a vida toda, traduzia obras de referência, principalmente para as que se relacionavam ao ensino da matemática.

³⁶ Ibid, 3-4.

³⁷ Ibid, 373.

³⁸ Adrien Marie Legendre, *Elementos de Geometria*, (Rio de Janeiro; Imprensa Régia, 1809):3.

Então, em 1800 a tradução da obra de La Caille, que era uma referência na academia portuguesa em que estudava, lhe rendeu a confiança de Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Isso nos permitiu afirmar que Araújo Guimarães não era um iniciante, ou apenas um indicado para realizar o trabalho de tradução de Legendre por amizades e bons relacionamentos. Ele já dispensava qualquer apresentação, pois acumulava a experiência de publicações e de regência de aulas de matemática na Bahia e em Portugal, havia pelo menos nove anos.

As traduções que analisamos de Araújo Guimarães não se limitaram a trazer as ideias postas pelo autor Legendre. O tradutor demonstrou conhecer as fontes que conduziram Legendre à constituição de seu material. Como consta no prólogo, ele deixou evidente como Legendre optou por organizar o texto dos *Elementos de Geometria*. Assim, após falar da organização dos livros I, II e III, Araújo Guimarães registrou que:

O livro 4.º trata do Polygonos regulares e da medida do circulo. Dois lemas servem de base a esta medida que he demonstrada à maneira de Archimedes. Seguem-se dois methodos de aproximação, hum dos quaes he de Jacob Gregory.³⁹

Notamos três referências no trecho acima. Uma em relação a dois Lemas que, segundo entendia-se na época, serviam como uma verdade que se empregava e que subsidiava a demonstração de um Teorema ou a solução de um problema.

Um dos Lemas enunciava que toda linha curva poligonal que envolvesse de um a outro extremo a linha convexa AMB seria mais comprida que a linha envolvida AMB. De acordo com a representação abaixo, retirada da obra de Legendre.

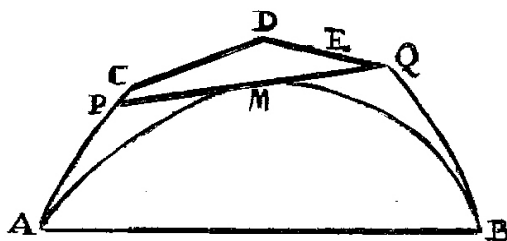


Figura1: Desenho de número 162, copiada da obra “Éléments de Géométrie” de A. M. Legendre

O outro Lema enunciava que o triângulo CAB era equivalente ao triângulo isóscele DCE, o qual tinha o mesmo ângulo C, e cujo lado CE ou CD representava a média proporcional entre Ca e CB. Além do mais, se o ângulo CAB fosse reto, a perpendicular CF, baixada sobre a base do triângulo isóscele seria média proporcional entre o lado CA e a “semisoma” dos lados CA e CB, como ilustra a figura a seguir:

³⁹ Ibid, 4.

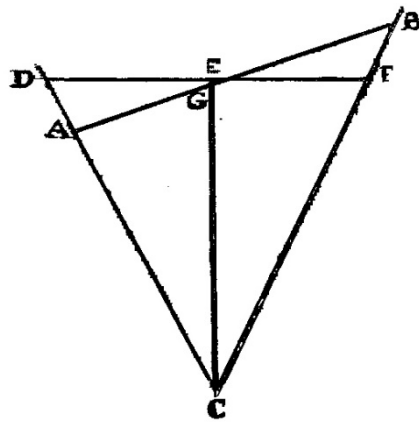


Figura 2: Desenho de número 170, copiada da obra “Éléments de Géométrie” de A. M. Legendre

Vemos também na citação as menções a Gregory e a Arquimedes. Isso reforça nossa afirmação de que o tradutor tinha domínio matemático suficiente para apontar o que Legendre consultara e os encaminhamentos que utilizou nas demonstrações que deixou. Identificamos dois trabalhos que deram a dimensão acerca do que Arquimedes e Gregory estudavam e que formaram a base para Legendre. Gregory, um escocês que viveu no século XVII, foi quem ampliou os resultados de Arquimedes acerca da quadratura da parábola, a quadratura de hipérboles e elipses.⁴⁰

Fizemos questão de mencionar o trecho do livro IV, relativo aos polígonos e às medidas do círculo, conforme apresentou Araújo Guimarães, para exemplificar que ele foi cuidadoso ao apresentar o que o autor da obra apontou, sem inclusões ou modificações significativas. O que notamos em relação a essa parte é que Araújo Guimarães cuidou de mencionar as referências utilizadas por Legendre e comentar, por exemplo, as relações com a obra de Euclides. O que nos permite dizer que a crítica aos *Elementos de Euclides*, como referência para o ensino de Matemática na França, não foi suficiente para que Legendre o abandonasse por completo. Nos comentários de Araújo Guimarães em relação aos *Elementos de Geometria* de Legendre, escreveu que:

O Livro 5º contém as propriedades dos planos e dos ângulos sólidos... O 6º trata dos polyedros. Este livro he escrito de hum modo inteiramente novo. O 7º He hum tratado resumido da esfera e dos triângulos esféricos. O appendice aos livros 6º e 7º, tem por objecto os polyedros regulares; matéria tratada por Euclides com muita extensão.⁴¹

No trecho vemos a menção ao fato de que Euclides foi mais extenso em suas considerações a respeito dos poliedros regulares. O modo a que se referiu o tradutor, como foi escrito o livro VI, indicou que o encaminhamento das discussões e as notas, que Legendre incluiu em edições posteriores a de 1794, não tinham a mesma dimensão dada por Euclides⁴².

Para concluir, podemos dizer que em relação ao texto dos *Elementos*, especificamente ao conteúdo matemático, Araújo Guimarães segue fiel ao que Legendre escreveu. Não identificamos

⁴⁰ Gallica, C. F. M. Marie, *Historie des Sciences Mathématiques et physiques*, datada de 1885 e a respeito de Arquimedes, consultar, Jean-Étienne Montucla, *Histoire des mathématiques*, de 1758.

⁴¹ Ibid., 4.

⁴² É possível acessar e baixar no endereço <http://gallica.bnf.fr/> as edições das obras *Éléments de Géométrie* e do *Traité de Trigonométrie* de Adrien Marie Legendre de 1794 e 1817.

evidências de inclusões ou alterações que o tradutor tenha realizado. Devemos ressaltar que Araújo Guimarães teve o cuidado de incluir apenas comentários em relação às palavras empregadas na tradução, de modo a não gerar dúvida ao leitor. Como verificamos na “Nota I”, em relação à utilização das palavras *aresta* ou *gume*, Araújo Guimarães disse que o autor empregou a expressão *faite*, e ele se serviu do termo “aresta” por ser mais comum, porém se alguém preferir poderia empregar a expressão “gume”.⁴³

Seguimos com a parte destinada a trigonometria. Conforme mencionamos o *Tratado de Trigonometria* foi incluído a partir da primeira publicação de 1794. A publicação de 1804 (5ª edição) que Araújo Guimarães disse ter utilizado para realizar a tradução, continha, portanto, o *Tratado de Trigonometria*.

Retrocedendo um pouco em relação às discussões que realizamos, para que possamos fundamentar nossas argumentações relativas à tradução de Araújo realizou na parte destinada a trigonometria, devemos lembrar que Araújo Guimarães esteve em Portugal entre 1791 e 1805, retornando ao Brasil em 1805.

Como também dissemos no capítulo anterior, sua formação inicial foi no Brasil numa escola jesuíta e, seguindo para Portugal, teve uma formação matemática que concebia a divisão da circunferência em 360 partes, correspondendo a 1º grau cada parte. No entendimento de Araújo Guimarães a partição da circunferência no sistema decimal era uma peculiaridade francesa.⁴⁴

Voltando ao segundo capítulo desse trabalho, mostramos que Araújo Guimarães, ao receber a designação para a tradução da obra de Legendre, dada por Dom Rodrigo de Souza Coutinho, disse ter percebido que os estudantes sentiriam dificuldades em operar com a divisão do primeiro quarto do ciclo trigonométrico em um sistema decimal e sugeriu adequações. Araújo Guimarães na *Introdução do Traductor* disse que:

No Prefacio da Geometria reservei, para este lugar dar conta das mudanças, que fui obrigado a fazer, em razão de seguir o A. a nova divisão o circulo. Ao prazer de cumprir aquella promessa, se ajunta a satisfação de obedecer ao Respeitavel Preceito de hum Ministro tao illustre pelo seu Patriotismo e constante pratica de todas as virtudes, como pela vastidão de seus conhecimentos, e pelo afincado amor as sciencias. Ao traduzir as primeiras paginas senti a difficuldade que terião os Discipulos em abraçar hum systema inteiramente estranho, e do qual, já pela construcção das Taboas mais vulgares, já por ser aquella innovação particular aos Francezes, devião abrir mão, e darrem-se á applicação de outros exemplos analogos ao systema ordinário⁴⁵.

Para o tradutor, a “Grande Escola Europeia” de produção de obras destinadas ao ensino de matemática, a escola francesa, favoreceu que Legendre reconhecesse a divisão da circunferência em 400 partes. Para o tradutor, a referência foi o trabalho intitulado *Rapport Sur Le Choix D'une Unité de Mesure* assinado por Borda, Monge, Condorcet, Lagrange e Laplace, em 1791. Araújo Guimarães, porém, se colocou como alguém que tinha por obrigação promover algumas alterações, evitando causar problemas aos seus estudantes.

Para cortar este embaraço [da divisão do círculo em 400 partes], lembro o facil expediente de ajuntar ao Texto escurpulosamente conservado (como he

⁴³ Adrien Marie Legendre. *Éléments de Géométrie, avec des notes* – 12ª.ed. (Paris: Firmin Didot) (1794) <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5720354t.r=Adrienmarie+Legendre.langEN> [consultado em 13/11/2010].

⁴⁴ Manoel Ferreira Araújo de Guimarães, *Tratado de Trigonometria*, (Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1809)

⁴⁵ Ibid.

dever de hum Traductor) a redução dos grãos e minutos, referidos ao angulo recto ou ao quadrante, dividido em 90 partes ou grãos, e fechar entre parenthesis estar educação: assim 50° (a 45°) quer dizer que o arco ou o angulo de que se trata contém 50° da nova divisão ou 45° da antiga. Mas cumpria em primeiro lugar e as vantagens de húma e outra divisão, e as regras para passar com facilidade de hum a outro systema.⁴⁶

O tradutor justificou as alterações que promoveu no *Tratado de Trigonometria* tendo como referência o número de divisores de 360 e 400 e no fato de que, a divisão em 360 partes, era uma tradição sedimentada pelos antigos geômetras desde os primeiros trabalhos publicados acerca da divisão do círculo pelos referindo-se assim, no nosso entendimento, aos gregos antigos.⁴⁷

Araújo Guimarães seguiu com suas considerações relativas ao que representava na tradição histórica herdada pelos gregos o sistema de divisão do ciclo trigonométrico, o que em nosso entendimento, revela o conhecimento das ideias dos gregos antigos, entre eles Euclides e seus *Elementos*, que permearam à sua formação em Matemática.

Quando os primeiros Geometras tiverão em vista a divisão do círculo, procurarão hum numero que tivesse muitos divisores. O numero 360 offerecia esta vantagem; porque tem 24 divisores; e repartido o círculo em quatro partes ou quadrantes, cada hum continha 90 destas partes que chamarão grão, numero que tambem fornece muitas partes aliquotas — partírio cada grão, em 60 partes a que chamarão minutos, cada minuto em 60 segundos, &c.⁴⁸

Vemos nesse trecho o seu entendimento no que se refere à ciência matemática. Voltemos um pouco ao que dissemos em relação às experiências acumuladas por Araújo Guimarães para que ele concebesse o trabalho com o sistema de partição em 360 partes. Acerca da experiência acumulada, mencionamos que a tradução realizada por Araújo Guimarães em 1800, quando ainda era aluno da Real Academia da Marinha em Portugal, da obra *Curso Elementar e Completo de Mathematicas-puras*, Nicolas Louis La Caille (1713-1762), em que da página 186 a 243, destinada aos *Elementos de Geometria*, a medida do ângulo reto era 90° .⁴⁹

Há também, na obra de Silvestre François Lacroix (1765-1843) intitulada *Traité élémentaire de trigonométrie rectiligne et sphérique et d'application de l'algebre à la géométrie* [Text imprimé], observações em relação à partição do 1° quadrante. Não nos esqueçamos que Lacroix, ao que nos pareceu, era o autor de Geometria preferido de Araújo Guimarães. Na obra que consultamos de Lacroix de 1807, ele adotou o sistema decimal, mas destacou que reconhecia a importância da partição do

⁴⁶ Ibid, 1.

⁴⁷ Não é objeto dessa investigação a história de como o sistema de partição da circunferência em 360 partes se estabeleceu, sendo a medida fundamental de um ângulo igual a 1° . Contudo, de acordo com os levantamentos que realizamos, há uma menção recorrente ao trabalho do grego Hiparco de Nicéia (180-125 a.C.) com sua tabela de cordas, que trouxe contribuições para que tal sistema prevalecesse como base. Há, ao menos, duas outras explicações. Uma delas considera que o número teria sido estabelecido por uma civilização que acreditava ser a terra o centro do universo e cujo calendário teria 360 dias. Para essa civilização, o Sol se deslocava um grau por dia, totalizando os 360 graus da circunferência. Outra explicação é a de que os babilônios usavam 60 como a base para seus cálculos. Por esse motivo, os gregos teriam dividido o raio do círculo em 60 partes. Como já seria conhecido que o comprimento da circunferência equivaleria a $2\pi \cdot r$ - duas vezes π vezes o raio - e que π valia aproximadamente 3, então teria se estabelecido que a circunferência teria 360 graus ($2 \times 3 \times 60 = 360$). Nos limitamos a dizer que partindo do trabalho de Boyer, *História da Matemática*, pp.115-135, podemos identificar outras fontes que tratam especificamente de abordar as formas de medir a circunferência, como por exemplo: Paul Tannery, "Recherches sur l'histoire de l'astronomie ancienne", *Gallica*, <http://gallica.bnf.fr>

⁴⁸ Manoel Ferreira Araújo de Guimarães, *Tratado de Trigonometria*, (Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1809), 2.

⁴⁹ La Caille, N. L., *Curso Elementar e Completo de Mathematicas-Puras*, Manoel Ferreira de Araújo Guimarães trad. Lisboa: (Na Officina Patriarcal de João Procópio Correa da Silva, 1800) (186-243)

quadrante em 90 partes. Nesse trabalho, porém, do modo como o autor encaminhou a organização do texto, o sistema decimal adotado não teria importância.⁵⁰

Araújo Guimarães escreveu que o número 360 oferecia a vantagem de possuir 24 divisores, com a divisão da circunferência em quatro partes, com cada parte composta por 90°, já que a unidade fundamental de medida do ângulo equivaleria a um grau. O tradutor argumentou também em relação à vantagem em se considerar o antigo sistema, pois, no primeiro quadrante da circunferência, os números 60 e 90 seriam números da primeira centena com uma quantidade considerável de submúltiplos.⁵¹

Araújo Guimarães, porém, elogiou a opção francesa em se trabalhar com 100 partes, ou 100°, no primeiro quarto da circunferência ao invés de 90°, pois a base de numeração passaria a coincidir com a base dez, ou seja, o ângulo reto teria 100 graus; cada grau, cem minutos e cada minuto, 100 segundos. O tradutor demonstrou entender a opção que Legendre fez. Para ele, a opção francesa traria benefícios, pois facilitaria as transformações entre os graus, os minutos e os segundos, uma vez que estes estariam expressos em uma base decimal, pois cada minuto nesse sistema representa 0,01 do grau e cada segundo 0,01 do minuto ou 0,0001 do grau, o que compensaria a perda em números de divisores, que ocorreria com a opção pela base decimal em detrimento da partição em 360° para a circunferência. Vejamos o que disse a respeito Araújo Guimarães:

Por esta mudança perderão a vantagem dos divisores, tendo o número 360 mais 9 divisores do que 400, 90 mais 3 do que 100, e 60 tantos como 90. Todavia esta perda foi muito compensada pela facilidade do calculo, porque sendo cada minuto 0,01 do grão, e cada segundo 0,01 de minuto, ou 0,0001 do grão, estas grandezas se calculão como inteiros e decimaes. Por exemplo 8° 35'25" desta divisão equivale a 8° 35'25", ou a 8°, 3525.⁵²

As compensações das perdas, no entendimento de Araújo Guimarães, poderiam ser um argumento satisfatório, contudo ele deixou mostras de que o motivo relevante para a opção francesa deveria ter raízes mais profundas. Em suas considerações ele apontou para os ideais iluministas, que permeavam o pensamento francês do século XVII:

Esta divisão era a unica seguida até o fim do século passado, época fecunda em revoluções estrondosas. O espírito de innovação chegou até as sciencias, e só então deixou de ser funesto. Limitando-me ao objecto que presentemente me incumbe, direi que os Francezes (e o primeiro lugar he devido a Borda) dividirão o *quadrante*, ou a medida do ângulo recto, em 100 grãos, o grão em 100 minutos; e assim por diante. Por esta mudança perderão a vantagem dos divisores, tendo o numero 360 mais 9 divisores do que 400, 90 mais 3 do que 100, e 60 tantos como 90.⁵³

Na mesma nota do tradutor, vemos a menção às “revoluções estrondosas” que atingiram as ciências, uma menção que entendemos ter indicações do conhecimento acerca da Revolução Francesa. Dentre outras questões, o tradutor trouxe a proposta de unificação do sistema de medi-

⁵⁰ Antonio Joaquim Damasio, *Biographia dos Brasileiros Distinctos por Armas, Lettras, Virtudes e etc.*, (Rio de Janeiro: IHGB, 1881), 372-7; Antônio Luiz Porto e Albuquerque, “A Academia Real dos Guardas-Marinha” *História Naval Brasileira*, vol. II (Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-Geral da Marinha, 1979), 352-6; Lacroix, *Traité Élémentaire de Trigonometrie Rectiligne et Sphérique, et d'application de L'Algebre a La GGeométrie*, (aris, Courcier, 1810), 16-7;

⁵¹ Vemos que essa consideração é fundamentada na evidência de que os divisores de 360 são vinte e quatro, a saber: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 15, 18, 20, 24, 30, 36, 40, 45, 60, 72, 90, 120, 180 e 360.

⁵² Manoel Ferreira Araújo de Guimarães, *Tratado de Trigonometria*, (Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809), 2.

⁵³ Ibid.

da na base decimal. E sentenciou em outro trecho que as nações mais iluminadas não adotaram ainda a opção francesa por entenderem que tal mudança poderia trazer confusão em relação às produções mais expressivas que tradicionalmente eram utilizadas para o ensino de matemática. Nas palavras do tradutor:

As nações illuminadas não tem ainda adoptado semelhante mudança, não pelos frívolos motivos que retardarão entre algumas a admissão da correcção Gregoriana, mas por causas que me não cumpre averiguar, talvez tendo lugar entre ellas a confusão que se experimentaria nos livros anteriormente escritos, livros de merecimento mais decidido.⁵⁴

Para Araújo Guimarães as nações iluminadas eram todas as que receberam as luzes, que saíram da ignorância, no sentido dado para a expressão àquela época. Nações que, como a França, apenas por uma questão de tempo e não por motivos frívolos, adotariam o sistema decimal como referência, inclusive para a correção das publicações destinadas ao ensino de matemática baseadas nos gregos.⁵⁵

Como pudemos verificar Araújo Guimarães praticamente reescreveu o tratado de trigonometria de Legendre. Ele apontou como deveria ser relacionada à medição da circunferência em 360° em relação à proposta de Legendre de medi-la como 400° . Isso impunha que o estudante pensasse, por exemplo, no complemento de um ângulo com base na medida do ângulo reto que era igual a 100° . Assim:

O complemento de hum ângulo ou de hum arco he o que fica quando se subtrahе esse ângulo ou esse arco de 100° . Assim hum ângulo de $25^\circ 40'$ tem por complemento $74^\circ 60'$, hum ângulo de $12^\circ 4' 62''$ tem por complemento $87^\circ 95' 38''$.

* Na antiga divisão chama-se complemento de hum arco ou de um ângulo o que falta a esse arco ou a esse angulo para ser de 90° . Assim o complemento de hum angulo de $12^\circ 45' 32''$ he o angulo de $77^\circ 14' 28''$, o complemento de hum arco de $67^\circ 12' 26''$ he um arco de $22^\circ 47' 34''$. *

Em geral, sendo A hum ângulo ou um arco qualquer, e q o quadrante, $q-A$ he o complemento desse ângulo ou desse arco. Donde se vê que se o ângulo ou o arco de que se trata exceder a q , o seu complemento será negativo. Deste modo o complemento de $160^\circ 84' 10''$ he $-60^\circ 84' 10''$, (e no systema antigo o complemento de $120^\circ 14' 44''$ he $-30^\circ 14' 44''$). Nesse caso o complemento tomado positivamente, seria a quantidade que se deveria tirar do ângulo ou do arco dado, para que o resto fosse igual ao quarto da circunferência.⁵⁶

Araújo Guimarães colocou entre parênteses, no texto da tradução, as partes alteradas ao tratar da relação entre o novo sistema e o antigo. O tradutor marcou a inserção de novos exemplos e advertências no texto com o sinal (*), o que, segundo ele, facilitaria a identificação dos pontos assumidos como inseridos no texto de Legendre.

Na parte destinada à trigonometria podemos afirmar que Araújo Guimarães praticamente teve de adequá-la ao seu propósito de conceber a partição da circunferência como era tradição na

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Luiz Maria da Silva Pinto, *Diccionario da Língua Brasileira*, (Ouro Preto, MG: Typographia de Silva, 1832), 26-1132.

⁵⁶ Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, Introdução do Traductor a *Tratado de Trigonometria* (Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809), 3.

qual ele se formou e que prevalecia em Portugal, a de 360° para medir uma volta na circunferência. Quanto ao conteúdo, relativamente às linhas trigonométricas e as relações para os triângulos retilíneos ou esféricos não sofreram nenhuma alteração. Porém, as tabelas com as medidas dos ângulos, as transformações para medir o ângulo reto e outros ângulos e as sugestões para a realização das transformações de um para o outro sistema foram dadas por Araújo Guimarães, o tradutor e, nesse caso também, o editor.⁵⁷

Entendemos que nos resta, ainda, comentar algumas referências que foram fundamentais para a realização dessa investigação e que, de alguma forma serviram como fontes de consulta que nos guiaram até aqui. Vamos em outro momento trazer outras referências, em áreas como a história da imprensa no Brasil, da literatura, ou em documentos de época, ou muito próximos, que tratem de pessoas e fatos que favoreçam uma releitura relativa a identidade de Araújo Guimarães.

Considerações Finais

Finalizamos deixando alguns apontamentos que consideramos essenciais para esta parte. Há alguns aspectos que devemos considerar de início, pois têm relação com o ensino de Matemática no Brasil no início do século XIX. Um dos aspectos, diz respeito à necessidade de se formar Engenheiros habilitados a construir fortificações em pontos mais frágeis do território brasileiro para evitar as invasões, proceder à preparação de cartas geográficas que facilitariam as demarcações de terras, quando da penetração no interior do território, além de estabelecer núcleos que seriam habitados por pessoas, formando as vilas. Outro aspecto a destacar, é que não havia no Brasil a formação universitária, pois a preocupação portuguesa era de que o povo, tendo sido educado, poderia organizar-se de modo a lutar pela emancipação da colônia.

Desse modo, vemos que para Portugal tudo o que se referisse à proteção e ao domínio do território brasileiro tinha prioridade. Por outro lado, quando se referia ao ensino superior a mesma não existia. Na verdade, o que havia era a proibição para sua instalação em terras brasileiras. Em nosso entendimento, o fato de não haver a preocupação com a formação superior de técnicos poderia ser preponderante para que houvesse dificuldades em preservar o território e ampliá-lo. Ou ainda, a preocupação com uma possível emancipação poderia trazer dificuldades para preservar, sob o domínio português, o espaço territorial da colônia brasileira.

A pesquisa que realizamos permite afirmar que Araújo Guimarães contribuiu, inclusive, para que no final do século XIX surgissem as obras consideradas como as que originalmente foram produzidas em terras brasileiras para o ensino de Matemática. Obras que entendemos merecerem estudos um pouco mais detalhados de modo a buscar as relações com as traduções que foram produzidas nos primeiros anos. Assim, há espaço para pesquisas relativas à História da Matemática no Brasil que busquem olhar para os possíveis desdobramentos das traduções realizadas por Araújo Guimarães nas publicações tidas como genuinamente brasileiras⁵⁸.

A partir de tudo que investigamos, relativo a Araújo Guimarães, podemos propor que seu trabalho não pode ser deixado à margem da história da matemática brasileira, uma vez que suas contribuições deixaram reflexos nas produções destinadas ao ensino da Matemática, entre o final do século XIX e início do século XX.

Entendemos que Araújo Guimarães está à margem, nos textos que consultamos em relação à História da Matemática brasileira, basicamente porque os autores desses textos não têm se preocupado com a análise de documentos que tragam elementos da vida e obra dos autores, possí-

⁵⁷ Não vamos nos alongar nas considerações relativas as edições que Araújo Guimarães deixou no texto traduzido. Deixamos para o leitor as seguintes indicações: Guimarães, *Tratado de Trigonometria*, pp. 7-126.

⁵⁸ Wagner Rodrigues Valente, *Uma História da Matemática Escolar No Brasil (1730-1930)* (São Paulo, Editora Annablume, 1999), 129-53.

veis relações entre fatos determinantes em um período histórico, ou por não entenderem que a tradução de Araújo Guimarães, assim como de tantos outros, fazia parte de um plano de governo da família Real instalada no Brasil a partir do início do século XIX.

Pensamos que Araújo Guimarães deva ser entendido como alguém que deixou para a História da Matemática brasileira, muito mais que algumas traduções. Seu domínio do Latim, do Francês, do Inglês e do Grego, favorecia que realizasse traduções para o português adequando termos e ideias, sem comprometer a produção original. Ele era um tradutor experiente que, conforme levantamos, atuou de 1800 até 1824, ou seja, 24 anos, aproximadamente. Ele traduziu do francês para o português as obras destinadas ao ensino de Matemática, de autores como Lacroix, Legendre, Euler, La Caille, dentre outros. Como vimos, especificamente, nas obras de Legendre as quais analisamos, o tradutor tinha a dimensão do que era o ensino de matemática à sua época, pois percebendo que seus alunos sentiriam dificuldades em operar com o sistema de medida decimal, estabelecido por Legendre no Tratado de Trigonometria, cuidou de promover adequações. Pudemos perceber, em seus escritos, uma preocupação para com os seus alunos. Para ele era fundamental que o aluno compreendesse o que o texto pretendia. Essa preocupação foi caracterizada pela passagem contada por Damasio, em que Araújo Guimarães combinou abordagem de alguns autores para ensinar determinado assunto matemático⁵⁹.

Relativamente ao alcance das traduções das obras de Legendre, como pretendemos considerar no próximo trabalho, caberia uma análise da relação entre as chamadas produções inéditas no Brasil e as traduções deixadas por Araújo Guimarães.⁶⁰

Em relação às dificuldades para a realização desta investigação, podemos dizer que não foram poucas. Há instituições que lutam para preservar arquivos com documentos relativos à História do Brasil. As condições climáticas brasileiras e o modo como são guardados os documentos, principalmente os manuscritos, como os que encontramos no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, nos levam a pensar que em alguns anos não teremos mais tais documentos à disposição devido à degradação do acervo. Mesmo assim, somos otimistas e acreditamos que alguma providência será tomada. Notamos a intenção de alguns em organizar e preservar os acervos e buscar verbas, por projetos, para o investimento em digitalização e preservação dos documentos, principalmente os responsáveis diretos pelos arquivos.⁶¹

Dessa forma, são ainda muitos os possíveis desdobramentos desta pesquisa. Acreditamos ser necessário um estudo referente à dimensão social das contribuições de Araújo Guimarães para a história da imprensa no Brasil.

A investigação, realizada para a produção deste texto, mostra a importância de se ater a documentos, investigá-los e analisá-los. Abra-se, desse modo, um campo para que se estabeleçam pesquisas que reavaliem os apontamentos repetidos e as ideias sedimentadas há tempos sobre a História da Matemática brasileira.

Para a elaboração deste texto tivemos que optar por algumas questões em detrimento de outras, que também são tão merecedoras de atenção. Porém, entendemos que as outras questões, neste não incluídas, serão abordadas em estudos futuros e que estão previstos no projeto de pós-doutoramento, que desenvolvemos junto a Universidade de São Paulo.

⁵⁹ Ibid, 372-5.

⁶⁰ Desdobramentos da produção de M.F.A.G, por exemplo, nas páginas 149 e seguintes, que dá destaque à produção de Cristiano Ottoni que confessa ter consultado as traduções da obra de Legendre.

⁶¹ Há documentos como, por exemplo, o dossiê relativo à carreira militar de Araújo Guimarães, que não foi localizado. Parece ter havido um extravio quando foi transferido da Universidade Federal do Rio de Janeiro para o Arquivo Nacional, isto em 1973.



ARTIGOS - ARTICLES

O Princípio da Euritmia nas Ciências Sociais e Humanas

Paulo Castro

Doutor em Filosofia - Grupo de Filosofia das Ciências da Natureza – Universidade de Lisboa
jpcastro@fc.ul.pt

Recebido em 16/05/2016. Aprovado em 03/07/2016.

Como citar este artigo: Castro, Paulo. "O Princípio da Euritmia nas Ciências Sociais e Humanas". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 3, n. 1 [4], p. 99-116. 2017. ISSN 2447-9020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: O Princípio da Euritmia é a afirmação de que os entes na natureza adoptam preferencialmente os comportamentos que preservam a sua integridade estrutural, estendendo a sua existência. Formulado no contexto de uma física não linear como alternativa ao paradigma de Niels Bohr, o Princípio surge como um dos desenvolvimentos fundamentais a partir das ideias de Louis de Broglie, no âmbito da chamada Escola de Lisboa. Reflecte-se sobre os conceitos de «Princípio», «Lei da Natureza» e «Emergência», tendo como objectivo estender o paradigma Euritmico às Ciências Sociais e Humanas. Propõe-se um processo dinâmico descrevendo as escolhas de um agente social de acordo com uma instanciação possível do Princípio. Usando uma simulação computacional desse processo, estudam-se os comportamentos de dois agentes sociais em interacção com o meio, entre si e com a totalidade do sistema que compõem. Define-se autómato não linear como conceito operativo fundamental no entendimento dos fenómenos de Emergência.

Palavras-chave: Princípio da Euritmia, Física Quântica não Linear, Lei Natural, Emergência, Escolha, Autómato não Linear, Ciências Sociais e Humanas.

The Principle of Eurhythmia applied to the Social Sciences.

Abstract: The Principle of Eurhythmia states that entities in nature will adopt those behaviors promoting their structural stability, thus making it possible for the entities to prevail in time. Appearing in the framework of a non linear quantum theory, from the ideas of Louis de Broglie and as alternative to Bohr's complementary, the Principle was first formulated in the so called School of Lisbon. From first ideas leading to Eurhythmia, the concepts of «Principle», «Natural Law» and «Emergence» will be theorized, as way to extend the eurhythmic paradigm to the Social Sciences. A dynamical process describing the decisions of a social agent will be proposed, instantiating a possible application of the Principle of Eurhythmia. Using a computer simulation of that same process, the behaviors of two social agents are studied, interacting with an external medium, between themselves and with the system they are part of. The non linear automata is presented as a key concept for understanding Emergence in nature.

Keywords: Principle of Eurhythmia, non linear Quantum Physics, Natural Law, Emergence, decision, Non Linear Automata, Social Sciences.

Louis de Broglie, a Escola de Lisboa e o Princípio da Euritmia

Em 1927, o físico francês Louis de Broglie introduziu o conceito de onda piloto como forma de conciliar os dois aspectos antagónicos, corpuscular e ondulatório, que o comportamento atómico exhibe experimentalmente ¹. Na «teoria da dupla solução» todo o sistema atómico seria constituído por um objecto de proporções finitas, movendo-se no seio de uma onda, ocupando uma região mais extensa. O objecto mover-se-ia de tal forma que a sua velocidade dependeria deterministicamente da fase angular da onda que, então, actuaria como a sua «onda piloto». Esta conteria potencialmente o conjunto total das trajectórias possíveis de todos os objectos atómicos idênticos.

Em virtude deste facto, tornava-se assim possível estabelecer uma descrição estatística ondulatória de qualquer objecto atómico cuja posição inicial fosse desconhecida, em conformidade com o formalismo concorrente de Niels Bohr. A função que define o movimento de cada corpúsculo e aquela outra definindo a densidade das posições médias de um conjunto de corpúsculos idênticos, são formalmente análogas. Sendo, portanto, soluções equivalentes da mesma equação diferencial, facto que motivaria a expressão «dupla solução» usada por de Broglie.

Que o movimento de um objecto depende sempre da sua onda piloto deveria substituir a primeira lei de Newton «de que todo o corpo continuará em repouso ou em movimento uniforme, a menos que sobre ele se exerçam forças externas». O postulado newtoniano seria, conseqüentemente, um caso particular do enunciado anterior, a que de Broglie chamou «Princípio de Guidage».

A teoria da dupla solução, no entanto, não seria adoptada pela comunidade científica da época ². No decurso da segunda metade do século XX, o formalismo da chamada Escola de Copenhaga seria amplamente aceite como o paradigma oficial da física atómica. Qualquer ideia impregnada do realismo de brogliano seria considerada incompatível com a complementaridade mágica de Bohr. Usando, ainda hoje, em sua defesa, o emaranhamento quântico, alternativamente explicável recorrendo a sinais superlumínicos ³ ou o efeito de túnel, também explicável usando sinais mais rápidos do que a luz ⁴ ou adequado a qualquer descrição física que abdique do espaço e do tempo como categorias fundamentais no entendimento dos fenómenos físicos ⁵.

Partindo das ideias de de Broglie, em 2003, o físico português José Croca ⁶ desenvolve as bases de uma Física quântica não linear ⁷. Introduce uma alteração importante. Substitui a onda infinita de Fourier, ubíqua no formalismo quântico ortodoxo, por uma ondula de Morlet, uma perturbação periódica centrada em torno de um ápice ou acron e de extensão e duração finitas. Esta alteração permite-lhe relativizar as relações de incerteza de Heisenberg, tornando-as um caso particular de outras mais gerais ⁸. Ultrapassando-se, assim, as impossibilidades formais colocadas

¹ Louis de Broglie, “La mécanique ondulatoire et la structure atomique de la matière et du rayonnement” em *Le Journal de Physique et le Radium* (6), 8, 225–41, (Paris: 1927).

² Guido Bacciagaluppi e Antony Valentini, *Quantum Theory at the Crossroads: Reconsidering the 1927 Solvay Conference*. (Reprint edition) (New York: Cambridge University Press, 2013).

³ Ruyong Wang, Yi Zheng e Aiping Yao, “Generalized Sagnac Effect”. *Physical Review Letters* 93, n. 14 (27 de Setembro de 2004).

⁴ G. Nimtz e A. Stahlhofen, “Macroscopic violation of special relativity”, *arXiv:0708.0681 [quant-ph]*, 5 de Agosto de 2007, <http://arxiv.org/abs/0708.0681>, [acessado em 14 de Maio, 2016]

⁵ José Croca, Pedro Alves e Mário Gatta (editores), *Space, Time and Becoming* (Lisbon: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2013).

⁶ José Croca foi doutorando de João Andrade e Silva que, por sua vez, defendeu doutoramento sob a orientação do físico francês, durante os anos sessenta.

⁷ José Croca, *Towards a Nonlinear Quantum Physics* (World Scientific Series in Contemporary Chemical Physics. WORLD SCIENTIFIC, 2002).

⁸ José Croca, “Beyond Heisenberg’s Uncertainty Limits” em *Gravitation and Cosmology: From the Hubble Radius to the Planck Scale: Proceedings of a Symposium in Honour of the 80th Birthday of Jean-Pierre Vigié* (Springer Science & Business Media, 2006).

pela teoria quântica de Bohr ao realismo quântico e à existência física de uma onda quântica ⁹. Alguns anos mais tarde, juntamente com os físicos Rui Moreira, Amaro Rica da Silva e um grupo alargado de outros cientistas e pensadores ¹⁰, fundará a Escola de Lisboa, reivindicando uma nova visão sobre a *Physis* ¹¹, sobre a realidade física.

Abandonando os conceitos de campo e forças externas apriorísticas e de interação bruta por contacto, o Grupo propõe a ideia de em todas as escalas da natureza os sistemas cooperam entre si, formando estruturas maiores com o propósito de estenderem o seu tempo médio de permanência. É o que Croca denomina «Princípio da Euritmia» ¹² e que deverá generalizar o Princípio de Guidage de brogliano.

O Princípio da Euritmia parte da hipótese de que qualquer sistema é formado por uma zona intensa, o acron, provido de uma estrutura interna complexa e de uma zona extensa, finita, a sua onda theta, uma perturbação espaço-temporal periódica numa substância ubíqua que o Grupo identifica como um «meio sub-quântico».

O acron existindo e, portanto, assumindo comportamentos, gera a sua onda theta, que se estende progressivamente no meio ambiente. Interactua com outras ondas theta e, devolvendo informação ao seu próprio acron, condiciona o tipo e número dos comportamentos futuros da partícula. O acron, na qualidade de um ápice estrutural e energético, é assim capaz de processar informação e de executar manobras com base na estrutura da sua onda theta. Uma ideia tentadoramente generalizável a outros tipos de sistemas na natureza.

No caso dos sistemas físicos e seguindo Croca, o acron tenderá a seguir os trajectos de maior intensidade na onda theta, preservando no entanto a possibilidade de seguir outros. Uma aleatoriedade comportamental intrínseca que, a outros níveis de descrição, se poderia identificar com a expressão de livre arbítrio. A probabilidade de que um acron percorra certo caminho na onda theta será tecnicamente proporcional à soma das intensidades da onda, ao longo desse caminho. E estes serão para Croca também os caminhos eurítmicos, aqueles por terem sido seguidos, estenderam o tempo de vida da partícula.

O Princípio da Euritmia, formulado na sua versão original, corresponderá então à afirmação de que um corpúsculo segue os trajectos estocásticos de maior intensidade da sua onda theta, maximizando a estabilidade do acron. Croca justifica a relação entre essa estabilidade e as regiões de maior intensidade da onda theta, propondo que é justamente naquelas que o acron retira do meio sub-quântico a energia necessária à sua auto-sustentação. Juntamente com a

⁹ Bohr via nas relações de Heisenberg a demonstração formal do dualismo quântico, a aceção modernamente aceite de que um objecto atómico só existe quando é observado, correspondendo esse acto ao colapso da chamada onda psi. Um instrumento conceptual que, para Bohr, descrevia estatisticamente o estado de conhecimento do observador sobre o mundo, apesar de tudo se passar como se essa onda interferisse e difractasse com objectos microscópicos materiais, dispostos experimentalmente.

As relações de Croca possibilitam um refinamento da incerteza com que a posição e o momento linear de uma partícula podem ser simultaneamente conhecidos, autorizando a existência de valores fraccionários da constante de Planck. Esvaziavam assim o argumentário fundamental (e fantasista) de Bohr e da Escola de Copenhaga e explicam o funcionamento dos microscópios de efeito de túnel, cuja eficiência, comprovada experimentalmente, está para além e em desacordo com as relações de incerteza de Heisenberg.

¹⁰ Permanecendo livres para apoiar entusiasticamente ou criticar severamente as ideias propanadas pela Escola de Lisboa, e sem que isso afectasse o relacionamento humano, a colaboração estendia-se a Eduardo Chitas, Mário Gatta, Alexandre Croca, Manuela Silva, Gildo Magalhães, Pedro Alves, Ricardo Salomão, João Araújo, Andrea Mazzola, Paulo Neves, João Cordovil, Gil Costa, António Cardoso, Filipe Pamplona, Paulo Castro e a uma dezena de outras pessoas, com formações e interesses diversos. A Escola de Lisboa tornou-se assim uma corrente de pensamento desde logo pautada pelo respeito mútuo e pela interdisciplinaridade.

¹¹ José Croca e E.F. Araújo (editores), *A New Vision on Physis, Eurhythm, Emergence and Nonlinearity* (Lisbon: Center for Philosophy of Science, University of Lisbon, 2010).

¹² *Euritmia*, palavra formada pelos étimos gregos *eu*, significando «bom» e *rhythmos*, significando «ritmo», expressa a ideia de que na natureza há padrões, acções específicas cuja repetição maximiza a estabilidade estrutural e temporal dos entes em concertação.

economista Manuela Silva, falará de emergência do acron a partir desse meio primordial, altamente energético e maximamente desordenado, equiparado por Rui Moreira ao *Apeiron* de Anaximandro.

A Escola de Lisboa falará de efeitos não lineares no processo de emergência acróico, como se de uma auto-ressonância se tratasse. Falará ainda de interacções não lineares entre sistemas componentes, permitindo a emergência de estruturas com novas propriedades, causalmente irreduzíveis às propriedades dos sistemas componentes. Uma divergência factual em relação ao discurso cartesiano. Especificamente, a recusa da ideia de que sistemas em interacção mantêm inalterado o seu repertório de propriedades. A adopção da ideia contrária, de que interacção é enriquecimento para além da individualidade original.

O léxico ontológico de Croca e seus apoiantes compreende, assim, «emergência», «não-linearidade» e «euritmia» como os pilares conceptuais fundamentais de uma nova visão sobre a natureza em constante reinvenção e cooperação. Uma natureza que procura permanentemente a adequação, substituindo preceito da sobrevivência dos mais aptos pela sobrevivência dos mais adaptáveis em cooperação. Processo inteligente que respeita a alteridade das estruturas e a diversidade dos comportamentos. O fundamento para uma física da cooperação, a que Croca chamará em obra posterior, a «Física eurítmica ou hiperfísica»¹³.

Princípio, Lei da Natureza e Emergência

A partir do início de 2015 tornou-se claro para mim que a física eurítmica poderia ser parte de um discurso mais geral sobre o mundo. Uma narrativa intelectual extensível a outras disciplinas científicas, em particular, às ciências sociais e humanas. Aquilo a que se poderia chamar uma filosofia natural eurítmica¹⁴.

Nessa altura colocaram-se-me os primeiros problemas de uma aventura epistemológica desta envergadura. Já em 1927, Louis de Broglie não precisara a origem e tangibilidade da onda de fases. Nomeadamente, o meio sobre o qual a onda vibra e através de que processo físico actua sobre a partícula. Permaneceu também misterioso o motivo pelo qual o conjunto de comportamentos de uma partícula se encontraria codificado num fenómeno ondulatório, produzido pelo próprio objecto. Algo conceptualmente próximo da substanciação física de uma «lei da natureza», que a metafísica ortodoxa dispensara.

No contexto do primeiro problema, um transporte conceptual directo da onda theta, oscilando num meio subquântico, para a esfera das interacções humanas parecia algo forçado. Seres humanos não parecem perseguir os pontos de maior intensidade da onda que os seus corpos geram. A transposição interdisciplinar do paradigma eurítmico para o cenário social exigiria maior subtilidade.

A segunda dificuldade parecia indicar caminho para uma mudança de atitude filosófica sobre a realidade. A codificação dos comportamentos de um objecto numa perturbação do meio, perdurando durante certo tempo, indicava a possibilidade de uma memória estrutural na história de qualquer sistema, condicionando a sua evolução futura. Uma ideia familiar às discussões antropológicas sobre memória e identidade.

¹³ José Croca, *Eurhythmic Physics or Hyperphysics* (Saarbrücken: LAP Lambert Academic Publishing, 2015).

¹⁴ A este respeito ver também J.R. Croca, *The principle of eurhythmia a key to the unity of physics*, in *Special Sciences and the Unity of Sciences*, Eds. Pombo, O.; Torres, J.M.; Symons, J.; Rahman, S. (Eds.), Springer, 2012.

Além disso, a perturbação no meio e respectivo feedback ao acron poderia ser vista como uma acção sensória sobre as entidades na vizinhança da entidade emissora. Reportando para a ideia de comunicação, um conceito transversal às ciências sociais.

Epistemologicamente, a ideia de uma memória comportamental, inerente aos sistemas, uma mudança radical que eu estava disposto a aceitar. Substituir o conceito de lei da natureza, aprioristicamente dada, imutável e ubíqua, pela ideia de que todas as regularidades são o resultado de processos emergentes, a partir estados anteriores menos ordenados. Processos agenciados pelos próprios objectos reconhecíveis no mundo.

A ideia de que as «leis da natureza» resultam *a posteriori* de processos evolutivos, “vividoss” por objectos que actuam em cooperação para maximizar a perpetuação global da “comunidade”. De que o objecto é a sua própria lei. A sua estrutura codifica mnemonicamente os seus comportamentos futuros a partir daqueles passados, com margem para a mudança, se o sistema assim “quiser”, gerando novos comportamentos.

Esta aceção epistemológica sobre o funcionamento interno da natureza poderia ser aplicada a um conjunto vasto de fenómenos humanos. Generalizava também a combinatória dos casos “perfeitos” descritos experimentalmente nos manuais de física. Enriquecendo-a com os casos não ideais, habitualmente justificados pela existência de ruído fenomenológico, perturbando a instanciação no mundo da lei “pura”.

Finalmente, permitiria pelo menos antever a possibilidade de uma descrição epistemologicamente unificada dos fenómenos complexos, onde parece ocorrer emergência de novas propriedades em sistemas compostos.

Os conceitos antinómicos de «lei» e de «emergência», por outro lado, pareciam conciliáveis através do conceito de «Princípio» que considerei epistemologicamente anterior ao de «lei». Com esse objectivo em mente, procedi à formulação das definições de Princípio, Lei e Emergência.

Por «Princípio da natureza ou sobre a natureza» entendi tratar-se de uma afirmação genérica sobre o comportamento das coisas, enunciável para a maioria dos casos observáveis, tendo duas formas possíveis: consistindo numa declaração sumária que as qualifica de forma genérica ou num enunciado envolvendo uma condição inicial genérica, uma condição final genérica e a descrição de um processo causal genérico conectando as condições dadas. Esse processo podendo, por vezes, ser interpretado como a “realização” ou “resolução” de um *teleos* ou objectivo.

Um exemplo seria o que se poderia reconhecer como um Princípio de finitude, o de que todas as coisas e processos na natureza são finitos. Outro ainda, seria a afirmação de que todos os sistemas compreendem uma parte intensa, denominada acron, e outra extensa, chamada onda theta. Dois enunciados de qualificação genérica. Outro exemplo seria o Princípio da Eutritmia, enunciado de forma genérica, afirmando que todos os objectos na natureza tendem a adoptar comportamentos conducentes à sua perpetuação. Declaração que, na sua versão forte, corresponderia a dizer que todos os objectos na natureza cooperam entre si de forma a perpetuar a sua existência.

Por «Lei da natureza» entendi ser uma afirmação sobre comportamentos na natureza descrevendo uma instanciação concreta de um ou mais Princípios da natureza. Uma descrição pormenorizada de como, em dado contexto, a natureza “realizou” ou “resolveu” o *teleos* expresso num Princípio ou substanciou estruturalmente uma qualidade genérica.

A formalização da dinâmica das interacções entre acron e onda theta ¹⁵ seria um exemplo de uma lei da natureza, instanciando o Princípio da Euritmia. As leis de Newton, deduzidas a partir das equações de Lagrange, outro exemplo, instanciando o Princípio da menor Acção adoptado na Mecânica clássica. Os casos de simbiose ou, mais geralmente, de concertação funcional e estrutural observável nos sistemas vivos outro exemplo ainda, como instanciação do Princípio da Euritmia.

Defini, por último, «Emergência» como o processo concreto, através do qual um conjunto de sistemas instanciam, temporal e espacialmente, a qualidade ou o *teleos* de um ou mais Princípios da Natureza. Devendo a história desse processo substanciar-se como uma memória na estrutura dos sistemas, condicionando (embora, não determinando) os seus comportamentos futuros. Algo próximo da acção da onda theta sobre o acron.

Como a estrutura resultante de qualquer sistema é, por hipótese, a memória comportamental do sistema, as respectivas propriedades, dependendo da estrutura, dependem, por conseguinte da história do sistema. E uma vez que a estrutura de um sistema é uma codificação das duas propriedades comportamentais, se essa estrutura for modificada – por exemplo, pela interacção com outro sistema, modificar-se-ão as propriedades do sistema alterado. Um caminho possível para a teorização da interacção não linear com emergência de novas propriedades.

Uma aplicação do Princípio da Euritmia nas Ciências Sociais e Humanas

Fazendo uso dos conceitos de Princípio, Lei e Emergência, associáveis a qualidade ou *teleos*; regularidade e processo, procedi à aplicação do esquema eurítmico a uma situação simples do comportamento individual.

O Princípio da Euritmia seria, naturalmente, considerado válido para a esfera de acção humana. Porém, as regularidades observáveis (as leis da acção humana) não teriam nem de se confinar a movimentos, nem de permanecer invariáveis. O esquema eurítmico adoptado, por outro lado, deveria ser suficientemente genérico para que pudesse ser aplicado ao maior número possível de situações sociais, permitindo observar a emergência de regularidades. Um esquema que reconhecesse um acron em cada pessoa e que permitisse definir uma estrutura conceptual periódica, uma onda theta abstracta, representando a codificação dos comportamentos do agente e também o modo como o seu passado condiciona comportamentos futuros. Pretender-se-ia, assim, uma instanciação possível do Princípio da Euritmia na esfera humana, tal como o transporte interdisciplinar dos conceitos de acron e de onda theta da física para as ciências sociais.

Comecei por assumir que os comportamentos típicos de um agente são, por um lado, aqueles que emergem da sua actividade passada e, por outro, aqueles que perpetuaram a existência do agente. Isto é, que qualquer história ao longo da qual um agente se perpetuou é formada pelas acções que se tenderão a repetir, de forma a garantir a viabilidade futura do agente. Como cenário genérico considere um agente social, prestes a executar uma acção de entre um conjunto de delas mutuamente exclusivas.

Defini como tendência de escolha de uma acção, por parte do agente, um número entre zero e um que dependeria do meio e das escolhas anteriores do agente. Mais exactamente, um valor dependendo da probabilidade laplaciana de ocorrência da acção (representando a pressão do meio) e do número de vezes que o agente escolhera a mesma acção no passado (representando o

¹⁵ Infelizmente, ainda por completar.

grau de condicionamento histórico). Uma ação seria tanto mais provável de vir a ser escolhida pelo agente, quanto maior fosse a respectiva tendência de escolha. Uma vez que as ações mais repetidas no passado correspondiam aos comportamentos que perpetuaram a existência do agente, este critério de escolha “resolveria” o Princípio da Eutímia em qualquer situação em que um agente teria diante de si um conjunto de ações mutuamente exclusivas.

Para pôr à prova a utilidade destas ideias, construí uma simulação em Excel, envolvendo sete ¹⁶ ações possíveis ao longo de sessenta e três iterações ou ciclos de escolha. O valor T_j^i da tendência de escolha da ação A_j , por parte do agente, durante o ciclo de escolha i , obter-se-ia a partir da expressão:

$$T_j^i = P_j^i \oplus H_j^i \quad (1)$$

Denominada «soma especial», onde P_j^i é probabilidade laplaciana - o quociente entre o número de casos favoráveis e o número de casos possíveis - e H_j^i é o valor de condicionamento histórico da ação A_j , durante o ciclo de escolha i .

$$H_j^{i+1} = \frac{n_j^i + \alpha^{i+1}}{N^i + 1} \quad i = 0, \dots, m \in \mathbb{N} \quad N^0 = n_j^0 = 0 \quad H_j^0 = 0 \quad (2)$$

Na expressão anterior n_j^i é o número de vezes que a ação A_j foi escolhida pelo agente, ao longo dos N^i ciclos anteriores, tendo-se para o parâmetro α :

$$\alpha^{i+1} = \begin{cases} 1 & \text{se a ação } A_j \text{ tiver sido escolhida no ciclo } i + 1 \\ 0 & \text{em caso contrário} \end{cases} \quad (3)$$

A definição formal de soma especial é a seguinte ¹⁷:

$$\frac{a}{b} \oplus \frac{c}{d} = \frac{a + c}{b + d} \quad a, b, c, d \in \mathbb{N}_0 \quad a \leq b, c \leq d \quad bd \neq 0 \quad 1 = \frac{1}{1} \quad (4)$$

A interpretação da operação especial é a de que tendo ocorrido a eventos do tipo A num total de b ocorrências e ocorrido c eventos, do tipo A, num total de d ocorrências, então ocorreram $a + c$ eventos do tipo A num total de $b + d$ ocorrências.

São ainda válidas as seguintes propriedades:

¹⁶ O número de ações foi escolhido arbitrariamente.

¹⁷ Na programação em Excel, garantiu-se que o programa não reduzia as frações operadas na soma especial. Embora $2/4 = 1/2$, a soma especial de $2/4$ com $1/3$ é $3/7$, enquanto que a soma especial de $1/2$ com $1/3$ é $2/5$.

I. Autoriza-se a utilização da probabilidade laplaciana como parcela na soma especial, tal que existirem a casos favoráveis (do tipo A) num total b de casos possíveis é, por definição, o mesmo que afirmar que ocorreram a eventos (do tipo A) num total de b eventos.

II. A soma especial cumpre a seguinte igualdade ¹⁸:

$$\sum_{j=1}^n T_j^i = 1 \quad \forall i \in \mathbb{N}_0 \quad ; \quad \forall n \in \mathbb{N} \quad (5)$$

Para operacionalizar o critério de escolha do agente, em cada ciclo i , atribuiu-se a cada uma das acções A_j um intervalo de números reais, de acordo com o seguinte esquema:

$$\begin{aligned} \text{À acção } A_1 \text{ corresponde o intervalo } I_1^i &= [0, T_1^i [\\ \text{À acção } A_2 \text{ corresponde o intervalo } I_2^i &= [T_1^i, T_1^i + T_2^i [\\ &(\dots) \\ \text{À acção } A_6 \text{ corresponde o intervalo } I_6^i &= [\sum_{j=1}^5 T_j^i, \sum_{j=1}^6 T_j^i [\\ \text{À acção } A_7 \text{ corresponde o intervalo } I_7^i &= [\sum_{j=1}^6 T_j^i, 1] \end{aligned} \quad (6)$$

Para cada ciclo de escolha i foi gerado um número pseudo-aleatório ¹⁹ δ^i e considerada escolhida uma acção de acordo com a seguinte condição: se $\delta^i \in I_j^i$, então o agente escolhe a acção A_j no ciclo de escolha i , actualizando-se todos os valores de tendência de escolha T_j^i , de acordo com (1) e (3).

Para se ter uma noção do comportamento global do agente, representaram-se graficamente os dados obtidos a partir das simulações produzidas computacionalmente ²⁰.

¹⁸ Não se apresenta demonstração deste facto matemático, verificado em todas as iterações e para diferentes números de Acções. Na simulação em Excel incluiu-se um mecanismo de controlo, testando se em cada ciclo de escolha (5) se cumpria.

¹⁹ Como resulta necessariamente recorrendo a um algoritmo de computador.

²⁰ Para a construção das imagens utilizou-se o programa 3D Grapher. Os valores da tendência de escolha foram aumentados de modo a tornar legível a representação gráfica.

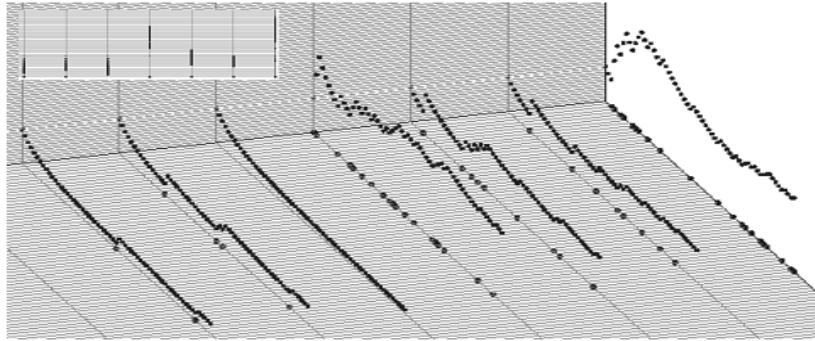


Figura 1

A figura 1 apresenta sete curvas correspondentes a sete ações disponíveis.

Cada curva é formada pelos respectivos valores sucessivos de tendência de escolha, ao longo dos sessenta e três ciclos de escolha.

A primeira curva à direita apresenta um pico de início, enquanto que a curva central, também acima das restantes, se mantém estável ao longo dos ciclos de escolha. A comparação entre todas as curvas pode ser feita directamente, inspecionando o quadro à esquerda, no topo da figura, onde as mesmas foram dispostas de frente.

As três curvas à esquerda da curva central apresentam valores recorrentemente mais baixos, o que significa que o critério utilizado para a execução do Princípio da Euritmia produz uma selecção consistente ao longo do tempo.

O efeito de condicionamento histórico parece também ter sido introduzido de forma adequada. A probabilidade laplaciana de cada uma das ações é $1/7$, tendo-se conservado a mesma (por decisão do programador) ao longo da simulação.

No gráfico essa probabilidade está representada pela linha horizontal pontilhada, acima da origem, de onde partem as sete curvas.

Sob cada um dos gráficos vê-se a respectiva órbita de escolhas da ação a que a curva diz respeito. Analogamente ao que sucede em Física Quântica, para cada ação, sob os valores mais elevados da tendência de escolha (aqui, o correlato da intensidade da onda *psi* ou *theta*) encontramos maior densidade de pontos na órbita de escolhas respectiva.

A metodologia seguida para aplicação do paradigma euritmico à realidade humana parece assim adequada para, pelo menos, descrever as ações de um agente.

Instancia o Princípio da Euritmia no comportamento humano e permite fazer previsões, assumindo que a probabilidade de escolha de determinada ação é proporcional ao seu valor de tendência ²¹. Uma situação similar à equivalência considerada entre intensidade da onda-piloto e densidade de probabilidade de um evento na teoria da dupla solução de de Broglie.

Finalmente, produz uma representação gráfica do que se poderia idealizar serem curvas componentes de uma onda theta abstracta, representando, ainda que de forma muito simplificada, o comportamento cognitivo de um agente.

²¹ Cumpre notar que a tendência de escolha não é *stricto sensu* uma probabilidade, visto que se trata de um número racional, baseado numa frequência actualizada iterativamente. Depende da história do sistema e não das possibilidades materiais de ocorrência. Além disso, axiomáticamente, carece da potência do contínuo. O autor agradece a Filipe Pamplona as discussões construtivas sobre o conceito de probabilidade no presente contexto.

Embora, no exemplo dado, essa onda theta tenha sido obtida a partir de uma simulação computacional, podemos sempre utilizar o mesmo procedimento para representar dados empíricos. É possível construir várias ondas theta, adstritas aos comportamentos de agentes em interacção e/ou associadas a instituições dos quais esses agentes fazem parte e estudar o grau de correlação entre os comportamentos das partes e do todo.

É ainda possível verificar se o Princípio da Euritmia, instanciado através do critério de escolha adoptado, se verifica genericamente na realidade social ou se, pelo contrário, conhece fases em que perduram outras formas de comportamento social, talvez mais agonísticos e de competição.

De qualquer forma, mesmo no contexto controlado de uma simulação, em que se toma como hipótese a efectividade do Princípio, o esquema de implementação adoptado parece ser heurísticamente útil. Como forma de o ilustrar, reportam-se três variantes da simulação de há pouco.

Na primeira, alteraram-se arbitrariamente os valores de probabilidade laplaciana das acções, de forma a recriar uma inomogeneidade no meio, mantendo-se esses valores ao longo dos ciclos de escolha, como se mostra na figura seguinte.

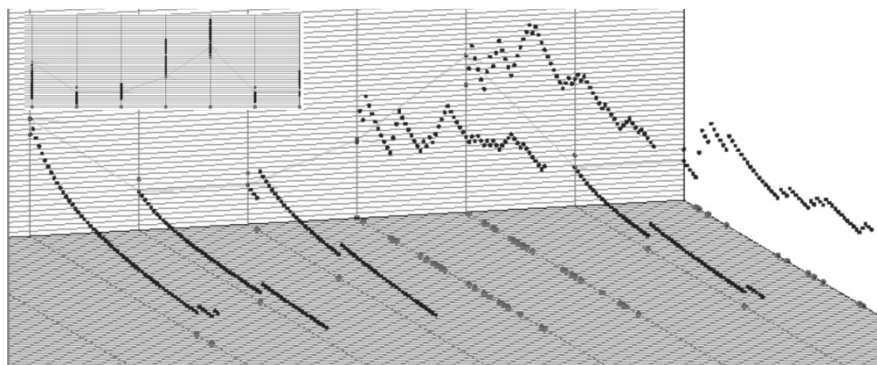


Figura 2

É visível como a instanciação adoptada do Princípio da Euritmia permite ainda a ocorrência de uma selecção comportamental, independentemente da heterogeneidade do meio.

A primeira curva à esquerda decai a partir de uma probabilidade laplaciana igual à da quarta curva que, pelo contrário, sobe. Como seria de esperar, uma probabilidade laplaciana inicialmente elevada favorece a ocorrência da acção respectiva, como se constata pela curva mais alta.

Na variante seguinte, resolveu-se testar a instanciação do Princípio da Euritmia num meio caótico. Para isso fez-se variar de forma pseudo-aleatória, ao longo de toda a simulação, o valor de cada uma das probabilidades laplacianas, representando a influência que um meio desordenado ²² teria sobre as escolhas do agente.

²² As probabilidades alteradas deixaram, naturalmente, de ser laplacianas.

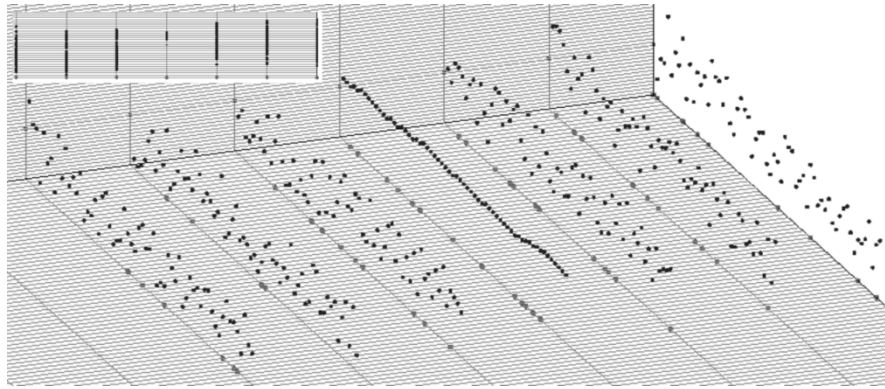


Figura 3

Verifica-se ainda a presença de selecção eurítmica (no caso, da acção correspondente à curva central na figura), porém, exibindo agora valores de tendência de escolha apreciavelmente menores. Este facto e a dispersão das escolhas do agente sugerem que um meio estável favorece a selecção eurítmica e a emergência de regularidades no comportamento individual.

Por fim, testou-se que efeito teria a supressão do critério de escolha instanciando o Princípio da Euritmia na simulação dada, fazendo com que o agente escolhesse de forma arbitrária.

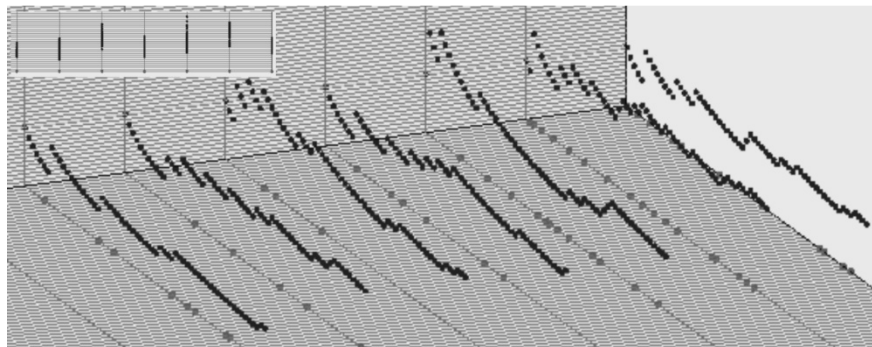


Figura 4

O resultado aparenta ser uma espécie de homogeneização das curvas, dispondo-se lado a lado com valores de intensidade equiparáveis.

Embora a segunda curva à direita pareça conter mais pontos orbitais, cada uma das linhas parece exibir igual tendência de variação ao longo dos ciclos, não se destacando das restantes. Comparando globalmente esta figura com o primeiro gráfico apresentado, a instanciação do Princípio da Euritmia, através da influência devida aos valores de tendência de escolha, parece produzir uma selecção comportamental apreciável em poucas iterações.

Interacção social, sistemas eurítmicos compostos e o problema da determinação

Até aqui o estudo eurítmico de um sistema social incidiu sobre as escolhas de um só agente em interacção com um meio amorfo. Uma descrição evidentemente incipiente da realidade social.

Um refinamento primário exigia substituir o meio por outro agente. Isso significaria agora que a tendência de escolha, para cada uma das possibilidades à disposição de dois agentes em interacção, dependeria das suas histórias ²³.

Considere como cenário inicial que dados os agentes A^1 e A^2 , cada qual teria à sua disposição duas acções mutuamente exclusivas. Respectivamente, a e b e c e d . De forma que o agente A^1 poderia realizar a acção a , se o agente A^2 tivesse realizado a acção c , ou alternativamente realizar a acção b , caso o agente A^2 tivesse realizado ainda a mesma acção c .

Existiriam, portanto, quatro combinações distintas de acções: ac ; bc ; ad e bd .

A este nível de descrição, isto é; antes da emergência de regularidades, é importante salientar o seguinte.

A escolha por parte de A^1 da acção a , na situação em que A^2 teria realizado a acção c , não significa nem que o primeiro agente reconheceu a realização de c por parte de A^2 , nem mesmo que essa acção foi realizada pelo agente A^2 . Todas essas correlações semânticas ou causais só deverão ser inferíveis depois da emergência das regularidades que justificam a enunciação desse tipo de proposições. Isto é; tais afirmações só deverão ser enunciadas *à posteriori* enquanto expressões que caracterizam as regularidades emergentes do processo euritmico.

Na presente modelização o requisito fundamental de partida é o reconhecimento de que todas as quatro situações ac ; bc ; ad e bd existem e são distintas entre si. Em particular, a adopção de a por parte do agente A^1 corresponde a um de dois estados distintos desse agente, consoante A^2 realize c ou d . Uma justificação aceitável para que essa distinção se faça é a de que as acções de A^2 (realizando c ou d) devem influir de modo diferente no estado de A^1 , mesmo que este “escolha” realizar a em qualquer circunstância. Trata-se de assumir uma interacção que é irreduzível ao atomismo cartesiano.

No contexto da mesma modelização, pretende-se testar se o Princípio da Euritmia, instanciado nesta situação, produz a selecção de uma determinada combinação de acções, correspondendo assim a uma emergência de regularidades no conjunto das interacções possíveis.

Para o agente A^1 , a cada uma das possibilidades, ac ; bc ; ad e bd , fazem-se associar dois valores de condicionamento histórico H_{**}^i (um valor por agente), válidos no ciclo de escolha i , e uma tendência de escolha total T_*^i de acordo com o seguinte. Do ponto de vista do agente A^1 , no ciclo de escolha i , são válidas as relações:

$$\begin{aligned}
 T_{ac}^i &= H_{ac}^i \oplus H_{ca}^i \oplus T_\alpha^i & \forall i \in \mathbb{N}_0 & \quad H_{ac}^0 = H_{ca}^0 = H_\alpha^0 = \frac{1}{4} \\
 T_{ad}^i &= H_{ad}^i \oplus H_{da}^i \oplus T_\beta^i & \forall i \in \mathbb{N}_0 & \quad H_{ad}^0 = H_{da}^0 = H_\beta^0 = \frac{1}{4} \\
 T_{bc}^i &= H_{bc}^i \oplus H_{cb}^i \oplus T_\gamma^i & \forall i \in \mathbb{N}_0 & \quad H_{bc}^0 = H_{cb}^0 = H_\gamma^0 = \frac{1}{4} \\
 T_{bd}^i &= H_{bd}^i \oplus H_{db}^i \oplus T_\delta^i & \forall i \in \mathbb{N}_0 & \quad H_{bd}^0 = H_{db}^0 = H_\delta^0 = \frac{1}{4}
 \end{aligned} \tag{7}$$

²³ Com o intuito de tornar explícita a representação da interacção social, optou-se por não incluir a pressão do meio, mediante a indicação de uma probabilidade laplaciana, afecta a cada possibilidade de escolha.

Similarmente, para o agente A^2 , a cada uma das possibilidades ca , da , cb e db , correspondem as grandezas análogas, tal que do seu ponto de vista, no ciclo de escolha i , é:

$$\begin{aligned} T_{ca}^i &= T_{ac}^i & \forall i \in \mathbb{N}_0 \\ T_{da}^i &= T_{ad}^i & \forall i \in \mathbb{N}_0 \\ T_{cb}^i &= T_{bc}^i & \forall i \in \mathbb{N}_0 \\ T_{db}^i &= T_{bd}^i & \forall i \in \mathbb{N}_0 \end{aligned} \quad (8)$$

Todos os valores de condicionamento histórico nas somas especiais em (7) serão actualizados em cada ciclo de escolha, em conformidade com os comportamentos dos agentes, seguindo um esquema análogo a (2) e (3).

Cada agente seleccionará uma acção, de entre aquelas que lhes estão disponíveis, de acordo com o critério expresso em (6), usando as respectivas tendências de escolha, o qual corresponde à instanciação do Princípio da Euritmia.

Poderá suceder que num ciclo i o agente A^1 selecione a acção ac , isto é, que adopte a acção a , correspondente à situação ideal (e possível) em que A^2 poderia ter adoptado a acção c . Enquanto que, no mesmo ciclo i , poderá suceder que o agente A^2 selecione a acção db , correspondendo ao caso ideal (e possível) em que o agente A^1 poderia ter realizado a acção b .

Dito de outra forma:

$$\begin{aligned} A^1 \text{ escolhe } a \text{ assumindo que } A^2 \text{ escolhe } c, & \text{ equivale a afirmar que } A^1 \text{ escolhe } ac \\ A^2 \text{ escolhe } d \text{ assumindo que } A^1 \text{ escolhe } b, & \text{ equivale a afirmar que } A^2 \text{ escolhe } db \end{aligned} \quad (9)$$

Sendo que a interacção resultante é aquela ad formada pelas acções a e d .

Os valores de condicionamento histórico, dizendo respeito às combinações de acções ac , bc , ad , bd e ca , da , cb , db , por exemplo H_{ac}^i , são actualizados de acordo com (9).

Os termos T_*^i requerem discussão adicional correspondendo à introdução de um nível de análise sistémica na modelização que se passa a explicar.

Assumamos pois que os agentes A^1 e A^2 são partes componentes de um sistema maior, cujo comportamento pode ser reconhecido à escala do seu próprio nível de análise. Por exemplo, um conjunto de entes (no caso, uma sociedade formada por dois agentes) que se sabe ser regida por uma legislação ou por um código de conduta ou costumes.

De forma puramente conceptual, acordemos definir que, do ponto de vista do sistema S , de que fazem parte os agentes A^1 e A^2 , a selecção efectiva das acções por parte dos agentes é tal que quando A^1 selecciona a (isto é; à escala deste agente, ac ou ad) e A^2 selecciona c (isto é; à escala deste agente, ca ou cb), S regista, à sua própria escala, $ac = \alpha$.

Simbolicamente e contemplando todos os casos:

$$\begin{aligned}
A^1 : (a \rightarrow c \vee a \rightarrow d) \quad \wedge \quad A^2 : (c \rightarrow a \vee c \rightarrow b) &\Rightarrow S: ac = \alpha \\
A^1 : (b \rightarrow c \vee d \rightarrow d) \quad \wedge \quad A^2 : (c \rightarrow a \vee c \rightarrow b) &\Rightarrow S: bc = \beta \\
A^1 : (a \rightarrow c \vee a \rightarrow d) \quad \wedge \quad A^2 : (d \rightarrow a \vee d \rightarrow b) &\Rightarrow S: ad = \gamma \\
A^1 : (b \rightarrow c \vee b \rightarrow d) \quad \wedge \quad A^2 : (d \rightarrow a \vee d \rightarrow b) &\Rightarrow S: bd = \delta
\end{aligned} \tag{10}$$

Verifica-se então a existência de dois níveis de descrição do mesmo fenómeno, uma feita à escala das partes e outra à escala do todo. Não é difícil de imaginar que a instanciação do Princípio da Euritmia aplicada independentemente aos agentes A^1 e A^2 ou ao sistema S produzirá, em geral, uma diferença entre os dois trajectos possíveis, considerados autonomamente; um dizendo respeito aos agentes, e o outro, ao sistema S .

A razão de ser dessa discrepância é a de que os dois agentes e o sistema S que compõem não são obviamente autónomos. Este facto coloca um problema. A instanciação do Princípio da Euritmia apenas aos agentes A^1 e A^2 faz com que os respectivos comportamentos determinem os comportamentos do sistema composto S , privando-o de um mecanismo próprio de emergência e de qualquer grau liberdade em termos de capacidade de selecção comportamental. Obviando, portanto, a generalidade do Princípio da Euritmia, que se deveria também aplicar ao sistema S , considerado autónomo em termos eurítmicos em relação às suas partes. Sem que nada mais se acrescente à modelização adoptada, o percurso eurítmico das partes não tem de coincidir com o percurso eurítmico do sistema composto e é justamente esta a diferença apontada há pouco. O problema da determinação consiste justamente na possibilidade de uma discrepância, perante a aplicação universal do Princípio da Euritmia, entre os comportamentos das partes e os comportamentos do todo, conduzindo à determinação dos comportamentos a partir de um nível de descrição atómica, sem a emergência de regularidades a níveis de descrição mais altos ²⁴.

A forma que encontrei para contornar esse problema consistiu em assegurar que as tendências de escolha das partes dependessem da tendência de escolha do todo, fazendo depender, simultaneamente, a tendência de escolha do todo das tendências de escolha das partes.

Defini as tendências de escolha do sistema S , composto pelos agentes A^1 e A^2 , no ciclo de escolha i , como sendo:

$$\begin{aligned}
T_\alpha^i &= H_\alpha^i \oplus I_\alpha^i & \forall i \in \mathbb{N}_0 & \quad H_\alpha^0 = I_\alpha^0 = \frac{1}{4} \\
T_\beta^i &= H_\beta^i \oplus I_\beta^i & \forall i \in \mathbb{N}_0 & \quad H_\beta^0 = I_\beta^0 = \frac{1}{4} \\
T_\gamma^i &= H_\gamma^i \oplus I_\gamma^i & \forall i \in \mathbb{N}_0 & \quad H_\gamma^0 = I_\gamma^0 = \frac{1}{4} \\
T_\delta^i &= H_\delta^i \oplus I_\delta^i & \forall i \in \mathbb{N}_0 & \quad H_\delta^0 = I_\delta^0 = \frac{1}{4}
\end{aligned} \tag{11}$$

Em (11) os valores de condicionamento histórico do tipo $H_\star^i$ referem-se ao que efectivamente sucedeu a nível mais baixo, de acordo com as escolhas dos agentes componentes,

²⁴ É claro que o mesmo tipo de determinação se pode também colocar de cima para baixo, pragmatizando um holismo metodológico, invocando dificuldades análogas à aplicação universal do Princípio da Euritmia.

registadas pelo próprio sistema composto, de acordo com (10). Estes valores são actualizados segundo um esquema análogo a (2) e (3)

Os valores do tipo I_*^i representam o condicionamento histórico introduzido pelo que se pode interpretar como um «exercício de intencionalidade» por parte do sistema S .

Este considera-se então ser uma entidade semi-autónoma das suas partes componentes, em que algumas das suas propriedades não são redutíveis às propriedades das partes.

Define-se que S é capaz de gerar e memorizar uma escolha virtual, não operada e meramente idealizada, sobre o conjunto de acções possíveis α ; β ; γ e δ .

Em cada ciclo de escolha será esta selecção virtual, efectuada por S , que actualizará o valor dos termos I_*^i , usando procedimento análogo a (2) e (3).

O sistema S não pode determinar os comportamentos dos agentes A^1 e A^2 que o compõem. No entanto, pode condicionar os comportamentos das suas partes, através dos termos T_*^i , presentes nas tendências de escolha dos agentes. Como os termos T_*^i dependem dos termos I_*^i , as «escolhas» de S influenciarão os comportamentos dos seus agentes componentes.

Por seu lado, os agentes A^1 e A^2 não podem determinar as escolhas intencionais do sistema composto S . No entanto, através dos termos H_*^i podem condicionar aquelas escolhas, efectivadas usando as tendências de escolha T_*^i , mediante critério semelhante a (6).

Sucintamente, podemos dizer que no modelo em causa se consideraram três entidades distintas relacionadas. Dois agentes A^1 e A^2 , em interacção no mesmo nível fenomenológico, e um meta-agente ou sistema composto S , formado pelos agentes componentes A^1 e A^2 , tais que entre S e o par formado pelos seus subsistemas componentes A^1 e A^2 existe uma interacção vertical, que se faz aplicar sob a forma de condicionamentos comportamentais. Os três agentes são considerados autónomos no exacto sentido de que cada um deles exhibe propriedades que não são redutíveis às propriedades de qualquer um dos restantes.

Na figura 5 exibem-se esquematicamente as relações de interdependência definidas. Como se reportará, em decurso, este modelo foi implementado computacionalmente, tendo-se feito simulações em folha de cálculo. Por este motivo se chamou ao esquema que o representa um «autómato não linear».

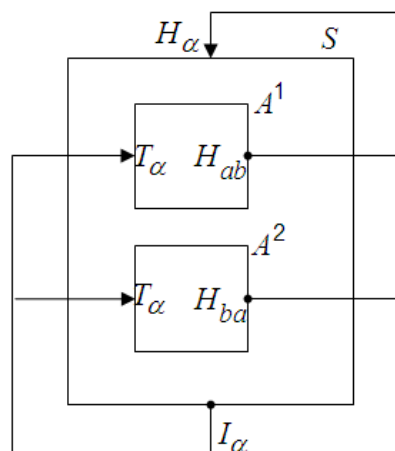


Figura 5

Este quadro de interações pode ser generalizado de forma a incluir n agentes, definindo por isso um autómato não linear da n -ésima ordem, tal como se mostra na figura seguinte:

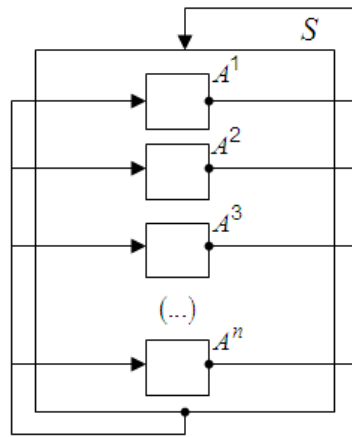


Figura 6

Outra generalização possível consiste em considerar cada agente componente como um sistema composto de direito próprio, de que o caso para um autómato não linear da segunda ordem, se representa a seguir.

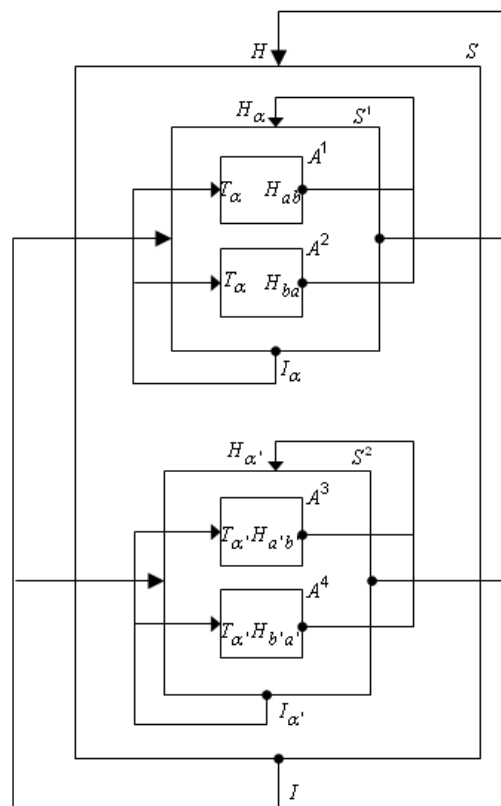


Figura 7

Um autômato não linear da segunda ordem, envolvendo o Princípio da Eutritmia, foi simulado em Excel ao longo de cinquenta ciclos de escolha. A exemplo das simulações anteriores feitas para os comportamentos de um só agente, os resultados foram representados graficamente.

A primeira imagem mostra o caso em que houve selecção de duas das quatro combinações possíveis, no caso, *ac* e *bc*. Um número elevado de simulações independentes revelou que qualquer situação de selecção pode emergir (por exemplo, uma curva mais alta, duas intermédias e a quarta mais baixa).

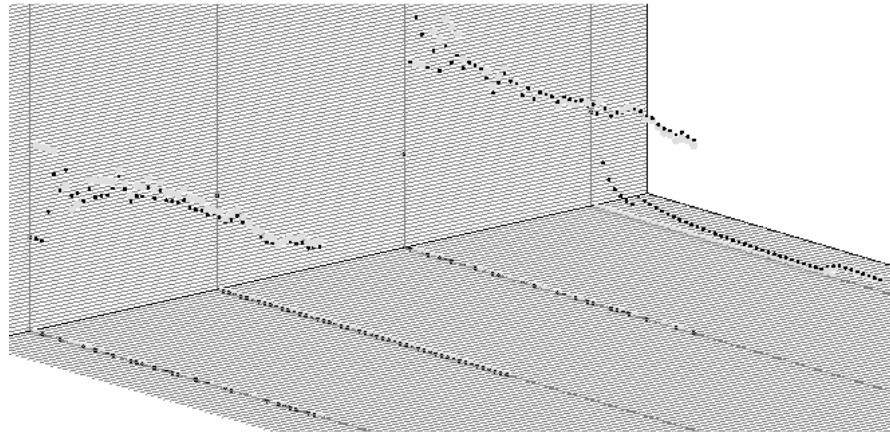


Figura 8

As curvas em tom claro representam a evolução dos valores de tendência de escolha do sistema *S*. Esses são os valores que o sistema *S* (o todo) utiliza como critério de escolha, de acordo com o Princípio da Eutritmia, para efectivar o que chamámos o seu «exercício de intencionalidade».

As órbitas correspondentes aos estados resultantes das selecções conjuntas e efectivas dos dois agentes podem ver-se em baixo, a tom mais escuro. Ao passo que as órbitas referentes às selecções «ideais» dos estados por parte do sistema, estão representadas em tom mais claro, também em baixo.

A observação global mais importante é a de que os valores de tendência das partes e do sistema, assim como respectivas órbitas (reais e «intencionais») convergem.

Ainda que cada uma das três entidades preserve intacta a liberdade para seleccionar estados, de acordo com o Princípio da Eutritmia tal como foi implementado, há como que uma concertação das selecções livres ²⁵ das partes e do sistema que compõem. Por outras palavras, o condicionamento histórico das partes sobre o todo e deste sobre as partes parece produzir a convergência que evita o problema da determinação.

Outro resultado importante obtido a partir da simulação computacional apresenta-se na figura seguinte.

²⁵ A cada uma das entidades, agentes e sistema, encontra-se associada uma variável pseudo-aleatória, cuja operação é, em princípio, independente das restantes.

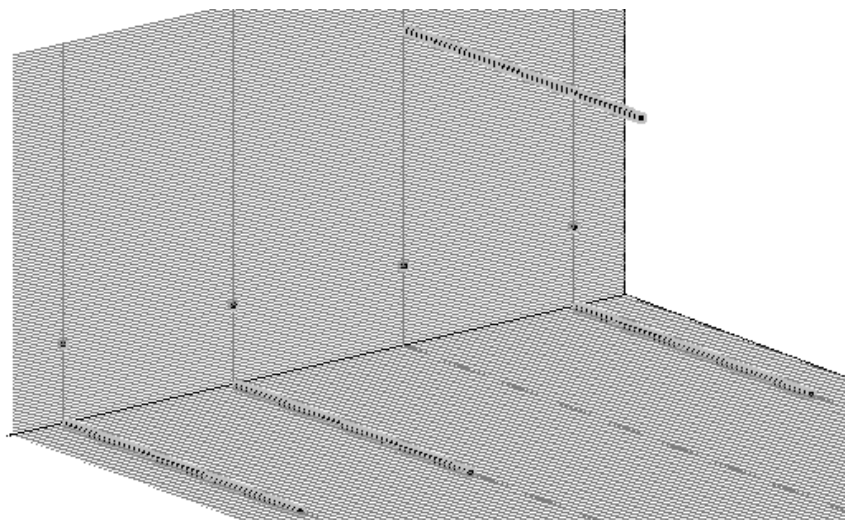


Figura 9

Nesta situação existe um valor inicial unitário de tendência associado a uma das quatro possibilidades, que se mantém o mesmo ao longo de toda a simulação. Os restantes valores de tendência de escolha mantêm-se nulos.

Uma interpretação possível é a de que emergiu uma regularidade determinística, resultante de uma conjugação fortuita de escolhas iniciais (de agentes e sistema), fazendo estacionar as tendências de escolha em valores (no caso; 0, 0, 1, 0) que tornam inevitável a repetição do mesmo comportamento ao longo dos ciclos de escolha.

Significa isto que um fenómeno determinista, no caso, um mesmo estado que se repete, pode ser visto como o resultado de uma convergência comportamental entres agentes e o todo que compõem, no contexto do Princípio da Eutritmia.

Conclusão

O Princípio da Eutritmia apresenta uma riqueza heurística notável, permitindo a extensão do seu domínio de aplicabilidade original a outras áreas de reflexão científica. A abordagem epistemológica que aqui se adoptou, procedendo-se à instanciação do Princípio, nomeadamente, no contexto de uma modelização da interacção social, parece passível de aplicação a outros domínios do conhecimento. Por exemplo, à Biologia, à Inteligência Artificial ou à Economia. A partir de um conjunto suficientemente diverso dessas aplicações, poder-se-á eventualmente vislumbrar uma nova possibilidade de unificação do discurso científico, substituindo o cartesianismo mecanicista e privilegiando uma visão organicista da natureza.



PESQUISAS - RESEARCHES

**Ricardo Piglia, autor de relatos policiais.
Uma leitura comparada de *Plata Quemada* (1997)
e *Blanco Nocturno* (2010)**

Michelly Cristina da Silva

Doutoranda em História Social - Universidade de São Paulo (USP – FFLCH – Departamento de História)
michellycristina@gmail.com

Recebido em 30/06/2016. Aprovado em 16/10/2016.

Como citar este artigo: Silva, Michelly Cristina. “Ricardo Piglia, autor de relatos policiais. Uma leitura comparada de *Plata Quemada* (1997) e *Blanco Nocturno* (2010)”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 3, n. 1 [4], p. 117-129. 2017. ISSN 2447-9020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: O presente artigo visa comparar dois romances de Ricardo Piglia, a saber, *Plata Quemada* (1997) e *Blanco Nocturno* (2010). As duas histórias representam as incursões novelescas do autor pelo mundo dos romances policiais. Em outra ocasião, em um ensaio crítico intitulado “Sobre el género policial”, Piglia apresentou duas divisões dentro do gênero, situando-as cronologicamente e destacando suas diferenças: o romance de “enigma” ou analítico, por um lado, e o *hard-boiled* ou policial duro, de outro. Interessa-nos aqui indicar nos dois livros do autor elementos do relato policial citados pelo mesmo, observando como os dois romances, no tocante à narrativa, se assemelham e se distanciam.

Palavras-chave: policial, peronismo, gaúcho, violência, polícia.

Ricardo Piglia, author of crime novels. A comparative reading of Plata Quemada (1997) and Blanco Nocturno (2010).

Abstract: This article aims to compare two novels written by Ricardo Piglia, i.e., *Plata Quemada* ([Money to Burn] 1997) and *Blanco Nocturno* ([Target in the Night] 2010). Both stories represent the author's incursion into the crime fiction genre. In another occasion, in one of his essays entitled “Sobre el género policial”, Piglia introduced two divisions inside the genre, placing them chronologically and highlighting its differences: on one hand the analytical novel and on the other hand the hard-boiled. What interests us the most is to identify in *Plata Quemada* and *Blanco Nocturno* the characteristics indicated by Piglia in the essay and finally argue in which sense both narratives are similar and different.

Keywords: crime fiction, peronismo, gaucho, violence, police.

Ricardo Piglia, o escritor e o crítico literário

Ricardo Piglia é um dos escritores argentinos mais importantes e lidos de sua geração. Um de seus primeiros registros escritos data de três de março de 1957 e a data contém essa precisão por se tratar de um trecho do primeiro diário do escritor, que na época contava com dezesseis anos. “3 de marzo de 1957 (Nos vamos pasado mañana.) Decidí no despedirme de nadie. Despedirse de la gente me parece ridículo. Se saluda al que llega, al que uno encuentra, no al que se deja de ver (...).”¹ Nessa entrada do diário, Piglia faz menção à mudança da família, de Adrogué, cidade da região metropolitana de Buenos Aires, para Mar del Plata, no litoral. Seu pai, Pedro Piglia, médico e peronista, temia represálias à família em tempos de antiperonismo ferrenho. A reflexão, precisa e ao mesmo tempo carregada de surpreendente complexidade, chama a atenção para algo inegável do rito de partida: se triste, por que destacá-lo?

Piglia escreveu não apenas romances, alguns marcados por sua aposta experimental, como *Respiración Artificial* (1980), mas também inúmeros textos de crítica literária, ocasião em que debateu temas como o nacionalismo na tradição literária argentina; ficção e política; os autores que o influenciaram, tais como Macedonio Fernandez, Borges, Cortazar e Faulkner; o processo de escrita e de recepção, entre outros temas. Podemos dizer que em duas oportunidades Piglia fez uma incursão no universo dos romances policiais. A primeira foi com *Plata Quemada* (1997) e a segunda, mais de uma década depois, com *Blanco Nocturno* (2000). Já em *La Ciudad Ausente* (1992), livro que não foi classificado pela crítica como romance policial *strictu sensu*, Elena, uma mulher-máquina, chega a sentenciar: “Todo relato es policial, me decía él. Solo los asesinos tienen algo que contar, la historia personal es siempre la historia de un crimen.”² Enquanto teórico, Piglia também discutiu a formação, características e diferentes vertentes deste gênero literário. Em “Sobre el género policial”, um de seus ensaios adicionados à edição de 2001 de *Crítica y ficción*, obra originalmente publicada em 1986, o autor apresenta uma possível divisão entre as histórias policiais. O gênero cunhado por Edgar Allan Poe em 1841 com o conto “Os Crimes da Rua Morgue”³ poderia ser dividido entre os romances de “enigma” ou “analíticos”, por um lado, e os “romances noir” ou *hard-boiled*, por outro. A primeira vertente caracterizaria os textos que teriam justamente inaugurado o gênero e cujos autores clássicos e mais representativos seriam o já citado Edgar Allan Poe, bem como Wilkie Collins e Arthur Conan Doyle. Enquanto isso, os principais representantes do *hard-boiled* seriam autores norte-americanos do início do século XX, como por exemplo Dashiell Hammett, Raymond Chandler, James M. Cain, entre outros. Em linhas gerais, segundo Piglia, a grande diferença entre os dois grupos seria que no “romance analítico”, um detetive e seu ajudante investigariam (e resolveriam) um crime apoiados sobretudo na razão, na reflexão e na dedução; por outro lado, no *hard-boiled*, reinariam a crueza e a violência dos acontecimentos bem como a maneira, muitas vezes desmedida e até cega, com que o investigador se lança sobre o mistério. Solucionar a charada, ou seja, os motivos e meios de ação do assassinato, seria uma das premissas dos romances policiais “analíticos” enquanto que nos policiais duros a necessidade de explicação dos *comos* e *por quês?* pode tranquilamente ficar em segundo plano. Como se pode observar, a divisão proposta por Piglia para os gêneros policiais leva em conta principalmente a maneira de atuar do detetive que busca resolver o caso.

(...) mientras en la policial inglesa todo se resuelve a partir de una secuencia lógica de presupuestos, hipótesis, deducciones, con el detective quieto y analítico (por supuesto el caso límite y paródico de esa figura es el Isidro Parodi de Borges y Bioy Casares, que resuelve los enigmas sin moverse de su celda en la penitenciaría), que

¹ Leila Guerriero, “Delator de realidades” *El País* (Madrid), 04 de septiembre de 2010.

² Ricardo Piglia, *La Ciudad Ausente* (Buenos Aires, Sudamericana, 1992), 168.

³ Edgar Allan Poe, “The Murders in the Rue Morgue”, *Graham's Magazine* (Philadelphia, April, 1841).

en la novela negra no parece haber otro criterio de verdad que la experiencia: el investigador se lanza, ciegamente, al encuentro de los hechos, se deja llevar por los acontecimientos y su investigación produce fatalmente nuevos crímenes; una cadena de acontecimientos cuyo efecto es el descubrimiento, el desciframiento.⁴

Embora os detetives analíticos, sendo os exemplos mais famosos Auguste Dupin (personagem de Poe) e Sherlock Holmes (o detetive de Arthur Conan Doyle), tenham sido os primeiros da literatura do gênero, isso não significou que o *hard-boiled* viesse a substituir os romances analíticos pelo fato de aparecerem em época posterior. Como um primeiro exemplo dentro do romance pigliano do detetive analítico, temos uma passagem que descreve a maneira como o delegado Croce, um dos personagens principais de *Blanco Nocturno*, reflete sobre a investigação que encabeça.

En la mesa haciendo dibujitos el comisario reconstruyó los hechos para sí mismo, pero también para Renzi. Necesitaba siempre alguien con quien hablar para borrar su discursito privado, las palabras que le daban vuelta siempre en la cabeza como una música y encontes al hablar seleccionaba los pensamientos y no decía todo, tratando de que su interlocutor reflexionara con él y llegara, antes, a sus mismas conclusiones, porque *entonces podía confiar en su razonamiento ya que otro también lo había pensado como él*.⁵ [grifos nossos]

A proposta deste trabalho é analisar comparativamente *Plata Quemada* e *Blanco Nocturno* tendo em conta em que medida as duas histórias se assemelham e se distanciam, considerando primeiramente a mesma divisão proposta pelo autor para o gênero: policial analítico *versus* policial da experiência. A comparação não se dará apenas entre os arquétipos dos detetives de ambos os romances, mas sim de vários elementos que compõem as duas tramas. Dessa maneira, ao passo que poderíamos dizer que a narrativa de *Plata Quemada* se assemelha mais ao estilo telegráfico e direto do *hard-boiled* norte-americano, em *Blanco Nocturno* o delegado Croce, com suas divagações e maneira de investigar, se parece muitas vezes ao taciturno Sherlock Holmes, de Conan Doyle.

É possível dizer que as duas obras, por outro lado, também rompem com a divisão proposta por Piglia, não sendo possível simplesmente classificar cada uma delas como romance analítico ou de experiência *strictu sensu*. É justamente a complexidade das histórias, trazendo assim novas experiências para o romance policial, que nos chamam a atenção e que aqui gostaríamos de ressaltar.

Plata Quemada é a crônica novelada de um caso policial verídico que ocorreu em 1965 e que teve as cidades de Buenos Aires e Montevideo como palco. Em agosto daquele ano três homens, Marcelo “Nene” Brignone, Roberto “Gaucho” Dorda e Carlos “Cuervo” Mereles assaltaram no centro de Buenos Aires um carro forte blindado que transportava quase um milhão de dólares. Após realizarem o roubo, matando quase todos os seguranças, fogem em disparada pelas avenidas da capital. Continuando com a estratégia de fuga, vão para Montevideo com todo o dinheiro, sem reparti-lo com os contatos que lhes haviam arranjado o assalto. Entre os comparsas prejudicados, políticos locais e policiais corruptos. Na capital uruguaia são encontrados pela polícia local em um pequeno apartamento, onde resistem aquartelados ao acosso policial e o seu pesado armamento por mais de um dia. Em determinado momento, os assaltantes têm a ideia que dá título ao romance: queimar o dinheiro roubado.

⁴ Ricardo Piglia, *Crítica y Ficción* (Barcelona, Anagrama, 2001), 60.

⁵ Ricardo Piglia, *Blanco Nocturno* (Barcelona, Anagrama, 2010), 141.

Blanco Nocturno, por sua vez, é ambientada em 1972 em um povoado ao sul da província de Buenos Aires. Nesse ano chega à cidade Anthony “Tony” Durán, estrangeiro que imediatamente chama a atenção de todos os moradores. Sua nacionalidade (um porto-riquenho que ainda criança emigrou para os Estados Unidos), sua cor e sua relação sentimental com a Ada e Sofia Belladonna, irmãs e membros de uma das mais tradicionais famílias locais, logo se transformam no assunto do dia entre os habitantes do lugar. Em dado momento Tony é assassinado em seu hotel e caberá inicialmente ao delegado Croce, policial experiente e da “antiga geração”, lê-se, formado na época do peronismo, conduzir a investigação. No meio da história deste assassinato está Luca Belladonna, irmão de Ada e Sofia e proprietário de uma grande fábrica de carros experimentais localizada a 10 quilômetros do centro do povoado, nas colinas (*llanuras*) da região. Numa mistura de crise econômica e política, a venda da maioria das ações para uma sociedade anônima e a interferência de seu pai, a fábrica vai à ruína e é hipotecada. Para salvar o prédio e o terreno onde se encontra (que, com a especulação imobiliária passou a valer uma fortuna) Luca tem uma única opção: reclamar perante juízo a herança de sua mãe que havia sido trazida ilegalmente ao país justamente por Tony Durán. Para que tenha acesso ao dinheiro, retido como prova do crime, Luca indiretamente acaba sentenciando o *concierge* do hotel onde Tony se hospedara, o nikkei Yoshio Dazai. O problema é que fica claro que Dazai é inocente, mas contra si há vários depoimentos de hóspedes que alegam tê-lo visto na cena do crime.

Emilio Renzi, personagem alter-ego do autor, está presente nas duas histórias. Renzi é o personagem-espectador que observa o desenrolar das ações com maior ou menor interferência. Em *Plata Quemada*, Renzi é um estudante que trabalha como estagiário na seção de “Policiais” para o jornal *El Mundo*. É atrevido e questionador. Entre as muitas vozes e narrações que há no romance, ali está a dele, perguntando-se sobre a legalidade das medidas policiais na busca e no cerco aos assaltantes e levantando questões sobre a corrupção dentro da força policial. Já o Emilio Renzi de *Blanco Nocturno*, quase uma década depois dos acontecimentos de *Plata Quemada*, é outro. Se comparado ao “chico estudante” antes estagiário do jornal, o Renzi dos anos 1970, mais velho, acompanha de longe a ação no povoado e não parece ficar mais tão perplexo com respeito ao destino dos personagens após a morte de Durán.

Luca tardó un momento en entender, pero cuando entendió, pareció mareado y bajó la cabeza. (...) Había pensado que todo iba a ser un simple trámite y entendió inmediatamente que había caído en una trampa. Parecía sofocado. Cualquier decisión que tomara, estaba perdido. Tenía que aceptar que un inocente fuera a la cárcel si quería recibir el dinero, o tenía que decir la verdad y perder la fábrica. Se dio vuelta y miró a sus hermanas, como si ellas fueran las únicas que podían ayudarlo en esa situación. Y, luego, como perdido, miró a Renzi, *que desvió la mirada* (...).⁶ [grifos nossos]

Em termos políticos, as duas histórias se unem porque são palco da sombra do peronismo. Nesse sentido, entra aqui mais uma vez o crítico Piglia, para quem dois temas como ficção e política são indissociáveis: “La novela mantiene relaciones cifradas con las maquinaciones del poder, las reproduce, usa sus formas, construye su contrafigura utópica”.⁷

Em *Plata Quemada*, a primeira desqualificação que o delegado que lidera a busca pelos três delinquentes, o “Comisario Silva”, emprega para descrever os assaltantes é relacioná-los a simpatizantes de Perón e Evita. Nessa primeira linha de raciocínio de Silva, o assalto ao carro forte seria um ato terrorista a fim de financiar a volta do ex-presidente. Em um primeiro momento, Cuervo, Dorda e Nene são confundidos com membros da *Alianza Libertadora Nacionalista* e do

⁶ Ricardo Piglia, *Blanco Nocturno*, 278.

⁷ *Idem*, *Crítica y Ficción*, p.62.

Movimiento Nacional Justicialista, dois grupos peronistas e com passado de forte ação violenta: “‘Se terminó la delincuencia común’, decía Silva. ‘Los criminales ahora son ideológicos. Es la resaca que dejó el peronismo. Si cualquier chorruto que encontrás choreando grita ¡Viva Perón! o grita ¡Evita vive!, cuando lo vas a encanar. Son delincuentes sociales, son terroristas (...)’” (*Plata Quemada*, 47). Ironicamente, à medida que a história avança, o delegado Silva tenta relativizar ou retirar totalmente o “valor político” do assalto uma vez que inicia-se certa comoção pública, tanto argentina como uruguaia, a favor dos assaltantes. Depois de semanas da fuga da quadrilha de Buenos Aires e enquanto seu paradeiro em Montevideo ainda era confirmado, Silva começa a taxá-los de “homossexuais, pervertidos e drogados”, deixando de lado as menções ao suposto peronismo dos assaltantes. O político, a despeito das declarações do delegado, segue.

Já em *Blanco Nocturno*, cuja história se passa no ano de 1972, ou seja, durante o governo de Alejandro Agustín Lanusse, há o temor de um segundo período peronista, o que de fato aconteceria a partir do final de 1973. O delegado Croce, num passado imediato às ações do presente da fábula novelesca, esteve vinculado ao peronismo e essa associação decretou seu destino profissional posterior a 1955, ano da deposição de Perón. A consigna “Perón vuelve” é uma das que aparecem nos muros da fábrica de Luca Belladonna. Não obstante a iminência do ex-presidente, os ricos fazendeiros do lugar fazem questão de se mostrar (ou aparentar) inabaláveis perante uma possível mudança na política. Deixam com isso claro que os pampas são regidos por uma lógica e uma política local, *caudilla* em essência, tão antiga e já tradicional como muitos dos sobrenomes das famílias que comandam a cidade.

¿O no le había escuchado decir al presidente de la Sociedad Rural, anoche mismo, en el bar del hotel, que si venían otras elecciones no habría problema? *Subimos a los peones de las estancias a la camioneta y les decimos a quien tienen que votar.* Siempre había sido así.⁸, [grifos do autor]

Embora a narrativa das novelas não deixe claro, é preciso salientar que no período entre as duas histórias a Argentina foi presidida por três militares, Juan Carlos Onganía, Roberto Marcelo Levingston e Lanusse, de 1966 a 1973. O acosso aos direitos civis, a instabilidade econômica e a violência dos órgãos oficiais – características caras aos períodos ditatoriais, permeia, por outro lado, tanto *Plata Quemada* como *Blanco Nocturno*.

El decenio de los 1970 es una década de grandes crisis políticas [en la Argentina]. (...) Más aún, el fracaso de las guerrillas urbanas y el resurgimiento de las dictaduras militares en América Latina en el decenio de los setenta resquebrajan el optimismo y la visión utópica de un nuevo orden, y de un hombre y una mujer nuevos, que predominaban entre los intelectuales progresistas del decenio precedente. Fracasan los proyectos sociales y los sistemas de gobiernos populares y comienzan los episodios del crimen institucionalizado y sistemático de las corporaciones militares y paramilitares en el poder, que azotan al Cono Sur.⁹

Podemos imaginar que a maneira, muito mais comedida e distante, com que o personagem Emilio Renzi vê o desenlace da história de Tony Durán e da família Belladonna seja justamente um exemplo da desilusão de parte da intelectualidade latino-americana com projetos que prometiam grandes transformações sociais, como o soviético e cubano. No caso de Renzi, o “chico estudiante” deu lugar a um escritor sem romance, levando a vida a publicar crônicas em um

⁸ Ricardo Piglia, *Blanco Nocturno*, 95.

⁹ María Cristina Pons. *Memorias del olvido: la novela histórica de fines del siglo XX* (México, Siglo Veintiuno Editores, 1996), 20.

jornal da capital. Seu modo de observar os avanços da história passa a ser o daquele que sabe que nos pampas a política local permaneceria a mesma – a despeito do governo da capital.

Dois romances que vão além da clássica história policial

No primeiro e um dos mais conhecidos aforismos de seu ensaio “Tesis sobre el cuento”, Ricardo Piglia argumenta “ ‘Primera tesis: un cuento siempre cuenta dos historias’”. A aparente simplicidade da máxima acaba na verdade oferecendo um desafio ao leitor: ler e entender a história diante de si sem perder de vista a “segunda história”, aquela que estaria escondida, e que invariavelmente dá pistas das inclinações do autor.

El cuento clásico (Poe, Quiroga) narra en primer plano la historia 1 y construye en secreto la historia 2. El arte del cuentista consiste en saber cifrar la historia 2 en los intersticios de la historia 1. Un relato visible esconde un relato secreto, narrado de un modo elíptico y fragmentario. El efecto de sorpresa se produce cuando el final de la historia secreta aparece en la superficie.¹⁰

Se Piglia está argumentando que o conto máximo e perfeito é aquele que consegue desenvolver duas histórias, a aparente e a velada, podemos imaginar que o escritor tentaria o mesmo artifício em seus romances. Como exemplo, temos uma passagem de *Blanco Nocturno* que pode passar despistada para um leitor mais incauto. No início do sexto capítulo, o narrador – provavelmente a consciência do delegado Croce – rechaça a aparente calma e tranquilidade dos povoados do interior, que mais bem se pareceriam a uma Sicília latino-americana: “Se parecía a Sicilia porque todo se arreglaba en silencio, pueblos callados, caminos de tierra, capataces armados, gente peligrosa. Todo muy primitivo.” (*Blanco Nocturno*, 95). Croce então continua e lamenta-se que estivesse ficando sozinho e passa a mencionar amigos policiais dos velhos tempos:

Al comisario Lorenzi, su viejo amigo, lo habían pasado a retiro y vivía en el sur. Al loco del comisario Treviranus lo habían trasladado de la Capital a Las Flores y al poco tiempo lo habían cesanteado como si él hubiera sido el culpable de la muerte de ese imbécil pesquisa amateur que se dedicó a buscar solo al asesino de Yarmolinski. Después estaba el comisario Leoni, tan amargado como todos, en la comisaría de Tapalqué. (...) Gente de la vieja época, todos peronistas que habían andado metidos en líos (...). Treviranus, Leoni, Lorenzi, Croce, a veces se juntaban en La Plata para recordar los viejos tiempos. ¿Pero existían los viejos tiempos? De todos modos Croce no había perdido sus reflejos, ahora estaba seguro que andaba en el buen camino. *Iba a resolver otro caso al viejo estilo.*¹¹ [grifos nossos]

Os amigos de Croce, Treviranus, Leoni e Lorenzi nada mais são que personagens de outros romances e contos policiais escritos por argentinos. Treviranus é um dos policiais que investiga os crimes de “La muerte y la brújula”, famoso conto policial de Jorge Luís Borges. No já citado ensaio “Sobre el género policial”, Piglia qualifica o conto borgiano como o *Ulysses* do relato policial, tamanha sua admiração por um texto que é inegavelmente genial e transgressor dentro do gênero.¹² O delegado Leoni, por sua vez, é personagem do Adolfo Pérez Zelaschi, que publicou três livros policiais; o primeiro, de 1966, foi *El caso de la muerte que telefona*. Depois vieram *Divertimento para piano y revolver* (1981) e *Mis mejores cuentos policiales* (1989). Por fim, Lorenzi é o sobrenome do personagem comissário de Rodolfo Walsh, que escreveu seis contos policiais para a

¹⁰ Ricardo Piglia, *Formas Breves* (Buenos Aires, Editorial Anagrama, 1986), 36.

¹¹ Ricardo Piglia, *Blanco Nocturno*, 95-96.

¹² Ricardo Piglia, *Crítica y Ficción*, 61.

revista *Vea y Lea* entre 1956 e 1961 e que foram reunidos em livro apenas em 1992 com o título *La máquina del bien y del mal*. Junto com Croce, todos seus “amigos” são ligados ao peronismo e a uma tradição policial dos “velhos tempos”. Excêntricos e reflexivos, esses policiais estão perdendo espaço em uma corporação – e poderíamos estender, em uma Argentina – que não entende e por isso não aceita mais *gerdames* que não apelem para medidas imediatistas, paliativas e muitas vezes violentas para concluir (o que não quer dizer necessariamente desvendar) um caso. O otimismo de Croce, de que resolveria o crime, se confirma, mas a revelação do assassino fica em segundo plano e sua linha de raciocínio é deixada de lado quando Croce é afastado. A estratégia de Piglia, por outro lado, de trazer esses personagens à história e fazê-los cúmplices de Croce, revela minimamente uma admiração por Borges, Zelashi e Walsh e uma tentativa de colocar-se junto a eles dentro de uma tradição do gênero.

A “velha época” a que o narrador da passagem acima faz referência se refere ao período em que Juan Domingo Perón esteve no poder, ou seja, entre 1952 a 1955. A queda do presidente no final daquele ano significou também uma brusca mudança na personalidade de Croce, desde sempre um apoiador do peronismo.

Croce había nacido y se había criado en la zona, se había hecho policía en la época del primer peronismo, y desde entonces estaba en el cargo – salvo el interregno después de la revolución del general Valle en el 56. Los días previos al levantamiento había estado alzando las comisarías de la zona, pero cuando supo que la rebelión había fracasado anduvo como muerto por los campos hablando solo y sin dormir y cuando lo encontraron ya era otro. El comisario había encanecido de la noche a la mañana en 1956, al enterarse de que los militares habían fusilado a los obreros que se habían alzado para pedir el regreso de Perón.¹³

Com a passagem acima Piglia executa dois movimentos. Em primeiro lugar está fazendo referência ao massacre conhecido como “Fuzilamentos de José León Suárez”, ocorrido em 9 de junho de 1956 na grande Buenos Aires. No episódio, dos onze homens metralhados, cinco morreram na hora. Além disso, é uma oportunidade para que Piglia, assim como fizera mencionando o delegado Lorenzi como um dos amigos de Croce, renda homenagem a Rodolfo Walsh, que no ano seguinte à chacina, em 1957, publicou *Operación Masacre*, ficção periodista que reconta o episódio a partir do testemunho de dois sobreviventes do episódio.¹⁴

Como a trama de *Blanco Nocturno* se passa nos anos 1970, como seriam os policiais, detetives e delegados que estariam substituindo gente como Croce? A pergunta é aparentemente respondida com uma descrição dos delegados que aparece mais adiante na história:

“¿A quién no le gusta ser comisario?”, le [a Emilio Renzi] había dicho una noche el viejo Luna. “No seas ingenuo, nene. Ellos son los verdaderos tipos pesados. Tienen más de cuarenta años, ya han engordado, ya han visto todo, tienen varios muertos encima. Hombres muy vividos, con mucha autoridad, que pasan el tiempo entre malandras y punteros políticos, siempre de noche, en piringundines y bares, consiguiendo la droga que quieren y ganando plata fácil porque todos los adornan (...) Ellos son nuestros nuevos héroes, querido. (...)”¹⁵

Piglia decide começar *Plata Quemada* com uma das máximas mais celebres de Bertolt Brecht, o dramaturgo alemão: “¿Qué es robar un banco comparado con fundarlo?” Desde o início, *Plata Quemada* centrará sua história nos personagens delinquentes, Nene Brignone, El “Gaicho

¹³ Ricardo Piglia, *Blanco Nocturno*, 25-26.

¹⁴ Rodolfo Walsh, *Operación Masacre* (Madrid, 451 Editores, 2008), [Original de 1957].

¹⁵ Ricardo Piglia, *Blanco Nocturno*, 138-139

Rubio” Dorda y Cuervo Mereles e a menção à frase de Brecht já nos dá pistas de como os narradores se posicionarão para contar essa crônica real. Nessa lógica, os atos condenáveis e impensáveis como roubar um carro forte e depois queimar o dinheiro, respectivamente, talvez não sejam tão vis se comparados a uma sociedade corrupta, violenta e que valoriza o dinheiro mais que a vida de uma pessoa. Ao longo da história, fica claro que Nene, Dorda e Cuervo só tiveram acesso às informações sobre o carro forte graças ao vazamento de informações feito por policiais corruptos. Imediatamente à execução do roubo, os comparsas da quadrilha são torturados pela polícia até que soltem informações sobre o paradeiro dos ladrões. Além disso, a novela não relata nenhuma reação das testemunhas oculares e vizinhos do apartamento quando os policiais caem mortos na calçada metralhados por Nene, Dorda e Cuervo; no entanto, quando os três começam a queimar o dinheiro e lançar as notas em chamas, os mesmos enlouquecem e se revoltam como o que chamam “acto de canibalismo”¹⁶

Em *Plata Quemada*, Ricardo Piglia mantém o nome dos protagonistas, mas os rejuvenesce. Além disso, reorganiza suas funções no interior da história e a relação que detém. Entre Nene, Dorda e Cuervo uma característica deve ser destacada: todos usam uma quantidade abundante de droga. De fato, o relato começa com a aparição dos “gêmeos” (*los mellizos*) Nene e Dorda, melhores amigos, amantes e que funcionam muitas vezes como se fossem um só: “mientras el Nene es el cerebro, Dorda funciona como el cuerpo” (*Plata Quemada*, 18). Por sua parte, Cuervo Mereles, viciado no calmante Florinol, é o condutor do carro usado no assalto e na fuga, e completa o trio de assaltantes. Há ainda um quarto integrante, de sobrenome Malito, o cérebro e chefe da quadrilha. Nós leitores ficamos sem saber sobre seu paradeiro no momento que o trio cai na emboscada que é na verdade o pequeno apartamento que acham em Montevideo. Por estar fora da emboscada, Malito representa para o trio ao mesmo tempo a incerteza e um hás de esperança, pois será a figura em que os três depositarão a esperança de ser resgatados e de conseguirem fugir para o Brasil.

Os textos de Piglia, e isso está bem marcado em *Plata Quemada*, vinculam alguns mitos cruciais do século XX, tais como o dinheiro, a droga e a violência. Em efeito, esses mitos operam também na estrutura narrativa do texto do romance de 1997, com um narrador que tenta ao máximo, adotando uma descrição quase demencial, aproximar-se do ponto de vista dos pistoleiros.

Toda la guita del mundo. – Y tanteó la merca. Se ponían la coca en las encías, no podían aspirar a esa marcha, metían la mano como una garra en la bolsita que colgaba del asiento y sacaban la merca con dos dedos en gancho y se pasaban por las encías y después con la lengua. La plata es como la droga, lo fundamental es tenerla, saber que está, ir, tocarla, revisar el ropero, entre la ropa, la bolsa, ver que hay medio kilo, que hay cien mangos, quedarse tranquilo. Entonces recién se puede seguir viviendo.¹⁷

Equivoca-se, no entanto, o leitor que pensa que para Piglia o fenômeno do uso desenfreado de drogas está encerrado às grandes cidades, que seria um problema dos grandes centros urbanos, o que corresponderia dizer que os habitantes das zonas mais remotas estariam “protegidos” de seus males, uma vez que supostamente seria mais difícil adquiri-las. Yoshio Dazai, o *conciérge* do principal hotel do povoado de *Blanco Nocturno*, é viciado em ópio. Muitos dos gauchos e peões do campo, de acordo com a visão de Piglia, usam diferentes tipos de substâncias: remédios, maconha, cocaína e heroína, muitas vezes para conseguir aguentar as inúmeras horas de trabalho ou sua aridez ou para combater a fome.

Todos toman droga en estos pueblos de campo. (...). Es imposible sobrevivir de otro modo a esta intemperie, dijo el seminarista [Schultz, o secretário de Luca],

¹⁶ Ricardo Piglia, *Plata Quemada* (Barcelona; Buenos Aires, Debolsillo, 2013), [Primera edición de 1997].

¹⁷ Ricardo Piglia, *Plata Quemada*, 33.

según Luca, y añadió que lo sabía porque eran verdades aprendidas en la confesión, a la larga todos confesaban que en el campo no se podía vivir sin consumir alguna poción mágica: hongos, alcanfor destilado, rapé, cannabis, cocaína, mate curado con ginebra, yagué, jarabe con codeína, seconal, opio, té de ortigas, laúdano, éter, heroína, picadura de tabaco negro con rua, lo que se pudiera conseguir en las provincias.¹⁸

A imagem do *gaucho* é outro elo que une os dois romances. Em *Blanco Nocturno*, esses homens parecem cada vez mais perder seu lugar e sua fonte de trabalho perante a modernidade que pede passagem pelo campo. Homens cada vez mais distantes da realidade que vem das capitais, paulatinamente substituídos por máquinas que realizam uma atividade antes delegada a três ou quatro *paisanos*. São o relato de um duro processo de modernização muitas vezes forçado que limita ou retira o lugar e a razão de existência de certas profissões e atividades. Ada Belladonna sentencia: “Ya debía saber que los antropólogos, luego de largas investigaciones, destinadas a definir al gaucho de nuestro pampa, han decretado que no han podido identificar ningún rasgo particular salvo naturalmente el egoísmo y las enfermedades imaginarias.” (*Blanco Nocturno*, 206). Em chave semelhante, Dorda, “El Gaucho Rubio”, parece deslocado na sociedade argentina dos 1960. Filho abandonado, foi internado em instituições mentais, passou por experimentos dolorosos e traumáticos, que mais contribuíram para prejudicar seu comportamento psicótico:

Ya no le quedaba voz para rezar al Gaucho Dorda. Pobrecito, se iba a morir en la República Oriental del Uruguay. Así hablaba el finao su padre: conozco Entre Ríos y la República Oriental del Uruguay. (...) Era medio retrasao, dicen, pero no es cierto, le costaba hablar y estaba siempre peleando con esas mujeres que le decían cosas al oído. (*Plata Quemada*, 155-156)

Heróis improváveis

Na literatura policial tradicional supõem-se ou se imagina que o personagem principal será invariavelmente um detetive privado, um investigador ou um policial. Com *Plata Quemada* e *Blanco Nocturno*, Piglia retira o protagonismo desse personagem e o relega a outros agentes. Os heróis de *Plata Quemada* não são os policiais, nem tampouco o detetive Silva, o encarregado da operação que está em busca de Nene, Dorda e Cuervo. No romance o protagonismo é relegado aos assaltantes e a narração se centrará na decisão e loucura de enfrentar os policiais até as últimas consequências. Com isso, os três comparsas ao mesmo tempo conseguem desafiar a lógica e as leis do Estado, pois abandonam de imediato a rendição como opção: “deciden enfrentar lo imposible y resistir y eligen la muerte como destino” (*Plata Quemada*, 170). Desde muito cedo na narração fica claro que o trio não se entregará, numa mistura de crença na salvação por Malito e de resignação com a morte. No limite, o fracasso tem o sabor de triunfo, porque em sua queda esses heróis improváveis se negam à rendição.

E como é o personagem que se esperava protagonista nesta crônica policial? Atrás dos rastros da quadrilha está o delegado Silva, personagem símbolo da ilegalidade, da tortura e da covardia em um sistema que é no mínimo injusto. Ao longo da novela não há nenhum aspecto positivo a seu respeito. É frio, calculista, aproveitador. Durante as negociações de rendição com os assaltantes sempre aparece amuralhado em um canto, observando a ação e os policiais que pouco a pouco são abatidos por Cuervo, Dorda e Nene. Nunca participa diretamente das ações, somente nas decisões, e orienta sem vacilar, como em um jogo de xadrez, os policiais uruguaios.

¹⁸ Ricardo Piglia, *Blanco Nocturno*, 231.

Frío, un tipo profesional, inteligente, bien preparado, pero muy fanático, el comisario Silva. (...) Era un paranoico, no dormía nunca, tenía una serie de ideas extravagantes sobre el futuro político y el avance de los comunistas y de los grasas. Y bajaba la línea, todo el tiempo hacía discursos, explica. La policía brava de la provincia de Buenos Aires venía llevando una campaña de exterminio. Mataban a todo el que encontraban con armas y no querían presos.¹⁹

O delegado Silva sabe que o assalto somente foi possível graças a informações privilegiadas que os assaltantes conseguiram com policiais. Pode-se até argumentar que o empenho com que a polícia argentina caça os assaltantes deve-se ao fato de que Nene, Dorda e Cuervo decidiram fugir com a parte que cabia a estes policiais corruptos, roubando-lhes. A relação que Silva manterá com a imprensa, mimetizada na figura do jovem Emilio Renzi, é de distanciamento e desconfiança. De imediato Silva despreza a presença de Renzi e dos demais jornalistas que vem cobrir a ação. Renzi lança justamente as perguntas que estão no ar e que indicam a participação de policiais no roubo. “Silva conocía intuitivamente el modo de pensar de los que estaban en el departamento. Por supuesto estaba más cerca de ellos que de los periodistas maricones, hijitos de mamá, aspirantes a héroes, pedantes, malnacidos.”²⁰

Como antítese ao delegado Silva aparece o delegado Croce de *Blanco Nocturno*. Croce tem como seu ajudante Saldías, um policial que na verdade fora enviado pela capital para observar e fiscalizar seus métodos de investigação. No começo da história o sentimento que Saldías tem por Croce é de profundo respeito. “Saldías admiraba a Croce como si fuera el mayor pesquero de la historia argentina y recibía con seriedad todo lo que le decía el Comisario, que a veces, en tono de broma, lo llamaba directamente Watson.” (*Blanco Nocturno*, 35). Talvez como uma indicação de que sua novela não respeita e não segue mais o cânon da novela policial tradicional, este Watson argentino ao fim e ao cabo não duvidará em trair seu Sherlock, aliando-se àquele que quer ver-se livre de Croce, o fiscal Cueto. No final da história, o antes fiel Saldías substitui a Croce como delegado titular do município. Piglia assim parece sustentar que embora esteja correto em suas suposições sobre o caso e seja um policial idôneo, nessa Argentina dos anos 1970, mesmo em um povoado, não haveria mais lugar para um pensativo e incorruptível delegado como Croce.

En ese momento Cueto convenció a Saldías a que se declarara contra Croce. Lo intimidó, le hizo promesas, lo sobornó, nunca se supo. Pero Saldías dio testimonio y dijo que Croce tenía el dinero escondido en un placard (...). Saldías lo había traicionado, ésa era la verdad. (...) Saldías formaba parte de la nueva generación de criminalística, y si bien admiraba a Croce, sus métodos de investigación no le parecían apropiados ni “científicos” (...). No hay criterio apropiado en la investigación dijo Saldías, que seguramente buscaba ascender y para eso necesitaba que Croce pasara a retiro. Y eso fue lo que sucedió.

A intuição de Croce é substituída pelo cientificismo de Saldías. O respeito e amizade entre colegas de profissão (como visto entre Croce, Treviranus, Lorenzi e Leoni) aqui são facilmente esquecidos se se está em jogo uma promoção profissional. A lealdade cai.

Ao romper com a convenção máxima do descobrimento do assassino – em *Blanco Nocturno* sabemos que “El Chino Arce” matou Durán, mas não fica claro quem foi o mandante do crime – o mais provável seja Cueto, para terminar com a contenda da fábrica? –, voltamos à ambiguidade do título da obra (branco [dia] *versus* escuro [noite/noturno]). Para Adriana Rodríguez Pérsico, o aparente paroxismo do título chama a atenção para as várias ambiguidades que a história

¹⁹ Ricardo Piglia, *Plata Quemada*, 47.

²⁰ *Ibid*, 135.

apresenta: imigrantes fora de “seu lugar”, um investigador, Croce, “arcaico” e “un poco rayado” (que dá inúmeras voltas em um mesmo assunto), com seus métodos que valorizam a intuição em detrimento do “científico” e uma fábrica que se impõe como símbolo da modernização “Una vez más, Piglia usa el género para hablar de otra cosa: de la aventura, de algunos mitos, de héroes muy peculiares, de la obsesión por las ideas, de la historia nacional”.²¹

O delegado Croce guarda profundas diferenças com o delegado Silva, de *Plata Quemada*. Enquanto que no final do romance de 1997 um orgulhoso Silva sustenta ter sido o último a golpear um quase morto Dorda (“Y sobre las cabezas de la muchedumbre, mostró en el aire caliginoso de la tarde el puño derecho, tinto en sangre” *Plata Quemada*, 164), o delegado Croce reluta até quando pode a ver o corpo de Tony Durán, morto por uma punhalada (“Saldías se dio cuenta de que Croce no quería subir a ver el cadáver. No le gustaba el aspecto de los muertos, esa extraña expresión de sorpresa y de horror. (...) Su ilusión era resolver el crimen sin tener que revisar el cuerpo del delito. Cadáveres sobran, hay muertos por todos los lados, decía.”²² [grifos nossos]). Essa relação que se quer distante com a morte e os cadáveres aparece não apenas quando Croce deve investigar a cena do crime, mas também no momento de velar a Luca Belladonna, a quem estimava “como um filho”. Em *Blanco Nocturno*, a relação com a morte, tão frugal e corriqueira nas narrativas do *hard-boiled*, é mantida distante e indesejada: “Croce asistió a la ceremonia desde el auto, sin bajarse o hacerse ver, aunque nadie ignoraba que estaba ahí. Fumaba, nervioso, el pelo encanecido, los rastros de la ‘sospecha de demencia’ ardían en sus ojos claros. Todos fueron abandonando el cementerio y al final Croce se quedó solo (...)”²³

Nos dois romances a violência se manifesta em diferentes chaves. Em *Plata Quemada*, a hostilidade é física, sangrenta e muito recorrente “Porque los que mueren heridos por las balas no mueren limpiamente como en las películas de guerra (...); no, los que mueren en un tiroteo son desgarrados por los tiros y trozos de sus cuerpos quedan desparramados en el piso, como restos de un animal salido del matadero” (*Plata Quemada*, 113). Por seu turno, os assassinatos de *Blanco Nocturno* não são sangrentos como as mortes de *Plata Quemada*. Tony Durán recebe uma facada certa; Anselmo “El Chino” Arce, o jóquei, e Luca Belladonna, o industrial, se suicidam. Poderíamos assim argumentar que a grande violência de *Blanco Nocturno* é a emboscada na forma de intriga construída pelo fiscal Cueto, o pai de Luca – patriarca dos Belladonna e a sociedade anônima que detém os interesses da hipoteca da fábrica. Juntos, conseguem indiretamente acabar com as vidas de grande parte daqueles de alguma forma envolvidos com o Crime: Yoshio Dazai, erroneamente acusado pelo crime; o próprio delegado Croce, que perde seu posto e o pouco que restava de sua reputação diante dos habitantes do povoado; e, finalmente, o próprio Luca Belladonna, que não suporta as duras consequências depois de seu fatídico “*De acuerdo*” no tribunal: para conseguir o que tanto desejava – salvar sua fábrica da hipoteca, teve que agir assim como seu finado irmão Lucio fizera – trair uma causa.

Estrangeiros em terra de estrangeiros

Quando se encontrou com o “Viejo” patriarca Belladonna, Tony Durán escutou a seguinte frase: “Hace algunos años todavía quedaban negros en los montes, pero se fueron muriendo y ya no hay más. Me han dicho que hay muchos modos de diferenciar el color de la piel en el Caribe, pero aquí a los mulatos los llamamos zambos. Me entiende, joven” (*Blanco Nocturno*, 38). Junto com esta palavra, *zambo*, segue uma das quarenta e duas notas de rodapé existentes no romance esclarecendo como a designação se referia ao ponto mais baixo da escala social na região do Rio de la Plata. A chegada de Tony no povoado causa uma imediata excitação entre os moradores. Tudo

²¹ Adriana Rodríguez Pérsico, “Las huellas del género. Sobre *Blanco nocturno*, de Ricardo Piglia”, *Revista Casa de las Américas*, no. 265, octubre-diciembre (2011): 97 (97-105).

²² Ricardo Piglia, *Blanco Nocturno*, 58.

²³ *Ibid*, 293-294.

o que o envolve representa novidade e diferença: seu movo de falar e agir, suas roupas, seu ar *dandy* despreocupado. A excitaao não acompanhara o acolhimento desse novo morador. Por sua cor de pele, Tony não pode entrar sozinho no Club Social da cidade, apenas acompanhado por um de seus membros.  destratado pelo patriarca Belladona, que deixa claro desaprovar qualquer relaao que o norte-americano possa ter com suas filhas. O contato dos dois , e deve ser, apenas profissional.

Em uma das passagens mais duras de *Blanco Nocturno*, Yoshio Dazai sentencia: “Usted me va a condenar por eso, por ser el ms extranjero de todos los extranjeros en este pueblo de extranjeros.”²⁴ Realmente, Dazai acaba condenado embora exista a seu favor uma confissão escrita do verdadeira assassino de Tony Duran, “El Chino” Arce. Contra Dazai está o preconceito de ser uma minoria em uma nao formada por povos estrangeiros, mas que assimilava apenas algumas nacionalidades, em detrimento de outras. Além da ascendência, “pesa” contra Dazai sua homossexualidade, tmbm refutada e alvo de escárnio entre os moradores do povoado. Aqui lembramos como a relaao amorosa entre os “gêmeos” Nene e Dorda de *Plata Quemada* tmbm  usada pelo delegado Silva como um sinal de sua “marginalidade”.

O tema da alteridade, da compreensão do diferente, permanece assim uma das questes centrais de *Blanco Nocturno*. Desde o início, esses outros, Yoshio, Tony e, em menor medida, a própria presença de Renzi, vindo da capital, so um problema pois desestabilizam o jogo de poder e a dinmica dada dessa sociedade interiorana.

Desde el inicio del relato los otros se vuelven un problema, que desencadena na narración que leemos. Está la otredad de los habitantes de un pueblo del interior profundo de la provincial de Buenos Aires, en el corazón de la pampa argentina, donde se mixturan diversas culturas de inmigración europea y cultura criollas, de genealogías gauchescas. Y en contraste con esa vida pueblerina, pero que la define, están las vidas provenientes de los diversos “afueras” - de la Capital argentina, de las esferas nacionales, del extranjero – que entran en proceso de contacto, Amistad, enemistad, diálogo y confrontación con los habitantes de ese “pueblo de campo”.²⁵

A loucura, outra manifestao ou teste para a alteridade, da mesma forma que em seu conto “La loca y el relato del crimen”²⁶, aparece como um elemento positivo a unir as duas histórias. Em *Blanco Nocturno*, o louco  aquele que, contra a corrente, revela a verdade, porque está mais do que ninguém interessado na justiça para todos. O centro manicomial  utilizado como recanto para o raciocínio e para o recolhimento, quando se faz necessário uma fuga para *melhor pensar*. Loucos tmbm so aqueles que o poder procura silenciar ou calar a todo momento histórico, o que de fato acaba se confirmando no caso de Croce.

Parecía abatido. (...). Croce tenía una capacidad extraordinaria para captar el sentido de los acontecimientos y tmbn para anticipar sus consecuencias, pero no podía hacer nada para evitarlos y cuando lo intentaba lo acechaba la locura. (...) - Por eso no sirvo para comisario – dijo al rato –, trabajo a partir de los hechos consumados y luego imagino sus consecuencias, pero no puedo evitarlas. Lo que sigue a los crímenes son nuevos crímenes.²⁷

²⁴ *Ibid*, 79.

²⁵ Jorge Bracamonte, “Blanco Nocturno de Ricardo Piglia: otredades, experimentación y relato” *Revista Landa* [vol.] 2, 2 (2014): 57 (45-67).

²⁶ Ricardo Piglia, “La loca y el relato del crimen” *Prisión perpetua* (Barcelona; Buenos Aires, Debolsillo, 2013), pp.115-124.

²⁷ Ricardo Piglia, *Blanco Nocturno*, 282-283.

A “loucura” de Dorda, o “Gaicho Rubio” de *Plata Quemada*, ganha contexto com as reminiscências finais do personagem, já completamente liquidado no apartamento de Montevideo:

Ahí se lo llevaron al frenopático y lo mataron a golpes y a inyecciones para dormir caballos, unas pichicatas que le daban y lo dejaban como muerto en vida, le hacían doler todos los huesos y estaba todo el día tirado en la cama, asesino de mujeres indefensas, ahogado en el chaleco de fuerza, en una pieza con otros locos que hablaban de la guerra y de la lotería y él se quedaba quieto pensando y escuchando voces.²⁸

Por mais duro que pareça, e isso destaca o próprio Piglia, pessoas como Dazai, Durán e Dorda já nasciam condenados em uma Argentina que não abre espaço, ao invés disso, julga de antemão, aqueles que eram diferentes. Durán é negro; Dazai, nikkei e homossexual; Dorda, um *gaicho* perdido no tempo e na cidade, também homossexual, e que passou por “tratamentos” que somente fizeram aumentar seus demônios interiores. Piglia assim mostra – e denuncia – que o mais comum a acontecer com o diferente é a condenação, a retirada de cena, o esquecimento e até mesmo a morte.

Ao longo deste trabalho tentamos chamar a atenção tanto para as características das duas novelas que permitem situá-las dentro do romance policial, como aquelas que permitem alçá-las para além dos limites do gênero. Com os dois romances, Piglia deslocou o protagonismo “esperado” no romance policial, apresentou uma visão crítica de delegados corruptos e violentos, fez por diversas vezes menções ao peronismo e como eram tratados seus apoiadores após a queda do regime e, principalmente com *Blanco Nocturno*, como o diferente quase não encontra espaço em uma país ironicamente marcado pelo estrangeirismo. Em *Plata Quemada* os heróis são os assaltantes, não os investigadores, que no clímax da história põem fogo ao bem pelo qual haviam arriscado sua vida e assassinado várias pessoas. *Blanco Nocturno*, por seu turno, nem sequer oferece o autor intelectual do assassinato porque a circunstância e o delito deixam de ser o tema principal da novela à medida que a narrativa passa a explorar o drama familiar dos Belladona. O sonho industrial dos irmãos Lucio e Luca, culminando com o projeto demencial de Luca resulta ser tão isolado da realidade da mesma forma que sua fábrica está isolada do povoado e de todos.

Se o maior delírio de *Plata Quemada* é o ato de queimar dinheiro, que, quando convertido em cinzas, transforma-se em “una pila funeraria de los valores de la sociedad” (*Plata Quemada*, 132), uma dimensão utópica impregna a trama de *Blanco Nocturno*. A utopia se vê representada de muitas formas (o assassinato por encomenda para comprar o cavalo de seus sonhos, o sonho de viver como igual em uma terra cheia de preconceitos, resolver um assassinato cuja resolução não interessa a ninguém), mas o afã de Luca Belladona de salvar a fábrica, entre estes desejos inatingíveis, é o que escolhe Piglia para melhor representar uma história cheia de contradições e anacronismos. Isso acontece porque, como mencionou Sofía Belladona a Renzi: “El único que se mantuvo ajeno y no aceptó ningún legado y se hizo solo fue mi hermano Luca... Porque no hay nada que heredar, salvo la muerte y la tierra.”²⁹ Exatamente por isso, o “*De acuerdo*” de Luca no final do relato é tão forte e avassalador, porque com isso Luca trai ao mesmo tempo uma ideia, seus valores e a si mesmo, tudo em nome de uma honra última de salvar a fábrica a qualquer custo.

²⁸ Ricardo Piglia, *Plata Quemada*, 161.

²⁹ *Ibid*, 75.



PESQUISAS - RESEARCHES

Filosofia, religião e oriente: o caso Nietzsche

Derley Menezes Alves

Professor no Instituto Federal de Sergipe - Doutorando em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba
derley@gmail.com

Recebido em 29/04/2016. Aprovado em 11/11/2016.

Como citar este artigo: Alves, Derley Menezes. "Filosofia, religião e oriente: o caso Nietzsche". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 3, n 1 [4], p. 130-143. 2017. ISSN 2447-9020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: O objetivo do presente trabalho é apresentar o problema do budismo no pensamento de Nietzsche. Para fazer isso é preciso em primeiro lugar refletir acerca do estatuto da filosofia da religião dentro do campo das ciências das religiões a partir da descoberta das religiões do extremo oriente feita pelos orientalistas. Em seguida é preciso analisar a recepção e impacto das pesquisas sobre religiões orientais no pensamento de um dos grandes mestres de Nietzsche, Schopenhauer. Por fim falaremos das possibilidades interpretativas no que diz respeito ao budismo na obra deste autor.

Palavras-chave: Nietzsche, budismo, ciências das religiões, relações oriente e ocidente.

Philosophy, religion and the East: the case of Nietzsche.

Abstract: This work intends to discuss the relation between east and west considering how researches about the east, especially those of the nineteenth century, were read and interpreted by philosophers. We focus our analysis in Nietzsche and the Buddhism as representatives of the West and the East. This is a first step into a more detailed reading of such themes.

Keywords: Nietzsche, Buddhism, Sciences of Religions, relations between the West and the East.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão acerca das interações entre ocidente e oriente. Do lado do ocidente tomamos como referência para tal análise a filosofia de Nietzsche e do lado do oriente tomamos como referência o budismo, tradição acerca da qual esse filósofo manifestou interesse ao longo de toda sua vida. Dividimos nossa análise em três momentos distintos, a saber, considerações acerca da filosofia da religião enquanto componente do campo das ciências das religiões; um panorama histórico breve acerca de interações entre filosofia e religião na tradição filosófica; o contato de Schopenhauer com o budismo e por fim o contato de Nietzsche com essa mesma tradição.

A pergunta acerca da relação entre a filosofia de Nietzsche e o budismo é filosófica? É possível para a filosofia lidar com tradições orientais, dadas as diferenças entre estas e a tradição filosófica? Seria tal investigação exclusiva das ciências das religiões, a despeito de haver um filósofo envolvido na formulação do problema? Tais perguntas nos levam a refletir acerca das relações entre filosofia – como filosofia da religião – e o campo das ciências das religiões.

De um lado temos no Brasil uma coletânea de artigos organizada por Frank Usarski intitulada *O Espectro Disciplinar das Ciências das Religiões*,¹ na qual não consta filosofia da religião enquanto um componente do espectro disciplinar para a área das ciências das religiões, nem mesmo na primeira parte da obra, dedicada às subdisciplinas clássicas da ciência da religião. Nem mesmo a fenomenologia da religião foi incluída nesta obra, disciplina que, embora oriunda da tradição filosófica apresenta quanto aos estudos das religiões desenvolvimentos próprios e distintos do modo filosófico de fazer fenomenologia.

Temos ainda o livro *As Ciências das Religiões*,² de Giovanni Filoramo e Carlo Prandi que, embora não lidem com a filosofia da religião diretamente apresentam um capítulo dedicado à fenomenologia da religião e por fim o único livro que podemos apontar até o presente momento que apresenta um capítulo acerca da filosofia da religião. Trata-se da obra *Introdução à Ciência da Religião*³ de Klaus Hock. Esse silêncio nos causa estranheza pois entendemos que filosofia da religião tem legitimidade para figurar como subárea das ciências das religiões. Passemos agora a algumas considerações acerca da história da filosofia em suas relações com a religião com o objetivo de deixar clara a constância do diálogo entre filosofia e religião ao longo da história daquela. Com isso queremos superar possíveis estranhamentos ao se falar de diálogos entre filosofia e religiões orientais.

Em primeiro lugar, a filosofia nasce como contraponto à tradição religiosa grega, oferecendo soluções diversas para os mesmos problemas tratados na tradição mitológica deste povo, a saber, problemas relativos a origem do cosmo. Algumas destas soluções são marcadamente naturalistas, como por exemplo as oferecidas pelos pensadores de Mileto. Tales, considerado pela tradição o primeiro filósofo, nos diz que todas as coisas são originadas a partir de transformações do elemento água. Outros pensadores como Anaxágoras vão mencionar a existência de uma mente ou *nous* como princípio ordenador.

Ainda na tradição grega temos pensadores como Platão, que defende claramente ter sido o mundo criado por um Demiurgo ao mesmo tempo que tece críticas ao modo popular de se conceber os deuses, tido por ele como prejudicial para a felicidade na cidade ideal. Tampouco vemos Aristóteles defender alguma forma de ateísmo, ao contrário, o conhecimento supremo é chamado por este autor de teologia ou ontologia. Mesmo o epicurismo, apesar de ser uma filosofia materialista, não é necessariamente ateu, não nega que há deuses, apenas afirma que tais deuses nada têm a ver conosco e vivem vidas bem-aventuradas alheias ao mundo humano.

¹ Frank Usarski (org.) *O Espectro Disciplinar da Ciência da Religião* (São Paulo: Paulinas, 2007).

² Giovanni Filoramo e Carlo Prandi. *As Ciências das Religiões*, trad., ed. José Maria de Almeida (São Paulo: Paulus, 1999).

³ Klaus Hock, *Introdução à Ciência da Religião*, trad., ed. Monika Ottermann. (São Paulo: Edições Loyola, 2010).

Em segundo lugar temos, com a ascensão do cristianismo, a aliança entre filosofia e teologia, que atravessará todo período medieval, de modo que religião era o solo dado a partir do qual se refletia. Renascimento e modernidade nos apresentam a evolução de uma postura mais crítica em relação à religião – neste caso o cristianismo – apesar de poucos autores abertamente ateus. Temos na modernidade Descartes considerando a prova da existência e bondade de Deus como peça fundamental para a fundamentação do conhecimento, bem como David Hume criticando o cristianismo de modo mais elaborado, a partir daquilo que a nova ciência oferecia em termos de conhecimento e métodos de investigação. Lembremos aqui os *Diálogos sobre a Religião Natural*, obra dedicada a criticar o argumento do desígnio.⁴ Este livro, apesar de todo cuidado do autor, ao fazer o crítico do argumento do desígnio “perder” o debate na forma do texto, apesar da força de seus argumentos, só veio a público após a morte de Hume, pois o mesmo receava possíveis perseguições.

De acordo com Klaus Hock, apesar de todo este diálogo com tradições religiosas ao longo de sua história, é com Kant que filosofia da religião entra na lista de disciplinas filosóficas. Diz-nos este autor que o texto kantiano que inaugura essa disciplina é *A Religião nos Limites da Simples Razão*. O específico da abordagem kantiana é que

Kant atribuiu à Filosofia da Religião a tarefa de criar, com a ajuda de uma religião fundamentada na razão, o fundamento da moral na qual se baseia toda a sociedade. No entanto, quanto mais se mostraram as consequências destrutivas da razão, tanto mais questionável tornou-se a absolutização da razão, como ela foi realizada no iluminismo.⁵

Na obra de Hegel também temos uma filosofia da religião. Hegel parte de Deus como fundamento da religião, o que já compromete seu pensamento com a teologia. Dentro de seu esquema interpretativo temos três grandes momentos da religião, a saber, religião da natureza, religião da arte e religião revelada. No primeiro caso os objetos imediatos são sacralizados, no segundo caso as obras de arte e no terceiro e mais elevado o espírito entra em contato consigo mesmo, é quando temos a ideia do Deus encarnado. Importante notar que o cristianismo é fundamental à obra de Hegel porque possibilita sua filosofia da história, na qual o autor nos apresenta o caminho da consciência rumo ao Espírito Absoluto. Trata-se do mesmo percurso, seja na história da Razão, seja na da Religião. Em resumo, a filosofia da religião se Hegel se vincula fortemente à teologia cristã, como de modo geral é o caso na história da filosofia, em que pese contatos ocasionais com sistemas religiosos diferentes do cristianismo. A partir da consolidação do cristianismo temos ou uma filosofia cristã ou uma filosofia que se posiciona contra ou de modo crítico ao cristianismo. De qualquer modo a referência principal sempre será a tradição cristã.

A partir de fins do XVIII e inícios do XIX adentramos o romantismo, movimento marcado entre outras coisas por uma desconfiança com a razão e uma valorização dos sentimentos e do que não é razão no homem. Neste contexto temos a ascensão de estudos sobre o oriente, movidos pelas descobertas do colonialismo e por uma busca romântica acerca das origens da religião cristã e da religião primordial da humanidade. As pesquisas neste campo tornam possível, pela primeira vez que filósofos lidem com a religião fora do âmbito da cultura grega clássica (uma religião morta) e do campo do cristianismo e das tradições monoteístas do judaísmo e do islamismo tendo como base estudos e textos traduzidos a partir das línguas orientais. Não se fala mais de uma única religião, mas de religiões, defende-se uma unidade original das mesmas ou não. Além disso, temos a teoria da evolução, que fornece uma explicação completamente natural para a

⁴ Trata-se de um argumento que pretende provar a existência de Deus considerando que há na natureza sinais evidentes de uma inteligência que deliberadamente fez as coisas do modo como são. Uma analogia comum nesse caso é comparar o mundo a um objeto fabricado por humanos encontrado ao acaso e que nos leva a pensar na inteligência que projetou tal artefato.

⁵ Klaus Hock, *Introdução à Ciência da Religião*, 199.

origem do ser humano, tornando pela primeira vez o ateísmo capaz de oferecer uma resposta possível para a questão da origem do ser humano sem depender de nenhuma crença religiosa. Esses dois eventos, cada um a seu modo acabam enfraquecendo o poder do cristianismo de fornecer as únicas respostas verdadeiras para as questões humanas e naturais.

Embora existam vários pesquisadores do oriente ao longo de fins do século XVIII e todo o XIX, gostaríamos de centrar nossa reflexão em dois filósofos que receberam tais pesquisas e se apropriaram delas cada um a seu modo, a saber, Schopenhauer e Nietzsche. Nosso objetivo aqui é apresentar um caminho para análise da relação entre este último e o budismo, mas para isso é preciso mencionar o caso de Schopenhauer. As questões que entendemos relevantes nesse caso são: quais as fontes lidas por esses pensadores e em que medida tais fontes exerceram sobre eles alguma influência.

Quanto a Schopenhauer percebemos duas questões no que diz respeito ao pensamento indiano, a saber, o primeiro contato deste autor com esta tradição, que se deu a partir principalmente daquilo que chamamos hoje de hinduísmo e o posterior contato deste com o budismo. Vinculada a essas questões temos a pergunta acerca da possível influência tanto do hinduísmo quanto do budismo no desenvolvimento da filosofia desse autor, ou seja, de que modo e em que medida Schopenhauer apropria-se do saber acerca da Índia disponível em seu tempo.

A primeira referência ao oriente na obra de Schopenhauer se mostra como uma pergunta a partir do curso de inverno (1810-1811) de psicologia ministrado por Gottlob Ernst Schulze *Mas os hindus?* É a nota disponível seguindo a pesquisa de mestrado feita por Fábio Luiz de Almeida Mesquita.⁶ No verão do ano seguinte ele frequenta um curso de etnologia ministrado por Arnold Heeren. Este curso não deixou algumas anotações de aula e o conhecimento da existência dos *Asiatic Researches*, textos que serão lidos alguns anos depois (1815-16) bem como as primeiras referências de Schopenhauer acerca da religião indiana, especificamente dos Vedas. Ressalteemos que se tratam de referências coletadas, não de uma leitura e interpretação realizada por este autor.

O interesse de Schopenhauer cresce a ponto de ele pegar emprestado na biblioteca de Weimar os dois volumes das *Asiatisches Magazin* e a tradução de Anquetil-Duperron dos Upanishades chamada de *Oupnek'hat*. Com essa obra chegamos em uma fonte que comprovadamente influenciou Schopenhauer na elaboração de sua filosofia. Podemos citar a utilização da figura do véu de Maya ou véu da ilusão como uma das influências mais fortes resultantes da leitura deste livro. Além dela temos também a expressão *tat tvam asi*, tu és isto, que em sua obra aparece como o reconhecimento que conduz a compaixão para com os seres, pois percebe-se que todos são o mesmo em essência, no caso de Schopenhauer, vontade. Podemos citar ainda a figura da trimurti, a trindade divina do hinduísmo, composta pelos deuses Brahma, Vishnu e Shiva, que em sua obra vai representar a discórdia da Vontade consigo mesma, posto que ela cria, mantém e destrói, respectivamente como cada um dos deuses é compreendido.

Passemos agora ao problema do budismo na obra de Schopenhauer. Primeiro é preciso mencionar a evolução da compreensão quanto a figura do Buda, em seguida investigar o modo como este autor se apropria criativamente de conceitos budistas em sua filosofia como as quatro nobres verdades, samsara e nirvana. Disto podemos concluir que a leitura de Schopenhauer é seletiva, posto que ele busca no oriente o que entende semelhante a sua filosofia.

No que diz respeito aos primeiros contatos de Schopenhauer com o budismo seguimos os dados apresentados por Deyve Redyson.⁷ Segundo esse pesquisador percebemos uma evolução na compreensão de Schopenhauer acerca do Buda, inicialmente localizado ainda dentro das tradições

⁶ Fábio Luiz de Almeida Mesquita, “Schopenhauer e o Oriente” (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2007).

⁷ Deyve Redyson, *Schopenhauer e o Budismo: a impermanência, a insatisfatoriedade e a insubstancialidade* (João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2012).

da Índia: “Nós podemos fixar o tempo de Buda ou a nona grande encarnação de Vishnu”. Em seguida, após a leitura do artigo *On the chronology of the Hindus* Schopenhauer verificou que a palavra *Fo* seria a grafia chinesa para Buda. Na terceira nota, após entender que Shankara é um comentador do vedanta e citar Patanjali, Schopenhauer acredita que o pensamento de Gautama é uma escola filosófica além dos Vedas.⁸ A quarta nota, por fim menciona as diferenças entre as concepções de transmigração do vedanta e do budismo. O artigo *On the religion and Manners of the people of Ceylon* apresenta a Schopenhauer as várias escolas budistas, o que o faz perceber a necessidade de conhecer a doutrina do Buda em mais detalhe para que possa avaliar toda essa diversidade. Infelizmente ainda não havia material suficiente em sua época para tal empreitada.

Quanto a temas budistas que ecoam na obra schopenhaueriana cabe a pergunta: o impacto destes foi semelhante ao do *Oupnek'hat*? Schopenhauer foi também influenciado por conceitos budistas na elaboração de sua filosofia ou tal contato se deu a posteriori? Sabemos que ele menciona as quatro nobres verdades e os conceitos de samsara e nirvana. Qual o sentido de tais conceitos em sua obra? Considerando que a maioria das referências ao budismo se encontram no segundo volume d’o *Mundo como Vontade e como Representação* e nos dois volumes dos *Parerga e Paralipomena*, entendemos que se buscarmos uma possível influência de conceitos budistas na elaboração da filosofia de Schopenhauer teremos uma resposta negativa.⁹ As leituras mais próximas acerca do hinduísmo parecem ter sido mais importantes quanto a este ponto. Isso não quer dizer que este autor não tenha se interessado pelo budismo. As obras citadas acima apresentam muitas reflexões que não deixam dúvidas quanto ao conhecimento de Schopenhauer das pesquisas mais recentes acerca do assunto. Nesse sentido, é possível estabelecer comparações onde o próprio autor enxergou semelhanças e nesse processo entender como sua compreensão do budismo foi evoluindo moldada por suas leituras. Dado o caráter do presente texto, tais análises não cabem aqui. Passemos ao nosso tema principal, a saber, Nietzsche e sua relação com o budismo.

Temos neste cenário posturas diversas acerca do conhecimento que Nietzsche teria ou não acerca do oriente e do budismo. De um lado há os que defendem o Nietzsche profundo conhecedor do oriente, que teria aprendido sânscrito em Leipzig e que por conta de tais conhecimentos teria sido profundamente influenciado pelo budismo no desenvolvimento de sua filosofia. Como exemplo cito aproximações feitas entre temas nietzschanianos e temas budistas: eterno retorno e samsara, Zaratustra e bodhisatva, transvaloração dos valores e nibbana.¹⁰ Uma segunda leitura entende que não há grande influência de tradições asiáticas em Nietzsche. Isto se evidenciaria pela raridade de referências ao longo da obra a ideias orientais e pelo fato de que quando tais referências ocorrem de modo geral são exemplos e não o foco central da reflexão.¹¹

Uma vez que não temos trabalhos sobre a relação entre Nietzsche e o budismo no Brasil que refaçam este trajeto até o cânone páli (pelo que apuramos até o presente momento as pesquisas sobre o tema geralmente lidam com a relação entre Nietzsche e a tradição mahayana, que ao que tudo indica ou não foi lida por ele ou o foi muito pouco), e uma vez que a grande maioria do material com o qual Nietzsche teve contato tem os textos dessa tradição como referência, é preciso, para entender a relação efetiva deste autor com o budismo, que se considere, principalmente, essa tradição. Entendemos que é fundamental para qualquer pesquisa envolvendo budismo a delimitação clara de que tradição budista está sendo levada em consideração, uma vez que são vários e diversos os budismos, de modo que tal delimitação ajuda a trilhar caminhos e tem

⁸ Deyve Redysson, *Schopenhauer e o Budismo: a impermanência, a insatisfatoriedade e a insubstancialidade*, 144.

⁹ Tanto Redyson quanto o monge budista Nanajivako Bhikkhu estabelecem diálogos e comparações bastante frutíferos acerca do tema. Preferimos não entrar neste ponto para não prolongar o texto e porque nosso objetivo aqui é investigar acerca de primeiros contatos e possíveis influências na formulação dos projetos filosóficos. No caso de Schopenhauer isto é mais evidente pela via do hinduísmo, as referências ao budismo sendo posteriores.

¹⁰ Tese defendida por Guy Welborn no livro *The Buddhist Nirvana and Its Westerners Interpreters*, conforme explicada no artigo de Benjamin A. Elman, “Nietzsche and Buddhism”, *Journal of the History of Ideas*, [Vol.] 44, 4 (1983): 671-686.

¹¹ O artigo de Mervyn Sprung analisado adiante apresenta uma variação dessa ideia.

implicações no tipo de resultado a se alcançar. E, uma vez delimitada uma tradição budista com a qual Nietzsche teve um contato maior é preciso investigar principalmente o que ele teria lido acerca do assunto, posto que não havia tradução de todo cânone páli para línguas ocidentais com a qual ele pudesse ter tido contato.

Ao mesmo tempo que temos em Nietzsche um crítico das religiões em geral, como pode ser comprovado por livros como *Humano, Demasiado Humano* e *Além do Bem e do Mal*, não sendo o budismo exceção, temos na obra deste filósofo diversas passagens elogiosas ou que no mínimo assumem uma característica problemática do budismo ou do pensamento indiano de modo que este não poderia ser analisado do mesmo modo que o cristianismo, como por exemplo o final do capítulo acerca da natureza religiosa no *Humano, Demasiado Humano*, no qual lemos:

[...] não considere os santos hindus, que se acham num nível intermediário entre o santo cristão e o filósofo grego, e portanto não representam um tipo puro: o conhecimento, a ciência – na medida em que existia –, a elevação acima dos demais homens pela disciplina e educação lógica do pensamentos, eram exigidos como sinal de santidade entre os budistas, enquanto os mesmos atributos, no mundo cristão, são rejeitados e denegridos como sinal de impiedade.¹²

Em *Aurora* temos no aforismo 96 um elogio do fenômeno histórico representado pelo budismo. Segundo Nietzsche, o Buddha teria dado um passo decisivo ao criar uma “religião da autorredenção”, livre da submissão a uma casta ou igreja. *A Gaia Ciência* já no prólogo nos apresenta uma importante passagem na qual se fala da *retirada para o Nada oriental – denominado Nirvana*. Apesar de identificar Nada e Nirvana, há a sugestão de que tal mergulho pode nos tornar questionadores mais perspicazes e profundos.

Por vezes, temos passagens menos elogiosas acerca do budismo na obra de Nietzsche, budismo e cristianismo se equivalendo como religiões niilistas que propõem um tipo de fuga da realidade em direção ao nada (seja ele entendido como vida eterna, seja como nibbana). Este tipo de dualidade não é incomum na obra deste filósofo, especialmente se considerarmos seu método aforismático de fazer filosofia. Portanto, não é de pouca monta tentar entender a postura geral de Nietzsche no que diz respeito ao budismo.

Já no parágrafo 20 do *Anticristo* temos uma comparação entre budismo e cristianismo. Nessa comparação o budismo aparece como superior ao cristianismo.

Com minha condenação do cristianismo não quero ser injusto com uma religião aparentada, que pelo número de adeptos até o supera: o budismo. As duas são próximas por serem religiões niilistas – religiões de *décadence* –, as duas se diferenciam de modo bastante notável.¹³

Que diferenças Nietzsche aponta entre estas religiões aparentadas? O budismo é mais realista, vem de uma longa tradição reflexiva e por isso lida com os problemas de modo mais

¹² Friedrich Nietzsche, *Humano, Demasiado Humano: um livro para espíritos livres*, trad., ed. Paulo César de Souza (São Paulo: Companhia das letras, 2000).

¹³ Friedrich Nietzsche, *O Anticristo e Ditirambos a Dionísio*, trad., ed. Paulo César de Souza (São Paulo: Companhia das letras, 2007).

objetivo, trata-se de uma religião que já aboliu o conceito de deus e que além disso apresenta uma teoria do conhecimento fenomenalista o que indica seu caráter positivista.

Ainda neste passo Nietzsche aponta fatores fisiológicos importantes para o desenvolvimento do budismo. Um seria “uma enorme excitabilidade, que se exprime como suscetibilidade à dor”, uma capacidade de sentir de modo mais intenso todo tipo de dor, ainda que diminuta, que seria expressa segundo entendemos, já no enunciado da primeira nobre verdade: dukkha, sofrimento ou insatisfação. O segundo seria uma hiperespiritualização, “uma demasiada permanência entre conceitos e procedimentos lógicos, na qual o instinto pessoal se prejudicou em favor da coisa ‘impessoal’”. Nietzsche apela para a experiência partilhada entre ele e seus leitores igualmente “objetivos” neste ponto, o que sugere se tratar aqui de uma dedicação exacerbada a atividades racionais e este tipo de dedicação submete instintos pessoais a uma razão impessoal. Disso resulta depressão que é combatida pelo Buddha com medidas higiênicas, quais sejam, vida ao ar livre, as andanças e moderação alimentar. Do ponto de vista psicológico há no budismo o cultivo deliberado de ideias que produzam tranquilidade e evita-se o sentimento de vingança e o ressentimento. Nesse último aspecto parece haver um retorno ao egoísmo perdido na objetividade supracitada, na medida em que se busca o que é salutar para si mesmo e o fim do próprio sofrimento é o centro da prática.

Além disso o budismo tem a vantagem de ser um movimento pacífico oriundo das classes elevadas e que tem como objetivos “jovialidade, o sossego, a ausência de desejos” e tais objetivos são alcançados. Importante notar que a noção de nobreza é modificada pelo Buddha para significar não algo resultante das condições de nascimento da pessoa, mas sim o resultado de um modo de vida enobrecedor, o que estaria em tese aberto para pessoas das várias castas. Quanto aos objetivos citados, a ligação dos mesmos com a origem nobre do budismo parece derivar do fato de que nobres já levam de saída uma vida saturada de desejos e de todo tipo de agitação, inclusive agitações perigosas como tramas políticas e guerra.

O cristianismo tem como centro os sujeitados e oprimidos, ao invés dos nobres; o tédio se combate com a “casuística do pecado, autocrítica, inquisição da consciência”, o que não parece trazer jovialidade ou sossego para a consciência. Há também no cristianismo o cultivo de um afeto intenso para com a divindade manifesto na oração e “nele o mais elevado é visto como inatingível, como dádiva, como ‘graça’. Nele falta também o espaço público; o esconderijo, o aposento escuro é cristão”¹⁴. A higiene é vista como sensualidade, e ressentimento e sentimento de vingança são cultivados com intensidade, o que fica evidenciado pelas perseguições aos que se comportam de modo diverso do padrão determinado pela comunidade.

Concluindo esta pequena análise do *Anticristo* temos também que o budismo é para Nietzsche uma religião de homens tardios, raças bondosas e super-espirituais, típico fenômeno do ocaso de uma civilização. O cristianismo, por seu turno tende a ser atrativo para bárbaros com sede de domínio, ação e conquista, uma vez que os sempre oprimidos não vão querer o fim dos desejos, antes, vão querer a realização de sonhos longamente nutridos, a vingança entre eles.

Essas palavras elogiosas parecem sugerir uma postura geral positiva na leitura de Nietzsche acerca do budismo. Cabe mencionar aqui que logo no início do parágrafo 20 ele afirma serem ambas religiões nülistas e decadentes. Isso nos convida a por esses elogios em perspectiva. Passemos em revista agora passagens da *Genealogia da Moral*.

A terceira dissertação da *Genealogia* apresenta uma análise do que Nietzsche chama de *ideais ascéticos*. Grosso modo podemos dizer que ideal ascético é todo tipo de ideal que se coloca em oposição à vida, localizando o sentido ou a felicidade em algo diverso dela, seja arte, ciência ou

¹⁴ Friedrich Nietzsche, *Anticristo e Ditirambos a Dionísio*, 26.

religião. Apresentarei algo da dimensão religiosa com objetivo de mostrar que as tradições indianas são criticadas por Nietzsche como partícipes desse ideal.

Quando falamos de religião, a figura que emerge é a do sacerdote ascético. A característica fundamental do sacerdote ascético é tratar a vida negativamente, como se ela fosse fundamentalmente errada, “como um erro que se refuta” dirá Nietzsche e tal refutação se dá pela ação. Como o asceta age de modo a negar a vida? Entre outras coisas mediante as práticas de mortificação como jejum, abstinência sexual entre outras. Daí resulta o ressentimento diante daqueles que não se entregam a tais práticas, o ar de superioridade assumido por todos os sacerdotes desde sempre frente àqueles que não são fortes o bastante para renunciar à vida. O sacerdote ascético é o padre, o brâmane e o monge budista. Isso mostra uma grande diferença em relação aos elogios expostos no *Anticristo*. Senão vejamos.

No parágrafo 17, ao falar sobre o sacerdote ascético como médico que não cura e na verdade fabrica a doença para combater-lhe os sintomas, temos algumas importantes referências ao oriente e também ao cristianismo. Como o cristianismo é sempre o alvo religioso preferencial de Nietzsche, mencionaremos especificamente as referências orientais. A primeira observação diz respeito a noção de redenção, *o estado supremo*. As características de tal estado são “hipnotização e quietude total (...) desprendimento de toda ilusão, sendo ‘saber’, ‘verdade’, ‘ser’, sendo libertação de todo fim, todo ato, todo desejo, sendo estar além também do bem e do mal.” Entendemos que tais características se aplicam também aos modos orientais de pensar a libertação. Especialmente palavras como quietude, libertar-se da ilusão e do desejo fazem pensar imediatamente na tradição dos Upanishades e no budismo.

No pensamento indiano é bastante difundida a ideia de um tipo de entidade (na falta de palavra melhor) por trás dos fenômenos, tal entidade chama-se atman e seria o real em contraposição ao que careceria de realidade, o campo fenomênico. A libertação consiste em entrar em contato com o atman mediante práticas espirituais. Alcançar tal objetivo é sair da ilusão para a verdade. A tradição budista mantém a mesma ideia fundamental, qual seja, um conjunto de práticas pode nos conduzir a ver as coisas como elas realmente são, ao fim do sofrimento, que não seria o contato com o Eu superior ou atman, mas passaria pela realização do não-eu ou anatma, anatta, em páli. Por fim tal libertação implica superar a moralidade, ficar além do bem e do mal. De acordo com Nietzsche tal ideia é comum ao cristianismo bem como ao budismo e ao hinduísmo, seria um corolário da transcendência implicada na ideia de libertação.

Honremos, pois, a ‘redenção’, como aparece nas grandes religiões; em compensação, para nós é um pouco difícil permanecer sérios ante a estima em que o sono profundo é tido por esses cansados da vida, demasiado cansados até mesmo para sonhar – sono profundo entendido como ingresso no Brahma, como efetivação da unio mystica com Deus.¹⁵

Por fim, no parágrafo 7 desta terceira dissertação temos uma referência que sugere ter lido Nietzsche algo de literatura budista, além de aproximar budismo e cristianismo em termos de desconfiança diante da sexualidade. Diz-nos Nietzsche: “Qualquer filósofo falaria como Buda certa vez, ao lhe anunciarem o nascimento de um filho: ‘Nasceu-me Râhula, um grilhão foi forjado para mim’”. Na sequência temos uma passagem repetida à exaustão no cânone páli:

[...] para todo ‘espírito livre’ deveria chegar uma hora de reflexão, supondo que tivesse tido antes uma hora irrefletida, como uma vez ocorreu ao

¹⁵ Friedrich Nietzsche, *Genealogia da Moral*, trad., ed. Paulo César de Souza (São Paulo: Companhia das letras, 2009), 114.

próprio Buda – ‘estreita e opressiva’, pensou consigo, ‘é a vida no lar, local de impureza; a liberdade consiste em abandonar o lar’.¹⁶

O contexto onde aparece essa referência é uma discussão acerca da irritação dos filósofos quanto a sexualidade e a aceitação da parte destes do ideal ascético. A independência aparece vinculada ao abandono da servidão da família e da vida mundana. Isto quer dizer que o budismo para Nietzsche se enquadra no espectro de defensores do ideal ascético, com toda carga negativa que isso implica do ponto de vista do filósofo.

Concluimos de tais passagens que temos elementos para questionar essa suposta avaliação positiva de Nietzsche quanto ao budismo, apesar de certa dose de elogio e talvez de admiração. Em segundo lugar citações de passagens canônicas sugerem alguma familiaridade com textos budistas ou com estudos acerca do budismo em circulação durante sua vida, conforme bem aponta Mistry ao falar acerca das fontes orientalistas disponíveis na biblioteca pessoal do autor e obras que ele pegou emprestado na universidade de Basileia.

No primeiro grupo – selecionando os que falam especificamente de budismo – temos os *Ensaio vol. II* de Max Müller, *Buddha: sua vida, sua obra, sua ordem*, de Hermann Oldenberg. No segundo grupo temos *A religião do Buddha* de Carl Friedrich Koeppen em dois volumes e no Nachlass há menções a um livro de Henrik Kern, provavelmente *O Budismo e sua História na Índia* de 1884. Além disso ele teve contato com pelo menos um texto do cânone páli, a saber, uma tradução inglesa do sutta-nipata, conforme menciona em carta a Gersdorff.

Honestamente, eu admiro o belo instinto de sua amizade – espero que a expressão não soe bestial para você – de que agora você deve se haver com estes ditos Indianos, ao passo que eu, dois meses atrás voltava minha atenção para a Índia com um tipo de sede crescente. Peguei emprestado do Sr. Widemann, amigo de Schmeitzner, a tradução inglesa do Sutta Nipata, algo das escrituras budistas, e já fiz uso doméstico de um dos refrões do sutta: ‘Assim eu ando, solitário como um rinoceronte’. A representação da indignidade da vida e do engano/ilusão de todas as metas, frequentemente causou forte impressão em mim, particularmente quando estou acamado e doente, de modo que há muito desejo ouvir algo mais acerca disso sem, é claro, as adulterações dos idiomas judaico-cristãos.¹⁷

A questão que se coloca então é a seguinte: como entender o diagnóstico de Nietzsche acerca do budismo – religião niilista e decadente – a partir das fontes lidas por este autor? As fontes consultadas por ele apresentam também conclusão semelhante? Lembremos que Schopenhauer já havia apontado a semelhança entre o nada como resultando da negação da vontade com o Nirvana dos budistas. Não nos parece correto neste tipo de leitura supor uma incompreensão, posto que estamos diante de um acesso restrito a fontes primárias e também estamos diante de um filósofo preocupado com a elaboração de sua filosofia e não com o budismo. Neste sentido, podemos nos perguntar acerca do modo como Nietzsche se apropria de ideias e conceitos budistas no contexto de sua filosofia e acerca de eventuais influências do budismo na elaboração de temas dessa mesma filosofia. Só depois de responder tais questões poderemos estabelecer comparações mais amplas com o budismo theravada e mesmo com outras escolas budistas e a filosofia de Nietzsche.

¹⁶ Friedrich Nietzsche, *Genealogia da Moral*, 89.

¹⁷ Freny Mistry, *Nietzsche and Buddhism: Prolegomenon to a Comparative Study* (Berlin, New York: W. de Gruyter, 1981), 17.

Apresentarei neste passo uma breve análise da bibliografia lida até o presente momento. Destacarei os seguintes trabalhos: *Nietzsche and Buddhism: Prolegomenon to a Comparative Study* de Freny Mistry; *Nietzsche and Buddhism: a Study in Nihilism and Ironic Affinities* de Robert G. Morrison. Alguns artigos, entre eles: *Nietzsche's Early Encounters with Asian Thought* de Johan Figl; *Nietzsche and the suffering of the indian ascetic* de Michel Hulin e *Nietzsches Trans-European Eye* de Merryn Sprung, todos estes compõem a coletânea organizada por Graham Parkes intitulada *Nietzsche and Asian Thought*. Naturalmente não farei uma análise exaustiva neste momento, pretendo apenas mapear algumas tendências quanto ao estudo do tema *Nietzsche e o Budismo*.

A tese fundamental de Freny Mistry é enunciada logo na introdução de sua obra: um estudo cuidadoso revela entre Nietzsche e o budismo mais semelhanças do que diferenças. Ela se opõe, portanto ao texto de Bertrand Russell segundo o qual há um antagonismo entre esses pensamentos, embora note a crítica de Nietzsche à “compaixão universal” ela nota que na ética do filósofo não há um desprezo por esta forma de simpatia. Enfim, segundo ela o objetivo do livro é mostrar que tanto o budismo quanto Nietzsche apresentam caminhos semelhantes de autorredenção; o Além-do-Homem seria algo budista em sua essência, conforme citação do *dhammapada* em seu capítulo VIII, verso 103 que diz: “Embora um homem conquiste numa batalha mil vezes mil homens, o maior vitorioso em batalha seria em verdade aquele que conquistasse a si mesmo.”¹⁸ Este último ponto me faz lembrar da tese de Müller-Lauter segundo a qual há em Nietzsche duas formas de conceber o Além-do-Homem, uma como sábio e outra como guerreiro e não um guerreiro interiorizado, um conquistador de fato. A conquista de si mesmo seria pensada do mesmo modo nos dois casos? Parece não ser possível pensar um Além-do-Homem como guerreiro interiorizado a partir dessa citação.¹⁹

Segundo Mistry, a metodologia é investigar divergências e afinidades nas filosofias de Nietzsche e Buddha a partir de uma perspectiva temática. Ela aponta o caráter ambíguo das afirmações de Nietzsche sobre o budismo como típico da realidade do século XIX em termos de fontes e interpretações motivadas por interesses específicos da época. Apesar de tudo isso – e estranhamente, eu diria – vários tópicos da filosofia de Nietzsche são semelhantes ou permutáveis pelos equivalentes budistas.

O eterno retorno, segundo a autora, embora seja visto pelo próprio Nietzsche como contrário ao nirvana, pode ser aproximado do budismo na medida em que defende a persistência criativa e a contínua superação nesta realidade. Me parece problemático isso posto que não há fim do ciclo de repetições para Nietzsche, ao passo que para o budismo o ciclo cessa com o nirvana.

Da parte de Freny Mistry notamos uma ênfase grande na busca e defesa de semelhanças entre Nietzsche e o budismo e uma minimização das diferenças entre esses dois pensamentos pois as semelhanças são pensadas como mais importantes e significativas.

O livro de Morrison,²⁰ por sua vez, difere do citado anteriormente não só quanto ao subtítulo, mas também quanto a abordagem defendida pelo autor. Ele pretende na primeira parte do livro explicar a leitura e os equívocos de Nietzsche quanto ao modo com este leu o budismo, a saber, como essencialmente niilista. Isto ocupa os três primeiros capítulos da obra. Ao longo da segunda e maior parte do livro, o autor traça o que ele chama de “afinidades irônicas” entre os sistemas de Nietzsche e do Buddha. Neste sentido me parece haver um retorno a abordagem defendida por Mistry, qual seja, minimizar as diferenças e enfatizar as semelhanças entre os dois pensamentos.

¹⁸ Usamos aqui a tradução direto do páli para o português feita por Nissim Cohen, publicada pela editora Palas Athena.

¹⁹ Ressaltamos aqui que o tema da conquista de si mesmo como conquista interior não é exclusivo do budismo, encontramos esta ideia em Platão também, bem como em outras tradições de sabedoria da humanidade.

²⁰ Robert G Morrison, *Nietzsche and Buddhism: a Study in Nihilism and Ironic Affinities* (New York: OUP, 1997).

O livro apresenta comparações muito interessantes sobre os agregados e as pequenas coisas e sobre auto-superação de cultivo da mente ou *citta-bhavana*, mas na medida em que há uma incompreensão quanto ao fim último do caminho budista e quanto a natureza não-niilista do budismo, entendo necessário investigar se as leituras feitas por Nietzsche tiveram impacto em suas formulações acerca do budismo e em que medida podemos falar de leituras sistemáticas feitas por ele quanto ao assunto do budismo. Além disso, é importante mencionar que as afinidades irônicas não parecem se dar com relação aos aspectos mais importantes do ensinamento budista e que apesar dessas afinidades as diferenças em termos de objetivos e mesmo visão de mundo como base para tais crenças.

Gostaria de passar agora aos artigos da coletânea organizada por Graham Parkes²¹ citados acima, com o objetivo de questionar a extensão do conhecimento de Nietzsche acerca do budismo ou mesmo de seu interesse com relação a esse assunto.

O artigo de Figl nos apresenta um estudo de anotações da juventude de Nietzsche que ainda não foram publicadas. Essas notas sugerem já haver uma certa aproximação e interesse de nosso autor desde os tempos de escola pelo pensamento indiano em geral e budista em particular, o que fortalece a ideia de um interesse mais forte da parte de Nietzsche por esses assuntos desde cedo em sua vida.

Michel Hulin pretende analisar como Nietzsche lida com o ascetismo indiano ao longo de sua carreira filosófica. Ele passa a primeira metade do artigo analisando o conjunto de ideias que Nietzsche chamava comumente de brahmanismo. A conclusão a que ele chega é a seguinte:

Coletivamente os brâmanes encarnam, da melhor maneira, uma das figuras favoritas da imaginação nietzschiana: membros de pequenos grupos de elitistas, aristocratas, unidos por uma disciplina de ferro aceita livremente, perto dos centros de poder, mas que se retiram a partir da fase em que a grandes figuras do mundo desempenhem os seus papéis, e inteiramente dedicados a uma tarefa histórica que transcende os indivíduos gerações.²²

Há certa admiração em Nietzsche pelos brâmanes como grupo de elite que vence a si mesmo e consegue exercer poder produzindo um sentido para toda uma comunidade.

Quando nos voltamos para o budismo a situação é de complexidade e paradoxo, diz-nos Hulin. O primeiro ponto observado é que Nietzsche vê o budismo como “uma seita elitista que em certa altura afastou-se do brahmanismo”. Com isso se diminui o papel das crenças populares e o papel expansionista ou missionário do budismo. Diferentemente do cristianismo tal reação não surgiria do populacho, mas sim de um tipo de “exaustão fisiológica” das elites. Neste cenário, Hulin aponta para um aspecto fundamental que aparece no *Anticristo*, qual seja, a questão do ascetismo.

Nietzsche diminui o papel do ascetismo na medida em que o caracteriza no campo do budismo como higiene. Nesse sentido há uma suavização das práticas budistas na obra do filósofo. Ele não menciona que os ensinamentos budistas se dirigem principalmente para monges, que esses monges esmolam o alimento e que a disciplina monástica envolve um grande número de regras ascéticas. Tudo isso está claramente apresentado no livro de Oldenberg que se encontra entre os livros da biblioteca de Nietzsche.

²¹ Graham Parkes (org.) *Nietzsche and Asian thought* (Chicago: The University of Chicago Press, 1996).

²² Graham Parkes (org.) *Nietzsche and Asian thought*, 70.

Nietzsche parece construir um budismo que não corresponde aos dados disponíveis ao que ele teria lido. Ele pretende elaborar “fantasma poético que flutua entre os dois tipos de regras”, a saber, as regras monásticas e aquelas destinadas aos leigos. De acordo com Hulin a agenda de Nietzsche que o leva a suavizar e descaracterizar desta forma o budismo é usá-lo em sua crítica ao cristianismo.

Por fim gostaria de falar sobre os problemas levantados por Mervin Sprung. Seu artigo defende fundamentalmente a tese segundo a qual Nietzsche não se interessou tanto assim pelo pensamento do oriente e aponta como evidência disso as poucas passagens que discutem temas orientais no material publicado, a reduzida presença de discussões ou manifestação de interesse de Nietzsche pelo assunto nas cartas escritas pelo filósofo ao longo de sua vida. A partir desse diagnóstico o autor sugere como investigação possível considerarmos até que ponto é possível que alguns temas da filosofia de Nietzsche tenham origem em sua leitura acerca de ideias orientais.

Especificamente acerca do budismo a leitura de Sprung é de que Nietzsche não se afasta muito do diagnóstico proposto por Schopenhauer, de modo que ele

não exhibe consciência acerca da filosofia budista além da doutrina da libertação do sofrimento apesar dele demonstrar perspicácia ao sentir a liberdade do autoengano moral nas palavras do Buddha e isto sugere alguma leitura dos discursos originais, embora não tenhamos pistas acerca de quais seriam tais discursos. Ele cita o dhammapada e possivelmente não conhecia nada mais.²³

O que nós temos até o presente? Leituras que tendem a minimizar as diferenças apresentando uma semelhança que força até o limite as duas visões filosóficas, como é o caso do trabalho de Mistry. Temos a leitura mais interessante de Morrison, que entendemos apresentar semelhanças bastante profícuas, mas que por outro lado me leva a perguntar: como propostas de modos de vida tão distintos como as apresentadas por Nietzsche ou pelo budismo podem ser tão aparentadas, ainda que sob a rubrica de afinidades irônicas? Nesse sentido entendemos ser fundamental não apenas notar as limitações de material que implicaram em uma leitura incompleta, mas também é preciso passar em revista os grandes temas do budismo em comparação com o pensamento de um Nietzsche leitor não só do budismo, mas do pensamento oriental de modo geral, tomando como referência o material que ele teria lido, conforme levantamento citado acima.

Os artigos citados levantam problemas interessantes e fornecem material que podem orientar essa investigação, na medida em que apresentam problemas quanto às fontes e a extensão dos interesses de Nietzsche. Tais investigações ajudam a problematizar tanto a leitura de Mistry quanto a de Morrison, bem como demandam que se faça uma investigação detalhada acerca desses assuntos.

Temos então em Nietzsche, de acordo com a carta citada acima, uma sede crescente pelos ditos do budismo. Tal sede o leva a buscar os melhores trabalhos disponíveis em sua época sobre o tema e mesmo fontes primárias direto do cânone páli. Fica claro, portanto, que há, também neste autor, um diálogo entre filosofia e oriente.

Embora a questão do budismo não seja central ao pensamento de Nietzsche, entendemos que tal tema possui relevância quando o situamos no contexto da filosofia da religião nietzschiana em pelo menos dois aspectos. Em primeiro lugar, é inegável que o tema religião é caro a

²³ Graham Parkes (org.) *Nietzsche and Asian thought*, 82.

Nietzsche, notadamente sua crítica do cristianismo e sua defesa de um certo tipo de paganismo representado pela figura de Dionísio. São inúmeras as passagens de suas obras que lidam com esses assuntos a partir de chaves interpretativas que sugerem a possibilidade de um tipo de teoria geral das religiões a partir de suas obras. Nesse sentido cabe investigar o impacto que esse interesse pelo budismo teve em sua obra. Em segundo lugar, podemos tomar o caso “Nietzsche e o budismo” como modelo para analisar o fenômeno “contatos entre pensamento oriental e filosofia”. Considerando essas reflexões, a pergunta que devemos buscar responder agora é a pergunta sobre o método: como empreender este estudo?

Identificamos três abordagens possíveis quanto ao estudo. A primeira abordagem parte exclusivamente das fontes materiais as quais Nietzsche teve acesso. Nesse contexto, o budismo estudado pelo filósofo é aquele da tradição theravada, cujas escrituras constituem o cânone páli. Nesse sentido os livros homônimos de Freny Mistry e Robert G. Morrison, *Nietzsche and Buddhism*, são os melhores exemplos disponíveis, além da coletânea *Nietzsche and Asian thought*, organizada por Graham Parkes, todos mencionados acima.

O segundo modo de lidar com essa questão é ampliar o foco da comparação, de modo a incluir não apenas o budismo theravada, mas qualquer tradição budista. Claro está que o foco desse tipo de estudo é comparativo, não se trata de reconstruir a compreensão do autor acerca do assunto, mas sim comparar tópicos de sua filosofia com aspectos desta ou daquela tradição. Como exemplos podemos citar o livro *Nietzsche and Buddhist Philosophy* de Antoine Panaïoti, e livros como *Nietzsche and Zen: Self Overcoming Without a Self* de André van der Braak e *Buddha Is Dead: Nietzsche and the Dawn of European Zen*, de Manu Bazzano.

Uma terceira forma de abordar esse assunto diz respeito às relações entre a filosofia de Nietzsche e a filosofia japonesa. O ponto específico desta abordagem é que neste caso não se trata do oriente chegando ao ocidente, mas o contrário. Nietzsche foi lido no Japão e influenciou toda uma geração de filósofos. Trata-se, pois, de problema diverso daquele tratado aqui, não se trata das relações entre Nietzsche e o budismo, mas sim das relações entre a filosofia de Nietzsche e a filosofia japonesa. Portanto, excluímos esta terceira abordagem de nossa comparação.

Considerando as duas primeiras abordagens mencionadas, escolhemos a primeira, apesar de estudos extensos sobre o assunto conforme citamos acima. Tal se deve ao fato de que discordamos de pontos importantes das pesquisas tanto de Mistry quanto de Morrison. De modo geral, o grande problema dessas leituras é o esforço na busca de afinidades entre o budismo e o pensamento de Nietzsche. Mistry é explícita quanto a isso já na introdução, conforme mencionamos e pretende que seu trabalho seja um prolegômeno para um estudo comparativo. Morrison, por sua vez, apresenta o que entendemos ser uma versão mitigada dessa busca por semelhanças já exposta no subtítulo da obra *um estudo sobre niilismo e afinidades irônicas*. A estratégia de ambos os estudos se efetiva na escolha de temas comuns e comparando os mesmos entre os dois modos de pensamento envolvidos. O modelo é: Nietzsche diz isso assim, o budismo diz deste outro modo e há uma semelhança entre ambos.

Entendemos que há um critério metodológico fundamental a ser observado no estudo das relações entre o budismo e a obra de Nietzsche, que consiste em investigar se a semelhança entre ideias se dá quanto a origem e resultados das mesmas. Entendemos que os comentadores tendem a tomar semelhanças de formulação sem levar em consideração o que fundamenta determinado conceito tanto na doutrina budista quanto na filosofia de Nietzsche. A título de exemplo podemos apresentar a questão da não substancialidade do eu tanto no budismo como em Nietzsche. O filósofo alemão chega a tal conclusão tomando como base descobertas da biologia no que tange ao estudo das células ao passo que a doutrina budista de anatta, não-eu ou não alma deriva da experiência da iluminação do próprio Buda ao invés de ser resultado de evidências científicas.

Temos, portanto, que desde sua origem a filosofia dialoga com a religião, seja polemizando com esta, seja concordando e dando a ela suporte teórico. Com o cristianismo temos uma longa tradição de submissão da filosofia à apologética cristã, fenômeno que começa a mudar com o renascimento. Apesar disso é importante notar que a filosofia sempre está numa posição a partir do cristianismo, concordando ou discordando dele. A partir do movimento conhecido como orientalismo temos a possibilidade de conhecer tradições religiosas sofisticadas e sem ligação nenhuma com o monoteísmo, seja ele cristão, judaico ou islâmico. Nesse sentido o diálogo entre filosofia e religião se enriquece, posto que é possível aos filósofos conhecer livros sagrados como os da tradição budista. Tal é o caso de autores como Schopenhauer e Nietzsche.

Em Schopenhauer temos um contato com o budismo posterior ao contato do autor com o pensamento dos Upanishades, de modo que ele faz uma aproximação entre as tradições ignorando as grandes diferenças entre ambas e buscando nelas exemplos confirmatórios de sua visão de mundo. Em Nietzsche temos críticas e elogios ao budismo, embora tenhamos apontado que os elogios se situam num contexto maior de crítica, na medida em que budismo também é uma religião niilista junto com o cristianismo. Somemos a isso a sede pelos ditos do budismo mencionada pelo autor em carta e temos uma investigação promissora diante de nós. Além disso, é importante notar que esta conclusão abre caminho para que possamos criticar importantes estudos acerca das relações entre Nietzsche e o budismo. Gostaríamos de ressaltar que este texto tem como objetivo tão somente apontar caminhos possíveis, a análise efetiva do tema não caberia em apenas um artigo.



TRADUÇÕES - TRANSLATIONS

Georges Canguilhem et la construction du domaine de la Santé collective brésilienne¹

José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres

Professor Titular do Departamento de Medicina Preventiva – Faculdade de Medicina USP

jrcayres@usp.br

Recebido em / Aprovado em : autor convidado.

Como citar este artigo: Ayres, José Ricardo de Carvalho Mesquita. “Georges Canguilhem et la construction du domaine de la Santé collective brésilienne”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 3, n. 1 [4], p. 144-161. 2017. ISSN 2447-9020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Résumé: L'épistémologie historique a joué un rôle remarqué dans le développement de la Santé collective² brésilienne. Née comme un mouvement simultanément académique, de recherche de nouvelles bases conceptuelles pour un domaine scientifique engagé dans les causes sociales, et politique, de résistance contre la dictature civile et militaire implantée au Brésil en 1964, ledit Mouvement de réforme sanitaire brésilienne a trouvé dans l'épistémologie historique française un allié puissant. Cet article cherche à revisiter les principaux traits de cette relation, en se focalisant principalement sur les travaux inauguraux de Sergio Arouca et Cecilia Donnangelo et la théorie du processus de travail dans la Santé, développée au sein du Département de médecine préventive de la Faculté de médecine de l'Université de São Paulo. La discussion est centrée sur la manière selon laquelle, d'un côté, les concepts philosophiques de Canguilhem, comme le caractère normatif de la vie et de sa connaissance, la discontinuité qualitative entre les phénomènes normaux et pathologiques, la définition de la santé orientée par la notion de valeur et, d'un autre côté, la méthodologie historique de Canguilhem, focalisée sur le développement rationnel des concepts comme noyau de la recherche historico-épistémologique, la reconnaissance des influences “externes” sur les développements scientifiques, comme les conditions sociales et technologiques, et le rôle positif attribué aux obstacles, aux défaillances et accidents des progrès scientifiques, ont toutes été cruciaux pour promouvoir l'articulation entre les intérêts politiques et académiques du Mouvement. Ils sont encore des éléments de défi pour les réflexions historiques et philosophiques de la Santé collective.

Mots-clefs: Santé publique/histoire; Médecine préventive; Médecine sociale; Épistémologie; Santé collective; Georges Canguilhem.

¹ Travail en relation au projet “Histoire de la Santé collective dans l'État de São Paulo: émergence et développement d'un domaine du savoir et des pratiques” (FAPESP 2013/12137-0) e présenté au colloque: “Canguilhem, l'histoire et les historiens”, organisé par le Département d'histoire de la Faculté de philosophie, lettres et sciences humaines de la Université de São Paulo en décembre 2015. Publié sous le titre “Georges Canguilhem e a construção do campo da saúde coletiva brasileira” dans *Intelligere, Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 2, n. 1 [2], p. 139-155. 2016.

² Note de traduction: L'expression “Santé collective” et le choix de l'adjectif “collectif” qui accompagne le terme “santé” est une invention brésilienne pour qualifier la moderne Santé publique brésilienne en réaction aux anciens concepts de la Santé publique traditionnelle.

*Georges Canguilhem and the development
of Brazilian Public Health field*

Abstract: Historical epistemology has played an important role in the development of modern Brazilian Public Health or “Saúde Coletiva” (Collective Health). Born as an academic search for new conceptual foundations of a social committed field of scientific knowledge, as well as a social political movement against civil-military dictatorship implanted in Brazil in 1964, the so called Brazilian Sanitary Reform Movement found in the French historical epistemology, particularly in the works of Georges Canguilhem, a powerful ally. This paper aims to revisit the main features of this relationship, focusing in particular the inaugural works of Sergio Arouca and Cecília Donnangelo and the Health Work Process Theory as developed in the Department of Preventive Medicine of the Medical School of the University of São Paulo. The discussion is centered in the way Canguilhem’s philosophical concepts, such as the normative character of life and of its knowledge, the qualitative discontinuity between normal and pathological phenomena and the value oriented definition of health on one hand, and on the other hand, Canguilhem’s historiographical method, focused on the rational development of concepts as the core subject of the historical-epistemological research, the acknowledge of “external” influences over scientific developments, such as social and technological conditions, and the positive role attributed to obstacles, failures and accidents in the progress of a scientific discipline were all crucial to promote the intertwining of the political and academic goals of the Movement and still remain a challenging element for the development of the philosophical and historical reflections of the field of “Saúde Coletiva”.

Keywords: Public Health/History; Preventive Medicine; Social Medicine; Epistemology; Collective Health; Georges Canguilhem.

Canguilhem par un médecin sanitaire, quelques notes introductives

Cet article n’est pas un travail d’historien, mais peut être utile aux historiens. Je m’explique. Je suis médecin sanitaire et professeur en Santé collective. Parmi les diverses activités embrassées par un ample et divers domaine comme celui-ci, je me suis consacré aussi aux études de ses racines historiques et de ses bases épistémologiques et conceptuelles. Comme d’autres dans mon domaine, je me suis aventuré sur des sentiers interdisciplinaires – non sans le risque toujours impliqué par ces aventures – qui ont fini par m’amener à l’épistémologie historique. Cependant, je suis arrivé là non pas pour des intérêts strictement historiographiques ou philosophiques, mais pour voir dans ce dialogue les possibilités d’une meilleure compréhension de ce que nous faisons et ce que nous ne parvenons pas à faire dans la Santé collective et penser des stratégies pour la perfectionner aussi bien dans ses investissements critiques caractéristiques de la science et les techniques de la santé, que dans ses engagements pratiques et tâches instrumentales³.

³ J. Silva Paim e Naomar de Almeida Filho, *A crise da Saúde Pública e a utopia da Saúde Coletiva [La crise de la Santé publique et l’utopie de la Santé collective]* (Salvador: Casa da Qualidade, 2000).

Sur la base de cette expérience, je cherche ici à récupérer une partie du dialogue établi entre la Santé collective, dans son processus de constitution comme domaine académique, et l'épistémologie historique. J'espère fournir quelques indices sur combien, dans l'histoire des effets⁴ de la tradition discursive de l'épistémologie historique française, on compte une lecture influente de Georges Canguilhem (1904-1995) dans ce domaine, même si les contributions de ce philosophe et médecin sont loin d'avoir été incorporées ici de façon radicale aux concepts et aux pratiques⁵.

Dans ce sens, pour que je sois mieux compris, il faut aider le lecteur qui n'est pas familiarisé avec la Santé collective. Cette tâche n'est pas si simple, mais peut-être de manière bien synthétique on peut la définir comme un mouvement d'idées et de pratiques qui émergent au Brésil dans les années 1970. Ayant comme marque institutionnelle la création, en 1979 de l'ABRASCO (alors Association Brésilienne de Post-graduation en Santé collective, aujourd'hui simplement Association Brésilienne de Santé Collective), ce domaine s'est développé en étroite relation avec le processus appelé Réforme sanitaire et avec la création du Système Unique de Santé (SUS) en 1988⁶. En synthèse, d'une forme intégrée à la lutte contre la dictature civil-militaire d'alors et au processus de démocratisation du pays, le domaine de la Santé collective cherchait à construire des savoirs et des pratiques activement intéressés par les déterminants socioculturels et économiques des processus de santé-maladie-soin, tout en articulant ses constructions scientifiques et ses propositions techniques en santé avec les compromis de l'émancipation politiques des sujets, de la démocratie et la justice sociale.

La lecture de Georges Canguilhem, spécialement son texte de 1943: *Le normal et le pathologique*,⁷ a accompagné le projet académique de la Santé publique depuis le début, devenant une référence des œuvres fondatrices de ce domaine,⁸ en particulier dans la thèse de doctorat de Sergio Arouca (1941-2003), *Le Dilemme préventiviste: contribution pour la compréhension et la critique de la médecine préventive*⁹ et celle de habilitation de Cecilia Donnangelo (1940-1983), *Médecine et structure sociale: le domaine d'émergence de la médecine communautaire*¹⁰. Le type d'approximation critique aux sciences médicales et à certaines conceptions et pratiques de la santé développée par Canguilhem s'est montrée assez intéressante dans la perspective des impulsions reconstructives qui animaient la Santé collective depuis ses origines. Au long de près de quarante ans d'existence de ce domaine, comme on pouvait s'y attendre, son influence s'est diluée et diversifiée, sans perdre pour cela sa pertinence comme cela peut être attestée par les références déjà citées. Entre les divers destins de la lecture de son œuvre, je remarquerai le vif intérêt des professeurs du Département de Médecine Préventive de la Faculté de Médecine de l'Université de São Paulo, auquel se trouve liée ma propre

⁴ H.G. Gadamer, *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica* [Vérité et méthode: traits fondamentaux d'une herméneutique philosophique] (Petrópolis: Vozes, 2002).

⁵ K.R. Camargo Jr., "As armadilhas da concepção positiva de saúde" [*Les pièges de la conception positive de la santé*], *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, [vol.] 17, 1 (1991): 63-76.

⁶ J. S. Paim, *Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão e crítica* [Réforme sanitaire brésilienne: contributions à la compréhension et critique] (Salvador: EDUFBA/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006).

⁷ Georges Canguilhem, *O normal e o patológico* [Le normal et le pathologique] (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015).

⁸ Cf. Maria Thereza Ávila Dantas Coelho e Naomar de Almeida Filho, "Normal-patológico, saúde-doença: revisitando Canguilhem" ["Normal-pathologique, santé-maladie: revisitant Canguilhem"], *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, [vol.] 9, 1 (1999): 13-36. Cet article soutient la position ici défendue à propos de la forte présence de Canguilhem (et Foucault) dans les œuvres fondatrices de la Santé collective. Néanmoins, quoique ce ne soit pas le point central de cet article, ses auteurs tendent à trouver qu'une telle importance aurait été un phénomène presque fortuit à une identification équivoque des œuvres de ces philosophes à une épistémologie de gauche. Sans entrer dans fond du débat (les œuvres de Canguilhem ont-elles été ou non vue à l'époque comme "de gauche"? Pourraient-elles ou non recevoir cette classification?), je n'accompagne pas les auteurs dans cette interprétation et je pense que le dialogue avec Canguilhem a été une clé pour créer le lien productif que la Santé collective est arrivé à établir entre le plan politique, des mouvements sociaux et des services d'un côté, et de la communauté scientifique de la médecine et de la santé publique, d'un autre côté. Et cela moins par le supposée articulation de ces auteurs avec quelque cadre théorique de gauche, que parce qu'ils ont fourni des recours conceptuels effectifs pour la relation de l' "interne" et de l' "externe" dans les sciences de la santé, comme je chercherai à le montrer dans l'article.

⁹ S. Arouca, *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva* [Le dilemme preventiviste: contribution pour la compréhension et la critique de la Médecine préventive] (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1975).

¹⁰ M. C. F. Donnangelo, *Medicina e estrutura social: o campo de emergência da Medicina Comunitária* [Médecine et structure sociale: le domaine d'émergence de la Médecine communautaire] (Tese de Livre-Docência, USP, 1976), 95-124.

formation et production en Santé collective. La construction du cadre de la Théorie du processus de travail en Santé collective¹¹ s'est divisée en une série de lignes et de projets d'investigation, constituant ce qui peut être considéré comme une certaine "école de pensée" parmi les diverses qui composent l'ample et pluriel domaine de la Santé collective brésilienne¹². Je pense que ma participation de ce côté me permettait d'identifier avec une certaine clarté ce qu'a signifié Canguilhem dans cette trajectoire et les défis actuels de cette référence toujours vivante.

Canguilhem et les origines de la Santé collective.

Les œuvres de Canguilhem ont commencé à être plus amplement divulguées en portugais à partir de la fin des années 1970. En 1978 est divulguée la première édition de: *Le normal et le pathologique*¹³. *Idéologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie* fut le second texte à circuler en portugais, mais publié au Portugal par les éditions 70¹⁴. Edité en portugais en 1981, la circulation de cette œuvre a été plus tardive et moins expressive dans la Santé collective, même si elle était lue par quelques chercheurs du domaine qui avaient accès à l'œuvre originale en français¹⁵. Après il s'en est suivi un long interrègne et c'est seulement dans les années 2000 que des éditions d'œuvres inédites de Canguilhem en portugais circulent de nouveau, comme les *Ecrits sur la médecine*¹⁶, *Études d'histoire et de philosophie des sciences: concernant les vivants et la vie*¹⁷ et *La connaissance de la vie*.¹⁸

On doit signaler qu'avant la circulation de ces éditions, la revue *Tempo Brasileiro* avait déjà publié, début 1972, un numéro entièrement dédié à l'épistémologie historique française¹⁹, qui proposait deux traductions de textes de Bachelard, deux de Canguilhem, un de Foucault et un de Jacques Alain Miller. Les textes de Canguilhem inclus dans cette publication collective ont aussi été abondamment cités au sein de la Santé collective, notamment *L'objet de l'histoire des sciences*²⁰. Ce travail est cité par Sergio Arouca dans sa thèse parmi d'autres références à des œuvres de penseurs que seraient, selon lui, en train de favoriser des mouvements rénovateurs dans la Médecine Préventive, en rendant possible de penser les sciences sous une nouvelle perspective, plus adéquates aux références critiques marxistes – adéquation également valorisée par Althusser.²¹

À la suite de celle de Bachelard, l'histoire épistémologique de Canguilhem rompait avec le dogme du progrès continu et de l'immanence logique de la connaissance, elle incorporait la matérialité technique à la compréhension des possibilités heuristiques des sciences et, plus spécialement, considérait l'aspect idéologique comme un élément nécessaire pour élucider la construction de concepts (en considérant cependant l'idéologie dans un sens divergeant sur beaucoup d'aspects de celle qu'elle assumait dans la tradition marxiste). Avec cela, l'œuvre de Canguilhem offrait un support consistant pour les élans rénovateurs d'esprit politico-émancipateur

¹¹ Ricardo Bruno Mendes-Gonçalves, *Práticas de saúde e tecnologias: contribuição para a reflexão teórica* [Pratiques en santé et technologies: contribution pour une réflexion théorique] (Brasília: OPS, 1988).

¹² R. B. Mendes-Gonçalves, Prefácio a José Ricardo de C. M. Ayres, *Epidemiologia e emancipação* [Preface a *Epidémiologie et émancipation*] (São Paulo: Hucitec, 1995), 13-20.

¹³ G. Canguilhem, *O normal e o patológico* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978).

¹⁴ G. Canguilhem, *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida* (Lisboa: Edições 70, 1981).

¹⁵ R. L. Novaes, *A saúde e os conceitos* [La santé et les concepts] (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1976); R. L. Novaes, *Saúde e seu desenvolvimento histórico: aspectos críticos* [Santé et son développement historique: aspects critiques] (São Paulo, Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP/Mimeo, 1973) e H. M. D. Novaes, *A puericultura em questão* [La périculture en question] (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1979).

¹⁶ G. Canguilhem, *Escritos sobre a medicina*. (Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2005).

¹⁷ G. Canguilhem, *Estudos de história e de filosofia das ciências: concernentes aos vivos e à vida* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012).

¹⁸ G. Canguilhem, *O conhecimento da vida* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012).

¹⁹ G. Bachelard, J. A. Miller, G. Canguilhem e M. Foucault, "Epistemologia" ["Épistémologie"], *Revue Tempo Brasileiro*, 28, 1972.

²⁰ G. Bachelard, J. A. Miller, "Epistemologia", *Revue Tempo Brasileiro*.

²¹ Louis Althusser, "Apresentação do posfácio de Pierre Macherey" ["Présentation de le postface du Pierre Macherey"]. In: Georges Canguilhem, *O normal e o patológico* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015), 243-248.

dans la santé – et dans la Médecine Préventive, en particulier – sans que ceux-ci aient besoin de récuser, comme irrémédiablement technocratique et oppresseur, l'instrumentalité des sciences médicales et sanitaires, constitutive de son identité comme domaine. Sur cela, Arouca nous dit ceci:

Devant la réalité politique latino-américaine, dans laquelle l'État a fréquemment assumé totalement ou partiellement le contrôle des actions de santé, à travers différents systèmes de prévoyance, amène, comme tendance à ce que la Médecine Préventive s'éloigne progressivement, de ses relations avec la société civile pour s'approcher de l'État dans sa dimension technocratique.

Cependant, dans le noyau de ces contradictions, il s'est développé de nouvelles conceptions sur le rôle de la Médecine Préventive dans la transformation de la théorie de la Médecine, à travers une pratique théorique spécifique qui parvient à délimiter l'idéologique dans son intérieur...Telle possibilité de pratique a été possible à travers la divulgation de travaux comme ceux de Canguilhem, Bachelard, Althusser et Balibar, Foucault et Alii, Fichant et Pecheux, Bernis, Labastida, Silmon, Piaget, Boltanski, Illich, Jantsche, Heckenhauser et d'autres, qui ont, dans un processus d'ouverture de nouveaux horizons dans les sciences sociales fourni de nouveaux instruments pour l'analyse de la médecine²².

On voit la forte présence de Canguilhem non seulement pour être le premier cité, mais aussi parce qu'une partie expressive des autres auteurs cités a été directement ou indirectement influencée par lui. Comme le remarque Foucault.

Mais ôtez Canguilhem et vous ne comprenez plus grand-chose à toute une série de discussions qui ont eu lieu chez les marxistes français; vous ne saisissez pas, non plus, ce qu'il y a de spécifique chez des sociologues comme Bourdieu, Castel, Passeron, et qui les marque si fortement dans le champ de la sociologie; vous manquez tout un aspect du travail théorique fait chez les psychanalystes et en particulier chez les lacaniens. Plus: dans tout le débat d'idées qui a précédé ou suivi le mouvement de 1968, il est facile de retrouver la place de ceux qui, de près ou de loin, avaient été formés par Canguilhem.²³

En effet, l'histoire épistémologique de Canguilhem, en valorisant l'erreur, l'accident, l'obstacle comme partie de la construction des concepts scientifiques, permettait d'échapper de la camisole de force du déterminisme historique, d'esprit néo-hégélien, consolidant de nouvelles perspectives ouvertes dans le panorama philosophique par les lectures phénoménologiques et structuralistes que renouvelaient le marxisme. En outre, ses recherches sur les sciences de la vie montraient la direction en cheminant, en ouvrant des possibilités de se concevoir et d'administrer

²² S. Arouca, *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva* [Le dilemme preventiviste: contribution pour la compréhension et la critique de la médecine préventive] (São Paulo: Ed. UNESP/Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2003), 142.

²³ M Foucault, "La vie: L'expérience et la science", *Revue de métaphysique et de morale*, 90, 1(1985): 3-14, 3.

avec l'inséparabilité entre histoire et science, en réalisant dans la pratique académique concrète une approche entre rationalisme et matérialisme extrêmement bienvenue pour la tradition marxiste.²⁴

C'est toutefois, *Lo normal y lo patológico*²⁵, édition argentine de l'œuvre alors inédite au Brésil qui serait en effet directement influente dans la construction du *Dilemma preventivo*. Non seulement par la méthode utilisée par Arouca, plus apparentée avec l'archéologie du savoir de Foucault et le structuralisme marxiste de Althusser,²⁶ mais parce que c'est là que se trouve ce qui me semble l'argument central et original du *Dilemma* et qui deviendra canonique dans le domaine de la Santé Collective: la question de la "normativité" comme clé de lecture des processus de santé-maladie. En recevant de Canguilhem la définition de la santé comme capacité de réponse aux infidélités du courant de la vie qui vont mettre à l'épreuve la valeur pratique de nos processus physiques et mentaux, s'ouvre un chemin pour, d'un côté, comprendre les valeurs qui étaient derrière un certain ensemble de propositions données comme promotrices ou récupératrices du "normal", ou non pathologique, comme un discours préventif. D'un autre côté, les insuffisances perçues dans les pratiques préventives rendaient possible de questionner l'efficacité normative de ces discours, ouvrant l'espace à la critique, à l'intérieur de la propre médecine préventive au milieu de ses tendances conservatrices. C'est ainsi qu'Arouca put identifier la stérile factorisation du social en critiquant le modèle de l'Histoire Naturelle de la Maladie, de Leavell et Clark²⁷, mais en même temps, percevoir dans le modèle écologique d'explication causale ici proposée, des forces pour réclamer un abordage de la prévention qui ne soit pas restreint à une lecture strictement médicale. C'est ainsi qu'il perçoit également le mouvement de la médecine communautaire comme un changement normatif devant les limites de la prévention dans les domaines de la Médecine et de la Santé Publique traditionnelles et les dangers et les opportunités qui là s'établissent et que nous accompagnons jusqu'aujourd'hui dans le domaine de la Santé Collective. Quand, par exemple, nous cherchons à affiner les relations entre le domaine institutionnel de la santé (formation de cadres, organisation de services, actions offertes) et les processus socio-politiques plus amples, ne sommes-nous pas en train d'ouvrir le domaine de la santé sur de nouveaux sujets et sur de nouvelles pratiques sociales, selon de nouveaux modèles normatifs, ou simplement en médicalisant le social en cachant derrière des normalisations scientifiques et techniquement conduites à l'imposition acritique d'un même modèle de réponses normatives?

La centralité de cet argument, et sa double face, de dénonciation du caractère conservateur et imperméables aux valeurs sociales émancipatrices de la Médecine et de la Santé Publique hégémoniques, d'un côté, et, de l'autre, de pari politique en alternatives reconstructives émergentes de l'intérieur de la propre structure de discours et de pratiques critiquées, marques de la Santé Collective, vont apparaître joliment illustrées peu de temps après dans la défense de thèse de Arouca, faite en juillet 1976. En novembre de la même année fut lancé le premier numéro de la revue *Santé en Débat*, publiée par le CEBES – Centre Brésilien d'Études de la Santé, organisation dont l'importance dans la construction du domaine de la Santé Publique est comparable à celle de l'ABRASCO. Cette revue a divulgué et a catalysé intensément la production conceptuelle et politique du Mouvement de Réforme Sanitaire et s'est constitué ainsi comme le véhicule de sa construction. Dans son premier numéro, parmi d'autres contributions importantes, Santé en Débat a publié deux articles, séquentiel dans l'ordre dans lequel ils sont disposés dans la publication – et, en effet, ils constituent des contributions entrelacées – qui peuvent très bien être lues comme une proposition programmatique pour la Santé Collective. Sergio Arouca publie

²⁴ Dominique Lecourt, "La historia epistemológica de Georges Canguilhem" ["L'histoire épistémologique de Georges Canguilhem"]. In: G. Canguilhem, *Lo normal y lo patológico* (Buenos Aires: Siglo XXI, 1971), VII-XXX.; L. Althusser, "Apresentação do posfácio de Pierre Macherey."

²⁵ G. Canguilhem, *Lo normal y lo patológico* [*Le normal et le pathologique*] (Buenos Aires: Siglo XXI, 1971).

²⁶ E. D. Nunes, "Por uma arqueologia da Medicina Preventiva" ["Par une archéologie de la Médecine Préventive"]. In: *O dilema preventivo: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva*, org. Sergio Arouca (São Paulo: Ed. UNESP/Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2003), 103-108.

²⁷ H. R. Leavell & E. G. Clark, *Textbook of Preventive Medicine* [*Manuel de la Médecine préventive*] (New York: MacGraw-Hill, 1953).

L'Histoire Naturelle des maladies et Anamaria Tambellini Arouca, alors épouse de Sergio, signe avec lui le second article appelé *Médecine de communauté: implications d'une théorie*.

Dans le premier article²⁸, en vérité un morceau de sa thèse (deuxième partie du quatrième chapitre), nous voyons Arouca déconstruire le modèle de l'Histoire Naturelle des Maladies (HNM) de Leavell et Clark. En remarquant dans l'ensemble de la thèse et dans l'examen des contradictions et des brèches propres au processus de construction de la Médecine Préventive, la rhétorique paraît acquiescer ici un ton bien plus dur (parce qu'unilatéral) dans la critique du caractère conservateur du modèle de HND. Ce qui est mis en évidence ici, c'est ce que je résumerais comme la "cécité normative" de la médecine. Le social apporté au modèle ne serait qu'un adjectif et comme tel, s'ajouterait à lui comme un "mythe", une apparente réforme de la médecine, mais qui en vérité laissait intouché son noyau substantif. Et cela se présenterait principalement par 1) Décomposer les aspects sociaux associés au modèle, les subordonner à l'explication des processus de la maladie comme conditions indépendantes entre elles, comme si elles ne faisaient pas partie d'une totalité qui les qualifie, intègre et hiérarchise selon des modes de production et de reproduction matérielle et culturellement déterminées, (un social naturalisé, donc). 2) Maintenir le modèle causaliste d'explication des phénomènes, répétant le modèle des sciences naturelles même s'il s'étend à de multiples facteurs utilisant le concept des réseaux causaux, le raisonnement linéaire et unidirectionnel des causes efficaces continuait, malgré tout intact. 3) Maintenir dans l'espace traditionnel des institutions de santé le processus de travail à être privilégiée dans la construction de réponses normatives aux exigences de la santé, centralisées dans la consultation médicale, maintenant les mêmes sujets et valeurs comme détenteurs du monopole des décisions normalisatrices sur la santé, la maladie et les soins.

Lu de forme isolée, cet article paraît contradictoire avec le type d'analyse favorisée par la référence à l'œuvre de Canguilhem, dont Arouca profitera d'une façon si puissante dans sa thèse. Il y a comme un déterminisme, un destin immanemment conservateur du cadre de la HNM, duquel disparaissent les multiples voix qui construisaient ce cadre conceptuel, parmi lesquelles celles qui n'étaient pas encore capables de transformer plus radicalement les savoirs de la Médecine et de la Santé Publique traditionnels. Celles-ci qui cherchaient dans le concept de prévention / préventisme des réponses à des problèmes qui, dans ce qu'ils ont de plus fondamental, étaient aussi une préoccupation du naissant mouvement de Réforme Sanitaire; comment intégrer médecine et santé publique, et comment incorporer au mode de connaître et de faire des deux le caractère social des processus santé-maladie? Il semble disparaître aussi du passage, hors du contexte de la thèse, la compréhension canguilhemienne du sens de normativité vitale qu'aucuns des savoirs sur la santé ne peuvent dispenser. C'est la compréhension canguilhemienne qui permettait de comprendre la tension qu'un cadre comme celui de la HND provoquait sur les formes traditionnelles de la Médecine et de la Santé Publique, favorisant les paris de rénovation de la Médecine de Communauté comme elle était alors appelée.

Cependant, dans l'article suivant, on passe de cette posture de simples dénonciations à une ouverture concrète aux possibilités d'une transformation effective des pratiques.

Pendant les dernières décennies, une série de concepts ont été présentés comme des solutions pour ladite crise du secteur de la santé, comme 'Médecine Préventive', 'Médecine Compréhensive' et, plus récemment 'Médecine de Communauté'. En réalité, de tels concepts, issus d'un mécanisme d'adjectivation de la médecine, ne possèdent pas derrière eux un cadre théorique qu'explique la réalité à laquelle ils s'appliquent... L'absence d'un cadre théorique qui rende compte de cette 'crise' génère des positions qui, en maintenant une distanciation théorique, se constituent

²⁸ S. Arouca, "História Natural das Doenças" ["Histoire naturelle des maladies"], *Saúde em Debate*, [vol.] 1, 1 (1976): 15-19.

comme un ensemble désordonné d'expériences empiriques que ne posent pas de problèmes à la connaissance... Toutefois l'ensemble des expériences générées par ces oppositions peut être un grand stimulant de la production théorique.²⁹

Et l'auteur qui est alors appelé à fournir des subsides pour construire les concepts nécessaires à la production de réponses aux nouvelles nécessités pratiques du domaine de la santé, n'est personne d'autre que Canguilhem:

Nous prétendons dans cet article, à partir des théories de Georges Canguilhem, vérifier quelques-unes des explications possibles en relation à cet ensemble de pratiques dénommées médecine de communauté.³⁰

Il s'ensuit alors un compte rendu des contributions de Canguilhem. Même s'il n'y a pas de références bibliographiques dans l'article, le travail présenté est au fond, *Le normal et le pathologique*. Dans le compte rendu soigné, bien que synthétique, ce qui est mis en évidence par le couple Arouca, c'est la construction du concept de santé et de maladie menée à sa fin par Canguilhem à partir de son concept central de normativité vitale et sa relation avec les "allures de la vie". C'est à dire que la santé devient comprise comme une réponse satisfaisante, dans l'"expérience vécue", de nos capacités de répondre aux "infidélités" qui menacent notre intégrité et notre bien-être, qualifiant ainsi santé et maladie comme des polarités valorisantes (positive ou négative) en relation à notre capacité de répondre (ou non) aux exigences normatives, et rendre ainsi possible la production de normes qui prennent en compte nos attentes et nécessités comme vivant. Dans cette même perspective, et en s'appuyant sur la critique de Canguilhem, les prétentions scientifiques de définir physiologiquement la maladie par la valeur négative des phénomènes pour le fonctionnement maximal de la totalité organique ("on ne dicte pas scientifiquement les normes à la vie"), suggèrent également la nécessité de reconstruire les relations entre les sciences et les techniques dans la médecine. Elles proposent que se sauvegarde la précedence pratique de ces dernières, ainsi comme quand on revoit les espaces et les ressources des pratiques de santé, de manière à rendre possible aux personnes de "s'approprier" leurs logiques et ressources pour leur propre bénéfice, au lieu d'être exproprié de leurs expériences et intérêts en santé par le "monde insolite" de ces ambiances et procédés technique. Et, ainsi même en remarquant que ce n'est qu'une parmi d'autres possibles contributions théoriques innovatrices autour de la médecine communautaire, les auteurs concluent

Ainsi, nous devons à partir de Canguilhem:

-Libérer la vie pour qu'elle questionne la science sur l'expérience, à travers l'expérience des sujets concrets,

-Libérer l'homme dans son 'expérience', ce qui signifie lui fournir les moyens pour comprendre et contrôler son 'allure de la vie'³¹

²⁹ A. T. Arouca e S. Arouca, "Medicina de comunidade: implicações de uma teoria," *Saúde em Debate* [vol.] 1, 1 (1976): 20-23, 20.

³⁰ A. T. Arouca e S. Arouca, "Medicina de comunidade: implicações de uma teoria", 20.

³¹ A. T. Arouca e S. Arouca, "Medicina de comunidade: implicações de uma teoria", 23.

Canguilhem et le Département de Médecine Préventive de la Faculté de Médecine de l'Université de São Paulo.

Vers le milieu des années 1970, persécutés politiquement, le groupe de professeurs et d'étudiants catalysés par Arouca à l'UNICAMP commence à se disperser.³² Ce groupe était composé de noms qui seront plus tard d'une grande importance pour la santé du pays, au-delà du propre couple Arouca, citons celui de David Capistrano Costa Filho (1948-2000) e Eleutério Rodriguez Neto (1946-2013). Arouca est transféré en 1976 à l'École Nationale de Santé Publique. Le Département de Médecine Préventive et son programme de post-graduation, qui développait aussi le rôle d'un important centre d'attraction et d'irradiation de la pensée critique de la naissante Santé Collective, a reçu aussi des personnes qui en faisaient partie et des sympathisants de ce groupe, par exemple Eleutério Rodriguez Neto, Ricardo Lafetá Novaes (1945-1998) et Hillegonda Maria Dutilh Novaes. Là, se rencontraient déjà, Cecilia Donnangelo et Guilherme Rodrigues da Silva (1928-2006), deux des plus grands leaders politiques et intellectuels de la construction de ce champs de recherche. Dans cette ambiance, la forte influence de Canguilhem va également se faire remarquer.

Ricardo Lafetá Novaes a été un de ceux qui, en étroite relation avec Arouca et son groupe, et partageant avec ceux-ci l'intérêt de réfléchir de façon critique sur les concepts qui étaient la base des pratiques de santé, a développé dans la Médecine Préventive de l'USP, sous l'orientation du Prof. Guilherme Rodriguez da Silva, une maîtrise où l'influence de Canguilhem est marquante. *La Santé et les concepts*³³ est contemporaine des travaux de Arouca, cités plus haut, et lui ressemblent. Des références méthodologiques centrées sur Althusser, jusqu'à la défense de la nécessité de reconstruction conceptuelle pour rendre effectifs les changements signalés par les propositions de réforme de l'attention et de l'enseignement médical, mais spécialement par le soutien à l'épistémologie historique de Canguilhem et au potentiel reconstitutif de son concept de normativité en santé, cette étude de Novaes résonne comme une continuité de l'investissement théorique proposé dans l'article de la revue *Santé en Débat*.³⁴

Maria Novaes propose une continuité du dialogue avec Canguilhem mais d'une manière différente de Lafetá, elle s'intéresse plus à l'historien des sciences qu'au philosophe – quoique par la force du propre référentiel de l'épistémologie historique, sa récupération de l'histoire de la puériculture³⁵ a également été guidée par la réflexion sur les bases épistémologiques des sciences médicales, les discussions sur cette connaissance s'appuyaient en même temps sur les informations historiques qu'elle avait recueillies. Dans son étude, le recours à Canguilhem, quoiqu'il s'appuie également sur la question de la normativité, qui, comme nous l'avons vu, a été le pont qui a relié les territoires de la Santé Collective à l'œuvre de Canguilhem, a été fondamentale pour caractériser la particularité de l'objet de l'histoire des sciences médicales. Pour cela, au-delà du *Le normal et le pathologique*, il a eu recours au texte classique *L'objet de l'histoire des sciences*,³⁶ et à l'*Idéologie et rationalité*, dans sa version française originale.³⁷

Du travail que Cecilia Donnangelo était en train de développer dans le Département résulte également un gain important aux contributions de l'épistémologie historique en Santé Collective qui m'intéresse d'examiner ici en particulier. Vu qu'il a produit une inflexion assez

³² Comissão da Verdade e Memória Otávio Ianni (Relatório Final, Unicamp: Universidade Estadual de Campinas, 2015) [Commission de la Vérité et de la Mémoire Otávio Ianni (Rapport final, Unicamp: Université d'état de Campinas)].

³³ R. L. Novaes, *A saúde e os conceitos* (Dissertação de mestrado).

³⁴ A. T. Arouca e S. Arouca, "Medicina de Comunidade: implicações de uma teoria".

³⁵ H. M. D. Novaes, *A puéricultura em questão*.

³⁶ G. Bachelard, J. A. Miller, "Epistemologia", *Revista Tempo Brasileiro*

³⁷ G. Canguilhem. *Idéologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie: Nouvelles études d'histoire et de philosophie des sciences* (Paris: Vrin, 1977).

original et qu'il a résulté en une ligne de recherche en cours jusqu'aujourd'hui dans le Département et également influente en dehors de lui.

Dans *Santé et société*³⁸, considérée avec *Le dilemme préventiviste*, comme œuvre fondatrice de la Santé Collective, comme nous l'avons déjà signalé, nous trouvons Canguilhem dès les premiers paragraphes. Et ici, comme dans les travaux cités plus haut, le recours au philosophe se doit à sa conception de la normativité de la vie et à la dislocation qu'il impose aux conceptions traditionnelles de la santé et de la maladie – et ses conséquences sur les façons de penser les relations entre physiologie et pathologie et spécialement entre science, technique et pratique.

La clinique est inséparable de la thérapie et celle-ci est une technique d'instauration et de restauration du normal dont l'objectif, de savoir que la satisfaction subjective d'une norme qui est instaurée, échappe à la juridiction du savoir objectif. On ne dicte pas des normes scientifiques à la vie (...) La propre vie (...) est qui introduit dans la conscience humaine les catégories de la santé et de l'infirmité. Ces catégories sont biologiquement techniques et subjectives et non pas scientifiques et objectives.³⁹

Donnangelo poursuit en dialoguant avec *Le normal et le pathologique* tout au long du premier chapitre, *Médecine: pratique technique – pratique sociale*, de la première partie du travail dénommée *Médecine et structure sociale*. Cette œuvre est fondamentale pour la construction de ce qui deviendrait plus tard la marque principale de la contribution de l'auteur dans le domaine de la Santé Collective: la nécessité d'explorer la "consubstantialité technico-social des savoirs et des pratiques de santé". Ce fut, sur cette voie que, encore une fois, Canguilhem a été appelé à soutenir une direction programmatique de la construction des pratiques en santé alors recherché par le mouvement sanitaire brésilien – et motivée également ici par la crise de la médecine et par la critique des déficiences des modèles de réforme proposés par le préventivisme et par la Médecine de Communauté, ou Médecine Communautaire, comme l'appelle Donnangelo, s'alignant sur celles déjà réalisées par Arouca⁴⁰ et Guilherme Rodrigues da Silva⁴¹. En mettant en évidence la priorité ontologique du pathologique sur le physiologique, celui-ci compris comme un obstacle expérimenté par une "allures de la vie" donnée, réclamant de nouvelles normes de régulation qui devraient être produites pour le corps ou par son milieu, Canguilhem dit clairement que les lectures sur les corps et les milieux effectuées par les sciences de la vie et de la santé, selon les intérêts normatifs qui produiront des techniques d'interventions normalisatrices, ces lectures ne sont pas les expressions objectives immanentes d'une nature dévoilée par la connaissance méthodique des sciences, mais avant tout, elles révèlent la précédence et l'ascendance des "valeurs" sur l'objectivité scientifique et la relation de ces valeurs avec les nécessités et les possibilités inscrites dans la concrétude des expériences d'être vivant.

Cette construction, comme nous l'avons déjà signalé, permettait d'établir un dialogue réussi avec les positions du matérialisme historique, si importante dans le milieu académique de la Santé Collective. Elle fournissait des éléments qui ne donnaient pas seulement une densité conceptuelle à la dénonciation du mythe de la neutralité axiologique des sciences et des techniques, mais elle créait aussi la possibilité d'un dialogue théorico-méthodologique entre l'investigation des aspects socio-politiques, en relation avec les expériences concrètes de la santé, de la maladie et des soins et le plan épistémologique des savoirs et des pratiques de la médecine.

Ainsi, en dialoguant avec différents intérêts et auteurs, dans le marxisme et hors de lui (on remarque là l'importance de Foucault), provenaient diverses manières de profiter de l'œuvre de

³⁸ M. C. F. Donnangelo e L. Pereira, *Saúde e sociedade* [*Santé et société*] (São Paulo: Duas Cidades, 1976).

³⁹ M. C. F. Donnangelo e L. Pereira, *Saúde e sociedade*, 16-17.

⁴⁰ S. Arouca, *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva*.

⁴¹ G. R. Silva, "Origens da Medicina Preventiva como disciplina do ensino médico" ["Origines de la Médecine Préventive comme discipline de l'enseignement médical"], *Rev. Hosp. Clin. Fac. Med. S. Paulo*, 28 (1973): 91-96.

Canguilhem dans le Département de Médecine Préventive. En dialoguant spécialement avec Althusser, par exemple, Novaes a mis en évidence spécialement le composant idéologique et la dénonciation de la non-transparence du sens normatif des pratiques d'exercice et d'enseignement de la médecine, par la force des mécanismes structuraux de domination de classe.

Nous pensons que la santé est un processus organique surdéterminé par des normes vitales supérieures qui permettent à l'organisme d'être normatif, processus qui est une nouvelle fois surdéterminé puisque la VALEUR dominante est décurrence des représentations et des exigences de la structure sociale qui, étant données les relations de production, institue les classes et leur lutte. La Santé et la maladie sont ainsi beaucoup plus des valeurs sociales historiquement mises en place que la simple expression de la situation biologique de l'organisme (en général) dans un milieu donné.⁴²

Donnangelo, en dialogue également avec des auteurs structuralistes, mais cherchant spécialement chez Gramsci des opportunités pour penser les aspects structurés et structurants des pratiques en santé dans les formations sociales en termes de conflit et de contradictions entre projets (et sujets) sociaux (hégémoniques et contre hégémoniques), focalisera ses analyses beaucoup plus sur l'action politique que sur l'aspect de la domination idéologique à proprement parlé. Dans la première, et la plus importante partie de son travail, l'auteur trace un panorama de la confrontation des pratiques en santé dans les formations sociales capitalistes, synthétisée dans l'extrait ci-dessous:

La redéfinition de la médecine comme pratique sociale apparaît de manière marquée au XVIII^{ème} siècle, à travers son extension institutionnalisée sur toute l'étendue de la société, imprégnant le processus politique et économique d'une forme particulière. Ce ne sont pas les soins médicaux qui se généralisent alors mais ce que l'on pourrait considérer de manière approchée, comme une extension du domaine de normativité de la médecine à travers la définition des nouveaux principes référents au signifié de la santé et de l'interférence médicale dans l'organisation de la population et de ses conditions générales de vie.⁴³

Cette médicalisation de la vie sociale devient alors la base de son analyse critique sur les relations entre la santé et la société et la consubstantialité technico-sociale des pratiques de santé. Mais son analyse de la médicalisation dans les moules manipulés par la médecine communautaire va signaler non plus le sens de "contrôle" de la force de travail, comme dans les premiers temps du processus de transformation capitaliste des sociétés occidentales, mais l'extension (à faible coût) de la consommation des services de santé, consolidant la pratique médicale comme travail social et légitimant politiquement le modèle normatif (non transparent) réitéré par les sciences et les techniques de la médecine.

Avec cela, *Santé et société* ne produit pas seulement une charpente théorique pour l'analyse de la Médecine Communautaire, mais construit des balisages conceptuels pour une sociologie de la santé de manière plus générale.⁴⁴ Et, quoiqu'elle extrapole les possibilités de traitement dans

⁴² R. L. Novaes, "*A saúde e os conceitos*", 176.

⁴³ M. C. F. Donnangelo e L. Pereira, *Saúde e sociedade*, 47.

⁴⁴ L. Pereira, "Capitalismo e saúde" ["Capitalisme et santé"]. In: *Saúde e sociedade*, orgs. M. C. F. Donnangelo e L. Pereira (São Paulo: Duas Cidades, 1976), 95-124.

l'espace de cet article, il ne sera pas difficile d'imaginer la richesse des possibilités qui se sont alors ouvertes à la pensée critique dans le domaine de la Santé Collective, par la combinaison de l'ouverture à la consubstantialité technico-social des pratiques en santé et la possibilité de mener son investigation à l'intimité de la conformation des sciences et des techniques sur lesquelles ses pratiques sont fondées, par le dialogue productif établi avec l'épistémologie historique. L'étude la plus significative qu'elle a traité, pour le moins celle qui s'est déployée dans la production des interlocuteurs les plus proches de Cécilia, va se pencher sur la question de la médecine comme "travail", entendu non pas dans la stricte condition d'une activité productive "infrastructurale" des sociétés capitalistes, mais comme pratique de sujets (les médecins) liés de façons contradictoires (comme dominés et dominants) à la manœuvre technoscientifique de normativité posées pour le contrôle de la santé dans le contexte des modes de reproduction sociales historiquement constitués.⁴⁵ Nous ne commenterons pas toute cette extensive et riche production dans son ensemble. Je vais me concentrer seulement sur le côté théorique sur lequel s'est fortement resserré le dialogue avec l'épistémologie historique.

Canguilhem et la Théorie du Processus de Travail en Santé

Ricardo Bruno Mendes Gonçalves (1946-1996), le plus proche collaborateur de Cecilia Donnangelo, a défendu sa maîtrise, *Médecine et histoire: Racines sociales du travail médical* peu de temps après l'habilitation de Donnangelo. Son travail est tellement influencé par le sien qu'il semble presque le compléter, dans le sens discerné par Luiz Pereira (1933-1985) dans l'argumentation à l'auteur: "Justement, parce que l'auteur a appris les déterminations infrastructurales de la pratique médicale par les fonctions de ces dernières, elle laisse une lacune dans sa thèse dans ce qui se réfère à de telles déterminations: oublie de penser la pratique médicale comme un travail".⁴⁶

Ce fut, comme nous l'avons dit plus haut, le chemin qu'a suivi Ricardo Bruno dans sa maîtrise. Il n'y a pas lieu ici d'explorer en détail les contenus de cette œuvre importante, je vais seulement distinguer brièvement, comment, en concevant ce qui serait plus tard sa Théorie du Processus de Travail en Santé (TPTS), elle a permis de poursuivre le dialogue de Canguilhem avec la Santé Collective. Dans ce sens, il est important de remarquer que dans la perspective conceptuelle de *Médecine et histoire*, le matérialisme et l'histoire sont devenus non seulement une façon d'exprimer une prise de position politique, de dénonciation critique des directions conservatrices des pratiques de santé, mais a configuré positivement des possibilités de recherche théorique et appliquée d'un caractère que nous pouvons appeler de reconstituteur. Peut-être sous l'influence gramscienne, Ricardo Bruno s'est montré spécialement sensible au devenir historique et au rôle des sujets et de leurs interactions, permettant de tenter les possibilités reconstitutives de l'intérieur même des pratiques de santé. Cette perspective est ouverte, premièrement, par la caractérisation dans *Médecine et histoire* de la double position des médecins dans les sociétés capitalistes: d'un côté, membres d'une élite intellectuelle qui formule les projets sociaux hégémoniques, basés sur la légitimité et le pouvoir pratique des sciences médicales, d'un autre travailleurs qui produisent des services et, comme tel, sont dominés, non seulement par les

⁴⁵ R. B. Mendes-Gonçalves, *Medicina e história: raízes sociais do trabalho médico* [*Médecine et histoire: Racines sociales du travail médical*] (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1979); R. B. Mendes-Gonçalves, *Tecnologia e organização social das práticas de saúde: características tecnológicas do processo de trabalho em saúde na rede de centros de saúde do estado de São Paulo* [*Technologie et organisation sociale des pratiques en santé: caractéristiques technologiques du processus de travail dans le réseau public de centres de santé de l'état de São Paulo*] (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1986); L. B. Schraiber, *Contribuição ao estudo da educação* [*Contribution à l'étude de l'éducation médicale*] (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1980); L. B. Schraiber, *Medicina liberal e incorporação de tecnologias: as transformações históricas da autonomia profissional dos médicos em São Paulo* [*Médecine libérale et incorporation de Technologies: les transformations historiques dans l'autonomie professionnelle des médecins à São Paulo*] (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1989).

⁴⁶ M. C. F. Donnangelo e L. Pereira, *Saúde e sociedade*, 111.

relations de production qui progressivement définissent les modes de travail et de vie, mais aussi par le pouvoir progressif de la technologie pour déterminer le sens et la valeur de sa connaissance et pour déterminer sa place dans les processus (parcellaires) du travail en santé. C'est justement cette insertion contradictoire qui rend possible, selon Ricardo Bruno, la perception des possibilités émancipatrices d'une pratique théorique que se voue à l'exploration des relations entre les technologies et les sciences de la santé et ses sujets. Parier sur l'investigation empirique et la réflexion critique autour des technologies du travail médical (y compris sa relation avec les sciences) peut selon cet auteur produire des tensions et transformer les positions des sujets, les relations de pouvoir et ainsi, les valeurs et les normativités qui orientent nos pratiques en santé.⁴⁷

Un des résultats de ce dialogue fertile entre la compréhension de la médecine comme travail et l'épistémologie historique de Canguilhem, commencé avec *Médecine et histoire*, va apparaître avec toute sa force dans un travail originalement publié en 1985 et réédité en 1990,⁴⁸ et qui eut un grand impact dans la Santé Collective. Dans cette étude, c'est la relation entre la science épidémiologique et la pratique médicale qui est examinée, développant la thèse que, dans le travail concrètement opéré dans le contexte du développement historique de la clinique moderne, au long des XIX^{ème} et XX^{ème} siècle, les bases normatives de l'épidémiologie sont subsumées dans la pratique médicale à la perspective clinique. Le Canguilhem du *Le normal et le pathologique* est central dans la construction du référentiel théorique du texte (pages 41-53), principalement pour comprendre comment la normativité hygiéniste à l'origine de l'épidémiologie, qui ambitionnait le maniement des déterminants sociaux des processus de maladie, a été subsumée comme travail concrètement opéré dans la médecine au maniement individualisé de ce social, il est exprimé comme-tel dans le modèle d'Histoire Naturelle de la Maladie.

Dans son doctorat,⁴⁹ Ricardo a continué son entreprise théorique en densifiant et en mûrissant son cadre conceptuel et en l'appliquant, alors, à une recherche empirique autour des processus de travail concrètement opérés dans les Centres de Santé du réseau de São Paulo. La dette de cette entreprise avec l'architecture conceptuelle que nous venons de discuter est explicite dans les références bibliographiques et semble synthétisée dans les extraits ci-dessous:

(La pratique médicale) est un travail, enfin, parce qu'elle vise l'obtention d'effets déterminés, elle cherche à altérer un état des choses établi comme manque, et en faisant cela, s'aide des conceptions scientifiquement élaborées sur le corps pour traiter avec quelque chose qui échappe aux limites du corps, encore que cela puisse être appris ainsi: le pathologique, comme expression d'une normalité spécifique. (...) ... Les analyses de Canguilhem et Donnangelo permettent de comprendre... que le corps anatomo-physiologique ne se définit plus comme normal ou pathologique s'il ne prend pas comme référence ces structures de normativité extra-biologiques et qui, en conséquence, la normativité est immédiatement contenue dans l'objet du travail du médecin.⁵⁰

Comprises comme un travail, il soutient que les pratiques médicales admettent d'être analysées comme un ensemble de connaissances de type scientifique ("savoir que"), savoirs technico-opératoire ("savoir comment") et une correspondante instrumentalité matérielle, tous intégrés et qualifiés par des normativités relatives à des modes déterminés des "allures de la vie" et

⁴⁷ J. R. C. M. Ayres, "Ricardo Bruno: história, processos sociais e práticas de saúde" ["Ricardo Bruno: l'histoire, les processus sociaux et les pratiques de santé"], *Ciência e Saúde Coletiva*, [vol.] 20, 3 (2015): 905-912.

⁴⁸ J. R. C. M. Ayres, "Reflexão sobre a articulação entre a investigação epidemiológica e a prática médica, a propósito das doenças crônicas e degenerativas" ["Réflexion sur la relation entre la recherche épidémiologique et la pratique médicale, en ce qui concerne les maladies chroniques et degeneratives"]. In: *Epidemiologia: teoria e objeto* [Epidémiologie et objet], org. D. C. Costa (São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1990), 39-86.

⁴⁹ R. B. Mendes-Gonçalves, "Tecnologia e organização das práticas de saúde".

⁵⁰ R. B. Mendes-Gonçalves, "Tecnologia e organização das práticas de saúde", 66-68.

configurée comme telle (travail en santé) seulement dans les formes concrètes de son opération. En conséquence, toute déconstruction critique des pratiques en santé trouvera un puissant recours dans l'appréhension des sens effectivement assumés par ses sciences dans la manière de comment ils s'articulent avec le travail concrètement opéré dans son domaine de normativité. Dans la même direction, mais en sens inverse, nous pouvons assumer que la reconstruction des pratiques en santé dépend de notre réussite dans la création de conditions politiques pour que de nouveaux horizons de normativité puissent être socialement reconnus et validés et (étant donné que) la valeur des sciences (et des techniques) qui les peut faire valoir soit concrètement expérimentée.

En raison de la fragilisation de sa santé et de sa mort précoce, Ricardo Bruno n'a pas eu l'opportunité de donner de plus amples développements théoriques à ce cadre, excepté dans quelques productions plus ponctuelles, comme sa discussion sur les nécessités de santé⁵¹ et des commentaires à partir des travaux de ses élèves⁵². Néanmoins, Lília Schraiber, Maria Ines Baptistella Nemes et d'autres collaborateurs et élèves, nombreux et de diverses régions du pays, ont donné suite à des programmes de recherche dérivés des TPTS ou en dialogue avec cette production - à commencer par la propre expérimentation de nouveaux agencements technologiques pour les pratiques de l'attention primaire à la santé dans une unité de base, le Centre de Santé École Samuel B. Pessoa.⁵³

Dans plusieurs de ces productions, la pensée de Canguilhem continue d'être, directement ou indirectement, une référence importante qui indique, dans ses succès et dans ses omissions, les exigences de rénovation critique auquel un travail intellectuel vigoureux et rigoureux comme le sien incite toujours.

Canguilhem et la Santé Collective aujourd'hui, quelques réflexions finales

La diffusion de l'œuvre de Canguilhem s'est amplifiée dans la Santé Collective (et doit s'amplifier encore avec la récente publication de nouvelles œuvres en portugais), à tel point qu'il serait difficile d'évaluer les modes de son utilisation dans la production actuelle de ce domaine sans un laborieux inventaire, ce qui n'est pas le sujet ici. Quelques publications des dernières vingt années, dans des revues scientifiques, nous donnent cependant quelques indices sur la continuité du dialogue avec ce penseur dans divers centres académiques du pays et même à l'étranger⁵⁴. Il est

⁵¹ R. B. Mendes-Gonçalves, "Práticas de saúde: processos de trabalho" ["Pratiques de santé: processus de travail e besoins"], *Cadernos CEFOR - Textos 1* (1992)

⁵² R. B. Mendes-Gonçalves, Prefácio a J. R. C. M. Ayres [Préface], *Epidemiologia e emancipação* [Epidémiologie et émancipation] (São Paulo: Hucitec, 1995), 13-20 e R. B. Mendes-Gonçalves, "Seres humanos e práticas de saúde: comentários sobre 'razão e planejamento'" ["Les humains et les pratiques de santé: Commentaires sur 'Raison et planification'"]. In: *Razão e planejamento: reflexões sobre política, estratégia e liberdade* [Raison et planification: réflexions sur la politique, stratégie et liberté], org. E. Gallo (São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1995), 13-31.

⁵³ L. B. Schraiber (org.), *Programação em saúde hoje* [Programmation en santé aujourd'hui] (São Paulo: Hucitec, 1990) e L. B. Schraiber, M. I. B. Nemes, R. B. Mendes-Gonçalves (orgs.), *Saúde do adulto: ações e programas na unidade* [Santé de l'adulte: actions et programmes dans l'unité de base] (São Paulo: Hucitec, 1996).

⁵⁴ A. Martins, "Novos paradigmas e saúde" ["Nouveaux paradigmes et santé"], *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, [vol.] 9, 1 (1999): 83-112; M. T. A. D. Coelho e N. Almeida Fo., "Conceitos de saúde em discursos contemporâneos de referência científica" ["Concepts de santé dans des discours contemporains de référence scientifique"], *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, [vol.] 9, 2 (2002): 315-33; J. C. R. S. Soares e K. R. de Camargo Jr., "A autonomia do paciente no processo terapêutico como valor para a saúde" ["L'autonomie du patient dans le processus thérapeutique comme valeur pour la santé"], *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, [vol.] 11, 21 (2007): 65-78; J. R. C. M. Ayres, "Uma concepção hermenêutica de saúde" ["Une conception herméneutique de la santé"], *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, [vol.] 17, 1 (2007): 43-62; K. R. de Camargo Jr., "As armadilhas da concepção positiva de saúde" ["Les pièges de la conception positive de la santé"], *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, [vol.] 17, 1 (2007), 63-76; R. F. Puttini e A. Pereira Jr., "Além do mecanicismo e do vitalismo: a 'normatividade da vida' em Georges Canguilhem" ["Au-delà du mécanisme et vitalisme: la 'normativité de la vie' dans Georges Canguilhem"], *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, [vol.] 17, 3 (2007): 451-464; C. Resende, "O que pode um corpo? O método Angel Vianna de conscientização do movimento como um instrumento terapêutico" ["Qu'est-ce que peut un corps? La méthode Angel Viana de conscientisation du mouvement comme instrument thérapeutique"], *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, [vol.] 18, 3 (2008): 563-574 ; D. Czeresnia, "Canguilhem e o caráter filosófico das ciências da vida"

également difficile de juger, devant cette dispersion et augmentation de la production dans le domaine de la Santé Collective, si le dialogue avec cette œuvre continue a exercé le même effet d'enracinement dans l'expérience vécue, par l'intermédiaire de la réflexion sur la question de la normativité, les réflexions sur les sciences de la santé et les technologies en relation avec elles. Ce qui semble inexistant aujourd'hui, c'est un recours à Canguilhem comme base conceptuelle d'une plate-forme politico-scientifique de nature programmatique pour le domaine de la Santé Collective comme un tout, comme dans les années 1970 (mais en existe-t-il une?). C'est dans ce sens, peut-être, qu'il serait nécessaire de réaliser des recherches plus régionales, non seulement dans le sens géographique, mais spécialement dans le sens de régions d'application de la rationalité de Santé Collective, pour évaluer la pénétration et la fécondité de ce dialogue. Serait-ce alors son œuvre qui agit effectivement dans la construction de concepts dans la Santé Collective?

Je vais chercher à répondre à cette question à partir de la réflexion sur quelques déploiements des contributions de Canguilhem autour de la Théorie du Processus de Travail en Santé dans ma propre production. Un tel examen qui sera fait ici, ne veut prétendre à aucun type de représentativité ample, mais pourra être utile pour signaler quelques possibilités et défis de la continuité de ce dialogue productif avec le penseur de la normativité vitale.

Partant de la consubstantialité technico-sociale des pratiques en santé (Donnangelo) et de la relation entre connaissance et processus de travail dans la compréhension de l'historicité et la configuration épistémologique des sciences de la santé (Mendes Gonçalves), j'ai développé deux lignes de productions académiques dans lesquelles je vois clairement les contributions de Canguilhem. Dans un premier temps, dans la recherche de la compréhension de la genèse et des fondements épistémologiques de l'épidémiologie, savoir stratégique dans l'opération de la normativité socio-sanitaire dans les processus de travail en santé. Dans un second temps, dans la critique du paroxysme techniciste des pratiques d'attention à la santé.

La propre manière par laquelle j'ai dénommé la première ligne de recherche, explicite l'influence de Canguilhem: critique "historico-épistémologique" de l'épidémiologie, travail de maîtrise développé entre 1986 et 1991.⁵⁵ En effet, si j'ai été incité par Ricardo Bruno à étudier cette science si importante pour le projet de Santé Collective à partir de la perspective des processus de travail en santé (ici, dans ses relations avec les pratiques de santé publique), ce fut avec la lecture de Canguilhem que j'ai rencontré un chemin cohérent pour le faire. Ceci parce que, pour autant qu'une science soit impliquée dans des processus concrets de travail, il y a des différences importantes, bien sûr, entre la manière par laquelle elle se laisse apprendre comme partie d'une technologie et les processus qui caractérisent le moment de sa production comme connaissance. Les intérêts et les compromis "internes" et "externes" de la communauté de scientifiques qui produisent l'épidémiologie, la matérialité technique qui promouvait ou détenait ses chemins, le degré et le type de développement de la rationalité qu'elle appliquait à ses problèmes d'investigation, et le contexte sociopolitique plus ample, qui sanctionnait ou non ses constructions, tout cela réclamait un référentiel qui apportasse à l'étude la perspective, non seulement d'une philosophie des sciences, une épistémologie, mais aussi, et avec elle, une sociologie des sciences.

Parmi les classiques qui déjà soutenaient d'une certaine façon ces perspectives de dialogue, Tomas Kuhn⁵⁶ semblait clarifiant avec son concept de paradigme. "Structures

[“Canguilhem et le caractère philosophique des sciences de la vie”], *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, [vol.] 20, 3 (2010): 709-727; S. Caponi, “Georges Canguilhem: del cuerpo subjetivo a la localización cerebral” [“Georges Canguilhem : du corps subjectif à la localisation cérébrale”], *Salud Colectiva*, [vol.] 6, 2 (2010): 149-161; A. Ostachuck, “La vida como actividad normativa y auto-realización: debate en torno al concepto de normatividad biológica en Goldstein y Canguilhem” [“La vie comme activité normative et l'auto-réalisation: débat autour du concept de normativité biologique chez Goldstein et Canguilhem”], *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, [vol.] 22, 4 (2015): 1199-1214.

⁵⁵ J. R. C. M. Ayres, *Epidemiologia e emancipação* (São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1995).

⁵⁶ T. Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas* [La structure des révolutions scientifiques] (São Paulo: Perspectiva, 1989).

paradigmatiques”, la manière par laquelle j’ai incorporé les contributions de cet auteur à mon propre cadre conceptuel, permettraient d’explorer des rationalités, des intuitions et des recours qui, de l’intérieur de la communauté scientifique de la santé, ont construit la science épidémiologique qui dialoguait (ou non) avec les exigences socio-sanitaires qui se constituaient comme un travail social au cours des différents moments historiques. Toutefois, Canguilhem nous enseigne que les sciences de la santé étaient, beaucoup plus immédiatement que les autres sciences, la propre vie humaine en établissant pour elle-même et son milieu les modèles normatifs capables de satisfaire ses nécessités et d’expérimenter ses possibilités. Il fallait alors une “hybridation” du cadre kuhnien avec une réflexion autour du problème de la “valeur” socio-vitale qui clarifiait la construction des concepts – ce point de départ de l’histoire épistémologique de Canguilhem. Ce fut ainsi que je suis parvenu à la formulation des “structures normative-paradigmatiques” pour entreprendre mon étude sur l’épistémologie de l’épidémiologie – que j’ai nommée “critique” historico-épistémologique pour signaler une valeur normative que je poursuivais moi-même dans mon étude, fondamentalement l’intérêt reconstitutif du domaine de la Santé Collective.

Si le dialogue avec le concept de paradigme a cherché à suppléer un certain “déficit sociologique”, fréquemment montré comme la limite de la méthode de Canguilhem⁵⁷, de la même manière que, d’un côté, Canguilhem a permis d’amener pour l’analyse la question du sens normatif des sciences de la santé, ce dont manquait le cadre kuhnien, il y avait encore un autre défi à affronter dans la critique historico-épistémologique. Il concerne les difficultés de l’analyse des structures de rationalité pour rendre compte du “sens de l’action politique” qui les construit et reconstruit dans la poursuite des exigences normatives auxquelles elles répondent. Pour cela, on a eu recours dans ce travail⁵⁸ aux notions de “projet anthropo-émancipateur et au projet techno-conservateur” (tributaire de la tradition phénoménologique-existentialiste), avec un succès relatif dans ce contexte précis,⁵⁹ mais la question du sens de l’action se posera toujours comme un défi pour l’épistémologie historique dans la mesure que ce ne sont pas seulement les domaines d’application des sciences qui se transforment en permanence, mais aussi leurs propres intérêts normatifs.

Cette ligne d’investigation a avancé en se focalisant d’une manière plus approfondie un des concepts développés par l’épidémiologie, justement celui qui a permis que son discours dépasse le seuil de la formalisation,⁶⁰ s’alignant entre les sciences *hard* de la santé au XX^{ème} siècle: le concept de risque.⁶¹ Dans cette étude, Canguilhem n’est pas utilisé aussi activement comme il l’avait été dans l’étude antérieure pour soutenir la construction théorico-méthodologique, mais le fait que ses contributions dans les sciences de la vie et de la santé ne soient pas évoquées tout au long du travail écarte l’hypothèse de que cela soit dû à quelques types d’oubli ou d’abandon. Comme il est probable que cela se passe dans d’autres productions dans le domaine de la Santé Collective, la contribution fondamentale de son épistémologie historique résulte presque comme un présupposé, un point de départ tacite - ce qui, même si cela semble une bonne explication, ne peut servir de justificatif pour la négligence envers la reprise critique d’un cadre si riche et si important pour la Santé Collective.

Dans une certaine mesure, je pense que ce fut le cas dans *Sur le risque*. Ici Canguilhem ne fait pas partie centralement de l’exposition de l’architecture méthodologique de l’étude, même s’il est utilisé pour soutenir quelques-uns de ces traits fondamentaux, en particulier en ce qui concerne le sens récurrent de l’investigation à partir du concept depuis sa forme la plus aboutie (pour lui apprendre la rationalité, non pas l’immanence logique), et les concepts d’origine bachelardienne, de l’obstacle et de la rupture épistémologique. Le recours le plus important au

⁵⁷ M. T. A. D Coelho e N. Almeida Fo., “Conceitos de saúde em discursos contemporâneos de referência científica”.

⁵⁸ J. R. C. M. Ayres, *Epidemiologia e emancipação* [Epidémiologie et émancipation].

⁵⁹ R. B. Mendes-Gonçalves, Prefácio a J. R. C. M. Ayres, *Epidemiologia e emancipação*.

⁶⁰ M. Foucault, *A arqueologia do saber* [L’Archéologie du savoir] (Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987).

⁶¹ J. R. C. M. Ayres, *Sobre o risco: para compreender a epidemiologia* [Sur le risque: pour comprendre l’épidémiologie] (São Paulo: Hucitec, 1997).

long du texte se réfère à quelques-unes de ses discussions les plus acérées sur les différences et les proximités entre une idéologie scientifique et une science pleinement établie⁶², le concept de “milieu” et son importance pour les sciences de la santé,⁶³ la lecture physiologique de la pathologie et son dogme de la continuité qualitative entre santé et maladie⁶⁴ et la question plus contemporaine de l’organisme comme système d’information.⁶⁵

Cette étude fait néanmoins un lien théorico-méthodologique qui signale d’autres domaines de défis pour l’actualisation critique du cadre de Canguilhem. Il s’agit, de la même manière qu’est recherché dans *Épidémiologie et émancipation* le sens de l’action politique derrière les structures normative-paradigmatiques, rechercher aussi les interactions que conforment les perspectives subjectives identifiées dans cette action politique. Avec d’autres mots, on a cherché élucider dans les propositions qui ont validé les discours épidémiologiques les prétentions, les conditions et les exigences de validité qui ont construit son effectivité communicationnelle et sa légitimation des sujets et des institutions que la soutenaient. Sur la base de l’herméneutique de Gadamer⁶⁶ et Ricœur⁶⁷, mais spécialement sur la Théorie de l’Action Communicative de Habermas,⁶⁸ il a été possible de dépasser ce qui peut être aussi un aspect du cadre de l’épistémologie historique qui doit être reconstruit de façon critique. S’il est vrai que Canguilhem considère les interactions sociales comme déterminantes sur ce que fait un scientifique dans “son laboratoire”, c’est encore cet “individu” scientifique, porteur d’une raison qui cherche des réponses aux problèmes mis en place par sa science, qui produira les concepts. Ne serait-ce pas un trait solipsiste qui perdure comme un obstacle aux réponses que les temps nouveaux de la Santé Collective ont besoin d’obtenir de l’épistémologie historique? Ne serait-il pas nécessaire découvrir d’où quel dialogue nous participons quand nous faisons une science pour pouvoir en effet apprendre les prétentions/conditions/exigences normatives qui nous orientent comme ses sujets?

Enfin, dans la seconde ligne déployée de la TPTS nous voyons surgir la nécessité d’un autre Canguilhem, pas tellement l’historien des sciences, mais plutôt le philosophe de la médecine. La critique réalisée ici au paroxysme techniciste des pratiques d’attention à la santé a été dirigée par diverses motivations reconstructives en interrelation – nécessité d’une attention intégrale à la santé, humanisation des pratiques, respect des sujets dans leur diversité et leurs droits – synthétisées dans le concept de Soin.⁶⁹ Le dialogue ainsi restreint pratiquement au Canguilhem du *Le normal et le pathologique*, qui en actualisant la maxime de Leriche “La santé est la vie dans le silence des organes”, nous apprend que l’expérience de tomber malade est toujours perçue comme un obstacle à un modèle normatif antérieur et qui précède ontologiquement sa tradition dans la morpho-physiologie. C’est celui qui nous montre aussi que la maladie n’est pas un excès ou un manque de quelque chose que nous avons dans la “normalité”, mais une différence et de nouvelles possibilités.

Toutefois, dans la plupart de mes travaux en relation au Soin, la préoccupation principale s’est faite autour des caractéristiques des interactions entre les professionnels de santé et les utilisateurs des services et, dans ce sens, la conception de la maladie (et de la santé), directement tributaire de Canguilhem, comme indiqué ci-dessus, demande à être mieux explorée. Il y a à peine un travail sur lequel j’avancé un peu plus dans ce sens: *Une conception herméneutique de la santé*.⁷⁰ Ici la

⁶² G. Canguilhem, *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*.

⁶³ G. Canguilhem, *O conhecimento da vida*.

⁶⁴ G. Canguilhem, *O normal e o patológico*.

⁶⁵ G. Canguilhem, “Epistemology of biology” [“Epistémologie de la biologie”]. In: *A vital rationalist – selected writings from Georges Canguilhem* [Un rationaliste vitaliste - écrits sélectionnés de Georges Canguilhem], ed. F. Delaporte (New York: Zone Books, 1994), 67-90.

⁶⁶ H. G. Gadamer, *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*.

⁶⁷ P. Ricoeur, *Del texto a la acción: ensayos de hermenéutica II* [Du texte à la action: essais d’herméneutique II] (Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010).

⁶⁸ J. Habermas, *Teoria do agir comunicativo* [Théorie de l’agir communicationnel] (São Paulo: Martins Fontes, 2012).

⁶⁹ J. R. C. M. Ayres, *Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde* [Soin: le travail et l’interaction dans les pratiques de santé] (Rio de Janeiro: CEPESC; IMS/UERJ; Abrasco, 2011).

⁷⁰ J. R. C. M. Ayres, “Uma concepção hermenêutica de saúde”.

référence à Canguilhem⁷¹ est plus explicite et également inspirée par les réflexions de Gadamer,⁷² similaires en de nombreux sens, ceci a été le plus loin que j'ai choisi de cheminer pour répondre au pressant défi de repenser nos conceptions de la santé et de la maladie. J'y défend la différence non seulement de degré ou de qualité entre elles, sinon la diversité de signifié pratique même des expériences auxquelles elles remettent comme expressions discursives. Mais en même temps, j'y défend l'inseparabilité de ces expériences et leur respectives expressions discursives, étant donné que les maladies et les lectures technico-scientifique que nous faisons d'elles sont de puissants interprètes de la compréhension de la santé dans laquelle nous habitons et qui, comme dirait Leriche, circule "dans le silence des organes" (et des préventivistes, ajouterais-je).

Un résultat de cette conception de la santé est que la médecine, la Santé Collective, les pratiques de santé d'une manière générale, doivent réaliser au-delà et conjointement de toute construction objectivante de la maladie, une vraie "herméneutique" de la santé, et nous, étudiants et professionnels de la santé, nous devons être ses interprètes attentionnés. À ma satisfaction j'ai rencontré récemment une proposition assez similaire chez Canguilhem. Je laisse alors à Canguilhem les derniers mots de cet article qui, finalement, n'est seulement qu'une partie d'un grand dialogue dont nous souhaitons qu'il continue.

La vérité de mon corps, sa constitution même ou son authenticité d'existence, n'est pas une idée susceptible de représentation (...) Cette santé sans idée, à la fois présente et opaque, est pourtant ce qui supporte et valide, en fait et en dernier ressort, pour moi-même, et aussi bien pour le médecin en tant qu'il est mon médecin, ce que l'idée du corps, c'est-à-dire le savoir médical, peut suggérer d'artifices pour la soutenir. Mon médecin, c'est celui qui accepte, ordinairement, de moi que je l'instruise sur ce que, seul, je suis fondé à lui dire, à savoir ce que mon corps m'annonce à moi-même par des symptômes dont le sens ne m'est pas clair. Mon médecin, c'est celui qui accepte de moi que je voie en lui un exégète avant de l'accepter comme réparateur⁷³

Remerciement

A la professeur Maria Novaes pour l'aide généreuse dans l'accès de quelques sources bibliographiques et informations sur la période de Sergio Arouca et le groupe de l'Unicamp des années 1970, et au professeur Ricardo Teixeira pour son examen attentif et généreux de la version finale en français.

⁷¹ Georges Canguilhem, *O normal e o patológico*.

⁷² H. G. Gadamer, *The enigma of health: the art of healing in a scientific age* [*Philosophie de la santé*] (Stanford: Stanford University Press, 1996).

⁷³ G. Canguilhem, *Escritos sobre a medicina*, 45.